



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

CAIO FRAGA MARTINS OLIVEIRA

UM GENERAL DA REFORMA AGRÁRIA? Albuquerque Lima e as
dissidências do Aparelho Militar (1967-1969)

RIO DE JANEIRO
2023



CAIO FRAGA MARTINS OLIVEIRA

UM GENERAL DA REFORMA AGRÁRIA? Albuquerque Lima e as dissidências do aparelho militar (1967-1969).

Dissertação apresentada para a Defesa, junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da UNIRIO, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Rio de Janeiro

2023

CAIO FRAGA MARTINS OLIVEIRA

UM GENERAL DA REFORMA AGRÁRIA? Albuquerque Lima e as dissidências do
Aparelho Militar (1967-1969)

Dissertação apresentada para a Defesa,
junto ao Programa de Pós-Graduação
em História do Departamento de
História da UFF, como requisito para
obtenção do título de Mestre em
História.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Vanderlei Vazelesk Ribeiro (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof^a Regina Ângela Landim Bruno
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Prof. Paulo André Leira Parente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

F048 Fraga Martins Oliveira, Caio
Um General da Reforma Agrária? Albuquerque Lima
e as dissidências do aparelho militar (1967-1969) /
Caio Fraga Martins Oliveira. -- Rio de Janeiro,
2023.
184

Orientador: Vanderlei Vazelesk Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em História, 2023.

1. Hegemonia. 2. Consenso. 3. Propriedade
Privada. 4. Desenvolvimento. 5. Reforma Agrária. I.
Vazelesk Ribeiro, Vanderlei, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Embora esteja plenamente ciente do contexto acadêmico no qual este trabalho se insere, onde o rigor científico e a racionalidade prevalecem como pilares de sustentação, dedico esse espaço para agradecer primeiramente a Deus. A mesma racionalidade que me utilizei na elaboração dessa pesquisa me permite também acreditar sempre que há algo maior presidindo nossos destinos, com a única diferença que, no primeiro caso, utilizei-me de um raciocínio lógico em parte dedutivo, em parte indutivo, enquanto que no segundo caso, além dessas opções lógicas, pude me valer também do raciocínio intuitivo.

Gostaria de agradecer, meu pai e minha mãe, que sempre foram grandes incentivadores, não só dos meus estudos, mas de qualquer projeto que estabeleço em minha vida.

Ao meu irmão Léo, que sempre foi um modelo pra mim, pela sua posição humanista e tranquila diante da vida e pela grande capacidade intelectual, sempre motivo de admiração de minha parte.

Gostaria também de expressar minha gratidão por todo carinho e atenção de minha companheira, Larissa, sempre um porto seguro em meio a tempestade e grande incentivadora dos meus projetos.

Ao meu orientador, Vanderlei Vazelesk Ribeiro, e aos professores Paulo André Leira Parente e Regina Ângela Landim Bruno que compuseram a banca de qualificação, dando contribuições importantes e dedicando grande parte do seu valioso tempo. Sem dúvidas esse trabalho foi construído a seis mãos.

Expresso minha gratidão também por todos os autores que contribuíram para que esse trabalho pudesse virar realidade. Graças aos estudos de José de Souza Martins, Regina Bruno, Guilherme Delgado, Octavio Ianni, Vanderlei Vazelesk Ribeiro, Sonia Regina de Mendonça, Caio Prado Jr., Francisco Oliveira, e tantos outros estudiosos que se debruçaram e que contribuem, nos dias atuais, para a compreensão de um tema tão complexo e tão relevante para nos entendermos enquanto nação, que é o peso da questão agrária nesse marcante quadro de desigualdade, pude ter um incrível alicerce para trazer minha modesta contribuição. Meu

trabalho procurou, simplesmente, trazer formas e rostos para aquilo que, durante tantos anos, foi brilhantemente debatido por esses que buscam, através da História, compreender e transformar nossa realidade. Meu pedido de desculpas antecipado por ter, certamente, esquecido tantos outros nomes importantes.

À fundação CEDERJ, que me proporcionou uma oportunidade única de concluir minha graduação pelo sistema de estudo semipresencial. Essa chance foi fundamental na minha vida e de tantos outros que, pela sua realidade, precisam arduamente conciliar trabalho e estudo. Sou e serei sempre um defensor do EAD, principalmente no ensino superior público. Essa é uma conquista coletiva de todas as minhas companheiras e companheiros que compartilharam e compartilham dessas dificuldades. Faço questão sempre de mencionar que sou um egresso do EAD CEDERJ/UNIRIO. Minha eterna gratidão!

Agradeço ao Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro, em especial ao Grupamento Marítimo, por me dar a base profissional e financeira que permitiu que desse prosseguimento na minha vida acadêmica sem a preocupação que muitos dos meus colegas dissentes tiveram sobre as incertezas que envolvem o ingresso ao mercado de trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu grande parceiro de jornada nessa vida, meu amigo e irmão, Cyro.

Meu muito obrigado!

Si tienes capital, eres burgues,
si tienes caballo, eres caballero,
pero, si tienes tierras, eres rey!

(Autor desconhecido).

OLIVEIRA, Caio Fraga Martins. **Um General da Reforma Agrária? Albuquerque Lima e as dissidências do aparelho militar (1967-1969)**. 2023. 173f. Dissertação de Mestrado (História). Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

RESUMO

Existe uma vasta historiografia que trata sobre a formação do aparelho empresarial-militar logo após o Golpe de Estado que resultou na deposição de João Goulart, bem como trabalhos que abordam os motivos que levaram ao seu fim. Contudo, quando a questão envolve as diretrizes estatais a serem adotadas sobre a reforma agrária, em um conturbado contexto de crise social no campo, o tema frequentemente fica restrito às análises sobre as circunstâncias que resultaram na criação do Estatuto da Terra e sobre suas resultantes práticas: intensificação do processo de concentração de terras, modernização conservadora e enquadramento dos antigos latifúndios de acordo com os parâmetros da chamada Empresa Rural, integração das diferentes fases que compõe o processo produtivo no campo, incorporação da renda da terra ao lucro, etc. O presente trabalho, a partir de um exame da dissidência que veio a ocorrer entre grupos opostos que gravitavam em derredor do então Ministro do Interior, Gen. Afonso Augusto de Albuquerque Lima e do Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, procura entender o processo de instrumentalização civil-militar da concepção de desenvolvimento a ser adotada pela máquina estatal, onde a questão da reforma agrária seria um tema central dos debates. Para isso, trabalhar-se-á com os conceitos de Antônio Gramsci, como Estado Ampliado, Coerção e Consenso, Hegemonia e Bloco Histórico. Por fim, a teoria de Reinhart Koselleck será útil para apontar o papel duplo de reafirmação e renovação de conceitos que servem como alicerce para examinar os diferentes estratos de tempo que compõe um mesmo acontecimento histórico, e como a concepção da propriedade privada torna-se esse conceito basilar que tem a capacidade de se reformular, ao mesmo tempo em que se conserva em sua essência.

Palavras-chave: Hegemonia. Consenso. Propriedade Privada. Desenvolvimento. Reforma Agrária.

OLIVEIRA, Caio Fraga Martins. **Um General da Reforma Agrária? Albuquerque Lima e as dissidências do aparelho militar (1967-1969)**. 2023. 173f. Dissertação de Mestrado (História). Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ABSTRACT

There is a vast historiography that deals with the formation of the entrepreneurial-military apparatus immediately after the coup that resulted in the deposition of João Goulart, as well as works that address the reasons that led to its end. However, when the issue involves the state guidelines to be adopted on agrarian reform, in a troubled context of social crisis in the countryside, the subject is often restricted to analyses of the circumstances that resulted in the creation of the Land Statute and its practical results: intensification of the land concentration process, conservative modernization and framing of the old latifúndia according to the parameters of the so-called Rural Enterprise, integration of the different phases that make up the productive process in the countryside, incorporation of land income into profit, etc. The present work, based on an examination of the dissidence that came to occur between opposing groups that gravitated around the then Minister of the Interior, Gen. Afonso Augusto de Albuquerque Lima and the Minister of Finance, Antônio Delfim Netto, seeks to understand the process of civil-military instrumentalization of the conception of development to be adopted by the State machine, where the agrarian reform issue would be a central theme of the debates. To this end, we will work with Antonio Gramsci's concepts, such as Extended State, Coercion and Consensus, Hegemony and Historical Bloc. Finally, Reinhart Koselleck's theory will be useful to point out the double role of reaffirmation and renovation of concepts that serve as a foundation to examine the different strata of time that make up the same historical event, and how the conception of private property becomes this basilar concept that has the ability to reformulate itself, while being preserved in its essence.

Keywords: Hegemony. Consensus. Private Property. Development. Agrarian Reform.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACSP	Associação Comercial de São Paulo
ADESG	Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADP	Ação Democrática Parlamentar
AI-1	Ato Institucional nº1
AI-2	Ato Institucional nº2
AI-5	Ato Institucional nº5
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
CAI	Complexo Agroindustriais
Cepal	Comissão Econômica Para America Latina e o Caribe
CGT	Central Geral do Trabalhadores
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNA	Confederação Nacional de Agricultura
CNE	Conselho Nacional de Economia
CODENE	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CONSPLAN	Conselho Consultivo de Planejamento
COPERBO	Companhia Pernambucana de Borracha Sintética
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CRB	Confederação Rural Brasileira
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra Secas
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EEM	Escola de Estado-Maior
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG	Escola Superior de Guerra
FCEA	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
FEA	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária
FEB	Força Expedicionária Brasileira
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FPEM	Fundo de Participação dos Estados e Municípios
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
FUNAI	Fundação Nacional dos Índios
FURAGRO	Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste
GERA	Grupo Executivo de Reforma Agrárias
Geran	Grupo Especial para Racionalização a Agroindústria do Nordeste
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
Gret	Grupo de trabalho sobre o Estatuto da Terra
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
Lider	Liga Democrática Radical
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MECOR	Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais
MININTER	Ministério do Interior
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
STF	Supremo Tribunal Federal
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudeco	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Sumoc	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPRA	Superintendência da Política Agrária

UDN	União Democrática Nacionalista
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1.1) APRESENTAÇÃO DAS QUESTÕES-PROBLEMA.....	15
1.2) PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA E REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA.	20
1.3) LINHA DE PESQUISA.	31
1.4) RELAÇÃO ENTRE A PARTE TEÓRICO-METODOLÓGICA COM A SITUAÇÃO HISTÓRICA ANALISADA.	36
CAPÍTULO 1: O GENERAL E O CZAR.....	40
1.1) UM GENERAL SUI GENERIS.....	40
1.2) ALBUQUERQUE LIMA E SEU POSICIONAMENTO DIANTE DO GOLPE DE 1964.	51
1.3) DELFIM NETTO: A TRAJETÓRIA DO “CZAR ECONÔMICO”.	61
CAPÍTULO 2: AS FRAÇÕES DE CLASSE ENVOLVIDAS.....	69
2.1) ALBUQUERQUE LIMA: UM REPRESENTANTE DE CLASSE?.....	69
2.2) MININTER, IAA E CHOQUE HEGEMÔNICO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA.	84
2.3) POSICIONAMENTO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA.	107
CAPÍTULO 3: A DISSIDÊNCIA.....	123
3.1) DISSIDÊNCIA ESTRUTURANTE.....	123
3.2) A DISSIDÊNCIA ESTRUTURAL.....	140
CONCLUSÃO.....	164
REFERÊNCIAS	180

*Repetir,
Repetir,
até ficar diferente.
(Manoel de Barros, 2008).*

1) INTRODUÇÃO

1.1) APRESENTAÇÃO DAS QUESTÕES-PROBLEMA.

Este trabalho tem como finalidade produzir uma reflexão sobre um determinado período de relevantes consequências nacionais: A ditadura civil-militar de 1964, em especial os anos entre 1967 e 1969. Nesse sentido, essa introdução visa descrever o percurso traçado durante o projeto para possibilitar, não só uma melhor compreensão sobre o desencadeamento lógico/metodológico dessa dissertação, como também para esclarecer os motivos que me levaram a estudar tal tema.

Em primeiro lugar, a pesquisa tem por objetivo analisar uma dissidência ocorrida no aparelho governamental militar entre 1967 e 1969, personificada por dois homens de gênio¹: o general e Ministro do Interior Albuquerque Lima e o Ministro da Fazenda, Delfim Netto.

É importante notar que Albuquerque Lima foi um personagem *sui generis*. Ao mesmo tempo em que ficou conhecido pelo seu posicionamento “linha-dura”, inclusive sendo um dos principais defensores dentro do Exército de um golpe contra o Governo Castello Branco, por considerar seu posicionamento demasiadamente moderado², foi também um grande defensor das teses nacional desenvolvimentistas formuladas pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) cujo nome brasileiro de maior relevo foi Celso Furtado, economista sabidamente com inclinações políticas mais à esquerda e, teoricamente, diametralmente opostas àquelas defendidas pelo general.

O interesse pelo tema surgiu quando, ao analisar o livro “Reforma Agrária no Brasil”, de autoria de José Gomes da Silva, um dos formuladores do Estatuto da Terra, me deparei com a seguinte frase do autor no capítulo destinado a analisar as forças que atuavam em favor da reforma durante e após a promulgação do Estatuto: “graças à sua firme atitude, o equilíbrio de forças, dentro deste último grupo [do qual Albuquerque Lima fazia parte], pendeu a favor dos simpatizantes da Reforma, levando de vencida aos setores conservadores (e financeiros) do Govêrno” (SILVA, 1971, p.228).

-
- 1 Gênio entendido aqui no seu sentido etimológico, ou seja, o espírito de um indivíduo capaz de guiar uma pessoa ou uma *gens* inteira. Nesse sentido, embora a análise não seja especificamente sobre os dois personagens, é possível perceber que ambos exprimem – de maneira mais ou menos intencionada – o interesse de grupos dissidentes que enxergavam neles a defesa de seus interesses político-econômicos.
 - 2 Exemplo desta moderação considerada excessiva foi a aceitação da vitória de candidatos não apoiados pelo regime para o governo da Guanabara e em Minas Gerais. Para acalmar a linha-dura seria decretado o ato Institucional Nº 2 que transformou em indiretas as eleições para presidente além de tomar medidas de maior endurecimento do regime, como a impossibilidade de revisão pelo poder judiciário de medidas relacionadas à matérias tratadas no Executivo.

Seguindo as teorias *cepalinas*, Albuquerque Lima pautava-se por uma convicção político-econômica de que somente uma alteração significativa da estrutura fundiária nacional poderia trazer a solução desejada para as mazelas rurais, formando-se, a partir da redistribuição de terras, uma classe média do campo e, conseqüentemente, estimulando a oferta de produtos da indústria nacional com o surgimento dessa nova classe consumidora, além de proporcionar o combate ao “caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial”, considerado o principal fator das crises de abastecimentos e dos saltos inflacionários (DELGADO, 2005, p.5). Acrescente-se que no plano político esse projeto de fomento à classe média rural seria uma eficaz barreira contra possíveis arremetidas comunistas, funcionando como uma espécie de “vacina antirrevolucionária” (RIBEIRO, 2010, p.98).

Opondo-se frontalmente às teses defendidas pela Cepal, Delfim Netto representava um grupo de tecnocratas que viam crescer seu prestígio dentro da engrenagem política do regime, principalmente nos estudos formulados dentro da Escola Superior de Guerra (ESG) (SILVA, 1971). Dessarte, o problema agrário, segundo Delfim e seus aliados, não estaria representado pela estrutura fundiária nacional, uma vez que esta responderia funcionalmente às pressões da demanda dos setores urbanos, refutando a teoria *cepalina* de rigidez da oferta agrícola. Assim, a estrutura agrária e suas impossibilidades, solucionar-se-iam não com propostas simplistas de cunho redistributivo, mas, acima de tudo: a) liberando parte da mão de obra rural para ser utilizada no setor industrial³; b) criando um mercado para os produtos da indústria; c) expandindo as exportações; d) financiando parte da capitalização da economia (DELGADO, 2005).

O fator região também permeou toda a disputa entre Delfim e Albuquerque Lima. Segundo o projeto do general, a reforma agrária passava necessariamente por uma redistribuição de terras improdutivas, principalmente na região Nordeste, uma das áreas de maiores conflitos em torno da questão do acesso à terra. Já o planejamento de Delfim sobre o tema pregava principalmente a modernização do setor agrícola, até como forma de alavancar outros setores industriais – em especial do Sudeste – que poderiam desenvolver-se complementarmente à agricultura, como a indústria dos defensivos agrícolas, de sementes e de maquinário agrícola,

3 Observe-se que essa defesa significava também o aprofundamento do êxodo rural, o que viria a significar o inchaço urbano, com as conseqüências relativas a problemas como violência urbana, transportes e habitação que conhecemos.

além do próprio capital financeiro, que passaria a investir fortemente no setor (FIORAVANTI, 2016). Dessa forma, Delfim deixava subentendido que o desenvolvimento agrícola das regiões Norte e Nordeste deveria ser implementado a partir de um planejamento integrado, fosse através da complementariedade entre indústria e agricultura, passando pela interação com o mercado financeiro, fosse entre as regiões.

Do mesmo jeito, as concepções de propriedade privada incompatibilizavam-se, uma vez que, para o então Ministro da Fazenda, a estrutura fundiária brasileira não era um problema que poderia ser solucionado individualmente, mas em conjunto com os demais fatores produtivos. Com isso, somente adotando-se estratégias visando a modernização no campo ao lado de uma reformulação conservadora, onde o fator social era visto como uma mera consequência da esfera econômica, voltada para promover a máxima eficiência produtiva da terra, é que se poderia chegar aos resultados pretendidos, liberando-se mão de obra excedente no campo para a formação dos exércitos de reserva para as indústrias urbanas. A questão da defesa nacional passaria, sobretudo, pelo desenvolvimento econômico, inserindo os trabalhadores do campo na lógica do capital, isto é, fundamentado na igualdade e liberdade formal dos indivíduos em se inserir no mercado vendendo sua força de trabalho.

Tendo em vista que a questão da reforma agrária extrapolava a esfera socioeconômica por também ser um problema de segurança nacional, dada a ameaça de um suposto golpe comunista, a principal questão-problema que surge, como o próprio título aponta, é se a reforma agrária defendida pelo general Albuquerque Lima partia somente de uma concepção militarista sobre o tema, qual seja, a reforma como uma “vacina antirrevolucionária” contra qualquer tipo de convulsão social que pusesse em risco o ordenamento nacional, ou se ela possuía um caráter socioeconômico mais amplo, que buscava, além da intenção de modernizar a produção agrícola, também reformar a estrutura fundiária nacional e, conseqüentemente, refundar um consenso social estabelecido em uma concepção de propriedade privada rural que passaria também a estimular a formação de uma classe média produtiva no campo, assim como ocorreria no regime militar peruano a partir da ascensão do grupo do General Juan Velasco Alvarado, em 1968.

Considerando esses fatores, outras questões-problema que surgem, tão importantes quanto àquela que lhe dá origem são: o projeto de reforma agrária de Albuquerque Lima significava um obstáculo para o empresariado do Sudeste no qual Delfim seria o principal representante?

Quais eram os grupos que apoiavam o projeto defendido por Albuquerque Lima? Qual o interesse desse setor associado a Delfim Netto em relação à reforma agrária a ser instituída? Como se davam os conflitos e conexões entre o empresariado/patronato rural do Sudeste e os latifundiários do Nordeste, em especial os ligados à agroindústria canavieira? Ambos visavam dificultar qualquer proposta que objetivasse uma reestruturação fundiária?

A historiografia que trata sobre a reforma agrária entre o Golpe de 1964 e a Redemocratização costuma se deter em dois recortes: o primeiro é o que analisa as diretrizes estabelecidas logo após a derrubada de João Goulart, especialmente analisando a elaboração do Estatuto da Terra e seus objetivos explícitos e implícitos. Nessa vertente, José de Souza Martins (1984) entende que o Estatuto surgiu como necessidade de incorporar algumas das reivindicações das esquerdas a partir das pressões da sociedade civil, de modo ao aparelho militar se colocar como o principal agente condutor das questões agrárias, trazendo para si o apoio de uma maioria de camponeses que se incluíam ainda em um sistema político nacional marcado pelas relações clientelísticas das frações de classe subalternas rurais com as oligarquias latifundistas. A finalidade última do Estatuto seria, portanto, o desaparecimento ou, pelo menos, a diminuição dos conflitos do campo a partir de uma nova lógica de submissão e exclusão política e social das classes subalternas, de modo a possibilitar um projeto de desenvolvimento econômico pautado pelo incentivo à ampla penetração do grande capital na produção agrária – a chamada “modernização conservadora”⁴ e na consolidação da renda capitalizada da terra (DELGADO, 2005), sem que isso representasse uma alteração da estrutura fundiária nacional.

A análise de Moacir Palmeira (1989) sobre o Estatuto sustenta que este deve ser entendido enquanto espaço de disputa em um contexto onde a questão agrária ganhava contornos cada vez mais sérios. Dessa forma, não se pode afirmar, para o autor, que a legislação tenha sido criada intencionalmente para esvaziar os conflitos políticos no campo no sentido de cooptação da massa camponesa descontente pelos militares, mas que, devido sua ambiguidade, abriu a

4 O conceito de “modernização conservadora” é aquele trazido por Barrington Moore Jr (1975), onde o autor, analisando o desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, procura demonstrar a capacidade das frações de classe dominantes mais tradicionais em resistir aos momentos de crise, conservando grande parte de seu poderio em combinação com as novas elites que vão surgindo no processo histórico. A aplicação desse conceito à realidade brasileira pode ser percebido através de autores como, Guilherme Velho (1976), José Graziano da Silva (1982), Guilherme Delgado (2005), Caio Prado Jr. (1979), entre outros.

possibilidade tanto de um modelo pautado pela propriedade familiar, como pela modernização dos antigos latifúndios.

Regina Bruno (1995; 1997) tem um entendimento próximo àquele formulado por Palmeira, também entendendo no Estatuto um espaço de disputa que poderia ser instrumentalizado por um dos setores discordantes. Contudo, embora tenha trazido em seu texto mecanismos de limitação ao latifúndio, além de uma excessiva repressão aos camponeses, o peso político-econômico, e as exigências de setores mais conservadores do patronato rural por políticas que reformulassem minimamente, ou não reformulassem a estrutura fundiária, foram fatores decisivos para a implementação de uma reforma agrária bastante afastada de qualquer possibilidade redistributiva.

Por fim, para José Gomes da Silva (1971), o Estatuto da Terra foi um grande avanço como legislação que visava conter o caráter concentracionista da produção agrícola no país. Nesse sentido, o autor atribui ao período posterior à implementação da lei durante o governo de Castello Branco, ou seja, a partir do governo de Costa e Silva e, principalmente, de Médici, o esvaziamento da questão social para uma lógica puramente econômica na instrumentalização do Estatuto da Terra, onde a “modernização conservadora” e o baixíssimo grau de acesso dos trabalhadores rurais à propriedade se deveu a um desvirtuamento da legislação.⁵

O segundo recorte historiográfico que trata sobre a questão da reforma agrária durante o regime militar tem como foco o período de consolidação da operacionalização do Estatuto essencialmente por setores que visavam a modernização do campo nos moldes da máxima eficiência do movimento de valorização do valor sem que isso significasse, ou representasse o mínimo possível, a alteração da estrutura extremamente concentracionista da propriedade privada rural tradicional.

Dentre eles, podemos citar o trabalho de Sônia Regina de Mendonça (2009) que, embora também trate sobre o debate envolvendo a reforma agrária durante toda a década de 1960, inclusive durante o governo de João Goulart, procura deter-se primordialmente nesse período

5 Quanto a esse posicionamento, apesar de haver certa coerência, é preciso ter em mente que o autor foi um dos componentes do Grupo de Trabalho que criou o Estatuto da Terra e, por isso, qualquer defesa mais intransigente à legislação referida deve ter em conta a parcialidade de quem procura, ao mesmo tempo, expor sua versão dos fatos e promover sua defesa contra qualquer acusação de insucesso de uma lei que teve sua participação. Observe que é inviável num trabalho que une memória e história, como este de José Gomes, buscar imparcialidade. Quanto a isso, o livro citado surge muito mais como uma fonte primária de consulta do que propriamente como um trabalho historiográfico.

de operacionalização do Estatuto e na participação das grandes sociedades representantes do patronato rural, como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a consolidação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) como o principal grupo representativo das demais agremiações patronais a partir de 1970, justamente pela sua maior capacidade de influenciar dentro do aparelho governamental para a instrumentalização do Estatuto, de acordo com seus interesses.

Guilherme Delgado (2005), procura analisar, em resumo, o processo de integração de capitais a partir de 1970 dessa “modernização conservadora”, onde os grandes grupos, impulsionados pelo Estado, tendo na política de incentivos fiscais à produção agropecuária o seu *modus operandi*, procuraram não só integrar os processos produtivos na agricultura a jusante e a montante, como também incluir a renda da terra no complexo contexto de aplicações de capital no mercado financeiro.

José de Souza Martins (1984) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) atribuem justamente à renda da terra o fator que ligou o atraso de uma sociedade ainda muito vinculada ao latifúndio a uma nova concepção produtivista do campo que procurou modernizar esse setor na lógica capitalista através da “Empresa Rural”, modalidade instituída a partir do “Estatuto da Terra”, promulgado em novembro de 1964.

1.2) PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA E REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA.

A partir dessa análise da historiografia sobre o tema,⁶ é possível perceber que existe uma gama de interpretações referentes ao período de promulgação do Estatuto da Terra e sobre as consequências que decorreram de sua instrumentalização. Entretanto, pouco se fala do íterim entre esses dois recortes temporais. A análise do período tratado pelo presente trabalho tem como finalidade examinar justamente o período onde a disputa pela instrumentalização do Estatuto da Terra se deu. É entre 1967 e 1969 – período que marca o embate entre os ministros – que começa a se produzir um novo consenso em torno do pilar social que é a propriedade privada e da sua utilização racionalizada. É na derrota de Albuquerque Lima que se inicia com mais ênfase a consolidação do que viria a ser chamado “modernização

6 Ressalta-se que os trabalhos aqui citados envolvem não só historiadores, mas sociólogos, geógrafos e economistas, o que chama mais atenção ainda para a dimensão do tema.

conservadora” trazendo como principais consequências a ainda maior concentração fundiária e a entrada do grande capital na agricultura através do surgimento dos Complexos Agroindustriais (CAI), impulsionando a formação de uma couraça ideológica em favor do agronegócio de modo a torná-lo muito mais resistente às contestações sociais, justamente por reafirmar seu papel de alavancador da economia nacional, agora reforçado pela conquista da opinião pública pelo setor, diluindo parte considerável das antigas críticas que os ligavam aos resquícios de atraso em uma economia desenvolvida.⁷

É preciso indicar que apreensão da experiência daquele contexto histórico específico parte de uma concepção do conhecimento fundamentado por um entendimento dialético do movimento histórico na sua análise metodológica, mais especificamente a dialética de poderes assimétricos que Gramsci desenvolve na sua teoria. Essa dialética encontra-se circunscrita a um “bloco histórico” determinado pelas relações entre infraestrutura e superestruturas, isto é, entre as forças materiais e ideológicas, subjetivas e objetivas, de um recorte espaço-temporal específico.

Nesta perspectiva, é importante salientar que, realmente, a infraestrutura, isto é, o modelo de força produtiva associado às relações sociais de produção, é o elemento menos mutável no devir histórico, mas, nessa perspectiva *gramsciana*, ele está muito mais sujeito às variações históricas de uma dada sociedade do que outras interpretações *marxianas* que acenam para uma concepção infraestrutural quase monolítica.

Ao contrário, conhecer historicamente uma determinada conjuntura a partir dessa compreensão *marxiana* específica é fazer um “exame de um feixe de relações contraditórias (relações de força), em cuja combinação particular, um nível delas – as ‘econômicas’ – opera como limite de variação” (PORTANTIERO, 1977 *apud* SALLES, 2012, p.224). E é justamente devido a esse caráter imanente da infraestrutura que surgem contradições em sua base na qual evidenciam-se crises estruturais e estruturantes,⁸ permanentes e ocasionais, que

7 Em termos *gramscianos* no que tange à relação social do objeto com o conceito de propriedade privada, podemos perceber que o período pode ser considerado como início do processo onde a necessidade material e a coerção explícita, ou seja, restrição baseado principalmente na força não-burocrática, se converte em liberdade consensual entre dominantes e autonomia de consentimento circunstancial entre subalternos.

8 Cabe observar que enquanto o termo estrutura semanticamente se refere a algo mais permanente – embora não transcendente – o termo estruturante dá uma ideia de movimento, de algo mais mutável. A intenção aqui é destacar esse duplo caráter que está interno ao conceito de estrutura *marxiana* reinterpretado por Gramsci e que Portantiero (1977) muito bem interpretou ao procura ilustrar no processo de mutabilidade do próprio elemento “menos variável” do processo histórico em sua dialética com o acontecimento.

se resolvem ou buscam resolver-se a partir da síntese do processo relacional entre aquilo que se procura conservar – tese – e aquilo que se procura modificar – a antítese. Ou seja, contradições estas que também afetam “o elemento menos variável no desenvolvimento histórico” (GRAMSCI, 1999, p.161), talvez não necessariamente para inaugurar um novo modo de produção, mas que permite sim a (re)formulação da relação entre as forças produtivas e as relações de produção então em conflito, (re)fundando-se normas de exclusão social, política, econômica e cultural de setores subalternos e subordinados.

Nesta perspectiva relacional entre ocasional e permanente, estrutura e acontecimento (PORTANTIERO, 1977), a propriedade – entendida no sentido de apropriação e, portanto, de dominação do homem pelo homem –, para Marx, é o ponto fulcral onde se alicerça a sociedade capitalista a partir de mecanismos de estranhamento calcado na destituição do homem de sua própria autonomia produtiva, isto é, na apropriação por uma classe da força de trabalho de uma outra e, conseqüentemente, na sua reinserção em uma sociedade de novo tipo: uma “sociedade mercadoria”.⁹

A análise da conjuntura que envolve as dissidências do aparelho governamental militar entre 1967 e 1969, pela complexidade do tema, não pode ser reduzida a apenas uma única esfera de determinação contingencial. No entanto, metodologicamente, o exame das relações envolvendo a propriedade privada com as demais esferas da sociedade complexifica a pesquisa, de modo a não esgotar o tema na análise de apenas um aspecto teórico, mas permitindo um quadro mais geral do objeto a partir da dialética entre essa esfera específica – a propriedade – com as demais esferas de uma dada realidade histórica.

À vista disso, embora seja inserido nessa ótica estruturante, a transformação da significação histórico-social da propriedade privada rural torna-se um instrumento analítico para se produzir um conhecimento histórico de um determinado objeto, buscando-se uma percepção entre traços de continuidade(s) e de singularidade(s) indicativos do recorte espaço-temporal que se busca analisar. Assim, a propriedade privada serve, no presente trabalho, como elemento crítico que perpassa diferentes recortes espaçotemporais, ela é a “estrutura de

9 “A propriedade privada é esta relação social que faz com que o trabalho de um indivíduo possa ser apropriado por outro sendo sua propriedade. A propriedade privada não são as coisas, mas a relação de exploração do homem pelo homem que se funda no poder econômico, isto é, o poder do que ‘se tem’ passa a predominar sobre o que ‘se é’; é o **predomínio** do ‘ter’ sobre o ‘ser’ na conhecida expressão dos Manuscritos de 1844 de Karl Marx (LESSA, 2005, p. 258, grifo nosso). No caso específico, essa apropriação passa necessariamente pela exclusão do acesso do trabalhador rural à terra e, conseqüentemente, ao produto final de seu trabalho ou de grande parte dele.

repetição que não se esgotam nas singularidades”(KOSELLECK, 2014, p.21), mas que se altera de acordo com as contingências. O projeto de reforma agrária de cunho relativamente redistributivista da propriedade privada do general Albuquerque Lima foi uma dessas contingências, dentre muitas em disputa.

Nessa perspectiva de “bloco histórico” de Gramsci, a história dos conceitos de Koselleck me parece bastante relevante para um desenvolvimento teórico proposto pelo autor dos diferentes estratos de tempo presentes no tema da pesquisa a partir de uma análise conceitual do processo de significação da propriedade privada, enquanto “elemento menos variável no desenvolvimento histórico” (BIANCHI, 2008, p.132) e, ao mesmo tempo, da ressignificação de sua função social, como componente mais variável. Dessa forma, entende-se que “o par antitético de evento e estrutura é adequado para esclarecer essa estratificação múltipla” (KOSELLECK, 2014, p.303-304).

Entende-se como estrato de tempo a possibilidade de utilização de um tempo histórico próprio, isto é, não somente marcado pela sucessão dos instantes que marca o tempo natural, mas definido sobretudo pelas relações do homem com o espaço social em que habita e transforma, possibilitando identificar períodos mais ou menos longos de continuidade e/ou ruptura¹⁰ das estruturas constituídas.

Nessa perspectiva, a narrativa histórica permite determinadas classificações em contextos temporais e/ou espaciais diferentes, onde é possível identificar traços de “contemporaneidade do não contemporâneo”, observando-se, ao mesmo tempo, características de sincronicidade e diacronicidade a partir de um conceito. A propriedade, por exemplo, embora possua um grau de transitoriedade enquanto conceito, simultaneamente, conserva grande parte de sua estrutura no processo histórico, reformulado-se ao mesmo tempo em que se reproduz. Nesse sentido, as dificuldades interpretativas provocadas pelo lapso temporal entre o acontecimento histórico e a narrativa histórica são atenuadas pela análise desse conceito mais definitivo que perpassa esses dois momentos, garantindo uma inteligibilidade do fato que se passou *ex ante* a partir de um alicerce em comum que se mantém *ex post facto*.(KOSELLECK, 2014, p.9).

Essa análise dos conceitos possibilitada pela estratificação do tempo é, por exemplo, o que permite a identificação de diferentes tempos existentes em um mesmo acontecimento,

10 Optou-se pelos termos e/ou aqui pelo fato de, em alguns casos, esses dois traços de continuidade e ruptura podem ser notados sincrônica ou diacronicamente.

dependendo da esfera em que este é analisado. Dessa forma, percebe-se a interferência recíproca entre estratos de curta, média e longa duração em um mesmo fenômeno como se pretende demonstrar nos capítulos subsequentes, onde essa longa duração é analisada sob uma perspectiva da infraestrutura *marxiana*.

Além disso, o próprio conflito, como o ocorrido no interior do aparelho militar entre 1967 e 1969, sobre o qual a pesquisa se debruça, segundo Koselleck, é um elemento analítico que ajuda na interpretação das estruturas temporais históricas:

Todo processo histórico só avança enquanto os conflitos nele contidos não têm solução. Um conflito resolvido passa a fazer parte do passado. Uma teoria histórica dos conflitos só pode ser bem desenvolvida se as qualidades temporais inerentes ao conflito forem identificadas. Normalmente, a historiografia processa os conflitos introduzindo os rivais como sujeitos fixos, como grandezas fixas cujo caráter fictício precisa ser desvelado (KOSELLECK, 2014, p.285).

A título de esclarecimento teórico-metodológico, por tratar-se de intelectuais com matizes teóricos distintos, entende-se que a análise dos estratos de tempo de um determinado acontecimento, que se utiliza do conflito como recurso delimitativo, proposto por Koselleck, não é incompatível com concepção *gramsciana* onde a contradição é inseparável do modo de produção capitalista. Acontece que, na própria concepção de conflito, é possível perceber graus maiores ou menos de chance de resolução do mesmo, inclusive passando da condição de dissidência circunstancial e, portanto, passível de ser resolvida a curta prazo, para uma condição de contradição duradoura. Desse modo, A resolução para o conflito como condição para a inauguração de um novo estrato temporal de longa duração não deve ser entendido, nesse virtual diálogo entre autores, somente com a implosão desse elemento mais variável do devir histórico, isto é, a infraestrutura. Aliás, a formulação do consenso, tão presente na teoria *gramsciana* é fator fundamental para compreender os mecanismos que ocultam uma condição de contradição em sua essência, para dar uma aparência de conflito eventual, cuja principal função da fração dirigente é propor essa conciliação.

Principalmente quando tratamos de eventos que podem ser entendidos como momentos de transição, característicos de uma “revolução passiva”, onde, ao contrário de uma revolução “de baixo para cima” que traria transformações efetivas, são as velhas classes dominantes que as realizam para assegurarem seu lugar no poder, mesmo que para isso tenham que ceder parte de seu domínio para um novo bloco hegemônico, não é necessariamente a contradição

insuperável que dá início a um novo “bloco histórico”, mas sim a capacidade de uma determinada classe de produzir um novo consenso e uma nova “unidade entre a natureza e o espírito (infraestrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2007, p.26).

Em Gramsci, esse “bloco histórico” adquire “vigorosa relação dialético-material com a realidade, assumindo-se como a unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico” (GALASTRI, 2007, p. 141). Ou seja, é possível uma análise de um determinado “bloco histórico” sem que as contradições econômicas tenham sido plenamente resolvidas, onde o consenso, mais ou menos duradouro, é estabelecido pela adesão a uma determinada proposição das normas de estratificação social. Dessa forma, percebe-se que, assim como Koselleck, Gramsci procura fazer uma análise de recortes temporais de uma dada realidade concreta a partir dos conflitos, mas conflitos estes que não necessariamente buscam acabar com as contradições que dão suporte à exploração dos subalternos, e sim ocultá-las a partir de um novo consenso alicerçado nas concepções de liberdade e igualdade que são produzidos por uma determinada classe hegemônica e seus respectivos intelectuais, sem que isso configure a exclusão das classes tradicionais e das estruturas de repetição de longo prazo, como aponta Koselleck.¹¹ Forma-se, portanto, um “novo senso comum”, “que não contradiz o velho, concretizado na aspiração à igualdade; ao contrário, aperfeiçoa-o” (BADALONI, 1977, p.33).

Sabemos atualmente a importância da sociedade política e da sociedade civil no episódio que derrubou João Goulart da Presidência. Contudo, nos momentos de maiores contestações populares, foram as Forças Armadas, em especial o alto escalão do Exército que garantiu aquilo que Alfred Stepan chama de “Momento Brumário” (STEPAN, 1986, p.17), ou seja, o momento em que a burguesia – e eu acrescentaria a oligarquia agrária, quando estas não se confundiam – viram-se obrigadas a aceitar um maior grau de autonomia do Estado (em sentido *stricto*) em troca de um sistema de controle que pudesse garantir a sobrevivência dos seus interesses a partir da manutenção da estrutura dada, uma vez que a dominação contratual, fundamentada na liberdade e na igualdade de possibilidades de ascensão dos indivíduos – inclusive nas expectativas de promoção da condição de não-proprietários a proprietários – a

11 “Descobrir a identidade real sob a aparente diferenciação e contradição, e descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade, eis o mais delicado, incompreendido e, não obstante, essencial dom do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento histórico” (GRAMSCI, 2001, p.206).

partir do mérito de cada um não havia atingido todo seu potencial de consentimento entre as massas, ainda muito influenciadas pelos traços de submissão não-assalariada do trabalhador do campo cuja dominação encontrava-se atrelada à dependência ao grande proprietário e ao modelo clientelístico de sujeição. Afinal, após o declínio da Guarda Nacional, e, dada a impossibilidade de se garantir uma adesão consensual, principalmente pelas classes subalternas, qual outra instituição coercitiva de caráter nacional poderia garantir essa sobrevivência que não o Exército?

Por ser um período que se funda a partir do já mencionado “Momento Brumário”, onde o papel do Estado se superdimensiona, principalmente na sua função coercitiva, a presente pesquisa parte do aparelho militar estatal formado a partir de 1964 para a sociedade civil em seu processo de hegemonia e instrumentalização desse Estado, visto que a concepção teórica desse trabalho entende que o Estado moderno e suas instituições são os locais onde as disputas entre os diversos interesses de diferentes setores da sociedade se condensam podendo-se perceber com mais nitidez o processo de correlação de poderes em seus momentos de disputa e conciliação.

Nos momentos de instabilidade do consenso social do Brasil republicano, principalmente, onde a sociedade civil ainda não é capaz de estabelecer um consenso entre as classes e frações de classes, o Estado torna-se o elemento condensador dos interesses em disputa, sempre pendendo em favor da lógica estrutural do capital, mas renovando-se e adaptando-se em sua lógica particular estruturante do modelo de valorização do valor à nova realidade social e às injunções globais.

Mas de qual concepção de Estado moderno nós estamos falando? Aquele que tem por finalidade ser um agente de diminuição das desigualdades? Ou aquele que serve como instrumento de poder para as classes dominantes assegurarem sua hegemonia?

A concepção de Estado moderno aqui trabalhada é aquela que o entende no seu sentido *lato*, ou seja, não só como um aparelho que se restringe a um núcleo governamental administrativo, mas como principal agente garantidor de uma pretensa igualdade política e jurídica que se espraia por todo o tecido social e é justamente na suposta separação entre os agentes econômicos e os agentes políticos que garante essa legitimação das estruturas sociais, agora não mais através de concepções teológicas, mas calcando-se em uma perspectiva

ideológica dialética entre possibilidade (“poder-ter”) e materialidade (“ter-poder”).¹² O Estado moderno, então, seria marcado como ente dialético que, ao mesmo tempo, reajusta as contradições sociais e a si mesmo, de modo a garantir a sobrevivência de uma estrutura de um modelo do capital em acordo com as particularidades histórico-sociais nacionais e sua inserção na economia global.

Faz-se necessário observar que essa concepção de Estado capilarizado, guardadas as suas particularidades, encontra-se próxima àquela defendida por Foucault a partir de seu conceito de “governamentalidade” e da descentralização do poder em um único ente responsável pela gestão do Estado, na qual anteriormente esse trabalho conceitualmente se utilizou em sua fase de pré-projeto (FOUCAULT, 2019). O Estado surge, para ele, como um mediador entre micropoderes que se relacionam de forma não-equitativa de variados setores da sociedade de modo a garantir a sua sobrevivência. Fazendo uma interpretação de Estado e poder no pensamento de Marx, Foucault cita:

Implicitamente, Marx não reconhece esse esquema. Ele mostra, ao contrário, como, começando da existência primitiva e inicial dessas pequenas regiões de poder — a propriedade, a escravidão, a loja, e também o exército — pouco a pouco, os grandes aparelhos do Estado puderam formar-se. A unidade estatal é basicamente secundária, em relação a esses poderes específicos e regionais; estes vêm primeiro.(FOUCAULT, *Les mailles du pouvoir*, 1976, tradução do francês, 2016 *apud* BARBOSA, p.43, 2017)

Se em um primeiro momento a “governamentalidade” *foucaultiana* foi o pilar analítico que possibilitou a montagem inicial desse trabalho, com o seu aprofundamento, tornou-se necessária uma revisão conceitual. Para Foucault, a sobrevivência do Estado moderno se deveu justamente a essa capacidade mediadora entre aquilo que está dentro e aquilo que lhe é extrínseco. Ou seja, a partir da definição a cada instante sobre o “que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal etc” a fim de garantir sua própria sobrevivência (FOUCAULT, 2019, p.430).

Nesse sentido, o foco dessa pesquisa – a disputa em torno da concepção de propriedade privada rural circunscrita a um respectivo projeto de desenvolvimento e do conceito de reforma agrária a se estabelecer durante o regime militar – até pode ser analisada através dessa ótica entre a mediação entre aquilo que é inerente às funções do Estado e aquilo que lhe

12 Ou seja, pela legitimação baseada no mérito individual de acumulação e de valorização do valor; por uma autonomia da vontade, na já citada predominância entre o “ter” e do que “ser” nas relações de poder. A propriedade privada surge como um pilar, não só pelo seu caráter concreto, mas como “direito subjetivo, fruto maior da liberdade do homem” (MOTA, p.8, 2009).

está externo, por também entender que essa relação desses micropoderes entre si e com o Estado merece uma atenção mais cuidadosa no contexto do objeto estudado. Contudo, embora essa análise partindo desses micropoderes tenha sua relevância, ela não se esgota em si e nem se pode considerar a “unidade estatal secundária”, mas sim dialética e historicamente definida de acordo com as especificidades de cada sociedade, isto é, a estrutura do Estado, constituído *a priori*, não é um mero reflexo da sociedade civil, influenciando estruturalmente, de alguma forma, na correlação desses micropoderes. Segundo Morera (2011, p.257-258, tradução nossa):

Em suma, lá parece haver uma grande lacuna entre Foucault e Gramsci onde, enquanto o primeiro está interessado na singularidade dos eventos, em suas qualidades transgressivas, Gramsci concentra-se nas determinantes estruturais e vê os traços meramente únicos dos eventos, os eventos de quebra de padrões, como insignificantes, a menos que sejam parte do movimento histórico. Na história, é preciso explicar tanto o processo molecular, como ele chama [...], da formação de estruturas e, em grande escala, processo de transformação social de longo prazo. Embora em geral ele pareça enfatizar a macroanálise da sociedade e da história, ele também está interessado na microanálise e na relação entre as duas formas de investigação histórica.

É justamente por estarmos tratando de um Estado mediador, mas com funções extremamente centralizadoras, como é o caso estudado, que se torna discutível a tarefa de separar aquilo que está dentro e o que está fora. O Estado é o agente e o paciente dessa mediação, tanto por condensar as tensões presentes na sociedade civil – muitas vezes impedindo e desautorizando, e por isso, incentivando os conflitos de interesses entre coletividades em favor da manutenção da estrutura –, mas também por ser o centro resolutivo dos conflitos, garantindo uma relativa margem de autonomia decisória em relação a esses micropoderes, pendendo em favor de um ordenamento que tem predominantemente nos fatores econômicos¹³, não seu esgotamento, mas seu ponto de partida, mesmo que alicerçada em uma hegemonia de uma determinada fração de classe. Daí a importância da proposição das normas de exclusão dos grupos subalternos por uma determinada fração de classe em um determinado contexto histórico. Uma vez percebida a incapacidade dessa fração de promover

13 Economia aqui entendida no seu sentido *lato*, esvaziada de qualquer concepção economicista e que, portanto, deve ser historicamente determinada pelas relações do homem consigo, com o outro e com o modo de apreender e transformar a natureza em seu proveito. Nesse sentido, se esse processo dialético inicia-se na estrutura econômica, estabelece-se, na consolidação de um “bloco histórico”, uma unidade interativa com a superestrutura jurídico-política, onde o reino da liberdade (superestrutural) legitime o reino da necessidade (infraestrutural) (BIANCHI, 2008).

a manutenção das normas de exclusão é que se percebe o declínio de sua hegemonia e, conseqüentemente, o fim de um “bloco histórico” específico.

Seu fim último não é a sua sobrevivência para si, mas sim a sobrevivência de um específico ordenamento social formal pautado pela liberdade, igualdade e propriedade, mas que, subjetivamente, em sua essência, perpassa pela – também específica – manutenção estruturante da valorização do valor e a transformação do trabalho e, conseqüentemente, do trabalhador em mercadoria, a partir de uma determinada realidade histórica. Uma sociedade que na sua essência é cindida pelos antagonismos de classe. Ele é, portanto, aquilo que Gramsci entende como o “Estado Ampliado”, o resultado da dialética entre a sociedade política e a sociedade civil. O agente garantidor e mediador da estrutura da reprodução do capital baseado na pretensa autonomia da vontade do indivíduo – ou seja, em seu mérito ou demérito – e, ao mesmo tempo, o agente causador das crises de hegemonia do capital, justamente pela sua autonomia relativa que permite uma busca constante pela manutenção de uma estrutura contraditória em sua essência, contradição essa percebida no processo dialético entre forças produtivas/relações sociais de produção e sua superestrutura jurídico-política que legitima as formas de exclusão e exploração (MASCAROS, 2013).

O golpe de 1964 e suas conseqüências são bastante ilustrativas dessa propensão do Estado em condensar os conflitos sociais, garantindo seu papel de máximo mediador e agente garante, não de si e para si, mas da estrutura do capital no formato brasileiro. Como afirma Coutinho (1989, p.124):

a camada tecnocrática-militar que se apoderou do aparelho estatal, certamente controlou e limitou a ação do capital privado, na medida em que submeteu os interesses dos ‘múltiplos capitais’ ao ‘capital em seu conjunto’; mas adotou essa posição ‘cesarista’ para manter e reforçar o princípio do lucro privado e para conservar o poder das classes dominantes tradicionais, quer da burguesia industrial e financeira(nacional e internacional), quer do setor latifundiário que ia se tornando cada vez mais capitalistas.

O Estado passa de agente garante dessa igualdade formal entre indivíduos para se impor através da violência na sua essência – burocrática e/ou física –, mas justificando-se como uma contraviolência, uma vez que ele supostamente apenas reage a uma agressão expressa pela contestação de um dado ordenamento social. Essa hipertrofia do Estado nesses “Momentos Brumários” se dá pelo fato de o consenso garantido por uma classe hegemônica, e que se reproduzia através do Estado, não ser mais possível. As mediações dos poderes se dão, então,

pela negação daquilo que não se quer, que no caso do objeto estudado é a resistência a uma pretensa ameaça comunista representada por João Goulart e, conseqüentemente, a defesa da propriedade privada capitalista caracterizado pelo imediato do golpe de 1964.

O Estado é sim capilarizado, mas, entende-se, que principalmente no contexto específico, há uma direcionalidade estrutural dessas relações de poder para a renovação do modelo de reprodução ampliada do capital, onde o Estado assume uma significativa importância para as relações de micropoder, hipertrofiando-se.

A exposição dessa mudança não tem como objetivo fazer uma comparação entre a concepção de Estado de Gramsci e de Foucault. Contudo, a própria descrição do percurso que levou a essa alteração, além de justificar uma escolha que visa implementar um pilar conceitual considerado mais harmônico com o objeto de estudo, pode ser vista como uma apresentação teórico-metodológica. É no enquadramento do conceito ao objeto que tornou-se possível entender que essa alteração por si só incorpora um simbolismo particular que envolve a própria relação entre Estado (*strictu*)/sociedade dentro do contexto histórico analisado. Essa opção, dessa forma, se coloca como a descrição de um método analítico ao possibilitar a aferição dos respectivos pesos entre a “sociedade civil” e a “sociedade política” e seus simultâneos movimentos de interação dentro do contexto histórico-social examinado.

Ainda em relação à análise da relação entre a “sociedade civil” e “sociedade política”, é importante destacar que partiremos em grande parte do livro “1964: A conquista do Estado”, de René Dreifuss (1981) justamente no ponto em que o autor procura demonstrar a relevância da “sociedade civil” no planejamento e na execução do Golpe de 1964. Dessa forma, parece-me apropriado o termo Golpe empresarial militar utilizado em seu trabalho.

Aqui dois pontos merecem uma observação: em primeiro lugar, o alinhamento com algumas das reflexões propostas por Dreifuss nesse trabalho se deveu a necessidade de se ressaltar que uma expressiva parte dos intelectuais que articularam o Golpe eram, de fato, empresários ou tecnopresários. Isto significa dizer que o caráter ideológico deve ser analisado em conjunto com o elemento econômico, inclusive entre os militares e/ou tecnocratas que alegavam se utilizarem de elementos puramente racionais para a promoção do bem-estar social através do binômio segurança e desenvolvimento.

O outro ponto que merece destaque é que Dreifuss, de maneira pioneira, tenta mostrar os grupos – além dos militares – que tiveram papel fundamental para a derrubada de Goulart. Nesse sentido, concluir a partir do trabalho do autor que os empresários e tecnoempresários tiveram uma importância até maior para o Golpe do que os próprios militares não seria nenhum exagero, principalmente em seu capítulo IX, quando ele aponta que os principais postos estratégicos do novo governo foram ocupados justamente por esses (tecno) empresários.

Dessa forma, o trabalho de Dreifuss foi e ainda é importante por possibilitar toda uma revisão historiográfica de autores que atenuavam a participação da “sociedade civil” em detrimento do setor militar, como, por exemplo, Alfred Stepan. Contudo, por mais que seja inegável a relevância dos empresários e tecnoempresários na definição de intelectuais orgânicos que se reuniram através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), parte-se da ideia de que o Estado, cujo os militares encontravam-se à frente, detém uma autonomia relativa sobre os demais agentes de poder com o objetivo de assegurar um dado ordenamento socioeconômico e que, nos momentos de crise hegemônica, dada a impossibilidade de se estabelecer um consenso entre as classes, as prerrogativas coercitivas do Estado hipertrofiaram-se em detrimento da capacidade consensual conjunturalmente reduzida da sociedade civil.

1.3) LINHA DE PESQUISA.

A linha de pesquisa adotada nesse trabalho é de Instituições, Poder e Ciências, e por isso, faz-se necessário, também, estabelecer uma relação entre cada um desses setores com o tema abordado. Nesse sentido, entende-se que as instituições, dentro dessa concepção do Estado moderno tratado anteriormente, são consequências necessárias deste último (MASCAROS, 2013). É exatamente nessas instituições, onde expressam-se as dinâmicas sociais com todo potencial assimétrico que envolve o processo de correlação de poder e onde as disputas tornam-se mais perceptíveis entre forças institucionais que buscam constantemente recriar a dinâmica específica de uma determinada lógica de valorização do valor com suas respectivas

consequências nas relações sociais, e aquelas destinadas a manter um consenso, muitas vezes apenas aparente, fundamentando por uma pretensa igualdade.¹⁴

É justamente pelo fato de serem estruturalmente fundamentais para o processo de reprodução do capital que determinadas instituições são mais ou menos suscetível à influência dos setores que controlam a lógica de uma “sociedade mercado”. Não sem razão, no período tratado, Delfim Netto foi escolhido como Ministro da Fazenda por ser um relevante representante do mercado, em especial do capital do eixo sul/sudeste. Não sem motivo também, na disputa entre ministros, foi Albuquerque Lima, responsável pela Pasta do Interior, que saiu perdendo, mesmo tendo seu nome e seu ministério uma relevante importância para o Exército, seja enquanto instituição específica, seja como aparelho de Estado.

Interessante notar que, dentro de um contexto onde a Doutrina de Segurança Nacional permeava o conjunto de diretrizes adotadas pelo aparelho estatal, onde, para se evitar a influência de grupos considerados subversivos agindo no interior do país, o binômio segurança/desenvolvimento se tornaria o pilar ideológico, o Ministério do Interior teria um papel importante.

Tradicionalmente, a Pasta do Interior foi utilizada como instituição de controle do descontentamento, sobretudo das regiões menos favorecidas pelas políticas socioeconômicas que priorizavam determinados setores e, conseqüentemente, determinadas regiões. Em um contexto onde virtualmente as propostas de desenvolvimento orientavam-se entre dois polos regionais opostos, um moderno e outro arcaico, a necessidade de um órgão com o objetivo de estabelecer padrões de crescimento mais harmônicos – ou menos desiguais – entre as regiões se fazia premente tanto a nível produtivo, mas principalmente à nível da segurança e da estabilidade nacional e, para isso, o papel do MININTER seria fundamental no sentido de captar parte do poder do investimento da União para outras áreas que não tinha a mesma atenção pelo poder público como o Centro-sul.

14 “Cada constituição, instituição e organização no âmbito político, social ou econômico depende de um mínimo de repetição, sem a qual elas não seriam capazes de se adaptar nem de se renovar” (KOSELLECK, 2014, p.13). Com isso, a análise entre essas disputas de forças institucionais também permite, metodologicamente, apreendermos os diferentes estratos de tempo presentes no objeto de estudo, a partir do exame daquelas instituições de caráter mais estrutural e aquelas de caráter mais estruturante, ou seja, fundadas com o principal objetivo de sustentar uma lógica produtiva, legitimando-a por uma aparente perspectiva de igualdade e liberdade entre indivíduos/regiões de uma mesma sociedade.

Nesse contexto, o Ministério do Interior teria um papel fundamental para as políticas de integração e desenvolvimento, com foco nas regiões consideradas atrasadas. Some-se a isso que, em um país com dimensões continentais, com imensas áreas fronteiriças e onde a ideia de que uma parte expressiva do país— o Norte – ainda era (e para muitos, ainda é) um “vazio demográfico”, a aplicação dos projetos de desenvolvimento e colonização nessas localidades teria vital importância para evitar quaisquer possíveis investidas contra o território nacional por nações vicinais.

Essa função do Ministério do Interior era aplicável não só ao Brasil, mas em outros aparelhos de Estado, como o próprio Peru do general Juan Velasco Alvarado, que havia assumido a presidência através de um golpe de Estado, em 1968. Muito embora o formato do regime militar peruano tenha sido muito diverso daquele adotado pelos militares brasileiros, a Pasta do Interior peruana também foi criada junto com a ascensão política do oficialato castrense, em 1968. Nesse sentido, mesmo que tenha adotado uma linha muito mais nacionalista, é perceptível a influência que o momento de instabilidade nacional gerava também para o regime peruano e para adoção de políticas que enxergavam no binômio segurança/desenvolvimento, um instrumento profilático para possíveis ameaças internas e/ou externas. Não por acaso, em uma reunião do Conselho de Ministros do Governo Revolucionário das Forças Armadas peruano, em fevereiro de 1971, o então Ministro do Interior, o general Armando Artola Azcárate, manifestou sua preocupação com a criação da rodovia transamazônica pelos militares brasileiros e para uma possível ameaça às suas regiões de fronteira (RIBEIRO, 2014).

Nessa perspectiva adotada no trabalho, a dinâmica social se expressa por uma lógica onde as relações de poder estão circunscritas a uma estrutura já dada, isto é, onde o fator objetivo – força de produção e as relações produtivas que as acompanham – está legitimado por elementos subjetivos que compõe uma superestrutura jurídico-política e ideológica já consolidada. Os indivíduos, em última instância, por estarem inseridos *a priori* nessa estrutura social, se condensam e se identificam, de forma mais ou menos circunstancial, a partir de afinidades coletivas atreladas àquele momento histórico.

Contudo, entende-se que essa estrutura histórica analisada tem por característica inata funcionar sob uma lógica de dominação entre essas coletividades formadas e, para isso, o processo de conciliação entre frações de classe cumpre um papel fundamental para a

manutenção dessa natureza estrutural que divide, em polos opostos, mesmo que disfarçadamente, exploradores e explorados, dominadores e dominados, superiores e subalternos. O poder, nesse sentido, é assimétrico e, portanto, hierarquizado, expressando-se na adesão de classe ou esse movimento de hegemonia ou unindo-se coletividade contra-hegemônica.

O consenso e a coerção, nesse sentido, cumprem um papel fundamental. O primeiro para adesão entre as frações de classe na tomada de uma consciência coletiva entre as dominantes, isto é, uma conscientização enquanto classe, propriamente falando, seja pela busca de pontos em comuns entre elas por aquilo que se quer negar, como uma ameaça a sua posição de mando, a exemplo das reformas janguistas, seja a partir de certas afinidades nas políticas afirmativas que são habilmente pensadas pela intelectualidade orgânica com o propósito de satisfazer uma gama de interesses dessas frações de classe reunidas que tem na exploração de outras o seu ponto de sustentação.

Além disso, entende-se que o termo consentimento circunstancial¹⁵ é mais exato do que a definição de consenso propriamente, para tratar das relações de dominação da classe subalterna. Nesse sentido, o consentimento tem como função a legitimação de uma lógica que visa redefinir ou manter as normas de exclusão social e política com os grupos subalternos. Por tratar-se de uma relação de poder assimétrica, algumas das reivindicações das classes exploradas interferem e são incorporadas no processo histórico, sem, contudo, abrir-se mão dos fatores essenciais que garantem essa dominação. Os graus de exploração que se estabelecem objetivamente e, portanto, *a priori*, são dissimulados e a coerção explícita atua como uma ferramenta acessória.

Contudo, nesse processo, para se manter uma coesão social, deve-se legitimar por uma lógica calcada em uma pretensa liberdade/igualdade dos indivíduos, dissimulando qualquer estrutura social de repetição do capital e, por isso, de perpetuação de uma desigualdade que se estabelece estruturalmente. Segundo essa lógica, tanto contratante (ter-poder), como contratado (poder-ter), têm possibilidades de ascensão social supostamente determinadas pelo seu esforço como indivíduo pertencente a uma coletividade.

15 Optou-se pelo termo “consentimento circunstancial” para dar a noção de que a classe explorada não aceita passivamente a sua sujeição, mas atua constantemente no sentido de interferir no devir histórico, mesmo que assimetricamente. Com isso, embora entenda-se que tanto o consentimento, quanto o consenso são sempre circunstanciais, preferiu-se fazer esse esclarecimento com intuito de chamar a atenção para o peso da contra-hegemonia nos acontecimentos.

A estrutura do capital, desse modo, não só é constantemente reproduzida, como ele também é o pilar estrutural garantidor da reprodução das contradições ocultas do tecido social e da construção de um consenso que subjaz essa visão de mundo, no caso específico da pesquisa, por um consenso social em torno do modelo estruturante da propriedade privada rural que acoberta as desigualdades entre o camponês sem posses e alienados do resultado final do seu trabalho, ou parte dele, e os grandes proprietários rurais ou aqueles que tem algum interesse na manutenção da estrutura fundiária nacional. Cria-se, portanto, uma hegemonia que passa pela defesa da propriedade, no caso, a propriedade rural.

O poder, nessa perspectiva, não é a dominação simples, seja por uma lógica somente da coerção e/ou de uma fundamentação explícita alicerçada em fatores teológicos, como foi a sociedade medieval, por exemplo. Trate-se de uma dominação mais dissimulada e fetichizada por uma igualdade e liberdade formal, mas que tem na sua essência mecanismos sutis de reprodução da dominação de uma classe por outra a partir de fatores já pré-determinados que garantem um processo ascensional assimétrico devido a uma disparidade, mesmo que não integral, que já se estabelece *a priori*, antes mesmo da autonomia da vontade do indivíduo.

O poder, portanto, em um momento onde a formação de um consenso social encontra-se instável, como é o caso do presente trabalho, é entendido como um processo dialético de correlação de forças entre aquilo e aqueles que se querem conservar ou reformular, sendo forçados a aceitar algumas das reivindicações populares, mas alterando-se minimamente a estrutura social, e aqueles que pretendem uma reestruturação social plena. Dito de outra forma, entende-se o poder como o resultado do movimento dialético entre poderes assimétricos simbolizados pela tese e pela antítese, e seus respectivos pesos possibilitadores de controle e aplicação dos seus interesses de conservar, renovar ou mudar.

A ciência, nessa ótica *gramsciana* se insere como a constante construção e reconstrução de conhecimento a partir de uma metanarrativa política, ou seja, “uma concepção de mundo com uma ética adequada” (GRAMSCI, 1999, p.377). Mais uma vez, parte-se de um conhecimento que fundamenta-se na infraestrutura, mas onde concebe-se “o desenvolvimento das mesmas [infraestrutura e superestrutura] intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco” (GRAMSCI, 1999, p. 369).

Partindo do princípio, como foi dito, que o período abordado na pesquisa caracteriza-se pelo momento de uma dissidência que impossibilitava o início de um processo de formulação

de um novo consenso em torno da propriedade e, conseqüentemente, do modelo estrutural da grande produção agrícola, a consolidação de uma nova hegemonia deve necessariamente passar também pela consolidação de um arcabouço político-ideológico com formato científico – e, portanto, pretensamente racional – de legitimação de uma dada forma de apreensão do mundo que tem a questão da defesa da propriedade um dos seus alicerces e onde a formulação dessa “ética adequada” passa pela deferência ao *ethos* em torno da propriedade.¹⁶ Ou seja, onde a questão hegemônica também deve, inevitavelmente, ter uma importância epistemológica e a própria superestrutura jurídico-política passa necessariamente pela fundamentação teórica de caráter cientificista (MORERA, 2011).

É a partir dessas concepções de Estado, instituições, poder e ciências, e da interação entre elas que o presente trabalho visa analisar o processo de construção pela busca de uma legitimidade governamental recriada a partir dos conflitos entre frações de classes que se intensificaram a partir da década de 1960 e que procurou se solucionar dentro dos reajustamentos estruturais propostos pelo aparelho empresarial-militar estabelecido após o Golpe de 1964.

1.4) RELAÇÃO ENTRE A PARTE TEÓRICO-METODOLÓGICA COM A SITUAÇÃO HISTÓRICA ANALISADA.

Uma vez que a dissidência do aparelho militar entre 1967 e 1969 é tratada como umas das possibilidades históricas daquele determinado evento, é preciso destacar que se pretende também reduzir ao máximo qualquer grau de teleologismo na presente análise, justamente tentando propor um exame do acontecimento a partir dessa margem contingencial. Como afirma Koselleck(2014, p.288):

Toda história, por ser *ex post*, está sujeita a essas exigências finais. Não podemos prescindir delas. Mas podemos, sim, fugir ao esquema da adição causal e da arbitrariedade narrativa se trabalharmos com hipóteses que introduzem o jogo de possibilidades do passado. Em outras palavras: o perspectivismo só se torna suportável se não o privarmos de seu caráter hipotético e, portanto, reversível.

16 “O Espírito das leis é a propriedade” (LINGUET *apud* MARX 2014)

A análise desse jogo de possibilidades fica bastante evidente quando pesquisamos o contexto da dissidência que envolveu os grupos em derredor de Albuquerque Lima e Delfim Netto. O que se quer dizer com isso é que, diferentemente das interpretações que apontam para um enquadramento imediato logo no pós-Golpe do aparelho empresarial-militar ao projeto de “modernização conservadora” no campo a partir da instrumentalização do Estatuto da Terra voltada para o favorecimento de frações de classe dominantes, principalmente as que se consolidavam em seu papel de liderança dentro do bloco hegemônico, a disputa investigada permite um exame das relações de poder daquele determinado recorte espaço-temporal, justamente ao partirmos da ideia de que a vitória dos defensores desse processo de modernização envolveu um complexo jogo de negociações entre patronatos rurais em choque de hegemonia e pela reformulação dos parâmetros de sujeição e exclusão do trabalhador do campo, passando pela conquista da opinião pública pelo que viria a se chamar de *agrobusiness* e que, para entendermos a consolidação do consenso entre eles, torna-se necessário entender também o processo do embate entre os respectivos interesses das frações de classe que os personagens representavam, assim como as posteriores soluções para dirimir os conflitos entre uma elite mais tradicional e uma elite que, apesar de também ter consolidado de geração em geração sua condição de dominante, soube melhor adaptar-se a um contexto de mudança nesse processo de “modernizante-conservadora” (DREIFUSS, 1981).

Quanto as fontes, tive dificuldades em iniciar a pesquisa pela complexidade de encontrar fontes que pudessem melhor contribuir para uma análise do posicionamento político, econômico e social do general sobre esse e outros temas. Efetivamente o que se encontrava eram depoimentos de oficiais superiores que tiveram uma relevante participação na conspiração civil-militar de 1964, que contribuíram mais para instaurar dúvidas sobre o tema – o que já é extremamente importante –, do que propriamente pudesse permitir-me formular alguma narrativa coerente.¹⁷

A inflexão se deu quando tive acesso à tese de doutorado de Gustavo Soares Iorio (2015), que abriu meu horizonte de pesquisa ao citar como uma das suas fontes um fundo do Arquivo Nacional denominado “MINISTÉRIO DO INTERIOR”, principalmente a seção “Exposição

17 Ver os depoimentos concedidos ao CPDOC/FGV do Coronel Cyro Etchogoyen pelo projeto "1964, e o regime militar" disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista628.pdf>> e do General Antonio Carlos Murici, pelo projeto “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras”, disponível em:<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista35_6.pdf>. Acesso em: 14 set 2020.

de Motivos do MININTER”, por se tratar de um canal direto entre os ministros e os Presidentes da República, inclusive sendo citado pelo próprio Albuquerque Lima no seu discurso de demissão como instrumento de diálogo utilizado por ele para questionar as medidas tomadas por Delfim Netto sobre a questão da redução orçamentária destinada ao MININTER.

Por se tratar de um período pandêmico, onde o acesso aos arquivos que ainda não foram digitalizados foi, ou impossibilitado, ou dificultado, decidi utilizar os Planos Nacionais Diretores do Ministério do Interior. Nesse sentido, como principal encarregado da Pasta, as diretrizes destes documentos deveriam, necessariamente, passar pelo crivo do general. Esses documentos possibilitam exatamente definir um posicionamento oficial sobre a reforma agrária pretendida, principalmente os Planos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e os documentos diretivos da Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (Geran), pelo fato dessas regiões/setor produtivo, serem exatamente os pontos de maior tensão no tocante à reforma agrária, seja ela entendida como instrumento de modernização, uma vez que a agroindústria canavieira nordestina era considerada uma das mais atrasadas, ainda alicerçada na produção extensiva, característica do latifúndio improdutivo ou de baixa produtividade, seja entendida como ferramenta de resolução de conflitos envolvendo a reivindicação dos camponeses por acesso à terra.

É preciso observar que o ex-Ministro do Interior tinha pretensões de ser o sucessor de Costa e Silva. Desse modo, além das fontes já citadas que expunham seu posicionamento institucional, seja como oficial-general, seja como ministro, os jornais Diário de Pernambuco e o Estado de São Paulo, principalmente, onde este se manifestou diversas vezes, como foi o caso da divulgação de sua carta de demissão, possibilita estabelecer uma diretriz metodológica que busca um diálogo entre seus posicionamentos como homem de Estado a partir do que eu chamaria de fontes institucionais mais objetivas, com aquelas de caráter mais pessoal que serão analisadas levando-se em conta suas pretensões políticas.

Portanto, assim como Delfim Netto, Albuquerque Lima contava com amplo grupo de apoio, seja na sociedade política – nas esferas burocráticas e militares –, seja na sociedade civil. Examinar essas fontes é também analisar dialeticamente essa disputa entre dois blocos assimétricos que gravitavam em derredor desses dois personagens com pretensões distintas

sobre o processo estruturante a ser implementado no que se refere à questão da propriedade privada rural e de seus desdobramentos.

*“... É só quando prevalecem as forças
que lutam pela efetiva melhoria das*

condições de vida da população que o crescimento se transforma em desenvolvimento”

(Celso Furtado, 2004).

CAPÍTULO 1: O GENERAL E O CZAR.18

1.1) UM GENERAL SUI GENERIS.

Como dito na parte introdutória, o presente trabalho não tem como objetivo fazer uma análise biográfica sobre o personagem. Com efeito, trata-se de entendê-lo como homem de gênio, capaz de representar interesses pontuais de frações de classe em disputa pela consolidação de sua hegemonia, bem como de uma fração dentro das Forças Armadas. Nesse caso, a análise de seu peso político dentro da instituição castrense – principal responsável pela coerção física, e, no caso específico do Golpe, também pela coerção burocrática – em conjunto com sua interação com a “sociedade civil” – elemento portador de hegemonia privada capaz de propor um consenso social – nos possibilita uma reflexão mais ampla de uma expressiva parte daquilo que Gramsci chama de “Estado Ampliado” (BIANCHI, 2019).

Afonso Augusto de Albuquerque Lima nasceu em Fortaleza no ano de 1909. Filho de Joaquim Lima e de Maria Luísa de Albuquerque Lima, pertencia a uma das famílias mais tradicionais do Nordeste e, assim como seus irmão, Estênio Caio – ajudante de ordem do ex-presidente Dutra – e José Varonil de Albuquerque Lima, optou por seguir a carreira militar, ingressando na Escola Militar de Realengo – antiga escola de formação de oficiais – no ano de 1927 e formando-se em 1930, pela Arma de engenharia (IORIO, 2015).

Seu engajamento político já se fazia presente desde sua formação militar, quando, ainda aluno, foi profundamente influenciado pelo tenentismo em seus ideais reformadores. Nesse sentido, apesar de fazer parte de uma geração de oficiais mais novos, se comparado àqueles que participaram efetivamente do movimento tenentista, como Osvaldo Cordeiro de Farias, Costa e Silva e Juarez Távora, Albuquerque Lima pode ser considerado como membro de uma geração de oficiais formados na Escola Militar de Realengo que participaram ativamente da vida política nacional a partir de 1920.

18 Referência a como Delfim Netto ficou posteriormente conhecido, como Czar da Economia do Brasil.

Sobre a participação na vida política do oficialato e seu processo de transformação, interessante notar que, houve algumas tentativas de restringir os militares aos assuntos estritamente profissionais, como foi o caso do envio de oficiais brasileiros para estagiarem no Exército alemão entre 1906 e 1910, que ficaram conhecidos como “jovens turcos”. Seu objetivo era a renovação dos padrões técnicos, desde o emprego de armamento, até as questões administrativas (DE CARVALHO, 2019). Ironicamente, embora estimulados pelo sentimento que visava a profissionalização militar que o estágio proporcionara, evitando uma interferência direta nos assuntos políticos, o intervencionismo ainda era algo discutido no meio castrense, onde defendia-se o papel histórico e peculiar do Exército brasileiro e de seus oficiais como tutores da ordem e, por consequência, dos destinos nacionais.

Um aspecto importante a ser destacado é que, após as dificuldades de se vencer a resistência locais dos insurgentes na Guerra do Contestado entre 1912 e 1916¹⁹, reforçava-se a constatação de que se fazia necessário dar prosseguimento ao processo de fortalecimento e renovação do Exército. Nesse sentido, em 1916, através do Marechal Caetano de Faria, um entusiasta da organização militar alemã e do ideal renovador presente nos “jovens turcos”, inicia-se, na prática, o Serviço Militar Obrigatório a partir do primeiro sorteio de conscritos, e a regulamentação da promoção de sargentos ao oficialato²⁰(DE SENA, 1984).

Nesse contexto de renovação, havia uma corrente de oficiais que defendiam a vinda de uma missão estrangeira para auxiliar o Exército brasileiro nesse processo. Ainda impressionados pela eficiência da força militar alemã naquele período de estágio, uma parte significativa de oficiais, manifestando-se através da revista “A Defesa Nacional” – reconhecidamente criada com o objetivo de dar voz às convicções dos “jovens turcos” –, defendiam a contratação de uma missão alemã. A derrota germânica durante a Primeira Guerra, contudo, foi fator decisivo para o insucesso desse projeto inicial e para a vinda de uma missão francesa.

Segundo Marcusso (2012), nesse contexto envolvendo a vinda da Missão Militar Francesa, uma astuciosa cartada executada pelo Marechal Caetano de Faria e por alguns “jovens turcos”

19 Sintetizando, a Guerra do Contestado foi um conflito armado envolvendo, preponderantemente, o descontentamento de pequenos proprietários de terras que viviam entre Santa Catarina e o Paraná e que foram desapropriados para construção de uma estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul pela companhia *Brazil Railway Company*.

20 A regulamentação da promoção dos sargentos foi, sobretudo, uma resposta a um crescente movimento de descontentamento desses graduados do Exército que se viam impedidos de ascender graças ao antigo regulamento que estabelecia que esse processo de promoção seria feito através de nomeações ministeriais, o que significa dizer que, até então, os critérios eram muito mais pessoais e suspeitosos de apadrinhamento, do que por critérios técnicos.

que faziam parte de seu gabinete foi a realização de novos trâmites para a escolha de novos instrutores para a Escola Militar de Realengo. As novas doutrinas, táticas e formação de um espírito de corpo castrense deveria adequar-se a um sentido nacional, tanta para emancipação do Exército da dependência dos modelos militares europeus, como para estimular o ideário popular da Instituição como construtora da cidadania brasileira, defendida por Olavo Bilac.(ROESLER, 2015).

A formação desse grupo de instrutores ilustrou o anseio de uma parte do oficialato da necessidade de formular-se conceitos próprios, e que viria a ser conhecido como “Missão Indígena”, tornando-se a corrente mais influente dentro da Escola Militar de Realengo entre 1919 e 1922, motivo este que teve como resultado prático, em primeiro momento, a rejeição da Missão Militar Francesa, de modo que, até 1923, prevaleceria a influência dos “jovens turcos” nas turmas de aspirantes. Entende-se, portanto, que a formação de Albuquerque Lima ocorreu em momento-chave de transição de um modelo nacionalista, para outro sob influência francesa.

Outro ponto importante a ser analisado é a transformação das regras de acesso ao oficialato e dos critérios – subjetivos e objetivos – que, na prática, surgiam como instrumentos de reprodução de estratégias de favorecimento de determinados grupos sociais em detrimento da exclusão de tantos outros. O Regulamento de 1924, isto é, estabelecido após a consolidação da Missão Francesa, excluiu a exigência de uma passagem obrigatória pelo Corpo de Tropa como condição de ingresso à Escola Militar de Realengo, podendo os postulantes ao cargo – civis ou egressos dos Colégios Militares – concorrerem pretensamente em pé de igualdade de acordo com esse novo processo de seleção. Ter sido praça deixava de ser um condicionante, o que significa dizer que, embora a antiga regulamentação possuísse outros artificios de exclusão, como a exigência de um atestado de aprovação de matérias do ensino secundário, o que favorecia as poucas famílias que podiam arcar com as despesas de uma formação escolar, aos poucos, reforçava-se a consciência dentro do oficialato de pertencimento a uma elite, não mais assegurados pelos títulos nobiliárquicos ou favorecimentos pessoais, mas agora sob a legitimação do mérito individual, mais de acordo com a estrutura histórica moderna (RODRIGUES, 2008).

Essa alteração dos moldes de ingresso ao oficialato, sob influência do Exército francês, significava também uma diferenciação que afetaria posteriormente a formação do espírito de corpo castrense e que seria habilmente utilizada – e por que não apropriada? – para a construção de uma consciência de classe por parte das praças que se identificavam com as demais classes subalternas e

exploradas. Esse fator, se analisado no contexto da consolidação da Doutrina de Segurança Nacional e do combate ao “inimigo interno” simbolizado pelos subversivos de esquerda, tornava-se extremamente pernicioso, uma vez que a união desses frações de classes subordinadas e descontentes – praças, proletários, camponeses,... –, poderia significar a implosão da ordem constituída.

Foi durante a sua formação na Escola Militar de Realengo entre 1927 e 1930 que o interesse de Albuquerque Lima pelos assuntos extramilitares envolvendo a política nacional tomou um caminho sem volta. Lá, foi influenciado por gerações de oficiais mais antigos que viriam a participar, em graus mais ou menos decisivos, de praticamente todos os acontecimentos políticos, como Osvaldo Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Castello Branco, Costa e Silva, Orlando Geisel, Emílio Médici e tantos outros.

A vocação política, tanto em termos de gerações, como a nível individual fica nítida quando decide deixar de seguir as ordens que o encaminhavam para dirigir a construção da estrada Macapá-Clevelândia, no Amapá, para aderir à Revolução de 1930, em 3 de outubro, e juntar-se ao então capitão Juarez Távora, chefe revolucionário do movimento do Nordeste e que teria um papel relevante no restante de sua carreira militar, assim como Juracy Magalhães, comandante da Coluna na qual veio a servir nos confrontos de 1930. Ressalta-se também sua participação no Clube 3 de outubro, movimento que pretendia promover o prolongamento do governo provisório de Vargas, o que favoreceria a consolidação de um poder central mais forte que pudesse pôr fim à dominação das oligarquias do Centro-sul, isto é do eixo Minas/São Paulo.²¹

Apesar de cearense, é principalmente a partir de 1930 que Albuquerque Lima começa a estreitar os laços com a sociedade nordestina, especificamente de Pernambucana– como militar e como homem público – durante o período em que Carlos de Lima Cavalcanti esteve a frente do governo de Pernambuco como interventor, entre 1930 e 1937, sendo nomeado subcomandante da Brigada Militar de Pernambuco, sob as ordens do então primeiro-tenente Jurandir Mamede – outro que viria a ter um papel significativo no restante de sua carreira.

Em relação a sua participação como subcomandante, torna-se necessário fazer algumas considerações: Lima Cavalcanti pertencia a uma família bastante tradicional de usineiros

21 DICIONÁRIO CPDOC VERBETE ALBUQUERQUE LIMA. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-de-albuquerque-lima>>. Acesso em: 21 fev 2022.

pernambucanos. A Usina Pedrosa, inclusive, que pertencia a ele e a seu irmão, Caio de Lima Cavalcanti, tornou-se um dos polos de reunião dos insurgentes de 1930.

Barbosa Lima Sobrinho, que também governou Pernambuco entre 1946 e 1951, diz em seu depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) que a ligação entre Carlos de Lima Cavalcanti e o movimento tenentista era ainda mais estreitada pelos vínculos que o futuro interventor de Pernambuco mantinha com Jurandir Mamede e Albuquerque Lima.²² O que se quer dizer com isso é que, tanto Lima Sobrinho, como Lima Cavalcanti, foram presidentes do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), autarquia que tinha por objetivo fomentar e orientar a produção da indústria açucareira. Nesse sentido, Albuquerque Lima conhecia de perto os problemas de uma região que tinha como principal setor produtivo a agricultura canieira e sua indústria a jusante de açúcar e álcool, localidade esta que viria a se tornar uma das principais regiões-problema durante as décadas de 1950 e 1960 pelo aumento de reivindicação de movimentos de trabalhadores rurais por políticas públicas que lhes garantissem o acesso aos direitos trabalhistas assegurados às demais categorias e à terra, experiência essa que pesaria lá na frente quando esteve encarregado do Ministério do Interior.

É importante destacar também que a própria relação interfamiliar entre os Albuquerque e os Cavalcanti, possuía uma estreita relação com o *ethos* dos produtores de açúcar nordestino desde os tempos coloniais. A vinda de Duarte Coelho, primeiro capitão-donatário da Capitania de Pernambuco, recompensa esta conseguida devido seus esforços nas expedições e defesas das Índias sob dominação portuguesa, fez-se acompanhada de sua esposa, Beatriz de Albuquerque, e de seu irmão, Jerônimo de Albuquerque, e tinha como intuito estabelecer-se como produtor açucareiro.

Desde então, a família Albuquerque notabiliza-se pela sua participação na produção açucareira no Nordeste, consolidando-se no subsetor produtivo e na região utilizando-se também do estabelecimento de laços entre famílias importantes. Nesse contexto, por exemplo, é que Jerônimo de Albuquerque, cunhado do capitão-donatário, Duarte Coelho, na luta para estabelecer-se em solo pernambucano em um contexto de combate contra os índios tabajaras, casa-se com a filha do cacique Uirá Ubi – que significava Arco Verde – e passa a adotar o nome cristão Maria do Espírito Santo do Arcoverde.

22 Entrevista concedida por Barbosa Lima Sobrinho ao CPDOC/FGV, para o programa projeto “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista57.pdf>>. Acesso em: 22 setembro 2022. p.68.

Dessa união entre Jerônimo de Albuquerque com Maria do Espírito Santo Arcoverde, nasce Catarina de Albuquerque, que viria a se casar com Fillipo Cavalcanti, fidalgo florentino recém-chegado em solo brasileiro e com pretensões de se estabelecer como produtor canavieiro. Nesse sentido, pode-se perceber nessa estratégia matrimonial, preocupações que iam, desde uma busca pela consolidação de um poderio familiar que passava pelo estabelecimento de vínculos com poderes já consolidados, até a formação de um *ethos* interfamiliar entre proprietários de engenhos. Nesse segundo caso, iniciava-se aqui uma duradoura tradição de casamento entre essas duas importantes famílias canavieiras: os Cavalcanti e os Albuquerque.

Interessante notar que, após sua passagem como subcomandante da Brigada Militar de Pernambuco, o Jornal Pequeno²³ saúda a volta de Albuquerque Lima, agora para atuar no Estado-Maior do Exército da 7ª Região Militar, referindo-se a ele como “ilustre oficial do exército pertencente a uma das famílias mais tradicionais do estado do Ceará”.

Apesar de estar-se tratando de um recorte temporal distinto, é possível perceber que essa estratégia de consolidação de um *ethos* interfamiliar canavieiro aparentemente também influenciou na trajetória de Albuquerque Lima. O Jornal Diário da Manhã²⁴, por exemplo, de propriedade do então interventor Carlos de Lima Cavalcanti e de seu irmão Caio de Lima Cavalcanti, noticiou em uma de suas colunas sociais, a promessa de casamento entre o futuro Ministro do Interior e Risoleta de Lima Cavalcanti, filha do interventor. Mesmo o matrimônio não tendo chegado a ocorrer por motivos desconhecidos, uma vez que Albuquerque Lima casou-se com Maria Helena Moreira de Souza, irmã do importante *ipesiano* José Luiz Moreira de Souza, a possibilidade de mais uma união entre as famílias Cavalcanti e Albuquerque reforça essa tendência de manutenção e consolidação de um *ethos* em torno da propriedade produtora canavieira.

Albuquerque Lima combateu a chamada Revolução Constitucionalista de 1932 à frente do 3º Batalhão da Brigada de Pernambuco, onde, desde então, deixa clara sua insatisfação com o afã de setores da elite econômica paulistana em angariar benefícios particularistas que acabavam, segundo ele, por comprometer o todo nacional. Considerava a promulgação da Constituição de 1934 como “uma defesa dos interesses dos grupos econômicos de São Paulo” (ALBUQUERQUE LIMA *apud* SVARTMAN, 2006, p.325).

23 Pequeno Jornal: Jornal Pequeno, Sexta-feira, 12 de Janeiro de 1949, p.3.

24 Jornal O Diário da Manhã, Quarta-feira, 22 de fevereiro de 1935, p.4.

Na ausência de Jurandir Mamede à frente da Brigada pernambucana no período que eclodiu a revolta que ficou conhecida como “Intentona Comunista”, promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, Albuquerque Lima assumiu diretamente o comando contrainsurgente que se encarregou de combater as tropas revoltosas do 21º Batalhão de Caçadores, em Natal, e do 29º Batalhão de Caçadores, em Recife. Contudo, após ter adotado uma postura a favor da ordem constitucional vigente no combate aos insurgentes de 1935, sua posição pró-governista viria a cair por terra, em 1937, com a decretação do Estado Novo.

Saliente-se que, além dessa função coercitiva da Brigada Militar de Pernambuco, o próprio cargo de subcomandante e, principalmente, de comandante, conferia ao titular uma importância também perante a sociedade civil pernambucana. Em algumas ocasiões, por exemplo, Jurandir Mamede assume a interventoria do Estado quando na ausência de Carlos de Lima Cavalcanti. Noticiava-se à época:

“Anteriormente a sua investidura naquele cargo [comandante da Brigada Militar do Estado], desempenhava o coronel Mamede o de secretário de segurança pública e, nesse caráter, teve ocasião de exercer, numa interinidade, a interventoria, dando nessas funções, brilhante demonstração de sua capacidade, energia e tacto para direção dos negócios públicos.”²⁵

Tendo em vista que Albuquerque Lima substituiu diversas vezes Mamede como comandante, é natural que esse desdobramento político conferido ao Comando da Brigada Militar, função ocupada pelo futuro Ministro do Interior por diversas vezes, também o tenha influenciado. Significa dizer que o cargo assumia proporções muito maiores do que somente àquelas atinentes aos assuntos de segurança pública, exigindo-se, nesse sentido, um relacionamento com expressiva parcela da sociedade civil e política pernambucana, dentre elas, a elite econômica, na qual o setor açucareiro era um forte pilar.

Esse destaque político que a Brigada Militar proporcionou a Albuquerque Lima, em 1937, pode ser ilustrado quando esse participou de uma visita ao Rio de Janeiro, juntamente ao interventor Carlos de Lima Cavalcanti na função de assistente militar. Nessa ocasião, que contou com uma reunião com o também futuro titular do Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR)²⁶, Osvaldo Cordeiro de Farias, foram exibidos uma série de

25 Jornal O Diário da Manhã, Quarta-feira, 11 de Janeiro de 1933, p.1.

26 Que viria se tornar, exatamente, Ministério do Interior durante o Governo Costa e Silva.

filmes sobre as atividades econômicas e sociais desenvolvidas em Pernambuco, em especial sobre a produção açucareira.²⁷

O período que marca os momentos que antecederam ao Estado Novo afetou consideravelmente o governador de Pernambuco²⁸, Carlos de Lima Cavalcanti e, presumivelmente, o próprio Albuquerque Lima. Nesse sentido, já em 1936, quando se iniciava as articulações para definir a sucessão presidencial que deveria ocorrer em 1938, Lima Cavalcanti, apoiado por Juarez Távora, decide apoiar a candidatura única de Armando de Sales, interventor de São Paulo, figura esta tida como capaz de implementar uma retomada dos rumos do movimento revolucionários de 1930.

Apesar de sua preocupação de que essa escolha significasse o esvaziamento dos interesses da região Nordeste em detrimento da elite do Centro-sul, uma vez que o Armando de Sales foi um importante participante da Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, Lima Cavalcanti decide apoiar essa decisão pelo fato de que a outra opção que se mostrava no horizonte, isto é, o candidato moderadamente apoiado por Vargas naquele momento, era José Américo, nome esse que já havia tido algumas rugas com o governador pernambucano quando no episódio da exclusão de Pernambuco das regiões que receberiam auxílio federal através da Inspeção de Obras contra as Secas, tendo Américo como titular da pasta. Após conversas com Cordeiro de Farias e com Juracy Magalhães, governador da Bahia, e seguindo a diretriz do Partido Social Democrático (PSD) pernambucano, Carlos de Lima Cavalcanti acaba cedendo em relação ao nome de José Américo, por considerá-lo capaz de representar os interesses do Nordeste.

Cabe destacar também que, Carlos de Lima Cavalcanti, desde 1935, ia perdendo espaço no governo federal para o *pessedista* e Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, que ia se consolidando como principal voz do PSD de Pernambuco no cenário federal. Nesse contexto, após o Levante Comunista de 1935, percebe-se uma cisão na bancada pernambucana do partido e os opositores de Lima Cavalcanti passam a adotar uma estratégia de enfraquecê-lo associando-o ao comunismo, uma vez que dois de seus principais secretários estaduais estavam supostamente envolvidos no acontecimento. Chega-se, inclusive, a pedir a prisão preventiva de Lima Cavalcanti. Apesar de absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional, em agosto de 1937, a relação do governador de Pernambuco com o governo federal fica definitivamente estremeado, inclusive

27 Jornal O Diário da Manhã, Sexta-feira, 8 de Janeiro de 1937, p.6.

28 Uma observação a ser feita é que, até 1935, Carlos de Lima Cavalcanti era interventor. Somente a partir da Assembleia Constitucional de Pernambuco, no mesmo ano, é que ele é eleito de forma indireta e pode ser considerado, de fato, governador, até 1937, ano da decretação do Estado Novo.

transferindo-se o antigo apoio varguista à candidatura de Lima Cavalcanti, para Agamenon Magalhães no processo sucessório ao governo pernambucano. Tendo em vista a proximidade de Albuquerque Lima com Carlos de Lima Cavalcanti, infere-se que esse processo de insulamento, apesar de não ter sido o único, pode ser considerado como um fator decisivo no antivarguismo do futuro Ministro do Interior.

Depois de ter feito o curso de instrução de oficiais da *Engineer School* das Forças Armadas norte-americanas, ingressou na Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1944, onde teve uma destacada atuação como subcomandante do 9º Batalhão de Engenharia de Combate, o primeiro contingente brasileiro a entrar em luta contra os alemães, recebendo uma série de elogios pela sua capacitação, principalmente durante a tomada do Monte Castelo/Belvedere, conflito com significativas baixas pelo lado brasileiro e que se notabilizou por apresentar sérias dificuldades para vencer a resistência alemã.²⁹

Seu descontentamento com a política de Getúlio ficou claro não só pela intensificação às críticas ao Estado Novo, quando volta ao Brasil em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, sendo favorável à conspiração que forçou Vargas a renunciar preventivamente ao cargo de presidente, mas também manifestando-se contrariamente a candidatura do ex-chefe do “Governo Provisório” de 1930 nas eleições de 1950. Não tendo êxito nessa segunda empreitada, Albuquerque Lima acaba sendo signatário do Manifesto dos Coronéis, em 1954, documento que, em suma, criticava o governo pela insuficiência dos recursos destinados às Forças Armadas e ao aumento de 100% do salário-mínimo. Embora a tentativa de conter esse aumento salarial tenha sido inútil, o então ministro do trabalho, João Goulart, que havia proposto tal medida, acaba sendo demitido da pasta diante da pressão do alto escalão militar, o que traria um posterior desgaste quando veio a assumir a Presidência em 1961.

Durante as eleições de 1955, Juscelino Kubitschek foi eleito com 35,6% dos votos pelo PSD contra 30,2% de Juarez Távora, inscrito pela União Democrática Nacional (UDN). É importante ressaltar que, na década de 1950, havia uma grande divisão interna no Exército, explicitada pelas eleições do Clube Militar em 1950, onde os candidatos se dividiram entre os que apoiavam a chapa dos generais Newton Estillac Leal e Horta Barbosa, que assumiam uma postura nacionalista em assuntos como a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo e a de neutralidade

29 DICIONÁRIO CPDOC VERBETE ALBUQUERQUE LIMA. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-de-albuquerque-lima>>. Acesso em: 21 fev 2022.

em relação à posição do Brasil no contexto da Guerra da Coreia, e àqueles que apoiavam a chapa “entreguista” liderada pelo general Osvaldo Cordeiro de Farias. Dentro desses capítulos de grande participação dos militares nos assuntos políticos desde 1930, a disputa presidencial do Clube Militar foi o único episódio em que Albuquerque Lima não se manifestou – pelo menos não de modo ostensivo. Contudo, embora não seja possível afirmar categoricamente, até pela sua vertente nacionalista quanto aos assuntos políticos nacionais, a aproximação de Jurandir Mamede e Juarez Távora da chapa de Osvaldo Cordeiro de Farias, assim como a aversão de Albuquerque Lima ao getulismo simbolizado por Estillac Leal, leva a crer em um relativo alinhamento circunstancial com os “entreguistas” nessa ocasião específica.

Uma vez eleito, mas ainda não empossado, Juscelino sofreu com um forte movimento *udenista* e militar que visava barrar sua posse por considerar que a diferença de votos entre ele e Juarez Távora não poderia significar um processo eleitoral onde a vontade popular pudesse realmente estar representada.³⁰ Logicamente, por trás dessa contestação ao processo político, estava o receio da volta do getulismo explicitada, tanto por Kubitschek, como pelo seu vice, João Goulart.

Por ocasião do sepultamento do general Canrobert Pereira da Costa, que também já havia se manifestado contrário a ideia de candidatura única simbolizada pela aceitação de Jango e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) a partir de uma aliança interpartidária com PSD durante as eleições de 1955 visando lançar um único candidato à presidência entre as duas legendas, assim como o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB) a Juscelino, o então coronel Jurandir Mamede, ex-superior de Albuquerque Lima na Brigada Militar de Pernambuco, pronuncia um discurso não só elogiando Canrobert pela sua participação contra o Governo Vargas, como também incentivando a contestação às eleições realizadas, classificando-as como uma “mentira democrática”, apontando a candidatura de Juscelino e Goulart como a “causa verdadeira dessa desgraçada desunião entre militares” (MAMEDE 1955 *apud* Dicionário CPDOC VERBETES).³¹

Nesse contexto, o então Ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, de posicionamento conhecidamente legalista, cobrou a punição de Mamede e depôs Carlos Luz, Presidente interino com pretensões de evitar a posse dos candidatos eleitos em 1955, e que assumiu o cargo por motivos de doença de Café Filho, que se encontrava na Presidência desde o suicídio de Vargas, pelo

30 Recorde-se que a constituição de 1946 não exigia maioria absoluta para considerar eleito o presidente da República.

31 DICIONÁRIO CPDOC VERBETE JURANDIR MAMEDE. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jurandir-de-bizarria-mamede>>. Acesso em: 22 fev 2022.

fato de ser o Presidente da Câmara dos deputados, seguindo a Constituição de 1946. Opondo-se ao chamado “Golpe Preventivo”, Albuquerque Lima é afastado do comando do 2º Batalhão Rodoviário após a vitória de Lott.

Seu ferrenho posicionamento contrário ao Governo Juscelino fez com que Albuquerque Lima participasse da formulação da chamada “Revolta de Aragarças”, chefiada pelo tenente-coronel aviador João Paulo Moreira Burnier. A intenção era desestabilizar o governo a partir de sequestros de aviões que seriam utilizados para bombardear os palácios das Laranjeiras e do Catete, no Rio, e ocupar as bases de Santarém e de Jacareacanga, no Pará. Além disso, os revoltosos alegavam que o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, planejava uma revolução comunista no Sul do país.

O apoio de Albuquerque Lima à conspiração se deveu à recusa inicial de Jânio Quadros a concorrer ao cargo de presidente pela coligação entre o Partido Democrata Cristão (PDC) e a UDN, que, além disso, contaria com uma frente de partidos oposicionistas aos sucessores de Vargas. Apesar da resistência inicial, Jânio resolve concorrer às eleições de 1960 e Albuquerque Lima passa a posicionar-se contrariamente à conflagração do levante por considerar a vitória *udenista* como certa, tornando-se a execução dos próximos passos desnecessária

A década de 1960 é fundamental para entendermos as peculiaridades do pensamento de Albuquerque Lima, e os motivos que fazem dele um personagem *sui generis*, mas, para isso, é preciso retornar um pouco no tempo. Desde a queda do Estado Novo, a mobilização política dentro do oficialato das Forças Armadas pôde ser caracterizada, mesmo que de maneira não cristalizada, entre dois grandes blocos. De um lado, encontrava-se um grupo de oficiais identificados como nacionalistas, que possuíam alguma afinidade com a política de Getúlio e de seus continuadores. A antítese a esse pensamento era formada pelos oficiais ligados ao pensamento de direita liberal e anticomunista/antissindicalista (CHIRIO, 2012, p.11).

Politicamente, Albuquerque Lima encontrava-se muito mais em harmonia com o segundo bloco de oficiais. Mas o interessante é que, economicamente, assumia uma postura convictamente nacionalista e intervencionista, o que, de fato, afastava-o dos liberais, de certa forma.

Em 1959, já como coronel, é escolhido como representante das Forças Armadas no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENE), que viria a dar posteriormente

origem à Sudene, na qual participou da sua criação e que ficaria sob a direção do economista Celso Furtado, que – irônica ou tragicamente – se tornaria um dos primeiros nomes a perder os seus direitos políticos por dez anos com a edição do Ato Institucional nº 1 (AI-1) de 09 de abril de 1964. No ano seguinte, fez um curso de treinamento em problemas de desenvolvimento econômico realizado pela Cepal, curso esse que influenciou decisivamente o seu pensamento em relação à compreensão das mazelas nacionais e suas respectivas soluções, principalmente no que diz respeito à desigualdade entre o desenvolvimento das regiões Sul/Sudeste se comparados com Norte/Nordeste.³²

Tanto pela sua experiência na arma de engenharia, como pela compreensão dos graves problemas que afetavam a região Nordeste, assumiu no início de 1961, já no início do governo de Jânio, a diretoria-geral do Departamento Nacional de Obras contra Secas (DNOCS). É importante observar que nesse período, Albuquerque Lima é amplamente elogiado pelos jornais em circulação, tanto os do Sudeste, como é o caso do Estado de São Paulo, como também os do Nordeste, como é o caso do Diário de Pernambuco. Seu trabalho à frente do DNOCS foi, como veremos, de suma importância para suas pretensões políticas posteriores.

Nos anos que precederam o Golpe de 1964, esteve na Escola Superior de Guerra, em primeiro momento como aluno, e em segundo momento como Chefe da Divisão dos Assuntos Econômicos da ESG. Ressalta-se a relevância da função em um momento que a Escola ampliava consideravelmente sua participação política nos assuntos nacionais. Nesse sentido, Albuquerque Lima teve destacada participação no trabalho de mobilização desta na adesão ao Golpe e reforça a importância de se trazer uma reflexão sobre uma historiografia que, apoiada em grande parte pela divisão entre oficiais *sorbonistas*, aglutinados em torno da ESG e oficiais identificados como “linha-dura”, notabilizado pelos escritos jornalísticos de Carlos Castello Branco, costuma aglutinar de forma homogênea esses dois grupos do oficialato militar tão diverso.

32 Passadas quase seis décadas dessa disputa entre os personagens, Delfim Netto, referindo-se ao general Albuquerque Lima, deu uma declaração recente afirmando que este “fez um curso madureza na Cepal e formulou o programa que encantou a famosa linha dura. Se tivesse ido à frente, o País tinha afundado”, o que ilustra não só a importância da disputa que se estabeleceu entre eles, como também entre dois grupos presentes no seio do governo que gravitavam ao redor dos personagens aqui tratados no tocante à disputa pelo projeto de desenvolvimento e da Reforma Agrária a serem adotados (RACY, 2020).

1.2) ALBUQUERQUE LIMA E SEU POSICIONAMENTO DIANTE DO GOLPE DE 1964.

Mais uma vez, encontramos aqui dificuldade na tarefa de enquadrar o pensamento de Albuquerque Lima de maneira homogênea em algum dos blocos divergentes de oficiais já consagrados pela historiografia que trata sobre o tema, como por exemplo a que pauta sua análise a partir da divisão interna nas Forças Armadas entre moderados/*sorbonnistas* e linha-dura. Nesse sentido, parte-se do princípio de que enquadrar o pensamento do ex-ministro a algum desses blocos é simplificar um pensamento extremamente complexo.

No período que precedeu o Golpe de 1964, encontrava-se à frente da Chefia de Assuntos Econômicos da ESG. Destaca-se aqui que tal instituição foi formulada tendo como modelo a *National War College*, organização militar estadunidense que tinha por objetivo articular as discussões militares com as elites intelectuais pertencentes à sociedade civil sobre temas de relevância socioeconômica, sempre dentro de uma perspectiva geopolítica que envolvia o binômio segurança e desenvolvimento. Interessante notar que muitos dos debates que se intensificariam com o fortalecimento do papel do IPES no Golpe de 1964 seriam discutidos na ESG e na sua escola de diplomados, ADESG (Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra).

Apesar de seu posicionamento muita das vezes peculiar, a percepção de que uma revolução comunista constituía a principal ameaça ao ordenamento social era ponto de convergência de Albuquerque Lima com outra parcela majoritária do oficialato. É preciso recordar, nessa perspectiva, que seu anticomunista ficou reforçado pelo episódio que marcou sua participação no combate à “Intentona” quando era subcomandante da Brigada Militar de Pernambuco, um dos principais focos de insurgência, e que ficou marcado no ideário do oficialato pelo potencial ameaçador que uma revolução nesses moldes poderia provocar em termos de perdas na Instituição, por entenderem que os sediciosos estariam dispostos aos maiores sacrifícios em favor de sua causa, inclusive o sacrifício da vida dos militares contrarrevolucionários, se preciso fosse. Segundo Pedrosa (1998, p.169), “ouvindo inúmeros militares que exerceram papel importante nos desdobramentos da Revolução de 1964, definiram que a origem histórica do anticomunismo nas Forças Armadas data de 1935”.

A perniciosidade da doutrina marxista-lenista para os militares estava representada pela sublevação dos militares subalternos e, conseqüentemente, pela quebra da espinha dorsal de qualquer instituição militar: a hierarquia e a disciplina. Nesse sentido, manifesta-se Pedrosa (1998, p.252)³³

Então que diferença essencial de procedimento existe entre os militares e os homens do trabalho liberal, onde as pessoas não usam armas? É que, num quartel, espera-se conduta de coesão, além da prática da camaradagem, idealismo, sentido de legalidade e de correção de atitudes, entre as pessoas, dedicação e fixação nos deveres constitucionais e obediência aos regulamentos, coisas que, na verdade, para um bom soldado, significam a essência profissional. E como podem, em tais circunstâncias, conviver na caserna pessoas de ideologias muito diferentes? Uma delas propondo a configuração de outro regime organizado em padrões filosóficos inteiramente diversos?

No contexto da década de 1960, a sublevação dos militares subalternos assumia um caráter ainda mais preocupante para o oficialato pelo fato de se tratar de um período onde o descontentamento dos mais variados setores das frações de classes subordinadas poderia elevar-se a um patamar de instabilidade que, segundo o entendimento do alto escalão militar, a união dos descontentes sob uma bandeira única poderia resultar em uma revolução comunista.

Os acontecimentos de 1935 e o conflito armado que veio a eclodir no interior dos quartéis, causando a morte de militares de ambos os lados, alimentavam o temor de que o quadro de instabilidade presente nos anos de 1960 poderia agora encontrar um respaldo em outras frações de classe subalternas que a “Intentona” não havia conseguido atingir anteriormente. Dessa forma, notava-se também, por parte do oficialato castrense, que a identificação das praças com trabalhadores fardados, acima até de sua condição de militar, isto é, como parte integrante de uma classe maior de explorados, assim como operários e camponeses, comprometia o espírito de corpo pretendido.

Embora o Regulamento de 1915 tenha implementado critérios para a promoção de sargentos ao oficialato menos subjetivos, a retirada pelo Regulamento de 1924 da exigência de uma passagem prévia pela Corpo da Tropa pelos postulantes diretos a oficiais que ingressavam na Escola Militar de Realengo, reforçou, na prática, um sentimento de divisão

33 O trabalho de Pedrosa (1998) é uma produção memorialística de um oficial do Exército que, apesar de não ter participado diretamente dos acontecimentos de 1964, expõe sua versão dos fatos daquilo que ele vivenciou no interior da oficialidade castrense.

entre duas classes distintas presentes nas Forças Armadas: oficiais de escola e praças. Por mais que essa cisão já pudesse ser notada antes da vinda da Missão Francesa, a condição essencial de ter sido praça para ascender ao oficialato dava um aspecto aos subalternos de liderança conquistada pelo exemplo àqueles que galgavam aos principais postos.

Essa questão do acesso ao oficialato sempre foi um tema sensível para as praças. Não sem motivo, Prestes, em seu manifesto de 1950, se dirige aos soldados e marinheiros concitando-os à luta anti-imperialista sob a promessa de uma renovação do quadro democrático nacional e, por consequência, “o direito à instrução e ao livre acesso ao oficialato do Exército Popular de Libertação Nacional” (PRESTES, 1950).

A aversão pelos militares ao marxismo-lenismo extrapola o âmbito puramente do interesse individual e adentra no fator institucional. Nesse sentido, a própria sobrevivência das Forças Armadas enquanto instituições que detêm o monopólio da força organizada é colocado em questionamento pela doutrina. Para Lênin, a capacidade do Estado capitalista de se manter passa necessariamente pelo desenvolvimento de um órgão de força que garantiria, através da coerção, uma estrutura de dominação de classe. Somente através da organização espontânea da população armada é que se poderia falar em um exército que verdadeiramente representaria o povo (LENIN, 1978).

A insatisfação das praças em relação a sua exclusão na participação política já era algo notado durante todo o período republicano, uma vez que era vedado aos soldados e cabos votarem – situação que só viria a se reverter na Constituinte de 1988 – mas chegou a um grau insustentável no contexto da década de 1960 quando da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos que, apesar da restrição prevista pela Constituição de 1946, haviam se candidato e sido eleitos no pleito de 1962 para os órgãos do Poder Legislativo.³⁴ Nesse sentido, a aproximação dos sargentos a João Goulart já era percebida desde 1961, quando estes apoiaram a “Campanha da Legalidade” que garantiu a posse de Jango após a abdicação de Jânio Quadros e ficou ainda mais perceptível pelos repetidos sinais de apoio dado pelo presidente as suas reivindicações.

34 Apesar de ser um graduado e considerado como um elo de ligação da tropa com os oficiais, os sargentos compõem o quadro de praças e, embora não seja propriamente um elemento de execução, na prática, há um certo sentimento de identidade entre as praças.

O resultado mais expressivo desse movimento que ficou conhecido como “*sargentismo*” foi a Revolta dos Sargentos ocorrida em Brasília, em 1963. O objetivo principal dos revoltosos era pressionar o poder constituído para atender suas demandas políticas e econômicas. Contudo, ela também pode ser considerada a partir de uma perspectiva mais ampla, onde os anseios de uma parte expressiva da sociedade almejava reformas de base, como uma reforma política, uma reforma fiscal e – talvez a principal delas – uma reforma agrária. Com isso, fortalecia-se uma noção de formação de consciência de classe que extrapolava a questão meramente profissional, mas identificada, sobretudo, pelo anseio de destruição dos quadros de exploração daquele contexto socioeconômico. Prova disso foi as manifestações de solidariedade prestadas pelos membros da Central Geral de Trabalhadores (CGT), das Ligas Camponesas e da União Nacional dos Estudantes (UNE) aos sargentos de 1963. Portanto, temia-se que os pontuais descontentamentos profissionais pudessem ser entendidos sob um viés ideológico onde a exclusão por que passavam os sargentos tinha a mesma raiz pela qual passavam os demais oprimidos e que esse quadro pudesse se generalizar ao ponto de constituir uma ameaça a toda uma estrutura consolidada.

Dentro de um emaranhado de pensamentos heterogêneos e, muitas vezes, até conflitantes dentro do oficialato, a ESG, acompanhada da formulação da Doutrina de Segurança Nacional foi fundamental no diálogo com a sociedade civil que buscava conspirar contra Goulart. Essa aliança passava diretamente pelo fomento a um pensamento que acabavam por ser os dois lados de uma mesma moeda: no verso – como forma positiva de propor políticas – a geopolítica *esguiana*; no anverso – como forma de se opor a algo – a oposição a uma pretensa ameaça comunista. Segurança e desenvolvimento: eis aqui suas duas facetas. Nesse sentido, tanto a ESG como o IPES foram de extrema relevância para propor reformas que, ao mesmo tempo, consolidassem a hegemonia de um novo bloco de poder e contivessem qualquer ebulição social das classes subalternas.

Ao mesmo tempo, em que a ESG e a ADESG tornavam-se os centros de convergência entre militares e civis conspiradores, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), cuja influência da Missão Militar Francesa se fazia mais presente, consolidava-se como centro insurgente do meio exclusivamente militar. Nesse sentido, o peso das doutrinas contrarrevolucionárias francesas, nos episódios que marcaram a sua derrota na Indochina e na Argélia, marcaram o ideário do oficialato castrense, em especial o papel da quebra da

hierarquia e das alianças das praças com as demais frações de classes oprimidas, no que poderia significar a formação de uma consciência de classe que comprometeria o próprio espírito de corpo militar, e uma possível ameaça de caráter comunista.

Em relação à primeira, podemos dividir essa concepção *esguiana* de geopolítica a partir de seu duplo objetivo: segurança e desenvolvimento. Em relação ao primeiro objetivo, destacamos o conceito de Guerra Total, onde, dada a grande probabilidade de eclosão de uma guerra entre União Soviética e Estados Unidos, tornava-se necessário ações planejadas e coordenadas que visavam consolidar uma unidade de guerra que envolveria toda a sociedade. Nesse contexto, e tendo em vista que os formuladores *esguianos* entendiam a amplitude do conceito de Guerra Total, onde esta não se restringiria somente aos aspectos de confrontação bélica, mas sobretudo um conflito traçado nas esferas político-econômica e ideológica, uma vez que o quadro era marcadamente de deterrência, isto é, onde as duas potências evitariam o conflito armado por saber que o potencial nuclear da outra parte envolvida funcionaria como fator de frenagem ao início de um conflito militar, o Brasil deveria fazer valer sua importância espacial diante das conjunturas internacionais,

Embora um aspecto esteja intimamente ligado ao outro, entendia-se que, para se maximizar o desenvolvimento pátrio, fazia-se necessária a integração das diferentes regiões do país, seja para alavancar a estrutura econômica, fazendo com que as insatisfações sociais não atingissem um nível incontornável, seja com o intuito de colonizar áreas com baixo percentual demográfico e que estariam, portanto, suscetíveis às investidas de outras nações, principalmente as de regiões fronteiriças.

Assim, o aparente posicionamento contrário à facção nacionalista na década de 1950 de uma grande parte de militares que formulariam o pensamento *esguiano* e que seriam denominados de “ala entreguista”, é relativizado no presente trabalho, pois, embora essa vertente caracterizava-se pela defesa à entrada de capital estrangeiro em setores onde os nacionalistas sustentavam o monopólio do Estado, essa posição torna-se parcial quando trata-se, por exemplo, do fator espacial, onde havia certo alinhamento em termos de garantir a soberania nacional nas questões geográficas.

O que divergia, nesse aspecto, era mais os meios que se utilizariam para promover a ocupação desses espaços do que propriamente seus fins, cuja a diferença entre as soluções propostas pelo modelo norte-americano ou pelo modelo francês, far-se-iam presentes de

acordo com as perspectivas pessoais de cada oficial. O que torna Albuquerque Lima um personagem *sui generis* é o entendimento de que o projeto nacional desenvolvimentista pretendido pelo futuro Ministro do Interior, sofria menos a influência dessas duas correntes de pensamento, do que propriamente das formulações *cepalinas*.

Não fugindo a essa questão da segurança e do desenvolvimento, Albuquerque Lima acabaria se tornando o representante de um projeto de governo que buscava de uma forma peculiar, se comparada com as perspectivas de outros grupos de oficiais, a integração das diversas regiões do país de acordo com as teses de desenvolvimento *cepalinas*, onde – talvez a principal diferença para a política mais influente dentro da ESG e até da ECEME – as soluções econômicas nacionais passariam necessariamente pelo estímulo à produção e ao mercado interno e não com a manutenção de um sistema econômico que favorecia à entrada do capital multinacional e associado e aos setores exportadores (DREIFUSS, 1981).

Devido sua destacada participação no movimento conspiratório que derrubou João Goulart, foi nomeado interventor na Rede Ferroviária Federal (RFFSA) até assumir, já como general de brigada, a chefia do estado-maior do I Exército, situado no Rio de Janeiro. Nesse período, sempre se mostrou favorável à intensificação de medidas que pudessem centralizar a capacidade de decisão em favor do Executivo, estando à frente o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, eleito de forma indireta pelo Congresso Nacional, e empossado em 15 de abril de 1964.

Se nesse momento de convulsão social ou “Momento Brumário” estabeleceu-se um consenso negacionista³⁵ entre sociedade política e sociedade civil em torno da defesa de um militar como Chefe do Executivo nacional, uma vez consolidado o Golpe, o que era pra ser provisório, acabou se tornando definitivo. Nesse sentido, uma parte expressiva dos militares, dentre eles, Albuquerque Lima, já haviam se posicionado favoravelmente à prorrogação do AI-1, que definia o mandato presidencial até o início de 1966, e estabelecia eleições diretas em outubro de 1965 para os governadores dos estados.

Como membro do alto escalão militar com influência sobre os oficiais mais jovens, Albuquerque Lima passou a operar na Liga Democrática Radical (Lider) tentando de todas as formas pressionar o Governo Castello para obstar o processo eleitoral programado para 1965.

35 Negacionista aqui no sentido de criar-se um consenso contra algo, no caso, contra o Governo Jango.

Esse descontentamento confirmou-se nas vitórias dos opositores Francisco Negrão de Lima, para o governo da Guanabara, e de Israel Pinheiro, para o governo de Minas Gerais, além da volta de Juscelino de seu exílio na França. Contudo, essa insatisfação foi contornada pelo então Ministro da Guerra, Marechal Costa e Silva – futuro Presidente da República no período que Albuquerque Lima esteve no comando do Ministério do Interior – alegando que as reivindicações desses oficiais mais inconformados seriam atendidas por Castello.

Esse episódio citado reforça a importância dessa ala mais radical no processo de consolidação do aparelho governamental empresarial-militar, durante e após a tomada do Estado em 1964. Dessa forma, vendo a pressão aumentar a cada dia, de um lado por alguns civis que defendiam a tese de que o governo militar deveria ser somente provisório, e de outro, por setores militares que exigiam a permanência de homens da instituição à frente do Executivo federal, Castello Branco decide promulgar o Ato Institucional nº2 (AI-2), em 27 de outubro de 1965, por perceber que o Congresso Nacional tentava protelar as medidas propostas pelo Executivo. O Ato, além de colocar em prática essas medidas retardadas anteriormente pelo Congresso, como, por exemplo, a indicação de eleições indiretas para presidente e a ampliação da competência da Justiça Militar que passaria, daí em diante, a se responsabilizar pelo julgamento de crimes políticos, também implementava, na prática, o sistema político bipartidário, extinguindo-se os antigos partidos para a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Se a promulgação do AI-2 foi fator importante para o arrefecimento dos ânimos entre o oficialato mais exaltado, o processo decisório sobre a sucessão de Castello Branco inaugurou um novo capítulo dessa trama simbolizada pela divisão interna na instituição castrense. Isso por que os nomes indicados por Castello – os marechais Cordeiro de Farias e Juarez Távora – tiveram baixa aceitação por uma parte dos oficiais. Esse episódio marca não só a ascensão de Costa e Silva à Presidência, como também um momento institucional e estatal que pendia, mesmo que relativamente, para a ala das Forças Armadas que, se no campo econômico possuíam uma série de divergência entre seus participantes sobre os rumos a serem tomados, e que sentiam nas suas decisões econômicas o peso e as limitações impostas pelos interesses dos principais grupos financeiros, no campo político, tinha o traço em comum de serem ferrenhos defensores de medidas que visassem a concentração dos poderes pelos militares.

Dito isso, a partir da breve análise sobre a trajetória político-profissional de Albuquerque Lima, o objetivo dessa seção é de propor um debate no que diz respeito às análises convencionais sobre a formação de grupos que atuaram para a derrubada de João Goulart. Nesse sentido, se o Golpe empresarial-militar de 1964 foi o resultado de uma eficiente estratégia política para congregar diferentes frações de classes para a deposição de Goulart, a análise do personagem em questão possibilita ilustrar a multiplicidade de interesses em jogo logo após a tomada do Estado, não somente a partir da análise de seu posicionamento em relação às disputas entre as frações que compunham o oficialato, mas também baseado na dissensão ocorrida no aparelho governamental militar montado sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado no período em que esteve a frente do Ministério do Interior.

Nesse sentido, adentramos no debate historiográfico entre Dreifuss (1981) e o texto de Argelina Figueiredo (1993). Assim, o presente trabalho parte do diagnóstico de Dreifuss, quando este afirma que o Golpe de 1964 foi uma eficiente conspiração liderada por uma elite orgânica presente no interior de um bloco de poder cujo principal interesse era a hegemonia de uma classe partidária de um modelo econômico capitalista, monopolista e defensor do crescimento fundamentado pela entrada do capital multinacional e associado, mas que, uma vez conquistado o Estado, iniciava-se uma nova fase de disputa entre as frações de classe que se uniram circunstancialmente contra um governo de base nacional-reformista representado pelo derrotado Goulart.³⁶

36 Aqui é necessário fazer um apontamento teórico sobre a direção conceitual que será tomada. Nesse sentido, serão utilizadas as reapropriações conceituais de Dreifuss do Bloco Histórico *gramsciano*, e do Bloco de Poder de Poulantzas.

Entendemos aqui que, enquanto o Bloco de Poder refere-se à “unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista” (POULANTZAS, 1977, p. 229), o conceito de Bloco Histórico retrata “vigorosa relação dialético-material com a realidade, assumindo-se como a unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico” (GALASTRI, 2007, P.141).

Dito de outra maneira, entende-se que o conceito *gramsciano* possui uma abordagem mais abrangente, onde a interação entre as classes ou frações de classe – logicamente liderados por um grupo hegemônico – estabelecem toda uma dialética entre estrutura e uma superestrutura que pode caracterizar uma determinada condição histórica. Utilizaremos, portanto, o conceito de Bloco de Poder, assim como acredita que foi utilizado por Dreifuss, para situar frações de classe que ainda não conseguiram estabelecer um consenso entre interesses contraditórios, isto é, à nível da superestrutura, muito embora já se encontre em posição hegemônica na área econômica, em um determinado contexto histórico. No caso específico, o Bloco de Poder Multinacional e associado, para Dreifuss, era o grupo que, apesar de estabelecer sua liderança na esfera da produção, ainda se via politicamente subalterna aos tradicionais setores políticos que compunham o Bloco Histórico Populista e que objetivavam expandir sua hegemonia agora também para o campo político;.

Essa conspiração, segundo o autor, possui dois momentos diferentes: primeiramente, “os intelectuais orgânicos desse emergente bloco econômico se tornam conscientes de sua diferenciação com respeito às forças sociais anteriores e visualizam necessidade de mudança”. Posteriormente a esse primeiro momento que Dreifuss chama de “tomada de consciência negativa”, é chegado o momento não mais da negação de um determinado contexto que se queira superar ou evitar, no caso, o bloco histórico populista ou, o que é pior, de um governo sindicalista ou até mesmo pretensamente comunista, mas da proposição de um modelo socioeconômico novo de acordo com os interesses desse novo bloco de poder que busca tornar-se hegemônico a partir da “tomada de consciência positiva”. (DREIFUSS, 1981, p.209).

Argelina Figueiredo nomeia a “tomada de consciência negativa” que Dreifuss faz referência de “consenso negativo” (1993, p.31). Dessa forma, embora ambos reconheçam a importância da aliança das diferentes frações de classe baseada na percepção de um inimigo em comum – no caso, as políticas levadas a cabo por Jango – me parece que a autora procura dar uma ênfase maior a esse fator na análise das combinações de condições que levaram ao Golpe, enquanto que toda análise de Dreifuss se baseia na força da formulação de um consenso pelo Bloco multinacional e associado, liderados pelos intelectuais do IPES, que até se utilizou de um inimigo comum em um primeiro momento, mas que teve seu sucesso principalmente pela eficácia de sua propaganda de um modelo de mudanças de caráter modernista-conservador e não aquele nacional-reformista proposto por Jango. Nessa perspectiva, em um dado momento de percepção de amplos setores da sociedade da necessidade de mudanças políticas, sociais e econômicas, a proposição desse novo modelo modernista-conservador, onde, ao mesmo tempo que propunha alterações vistas como necessárias, defendia que essas fossem feitas de acordo com a defesa dos pilares sociais estruturais, como por exemplo, a garantia à propriedade privada em qualquer proposta de reforma agrária a ser implementada, foi extremamente eficiente para conquistar sua hegemonia, segundo o autor.

Compreende-se também que uma diferença primordial para entender os diferentes graus de abrangência entre o Bloco de Poder e Bloco Histórico tem a ver com a capacidade deste último, devido seu alto grau de eficiência na formulação de uma unidade dialética entre estrutura e superestrutura, – e, portanto, de ocultar as contradições entre classes – estabelecer modelos que assegurassem o consenso e o consentimento também das classes subordinadas “em decorrência de sua capacidade de definir e manter as normas de exclusão social e política. **Assim, a tradução política da noção de Bloco Histórico é de hegemonia**” (DREIFUSS, 1981, p.40).

Embora esse trabalho se alicerce nas análises de Dreifuss quanto a percepção da ascensão de um novo bloco de poder, tratando especificamente sobre o peso da “tomada de consciência negativa”, ou do “consenso negativo”, torna-se mais factível, até pelo objeto estudado, o posicionamento tomado de Argelina Figueiredo, nesse ponto específico. Empiricamente falando, as dissidências que ocorreram no aparelho empresarial militar montado nos fazem questionar a capacidade da proposição de uma “tomada de consciência positiva” pela elite orgânica do bloco de poder multinacional e associado, como se esta tivesse sido consolidada antes mesmo do Golpe pelos tecnoempresários do IPES, apesar de reconhecer que Dreifuss cita em seu trabalho que, era justamente após a tomada do Estado, que a elite orgânica encontraria as maiores dificuldades em propor o consenso.

O confronto entre as duas propostas simbolizadas por Albuquerque Lima e Delfim Netto que será analisado nos capítulos subsequentes reforça um alinhamento nesse ponto específico com Argelina Figueiredo.

1.3) DELFIM NETTO: A TRAJETÓRIA DO “CZAR ECONÔMICO”.

Em relação a Delfim Netto, optei por fazer uma análise mais sucinta sobre sua trajetória, me focando mais especificamente na sua atuação a partir do Golpe Militar de 1964, ou em outros recortes temporais que possam contribuir para a análise do período de dissidência tratado aqui. Nesse sentido, além da trajetória do então Ministro da Fazenda ser sensivelmente mais conhecida se comparada à de Albuquerque Lima, o ponto nodal aqui está no seu enquadramento ao contexto da dissidência em relação à reforma agrária a ser instrumentalizada de acordo com o Estatuto da Terra e de seu embate com o então Ministro do Interior. Analisar mais detalhadamente a vida de ambos os personagens só se justifica quando voltados para o enquadramento ao tema, o que faz com que haja um maior esforço em relação a Albuquerque Lima – até pelo fato dele ser um personagem relativamente menos conhecido – do que propriamente a Delfim.

Nascido em maio de 1928, na cidade de São Paulo, ingressou no curso de Economia na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA, futura FEA) da USP, em 1948, tendo sido bastante influenciado pelo pensamento do professor Eugênio Gudim (MARINELLI,

2017 p.105). É importante destacar aqui que Gudin teria um papel de relevância como grande influenciador de toda uma geração de economistas que viriam a assumir importantes cargos durante os governos militares, como Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos, Mário Henrique Simonses e, é claro, do já mencionado Delfim Netto, onde, as palavras de ordem em comum entre seus respectivos projetos seria “inovações organizacionais e técnicas” (DREIFUSS, 1981, p.74-75).

Essa influência não significou uma adesão irrestrita desses intelectuais ao pensamento de Gudin. Pelo contrário, quando o assunto é a participação do Estado na economia, podemos perceber uma clara distinção, uma vez que, enquanto Gudin defende a participação do Estado na economia somente para oferecer um suporte jurídico e administrativo, combatendo a participação do Estado no planejamento econômico, Delfim Netto, por exemplo, defende em 1965, no seu livro “Alguns Aspectos da Inflação Brasileira”, em um contexto de intensificação do processo inflacionário, uma solução que passaria necessariamente pela função estatal no “campo da produção e no desenvolvimento de adequada política monetária e fiscal a fim de que se criassem condições de atuação adequadas para o setor privado” (MARINELI, 2017, p.110).

O debate em torno do papel do Estado na economia não se deu somente nas teorias de Gudin e de seus continuadores. Essa já era uma discussão ampla que, embora já viesse ocorrendo anteriormente, viria a se intensificar na década de 1950 tendo nas controvertidas concepções entre estruturalistas e aqueles defensores do modelo de desenvolvimento associado – que viria a ganhar força principalmente na década de 1960 – seus principais polos teóricos.

O pensamento econômico estruturalista se consolidaria no contexto da criação da Cepal, cujos principais nomes seriam, dentre outros, o argentino Raúl Prébisch e o brasileiro Celso Furtado. Nesse sentido, enfatizava-se a importância de se levar em conta os problemas estruturais específicos, qual seja, a questão da desigualdade em um modelo de comércio global e que traria, por consequência, um complexo quadro de dependência dos países em desenvolvimento dos países já desenvolvidos.

Esse quadro de dependência se afirmava em um sistema determinado pela divisão internacional do trabalho que, supostamente, deveria garantir um processo de troca equitativo entre países industrializados e países exportadores de matéria-prima, tanto em termos de

ganhos técnicos, como também na questão rentável em si. Contudo, o pensamento estruturalista viria a contestar justamente essa equidade, identificando nessa estrutura o fator de atraso nos países subdesenvolvidos, pautando-se no argumento de que o aumento da produção nos centros industrializados não se traduziria necessariamente em um correspondente aumento da demanda de importações destes pelos produtos dos países periféricos.

Contrariando essa perspectiva estruturalista envolvendo a função do Estado, Delfim Netto encontrava-se em uma vertente teórica que defendia “*um modelo de desenvolvimento associado*, cuja construção era inseparável do papel de destaque reservado à empresa privada, nacional e estrangeira” (SOLA, 1998, p.141, grifo do autor.). As debilidades econômicas nacionais, portanto, não estariam associadas aos desajustes estruturais, mas estes seriam frutos de uma política econômica ineficiente, onde o conteúdo político-ideológico presente na proposta estruturalista deveria ser supostamente esvaziado em favor de uma – também suposta – política racionalizada e estritamente econômica apresentada.

Considerando o grau de complexidade e heterogeneidade do pensamento econômico desenvolvido entre 1930 e 1960, parte-se da classificação desenvolvida por Lourdes Sola (1998). Nesse contexto, os intelectuais adeptos da corrente não-nacionalista do setor público são classificados como a corrente “cosmopolita”, enquanto a corrente “nacionalista” seria caracterizada, logicamente, pela sua postura que defendia um desenvolvimento nacionalista direcionado pelo setor público (SOLA, 1998, p.133).

Se o suicídio de Vargas expôs ainda mais a divergência entre nacionalistas e cosmopolitas e a tentativa destes últimos em se afirmarem politicamente após um governo marcadamente de viés nacionalista, a ascensão de Juscelino Kubitschek à Presidência, segundo essa classificação, marcou um momento de suspensão temporária dos embates envolvendo essas duas concepções teóricas. Isso porque ambas as vertentes fizeram-se presentes no Governo JK. No caso específico da vertente dos cosmopolitas, conseguiram afirmar-se no cenário político nacional, mesmo que de forma indireta, através da consolidação dos chamados Grupos de Trabalho, constituindo polos administrativos indiretos (DREIFUSS, 1981).

Durante o governo de Juscelino, ambos os interesses convergiam em termos econômicos no sentido de defenderem um modelo de crescimento acelerado, simbolizado pelo *slogan* governista dos “50 anos em 5” e, enquanto os nacionalistas mantinham sua influência

decisória a partir da Assessoria Econômica da Presidência, os cosmopolitas faziam valer seus respectivos posicionamentos através, principalmente, da Comissão Mista Brasil-EUA.

Se considerarmos a década de 1950 como o momento onde já havia uma estreita relação entre a sociedade política e sociedade civil em termos de hegemonia, liderado pelos setores oligárquico-industriais pertencentes ao bloco histórico populista (DREIFUSS, 1981), onde estes se sobrepujam politicamente aos interesses de determinados grupos já economicamente consolidados e com certa soberania em termos de acumulação de capital, mas com limitada ingerência sobre os assuntos políticos à nível nacional, o papel desempenhado pelos técnicos da vertente cosmopolita, assumia significativa importância decisória nas questões econômicas nacionais ao procurar estabelecer uma renovação dos padrões de reprodução ampliada do capital e, por consequência, da reformulação das relações entre trabalho/capital, partindo-se da necessária alteração da superestrutura de legitimação jurídico-política e ideológica clientelística de consentimento das massas. Assim, em um complexo quadro político, esta vertente procurava valer-se das reformas administrativas de Juscelino para consolidar suas posições através de intervenções econômicas – mas também políticas – de forma extrapartidárias, dada a complexidade de inserir-se pelos meios oficiais no sistema político até então em voga.

Considerar-se-á nessa análise, portanto, que o Governo Juscelino simbolizou um período decisivo no processo de acumulação de capital e para esfacelamento gradual do bloco histórico populista, uma vez que não mais se percebia uma unidade dialética (e contraditória) entre forças produtivas/relações sociais de produção e sua respectiva correlação jurídico-política e ideológica, isto é, um período onde a elite orgânica do bloco populista percebiam a ameaça a sua hegemonia política em um quadro de aumento populacional e urbano, enquanto os representantes de classe de um modelo econômico de caráter modernizante-conservador, liderados por um bloco defensor de um modelo de acumulação multinacional e associado, buscavam traduzir sua soberania econômica em hegemonia política.

Segundo Sola (1998), seja entre os técnicos nacionalistas, seja entre os cosmopolitas, era possível perceber, não só, mas principalmente durante o Governo de Juscelino, uma produção intelectual que se valeria do seu saber não somente para intervir estritamente na realidade econômica, mas também para influenciar nas questões políticas em um formato extrapartidário, como já fora dito.

Contudo, fazendo um paralelo da abordagem de Sola (1998) com a de Dreifuss (1981), partindo-se do princípio que se tratava de um contexto que se inicia pela limitada convergência de classe assentada evidenciada pelo Governo JK, sintetizada de acordo com a(s) fórmula do(s) desenvolvimentismo(s) e tendo um determinado modelo de conciliação de interesses contraditórios, sob o nome genérico de populismo, se até o suicídio de Vargas o fator econômico volta-se predominantemente para um modelo de desenvolvimento nacionalista, o Governo de Juscelino se diferenciava por dois principais fatores: politicamente, a partir dessas novas formas de inserção nos assuntos nacionais através desse formato extrapartidário e que fora habilmente explorado pelos técnicos nacionalistas e cosmopolitas, em uma notória tentativa dos novos grupos economicamente hegemônicos se estabelecerem em um complexo quadro político tradicional ainda estando predominantemente orientado sob interesses de um grupo oligárquico-industrial estabelecido sob relações clientelísticas; economicamente, se a reforma administrativa abriu caminho para a inserção, tanto de nacionalistas, como de cosmopolitas no interior do aparelho estatal, comparada ao período Vargas, é manifesto que as diretrizes econômicas de Juscelino foram primordiais para a preeminência dos interesses daqueles que defendiam um desenvolvimento multinacional e associado, abrindo-se uma margem muito mais expressiva para os investimentos vindos do exterior, como ficou claro na Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc)³⁷, por exemplo.(DREIFUSS, 1981, p.33).

Nesse sentido, “A aliança dessas duas correntes desenvolvimentistas nos anos JK seria contingente. Na primeira metade da década de 1960, o rompimento dos dois projetos de nação toma forma de polarização política e anuncia-se um vencedor” (MARINELI, 2017, p.103). Delfim Netto fazia parte dessa vertente vencedora e simbolizaria uma corrente de

37 A Instrução 113 da Sumoc, foi implementada ainda durante o governo de Café Filho, tendo como principais articuladores de tal medida, os então Ministro da Fazenda Eugênio Gudin e o superintendente da Sumoc, Otávio Gouveia de Bulhões, ambos já citados e que teriam bastante relevância como intelectuais do Bloco de Poder multinacional e associado. Contudo, é importante observar que tal instrução acabou se tornando uma ferramenta diretiva econômica durante o Governo JK.

A Instrução 113 permitiu, grosso modo, a importação de bens de capital por investidores estrangeiros, caso estes aceitassem como forma de pagamento a participação no capital da empresa que estivesse importando tais equipamentos. Dessa forma, é possível perceber que seu principal objetivo era fornecer condições extremamente vantajosas para investidores estrangeiros aplicarem seu capital nas empresas nacionais. Fica claro, portanto, uma nova forma de planejamento econômico voltado para o incentivo ao capital multinacional e associado.

racionalidade técnica, onde supostamente o antigo debate ideológico entre nacionalistas e cosmopolitas esvaziar-se-ia por princípios universais de impessoalidade e eficácia técnica.³⁸

Nota-se que Delfim não teve a mesma influência sobre o governo de Castello Branco assim como outros tecnocratas, a exemplo de Roberto Campos que já vinha tendo um destaque na administração paralela de Juscelino, atuando como Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), órgão criado segundo as recomendações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico e que deu aporte financeiro para investidores privados, em especial, companhias multinacionais, com o intuito de promover o apoio as mesmas visando seu estabelecimento em solo brasileiro (DREIFUSS, 1981).

Roberto Campos assume em 1964 o Ministério do Planejamento. Simbolicamente, seu antecessor, Celso Furtado, provavelmente o maior defensor de um modelo de desenvolvimento contrário ao projeto de desenvolvimento pretendido pelo bloco de poder que Roberto Campos apoiava, é exilado, abrindo-se o caminho para a consolidação político-econômica do que Dreifuss chama de Bloco de Poder multinacional e associado.³⁹

Em 1965, por indicação de Roberto Campos, Delfim ingressa no Conselho Nacional de Economia e no Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN). Também por indicação de Roberto Campos, após a cassação do então governador de São Paulo, Ademar de Barros, em 1966, e com a confirmação de Laudo Natel para o governo do estado, Delfim Netto assume a Secretaria da Fazenda do Estado (MARINELI, 2017). Embora tenha tido uma certa relevância no IPES no momento do Golpe, mais como intelectual no sentido estrito do termo, é nesse momento, de “tomada de consciência positiva” que Delfim Netto passa a se consolidar como intelectual orgânico do Bloco de Poder multinacional e associado.

* * *

Embora ambos tenham participado do Golpe de 1964, fica nítido que os personagens partiam de premissas diferentes quanto ao modelo de desenvolvimento a ser implementado. Quanto a isso, no presente trabalho procura-se apontar nos capítulos seguintes o quanto essa

38 O Golpe de 1964 abriria o caminho para a consolidação da figura do tecnocrata como “economista-rei” – supostamente à parte e acima das disputas ideológicas (SOLA, 1998, p.45).

39 Um adendo importante a ser feito é que o referido Ministério foi fechado por alguns meses, logo após o Golpe civil-militar de 1964. Contudo, ainda em 1964 ele é reaberto e, sintomaticamente, o Plano Trienal de Celso Furtado é substituído pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) de Roberto Campos, o que demonstra a mudança de rumo que a política econômica nacional tomaria a partir de então, com um caráter muito mais aberto ao modelo de crescimento econômico associado ao capital multinacional.

disputa pela formulação de um planejamento a nível econômico – no caso específico, envolvendo um planejamento setorial destinado à produção agroindustrial e, conseqüentemente, a questão da propriedade rural – significou também a disputa de dois grandes grupos em choque de hegemonia e que buscavam fazer valer seus interesses a partir do apoio a um dos dois personagens.

Nesse sentido, a presente análise parte do princípio de que esses dois planejamentos formulados, longe de advirem estritamente de concepções racionalistas e, portanto, politicamente neutras, já encontravam-se, *a priori*, permeadas pelas disputas desses dois grupos divergentes envolvendo a consolidação de seus respectivos projetos de hegemonia político-econômica.

Uma passagem sugestiva da tentativa de se ocultar o caráter político de um respectivo modelo de planejamento é quando Delfim Netto (1966, p.13-14, grifos do autor) afirma, por exemplo, que:

É importante que todos compreendam que o planejamento é uma simples técnica de administrar recursos e que, em si mesmo, é neutro: ele pode ser utilizado para fortalecer a economia de mercado ou para substituí-la; pode ser restrito às áreas tradicionais da atividade governamental ou pode ampliá-la; pode ser utilizado com objetivos sociais dignos ou para beneficiar uma classe em detrimento da outra. Os objetivos do planejamento não são definidos dentro de sua própria esfera de ação, mas dentro da esfera do poder político. **É a minoria, que detém o poder político em todos os sistemas que decide quais os objetivos a serem alcançados...**

Contrariamente ao que foi dito acima, procura-se justamente demonstrar como essa disputa em relação ao modelo de planejamento a ser implementado não se dava somente no momento de aplicação pelo poder político-decisório, mas sim já no momento de sua formulação ou de sua instrumentalização pelos técnicos/tecnoempresários. Por conseqüência, o caráter restritivo presente no processo decisório que Delfim aponta, na qual apenas uma “minoria que detém o poder político” seriam os responsáveis pela instrumentalização do planejamento, passa a ser questionável no decorrer dos capítulos, uma vez que a própria disputa interministerial ocorrida entre 1967 e 1969 aponta para uma ampla influência ideológica de setores da sociedade civil em dissonância e não somente pautados por uma pretensa racionalidade técnica.

Com isso, tendo em vista o caráter político dos respectivos modelos de planejamento dos personagens, até pelas posteriores pretensões políticas de ambos, como viria a se confirmar, é

preciso ter em mente que a análise, embora em muitas ocasiões procure dissecar o fator político dos fatores econômicos, tal escolha deve ser entendida não como uma forma de interpretar esses dois fatores de maneira isolada, mas sim de forma articulada. Entraremos a partir de agora nos aspectos da dissidência em si.

“Mas tão logo entra em jogo a questão da propriedade, torna-se dever sagrado sustentar o ponto de vista da cartilha infantil como o único válido para todas as faixas etárias e graus de desenvolvimento.

(Karl Marx, 1867)

CAPÍTULO 2: AS FRAÇÕES DE CLASSE ENVOLVIDAS.

2.1) ALBUQUERQUE LIMA: UM REPRESENTANTE DE CLASSE?

Com efeito, se o AI-2 representou uma vitória relativa de uma ala militar mais radical que passaria a ter um grau maior de influência direta no aparelho governamental empresarial-militar da qual Albuquerque Lima era um de seus representantes, um de seus efeitos colaterais foi a dissolução da Liga Democrática Radical e a exoneração dos oficiais participantes dos seus postos de comando de suas respectivas unidades. Assim sendo, a transferência de Albuquerque Lima da chefia do estado-maior do I Exército, sediado no Rio de Janeiro, para o comando da 2ª Divisão de Cavalaria, em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, pode ser considerado uma forma de punição, mesmo que provisória, ao então general de brigada.

Após um breve período como diretor-geral das Vias e Transportes do Exército e, posteriormente, ocupando o cargo de Diretor-geral de Engenharia e Comunicações, Albuquerque Lima é indicado como Ministro do Interior, em 15 de março de 1967, meses após a ascensão de Costa e Silva à presidência. Contudo, sua nomeação deve ser entendida não apenas como um simples alinhamento ideológico referente às concepções de desenvolvimento e segurança entre o presidente e o ministro, mas sim como uma estratégia política visando agradar certos grupos, seja no interior das Forças Armadas, seja na sociedade civil.

Partindo-se da premissa teórica de que, em um dado momento de crise de um determinado modelo de ordenamento social sustentado pela sua respectiva fração de classe hegemônica, principalmente em um contexto onde essa crise de hegemonia não busca se resolver dentro

dos trâmites democráticos, mas que não visa implodir a estrutura já consolidada, como foi o caso do Golpe de 1964, o papel das instituições desse novo aparelho de Estado montado tende a ser mais valorizado justamente pela sua autonomia relativa em garantir um mínimo de consenso social, mesmo que este se baseie, em primeiro momento, com a “tomada de consciência negativa” que Dreifuss se refere, isto é, um momento conjunturalmente cesarista de consentir ao aumento das medidas coercitivas.

Assim, a escolha metodológica de analisar os personagens partindo do seu papel institucional dentro da sociedade política para seu relacionamento com a sociedade civil, de acordo com as possibilidades que seus respectivos cargos permitiam para introduzir esses interesses de frações de classe dentro das diretrizes do aparelho estatal, tem por objetivo apontar a escalada dos graus de influência das diferentes frações de classe representadas por Albuquerque Lima e Delfim Netto antes, durante e após a dissidência entre ambos, analisando, conseqüentemente, a consolidação de uma nova hegemonia.

Nessa estratégia, o primeiro grupo de influência analisado era o dos oficiais até o quadro de oficiais superiores, isto é, até o posto de coronel. Vale lembrar o destacado papel que esses oficiais tiveram no intuito de pressionar Castello Branco por medidas visando promover a manutenção dos militares na Presidência, principalmente os chamados “coronéis dos IPMs”, que ficaram responsáveis pelo radicalismo dos expurgos ocorridos aos opositores do novo regime instaurado, estratégia esta que por muitas vezes foi contestado inclusive pela ala mais moderada que dava sustentação ao primeiro presidente do Golpe empresarial-militar de 1964. Nesse sentido, a nomeação de um dos seus representantes como Ministro do Interior significou uma tentativa de apaziguar os ânimos dos oficiais que se identificavam com essa corrente de pensamento.

É importante observar que desde a Revolução de 1930, que promoveu a ascensão meteórica de oficiais subalternos para o oficialato superior e para os principais postos nas Forças Armadas e dos gabinetes militares – alguns destes participantes do tenentismo – as expressões de descontentamento surgidas no quadro de oficiais subalternos foram vistas com bastante ressalva dentro do quadro hierárquico. O que ocorreu em 1930 foi uma verdadeira subversão da ordem estrutural das instituições militares ao alterar significativamente os quadros de posição de mando dentro da Força. Nesse sentido, Castello Branco, que viu e viveu de perto esse processo, assim como muitos dos seus pares, não enxergava com bons

olhos a aproximação de Albuquerque Lima com os oficiais subordinados. Posto de lado o caráter ético-profissional de sua nomeação por Costa e Silva, deve-se, portanto, ter em conta o caráter político ao buscar agradar uma parte do oficialato ao propor-se um nome de sua aprovação para um importante ministério.

Corroborando com a interpretação adotada, está o depoimento do general Antônio Carlos Muricy,⁴⁰ onde este afirma que Albuquerque Lima procurou dividir o Exército com o único intuito de promover-se em nível institucional e individual, atuando nos pequenos escalões do oficialato das Forças Armadas. Interessante notar que esse é o mesmo general que viria a ter peso decisivo na chamada “Comissão dos 3M”, onde, na companhia de Médici e do general Jurandir Bizarria Mamede, ficariam decididos os critérios de escolha para o sucessor de Costa e Silva, decisão essa que influenciou significativamente para a derrocada do pleito presidencial de Albuquerque Lima.

Em relação à parcela da sociedade civil que a nomeação de Albuquerque Lima visava satisfazer nesse contexto de “tomada de consciência negativa”, a opção assumida é a de analisar comparativamente sua relação com o patronato agroindustrial canavieiro de Pernambuco e com o de São Paulo. Essa opção se justifica pelo fato destas serem as duas principais regiões de produção açucareira, mas que passaram a diferir, como será visto no decorrer do capítulo, em suma, pelo seu processo de integração com a agroindústria a jusante e a montante, pelo fator diversificação de portfólio de capital empregado e, principalmente, pelo modelo de exploração dentro da grande propriedade rural. Nesse sentido, entende-se que o subsetor canavieiro de Pernambuco representava um grupo com relevante representação no bloco de poder oligárquico-industrial, com dificuldades de acompanhar as mudanças de uma sociedade marcadamente rural para um predomínio urbano/industrial, enquanto a agroindústria canavieira de São Paulo, embora também tenha se firmado enquanto fração dominante nos moldes clientelísticos, souberam adaptar-se às transformações, aliando-se ao consenso formulado pelo bloco de poder multinacional e associado.

No caso de Pernambuco, esta assume uma significação ainda maior pelo fato de ser considerada como a principal região-problema em termos de conflitos no campo. Vale lembrar que foi justamente em Pernambuco, mais especificamente no Engenho da Galileia, que o líder

40 Entrevista concedida pelo Antônio Carlos Muricy ao CPDOC/FGV, no programa projeto “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista35_6.pdf>. Acesso em: 17 abril 2022. p.12

das Ligas Camponesas, o então deputado estadual, Francisco Julião, conseguiu a aprovação de uma lei que garantiria a desapropriação daquela área para os foreiros ali residentes. Por mais que essa desapropriação tivesse ocorrido de modo a garantir a indenização aos antigos donos, o *slogan* da “reforma agrária na lei ou na marra”, dava a pecha de comunista para seu líder e um sentimento propagandeado de que uma pretensa ameaça à ordem democrática capitalista encontrava-se no horizonte, influenciando decisivamente para instabilidade social.

Não a toa, no mesmo ano de 1960, o jornal *The New York Times* mandava para Pernambuco o seu jornalista, Tad Szulc, para conhecer em que contexto os conflitos da região estavam ocorrendo, assim como para conhecer, propriamente, o Engenho da Galileia (FRANCISCO DE ANDRADE PROFIRIO, 2008). O resultado dessa visita foi um artigo onde Szulc denunciava o suposto perigo representado por Julião e pelas Ligas em uma manchete de primeira página de 31 de outubro, cuja chamada ficou conhecida como “Pobreza do Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta”:

Os componentes de uma situação de revolução tornam-se mais visíveis na vastidão de um Nordeste brasileiro assolado pela pobreza e perseguido pela praga da seca. [...] A miséria como questão social é explorada através de uma crescente influência esquerdista das cidades superpovoadas. As Ligas Camponesas infiltradas por comunistas que organizam e doutrina, têm se tornado importante fator político nessa área. [...] O primeiro-ministro de Cuba, Fidel Castro e Mao Tse-Tung, o presidente da China comunista, são apresentados como heróis a serem imitados pelos camponeses no Nordeste e pelos estudantes.⁴¹

Poucos meses após Albuquerque Lima ter se afastado do comando do I Grupamento de Engenharia do Exército e do cargo de representante das Forças Armadas no Conselho Deliberativo da Sudene, em 02 de setembro de 1960, Celso Furtado vai à Casa Branca para discutir medidas que poderiam ser realizadas, não só em Pernambuco, mas no Nordeste como um todo, visando combater qualquer ameaça à manutenção da propriedade como pilar social, em um momento em que as Ligas Camponesas, que vinham se consolidando como as grandes representantes dos trabalhadores rurais da região, defendiam reformas mais abrangentes do que o próprio PCB, que limitava-se a defender a extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos aos camponeses. Importante destacar também que essa reunião encontra-se no contexto da pré-formulação da Aliança Para o Progresso que visava implementar ações de

41 *The New York Times*, 31 de outubro de 1960, p.1. tradução FRANCISCO DE ANDRADE PORFIRIO, 2008.

combate à miséria na América Latina como uma “vacina antirrevolucionária” (RIBEIRO, 2010, p.98), mas que já vinha sendo diagnosticado anteriormente quando na criação da Cepal.

A partir de 1950, as revoltas ocorridas no campo passaram a ganhar mais atenção. Se até então as frações de classe urbana subalternas deveriam ser o principal foco de precaução, até pela influência das teorias revolucionárias proletárias importadas pelos imigrantes do início do século, onde as teses anarquistas e comunistas ganhavam força entre o operariado brasileiro, a vitória da Revolução Chinesa em 1949 e o fundamental papel desempenhado pelo campesinato chinês para o seu sucesso e que viria futuramente a ser conhecida como linha revolucionária maoista, fez com que as estratégias contrarrevolucionárias se voltassem agora para o campo.

Defendendo a necessidade de cooperação e união dos países americanos, a Aliança Para o Progresso surge como um programa norte-americano de assistência que, a partir de uma política de desenvolvimento exportada pelo governo estadunidense para as regiões latino-americanas, pudesse também garantir um grau de estabilidade socioeconômica para esses países de forma a mantê-los sob sua área de influência. Nesse sentido, a colonização sob a definição de desenvolvimento a ser implementada nesses países passava pela estratégia da grande potência capitalista do período de evitar a adesão às correntes de pensamento e desenvolvimento que pusessem em risco a sua ascendência, tanto infraestrutural – garantida pela sua hegemonia econômica – como superestrutural, propagada pela exportação de seu *modus vivendi* ideal, simbolizado e propagado mundo afora pelo *American Way of Life*, colocando-se como guardiões do que, para eles, deveriam ser princípios que deveriam nortear todas as sociedades: desenvolvimento econômico, liberdade e direito à propriedade.

Note-se que a disputa bipolar que caracterizava a época se dava tanto no campo material, a partir das rugas de caráter econômico, culminando nas de caráter bélico, em alguns casos, mas também no campo ideológico e, portanto, subjetivo. Nessa perspectiva, estava em disputa também a apropriação, tanto pelo bloco liderado pelos Estados Unidos, como aquele sob liderança soviética, de conceitos como desenvolvimento, nacionalismo, liberdade e democracia. A Carta de *Punta del Este* que deu origem a esse programa de assistência simbolizada pela Aliança Pelo Progresso só pode ser entendida, portanto, se analisado em conjunto com as estratégias coercitivas traçadas pela Doutrina de Segurança Nacional em suas precauções contra um suposto inimigo interno, isto é, a insatisfação popular que poderia dar

margens para uma possível contestação da ordem vigente e, em último grau, para uma revolução nos moldes comunistas.

Reconhecia-se na Aliança Para o Progresso a necessidade de profundas reformas sociais, econômicas e políticas como estratégia propositiva de contrarrevolução enquanto, através da Doutrina de Segurança Nacional, se tornaria instrumento coercitivo de dissuasão. Nesse sentido, e dentro desse contexto de influência das novas revoluções mobilizadas a partir do campesinato, dentre as reformas consideradas imperativas, a agrária possuía um aspecto particular, não somente pela questão econômica em si, mas para a manutenção de outras estruturas de dominação.

A mobilização que caracterizou o campesinato em certas regiões do Brasil, como em Pernambuco, em certos aspectos, assumiu graus sem precedentes. Dificilmente respostas puramente repressivas trariam os resultados esperados para estabilizar as demandas dos trabalhadores do campo sem posses. Além disso, por mais que qualquer reforma agrária – mais moderada que fosse – pudesse contar com forte resistência de setores rurais patronais, o nível de descontentamento chegou a um ponto de tal forma insustentável que, se analisado não somente pelo aspecto econômico, mas pelo duplo prisma da segurança e do desenvolvimento, não comprometia exclusivamente a preservação do capital individualizado, mas da estrutura como um todo, inclusive o capital em seu conjunto, isto é, o capital social.

Se comparada a outras reformas, pode-se inferir que a reforma agrária, além de ser considerada como inevitável, garantia algum grau de manobra que não comprometesse a manutenção de uma estrutura de privilégios então consolidada pelo patronato enquanto classe, algo que não ocorreria em uma possível reforma que visasse, por exemplo, a reestruturação da carreira militar, tão almejadas pelas praças naquele contexto dos inícios do ano de 1960 e até um pouco após o Golpe de 1964. A incompatibilização das insatisfações dos setores subalternos das Forças Armadas, com as demais reivindicações que ocorriam no período, em especial aquelas por reforma agrária, tornava-se tarefa vital, tanto para padrões de reprodução de uma elite militar, como para a sobrevivência das instituições castrenses.

Os padrões de definição da oficialidade militar, nesse sentido, assumem um caráter específico de escolha e de delimitação de sua elite, onde os mecanismos de reprodução dessa posição de ascendência sobre um outro grupo ocorrem, sobretudo, através procedimentos internos. Por isso, quando se trata de conscientização dos militares nos parâmetros estruturais,

estes se identificam enquanto classe, mas, tratando-se da superestrutura jurídico-política e ideológica, compõe uma fração de classe específica, com métodos também específicos de preservação de seu *status quo*.

Entende-se que, nessa combinação – mais ou menos confluyente – entre a alternativa de aderir ou não a um movimento de conservação de uma dada ordem instituída para garantir o aumento das possibilidades de sua sobrevivência enquanto fração de classe, é que ocorre a decisão sobre qual postura histórica a se tomar: aliando-se ao movimento de manutenção de um determinado sistema, ou unindo-se às forças que pretendem alterá-la. Nesse momento de decisão, portanto, encontra-se, implicitamente, a subsunção de frações de classes diversas, em uma classe, em si.

No caso dos militares e da pretensa ameaça ao seu monopólio da força organizada representada por uma revolução de base marxista-lenista, a opção por se colocar como tese nesse processo dialético, se reforçava, primeiramente pelo perigo que surgia no horizonte de uma união entre os militares subordinados com outras frações de classes exploradas, e, em segundo lugar, uma redefinição dos processos de ingresso ao alto oficialato representaria também um golpe aos mecanismos de reprodução de sua elite. Em ambos os casos, portanto, comprometer-se-ia seu lugar de mando e, conseqüentemente seu privilégio e prerrogativas enquanto elite. Assim, diferentemente de outras propostas reformistas, como a reforma agrária, que garantia alguma margem de manobra em sua instrumentalização para se alterar minimamente as estruturas rurais, no caso do *sargentismo* e do descontentamento das praças, o mal deveria ser ceifado pela raiz.

Ainda nesse contexto envolvendo o papel institucional das Forças Armadas enquanto sociedade política em seu papel coercitivo para a estabilização de uma determinada estrutura socioeconômica e como detentora do monopólio da violência organizada por parte do Estado, outro aspecto importante a ser analisado é a relevância da Guerra da Indochina e da Argélia. Uma das características mais marcantes de ambos os movimentos foi a simbiótica ligação dos novos grupos paramilitares guerrilheiros com a população nativa sob um ideário de construção de um exército verdadeiramente popular de libertação em substituição às antigas forças castrenses que davam sustentação ao regime de conservação deposto (SOUZA, 2014).

Trazido para o exemplo brasileiro, diferentemente do que é vulgarmente reconhecido por uma parte da historiografia, é que, nesse contexto das guerras de insurgência argelina e

indochinesa, assim como a Conferência de Bandung, em meados da década de 1950, a doutrina militar francesa ganha força nos principais órgãos de formação da elite intelectual do oficialato brasileiro, na ESG, mas principalmente na ECEME, ao contrário do que é divulgado de que esse pensamento era exclusivamente desenvolvido de acordo nos moldes marciais norte-americanos (CHIRIO, 2012).

A doutrina francesa apontava, basicamente, para os perigos de uma guerra revolucionária vivenciados após as suas derrotas na Indochina e na Argélia, onde as estratégias utilizadas pelos revolucionários para derrubada do regime neocolonial francês fundamentava-se inicialmente pela conquista das massas através de programas que visavam a uma reestruturação da hierarquia social vigente. Para isso, a propaganda constituiria a principal ferramenta para preparação do movimento insurrecional, enquanto a guerrilha seria o golpe fatal.

Por mais que o caso brasileiro representasse uma realidade distinta daquela presenciada pelos franceses, por não se tratar de um processo de libertação nacional em si, a ameaça revolucionária estaria simbolizada pelo combate à ordem instituída, a partir da percepção popular de que era preciso alterar uma estrutura que mantinha um grau de concentração de privilégios para poucos, e de exploração para muitos. Assim, dando continuidade ao pensamento inaugurado na Conferência de Bandung, mas agora partindo de uma perspectiva mais abrangente, a Conferência Tricontinental, em 1966, teve um papel decisivo para cimentar, sob a liderança cubana, a aproximação dessas duas vertentes de luta – anticolonialista e anti-imperialista – contra diferentes formas de exploração, a partir da identificação de dificuldades e de dependência das potências mundiais semelhantes dos países terceiro-mundistas.

Além disso, o episódio da Revolução Cubana, em 1959, reforçava esse temor de um movimento insurrecional vindo do campo, assim como ocorrera na China e nos exemplos da Indochina e da Argélia, mas com a diferença que, dada a proximidade de Cuba com os Estados Unidos, conferia-se ao regime de Fidel um potencial de maior risco do que aqueles apresentados pelos movimentos de libertação colonial, onde estes eram expressos sobretudo pelo fim do quadro de dependência da metrópole, enquanto a ameaça cubana era uma ameaça direta às fronteiras norte-americanas, especialmente após a Crise do Mísseis de 1962.

Cuba representava uma espécie de via revolucionária alternativa, se compara à China e União Soviética, que se inicia em Bandung no início da década de 1960, mas que se consolida com a Conferência Tricontinental ocorrida em Havana, em 1966, acenando para uma proposta de formação de um bloco de países não-alinhados dos países do Terceiro Mundo e apoio aos movimentos de independências dos países subdesenvolvidos e pela autodeterminação das nações sem a influência das duas superpotências mundiais.

Com isso, sob um discurso anti-imperialista, Cuba surgia como uma liderança desse movimento de não-alinhamento, exportando seu projeto revolucionário em todas as esferas sociais – econômica, filantrópica e até militar, se preciso fosse – para outras nações do Terceiro Mundo, ao mesmo tempo em que procurava fugir do preocupante quadro de dependência da ilha ao bloco soviético após os embargos estadunidense. Nesse contexto, até pelo insuficiente apoio vindo da União Soviética para esses países, restringindo-se mais propriamente ao âmbito bélico, Cuba surge como grande exemplo de libertação das grandes potências mundiais para o bloco de países subdesenvolvidos.

Desse modo, embora durante toda a década de 1960 pôde-se notar a influência do pensamento norte-americano, simbolizado pela intensificação da Doutrina de Segurança Nacional junto à Aliança Para o Progresso com seus pilares político-ideológicos alicerçados no binômio desenvolvimento e segurança nacional, a principal corrente de pensamento que viria a influenciar a elite intelectual militar brasileira foi a doutrina francesa apontando para os perigos de uma guerra revolucionária a partir de suas derrotas na Indochina e na Argélia.

Tendo em vista a sua passagem, tanto pela ECEME entre 1947 e 1949, quanto pela ESG, momentos antes do Golpe, em 1963, as opções escolhidas pelo futuro Ministro do Interior para solucionar as hostilidades nas regiões de conflito em solo nacional, em especial envolvendo os conflitos ocorridos no campo, serão decisivas para a análise do embate de poderes assimétricos que envolveu a dissidência na qual se envolveu Albuquerque Lima e para formação de uma perspectiva de desenvolvimento singular, trazendo alguns aspectos assimilados durante essas suas passagens por esses dois principais órgãos de formação e divulgação do pensamento da elite intelectual do alto escalão militar, sob ampla influência do pensamento francês e, ao mesmo tempo, resgatando colaborações *cepalinas* importantes que o inspirou nos tempos de atuação na CODENE.

Considerando seu prestígio com setores da sociedade civil pernambucana quando na sua passagem pela Brigada Militar, as questões que se colocavam entre Delfim Netto e Albuquerque Lima e seus respectivos grupos de sustentação eram: até que ponto se deveria comprometer através de suas políticas de desenvolvimento os interesses representados por alguns segmentos do capital individualizado no campo em detrimento do capital social? E que grupos deveriam ser mais afetados?

Em termos gerais, o contato de Albuquerque Lima com amplos setores da sociedade civil pernambucana se intensificou após sua passagem como subcomandante da Brigada Militar de Pernambuco. Nesse sentido, um elogio publicado pelo então governador Carlos de Lima Cavalcanti, no dia 21 de maio de 1937, cita a proximidade de Albuquerque Lima com a sociedade civil nesses sete anos em que o futuro Ministro do Interior esteve como subcomandante. Já no momento de sua nomeação o Jornal Diário de Pernambuco descreve que seu desembarque para efetivação no cargo foi “grandemente concorrido”.^{42 43}

Após a eclosão da chamada “Revolução Constitucionalista de 1932” que tinha por principais objetivos a derrubada do governo provisório de Getúlio Vargas, assim como a imediata convocação de uma Assembleia Constituinte, a Brigada Militar de Pernambuco regressou do combate aos revoltosos paulista sob “grandes provas de simpatia pela população”⁴⁴, ocorrendo inclusive um desfile público para receber os militares. Em um contexto onde havia fortes críticas ao favorecimento do Sudeste em detrimento das demais regiões do país, fato este que, inclusive, teve sua relevância para a eclosão da “Revolução de 1930”, o episódio acirrou ainda mais um sentimento de aversão às fortes pressões dos interesses de São Paulo, principalmente. Portanto, é possível que, entre a população, o prestígio de Albuquerque Lima tenha sido amplamente favorecido pelo seu destacado papel nesses acontecimentos.

Outro período que merece destaque na trajetória político-institucional de Albuquerque Lima e no seu prestígio com a sociedade civil e política nordestina, é quando este esteve à frente do DNOCS, órgão subordinado à Sudene. Nesse sentido, ainda dentro dessa perspectiva de que sua nomeação como ministro se deveu a uma política que visava satisfazer os interesses de uma coalizão de frações de classe que se uniram para derrubar Jango nessa

42 Jornal Diário de Pernambuco, Quarta-feira, 14 de maio de 1931, p.4.

43 Na notícia não fica exatamente claro quais setores fizeram questão de prestigiar sua chegada.

44 Jornal Diário de Pernambuco, Quinta-feira, 20 de outubro de 1932, p.1.

primeira fase de “tomada de consciência negativa”, as ações tomadas por Albuquerque Lima, estimulando a captação e utilização de recursos federais no Nordeste afetado pelas secas para promover o desenvolvimento econômico na região, é entendido também como um processo onde o personagem dilata seu prestígio na sociedade civil – entendida no seu sentido mais amplo – a partir de seu histórico como homem público em defesa do investimento público no Nordeste.

Abrindo-se um parêntese teórico-metodológico, mais uma vez nos valemos dos conceitos *gramscianos* aqui, quando o autor aponta a capacidade dialética da população em influir nos meios institucionais. Nesse sentido, embora entenda-se que as instituições possuam certa autonomia, sua instrumentalização não ocorre de maneira isolada em relação às vontades populares. Portanto, justamente pelo fato das classes subalternas constituírem a grande maioria da sociedade, elas influem ativamente na construção da vida social, inclusive dentro das instituições, mesmo que comparativamente de forma assimétrica, se tomamos como referência a capacidade de intervir das frações de classe hegemônicas (SEMERARO, 1999).

Nesse contexto, tendo em vista que o Jornal Diário de Pernambuco, por se tratar de um dos principais jornais em circulação da Região e, conseqüentemente, com grande capacidade de influir na opinião pública pernambucana, possibilita uma análise de fontes dentro da sociedade civil, entendida como aparelho privado de hegemonia daquela região específica e das formas de buscar consentimento circunstancial entre as massas (DE NARDIN BUDO, 2015).

Interessante notar que, a partir de 1931, o jornal foi um ferrenho opositor do interventor Lima Cavalcanti, muito embora encontrarmos durante praticamente toda década de 1930 manchetes exaltando o papel benéfico da “Revolução de 1930” para o progresso regional e nacional. Mesmo assim, Albuquerque Lima é amplamente elogiado durante todo o período que esteve como subcomandante da Brigada e até posteriormente. Dessa forma, a futura nomeação de Albuquerque Lima como ministro, ajuda a perceber a impossibilidade de estabelecer-se relações de dominação, única e exclusivamente, através da coerção, mas que esta necessita, sobretudo, da construção de narrativas que busquem construir uma identificação fetichizada entre as classes subalternas com os interesses das frações de classe dominantes. O nome de Albuquerque Lima também deveria soar como uma esperança para os insatisfeitos trabalhadores do campo.

Em um contexto de disputa entre projetos concorrentes para o país, característico de toda década de 1960, a nomeação de figuras em posições estratégicas capazes de promover o consenso e estabilização das massas, ou parte delas, é de relevante importância para se compreender as nuances sociopolíticas do recorte espaço-temporal analisado, principalmente em uma região potencialmente ameaçadora à ordem institucional vigente como era Pernambuco.

No dia 18 de março de 1961, o Diário de Pernambuco publicou o seguinte pronunciamento de Albuquerque Lima já como diretor-geral do DNOCS:

A campanha dos ‘Diários Associados’, inspirado no apelo do governador Juracy Magalhães, não poderia deixar de causar grande repercussão em todo o país, no sentido da formação de uma consciência nacional em torno do mais grave problema da atualidade, que é o desenvolvimento do Nordeste. (...) Realmente, estamos precisando muito dessa consciência, principalmente entre os homens do sul para que compreendam e apoiem os atos do Exmo. Sr. Presidente da República, quando ele procura dar todos os recursos ao Nordeste a fim de que as próprias leis tão necessárias ao seu desenvolvimento possam ter tramitação rápida no Congresso.⁴⁵

Desse fato, pode-se concluir que, desde essa época, já se podia perceber, na percepção de Albuquerque Lima, uma tendência de setores do sul/sudeste de imporem obstáculos às políticas desenvolvimentista do Nordeste. Naturalmente, esta tendência se ligava aos interesses regionais conflitantes em relação à distribuição de recursos provenientes da União e da utilização de recursos capitados no exterior.

Ainda no governo de Jânio e, posteriormente com João Goulart, procurou-se incentivar o desenvolvimento do Nordeste através do chamado “mecanismo de incentivo fiscal 34/18” que, respectivamente, faziam referência ao artigo 34 do Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e as alterações introduzidas pelo Artigo 18, do Decreto nº. 4.239, de 27 de junho de 1963, que criaram e regulamentaram os incentivos para as inversões no Nordeste (GOODMAN & ALBUQUERQUE, 1974).

O primeiro dispositivo tornava facultativo às pessoas jurídicas e de capital 100% nacional a dedução de até 50% nas respectivas declarações de imposto de renda para ser destinado ao reinvestimento ou aplicação em área considerada pela Sudene de interesse para o desenvolvimento do Nordeste, enquanto o segundo dispositivo também possibilitava a dedução de imposto de renda de pessoa jurídica (sem necessidade de ser 100% capital

45 Jornal Diário de Pernambuco, Sábado, 18 de março de 1961, p.1.

nacional) para fins de reinvestimento ou aplicação em projetos agrícolas, industriais e de telecomunicações entre comunidades da área de atuação da Sudene, e que esta autarquia tenha declarado ou venha a declarar, como de interesse para o desenvolvimento do Nordeste. Importante observar que nenhum dos dispositivos alterava as políticas fiscais de destinação de recursos da União para os estados, o que evitou as manifestações de descontentamento das principais regiões onde estes recursos públicos eram destinados – diga-se Sul/Sudeste –, pelo menos não em primeiro momento. Ironicamente, a instrumentalização dessas ferramentas de incentivo ao desenvolvimento foi justamente a responsável – ao menos oficialmente – pelo posterior pedido de demissão de Albuquerque Lima pela dissidência com os planos que Delfim Netto tinha para estes.

Ainda nessa reportagem, continua Albuquerque Lima:

O esquema de ação governamental do Nordeste só estará em termos definitivos quando a Sudene tiver seus planos aprovados e, como instituição, for compreendida por todos os organismos federais e mesmo estaduais, de modo que possa influir decisivamente no disciplinamento e ordenação de todos os recursos federais destinados ao Nordeste, conduzindo efetivamente as obras constantes da sua programação elaborada segundo a realidade econômica daquela região. Neste momento, então, poderemos considerá-la consolidada. Aliás, desse fato o presidente Jânio Quadros já demonstrou possuir nítida compreensão, quando colocou o superintendente Celso Furtado no nível dos ministros de Estado e assumiu ele próprio, a direção suprema do combate ao subdesenvolvimento da região nordestina, dando prioridade à solução de seus problemas e garantindo o livre trânsito do superintendente em todos os organismos nacionais.⁴⁶

E prossegue:

Pessoalmente, tenho a dizer que mantenho as melhores relações de amizade com dr. Celso Furtado, amizade que surgiu da compreensão nítida dos nossos deveres em relação ao Nordeste, quando, como representante das Forças Armadas no CODENO e depois na Sudene, trabalhamos juntos durante algum tempo.⁴⁷

Além de reforçar a questão dos incentivos, Albuquerque Lima aponta para sua aproximação em termos de compreensão das mazelas do Nordeste e para o apontamento em comum para suas respectivas soluções com Celso Furtado, homem de inclinações políticas bastante diferentes das suas. Esse pronunciamento é significativo, uma vez que, pelo fato do então diretor-geral do DNOCS não ter propriamente desenvolvido uma teoria econômica mais ampla dos problemas e soluções nacionais/internacionais – pelo menos não que pudéssemos ter ciência –, a sua declaração, analisada em conjunto com suas posteriores ações, permite inferir um grau bastante considerável de afinidade,

⁴⁶ Jornal Diário de Pernambuco, Sábado, 18 de março de 1961, p.1.

⁴⁷ Jornal Diário de Pernambuco, Sábado 18 de março de 1961, p.1 e p.6.

principalmente em termos econômicos, com a teoria desenvolvimentista de Furtado. Soma-se a isso, a profunda discordância econômica que Delfim Netto tinha com o então superintendente da Sudene, nos permite analisar a dissidência entre Albuquerque Lima, até certo ponto, também a partir da discordância entre Delfim e Furtado.

Um outro episódio que contribui para a compreensão da escolha de Albuquerque Lima foi a crise da eleição do Clube Militar de 1966. Nesse contexto, o pleito seria supostamente marcado pela disputa entre Albuquerque Lima e o general Bina Machado – comandante da Escola de Estado-Maior do Exército e preferido do então presidente Castello Branco – e, dado o grau de importância que o Clube Militar tinha para os rumos não só de ingerência política nas questões nacionais, mas também, e principalmente, na questão ideológica, o resultado do pleito de maio de 1966 era considerado “*avant-première*”⁴⁸ da sucessão presidencial que viria a ocorrer, noticiando-se, ainda que Albuquerque Lima era o amplo favorito para ser o candidato escolhido pela Cruzada Democrática para a formação de uma única chapa, sendo “unânime a receptividade ao seu nome” em todas as guarnições do país.⁴⁹

A intenção da Cruzada era lançar uma consulta prévia à tropa para que esta se decidisse entre os nomes de Albuquerque Lima ou de Bina Machado. Contudo, parte da cúpula que compunha a Cruzada, prevendo a derrota de Bina Machado, pretendeu não homologar a prévia que havia dado ampla vantagem a Albuquerque Lima. Essa corrente que se opunha ao lançamento das prévias buscou solucionar a questão a partir da reeleição do general Muniz de Aragão, alegando que a pesquisa deveria ocorrer tendo como um dos participantes também o atual presidente da agremiação. No fim, Muniz de Aragão acabou sendo reeleito para o biênio 1966-1968.

O que é interessante notar nesse episódio é que, apesar de o resultado ter sido a reeleição de Muniz de Aragão – militar que passou a criticar certos aspectos do Governo Castello Branco, aliando-se à “linha-dura” e com significativa influência entre o oficialato moço – as disputas entre os núcleos de influência dentro do alto escalão militar continuavam existindo. A escolha de Muniz – ex-chefe de gabinete e ex-chefe do Estado-Maior do Exército de Castello Branco – possivelmente se deveu ao fato deste possuir uma margem de rejeição dos *castelistas* muito menor do que Albuquerque Lima. Assim, mesmo após o amplo processo de

48 Pré-estreia.

49 Jornal Diário de Pernambuco, Terça-feira, 4 de janeiro de 1966, p.1.

desarticulação da ala nacionalista que esteve presente na década de 1950 no Clube Militar, fica impraticável a tarefa de tentar englobar as variadas vertentes político-ideológicas de uma instituição, naturalmente heterogênea, em um sentido único na sequência dos fatos que se seguiriam desde a derrubada de Goulart, até pelo fato de muitas das alianças formadas entre eles se deverem, em alguns momentos, por questões mais circunstanciais do que propriamente por questões de divergência ideológica. A divisão que Dreifuss (1981) faz, grosso modo, entre os *troupiers*, cujo nome de destaque era Costa e Silva, e os que compunham o Estado-Maior civil-militar do IPES, a exemplo de Golbery, me parece muito mais complexa do que as poucas páginas feitas pelo autor para ilustrar essas ramificações. Muito mais coerente, aparentemente, a classificação adotada por Motta (2021), ao procurar analisar as ramificações existentes nesses grandes blocos de militares, como por exemplo, uma subdivisão dentro da “linha-dura”, que adotava uma perspectiva econômica nacionalista, com um alto grau de interferência e centralização pelo Executivo, no qual Albuquerque Lima fazia parte.

Mantendo-se em uma perspectiva analítica onde o poder é dado de forma assimétrica, a própria criação, por si só, do então Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais 50 é uma ferramenta válida para se entender as forças em disputa, bem como a estrutura socioeconômica em transição. Diferentemente dos ministérios já consagrados, como é o caso do Ministério do Planejamento ou do Ministério da Fazenda, o MECOR, inicialmente, não possuía o mesmo prestígio. Inclusive uma hipótese que se cogita é que sua criação, com efeito, foi um mecanismo de mercê do presidente Castello Branco para Cordeiro de Farias – seu primeiro ministro – pela sua participação, não só no Golpe de 1964, mas também por toda sua trajetória política que o personificou dentro do grupo conhecido como “conspiradores históricos”.

Essa hipótese, aliás, foi motivo de reflexão nas memórias do próprio Cordeiro de Farias:

Isso foi em junho, dois meses após a posse de Castello [Branco, Presidente da República]. Eu me pergunto: terá sido idéia de um Geisel, de um Golbery ou de em Ademar de Queirós? Auxiliares diretos do presidente, não se conformavam com minha situação. Terão eles tido a iniciativa de propor a criação do novo ministério, levando minha indicação ao Castello? Ou terá sido idéia do próprio Castello? Não sei, não tenho como sabê-lo. Geisel, Golbery e Tico-Tico [não identificável], muito ligados ao Castello, jamais me diriam, caso a iniciativa tivesse partido deles. Não iriam expor o

50 A partir de 25 de fevereiro de 1967, o MECOR passou a se chamar Ministério do Interior, graças à reforma administrativa promovida por Castello Branco através do Decreto-lei nº 200.

presidente. De qualquer forma, eu percebia em Castello uma sensação de desconforto diante de mim; provavelmente sentia-se em falta comigo, com dores de consciência.⁵¹

Com isso, diferentemente do que teria sido uma escolha de cunho pessoal, como no caso de Cordeiro de Farias, a nomeação de Albuquerque Lima foi uma decisão sobretudo política. Buscava-se, dessa forma, como foi mostrado nos parágrafos acima, agradar parcelas da sociedade política – diga-se aqui Estado coercitivo –, assim como setores da sociedade civil. Além disso, a passagem da condição de órgão extraordinário, para um Ministério definitivo, como viria a ser o MININTER, sugere a força e a representatividade de Albuquerque Lima e de suas respectivas convicções que se tornariam a tradução, mais ou menos precisa, dos interesses de determinados setores.

Cogitava-se, inclusive, a possibilidade do nome de Albuquerque Lima figurar como futuro Ministro da Guerra após o grande apelo que ele teve no episódio das prévias para a presidência do Clube Militar em 1966, um dos principais cargos que um militar poderia assumir, justamente pela projeção que a função propiciava, haja vista o caso do próprio Costa e Silva, ex-ministro da Guerra e que se lançou como sucessor de Castello Branco na presidência. Além disso, a titularidade do Ministério da Guerra, era, até então, exercida por generais quatro estrelas e que, dado o peso político de Albuquerque, mesmo sendo um general de três estrelas, cogitava-se seu nome para a função.⁵²

Com efeito, não sem razão as respectivas nomeações de Albuquerque Lima para o MININTER e do então deputado e general Costa Cavalcanti para o cargo de Ministro de Minas e Energias foram profusamente comemoradas pelos periódicos nordestinos por incluírem na esfera decisória do aparelho governamental empresarial-militar dois indivíduos que conheciam de perto as mazelas do Norte e do Nordeste e que propunham soluções compatíveis com os principais setores produtivos dessas regiões.

Nesse sentido, admite-se a concepção de Iorio (2015, p.54), de que:

A posição nas relações de poder derivam do capital circulante que dispõe seus agentes, que os mobilizam para fazer valer seus programas e projetos. Ao analisarmos a correlação de forças que se define com o golpe de 1964, salta aos olhos o enorme capital de poder que dispõe a instituição das Forças Armadas, particularmente o Exército, e, sobretudo, os oficiais de alta patente que, além de serem influentes no interior da corporação, possuem bom

51 FARIAS apud IORIO, 2015, p.5

52 Jornal Diário de Pernambuco, Domingo, 6 de novembro de 1966, p.24.

trânsito em segmentos da sociedade que também desfrutavam de capital de poder considerável. Esta posição privilegiada não deriva somente do poder das baionetas, mas sim de um poder acumulado ao longo da trajetória do Exército desde o final do século XIX.

2.2) MININTER, IAA E CHOQUE HEGEMÔNICO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA.

Seguindo o pensamento de Iorio (2015), percebe-se que essa disposição institucional em desfrutar desse capital de poder e de correlacionar forças com outros segmentos que também dispõe deste recurso se torna ainda mais perceptível no processo de instrumentalização do quadro ministerial montado pelo aparelho empresarial-militar. Tratando especificamente do MININTER, as contribuições do autor, em conjunto com as fontes analisadas nesse trabalho, permitem refletir sobre uma relativa convergência de interesses entre o Ministério e os usineiros/fornecedores nordestinos representados pelo IAA, muito embora seja preciso ressaltar que o instituto não possa ser reduzido como simples manifestação dos interesses da agroindústria canavieira do Nordeste, mas sim como mediadora de interesses (assimétricos) regionais, mais ou menos conflitantes, principalmente entre São Paulo e Pernambuco, principais regiões produtoras.

Essa diferenciação histórica do processo de correlação de forças dentro do IAA pode ser muito bem observado quando analisa-se, por exemplo, as diretrizes instituídas durante a II Guerra Mundial. Havia uma expectativa de elevação das exportações de açúcar brasileiras, principalmente para os mercados europeus, pois, acreditava-se que, devido ao esforço de guerra, a produção endógena de açúcar europeu baseada no cultivo da beterraba sofresse uma forte queda e que as políticas altamente protecionista para defender esse setor produtivo dos demais países exportadores de açúcar, fossem alteradas no sentido de adoção de uma política de livre comércio. Com efeito, o mesmo esforço de guerra que gerou tais expectativas foi o fator que resultou na queda da demanda do açúcar pelos europeus. O *slogan* *Görringiano* de “menos manteiga e mais canhões” adotado pelos países do Eixo, dava lugar à “menos açúcar e mais canhões” entre os Aliados.

Por outro lado, a ameaça representada pelos submarinos durante a II Guerra prejudicou substancialmente o comércio de cabotagem inter-regional no Brasil afetando o abastecimento

de açúcar vindo do Nordeste para o mercado consumidor do Centro-sul, caracterizando um quadro de superprodução no primeiro e de escassez do produto no segundo (OLIVEIRA, 1977). Esse foi um fator determinante para políticas de expansão do parque açucareiro no Centro-sul, mormente em São Paulo, fazendo com que, nesse período, o eixo da agroindústria canavieira fosse gradativamente sendo transferido para o Centro-sul a partir de então.

Mesmo tendo sido favorecida durante essa fase por essa estratégia produtiva expansionista, coordenada pelo IAA, com a deposição de Vargas, uma parcela expressiva dos produtores paulistas, em especial os usineiros, pediam a extinção da autarquia por dois principais motivos: primeiramente por acreditarem que o Instituto era um produto do regime deposto (OLIVEIRA, 1977); em segundo lugar, a tendência ao aumento da produção açucareira pós-guerra fez com que se adotasse uma política restritiva em termos produtivos. Com isso, cada setor regional teria uma quota aumentada baseada na safra anterior a ser atingida. Mesmo com esse aumento ano a ano, essa quota estipulada para São Paulo não atendia todo o consumo de sua região, ficando a cargo do açúcar nordestino dar conta da outra parte, o que era altamente criticado pelos paulistas por favorecer a produção do Nordeste e manter a capacidade produtiva de São Paulo ociosa.

Continuando essa análise de correlação de forças dentro IAA, outro período significativo foi a partir da reforma administrativa adotada no Instituto a partir de 1950. Com a Resolução nº 619/51, ficou estabelecido uma política de preços diferenciados de acordo com as regiões com o intuito de garantir um quadro competitivo entre os produtores do Centro-sul e os do Nordeste, uma vez que se deveria levar em conta os fatores logísticos para a formação dos preços de faturamento, tendo em vista que o açúcar nordestino possuía uma margem de lucro sensivelmente menor pelos gastos de transporte aos principais centros consumidores. O preço, então, ficaria fixado tendo como base o produto nordestino, onde o sobrelucro da produção do Centro-sul seria recolhido aos cofres do Banco do Brasil, destinando-se ao Fundo de Reequipamento, sob administração do próprio IAA. Desnecessário dizer aqui que esse fator gerou significativo descontentamento do subsetor produtivo paulista (SZMRECSANYI, 1976).

Ainda de acordo com a Resolução nº 619/51, parte do valor arrecadado dentro dessa política de sobrepreço deveria ser destinado ao financiamento para a instalação e ampliação da indústria de borracha sintética baseada no álcool de cana. Tal medida evidenciava a

hegemonia dentro do IAA da agroindústria açucareira nordestina, sobretudo de Pernambuco, que foi a principal incentivadora para a consolidação da indústria da borracha entre o final da década de 1950 e início de 1960 com a criação da COPERBO (Companhia Pernambucana de Borracha Sintética), sob o governo Cid Sampaio.

Com isso, evidencia-se o papel fundamental do IAA para a manutenção da agroindústria canavieira nordestina frente a mudança do eixo produtivo para o Centro-sul. Enquanto esse consolidava sua hegemonia econômica já a partir de 1950, a força política dos grupos de produtores e grandes fornecedores de cana tradicionais do Nordeste, particularmente de Pernambuco, quando nos referimos à produção de açúcar, não pode ser ignorada nessa equação. Com isso, nesse processo de correlação de forças, a produção nordestina ganhava um aliado de peso durante a formação do aparelho governamental empresarial-militar: o MININTER.

Gustavo Iorio (2015), por exemplo, chega a essa conclusão ao analisar as diferentes Exposições de Motivos que eram enviados para o executivo já desde a passagem de Cordeiro de Farias pelo MECOR, onde os pedidos de concessão de créditos a usineiros pernambucanos, bem como a solicitação por parte do ministro da revisão da política de assentamento dos preços – demanda frequente do setor – foram percentualmente expressivos em relação ao número total de documentos enviados por Cordeiro ao Poder Executivo.

No caso desse trabalho, esse entendimento sobre o amplo grau de convergência dos interesses dos usineiros de Pernambuco nas futuras políticas implementadas pelo MININTER e de seus organismos menores, como a Sudene e a Geran, deve-se à análise das notícias publicadas pelo Jornal Diário de Pernambuco e do IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico do Nordeste, lançado em 1968.

Em declaração feita ao Diário de Pernambuco, o advogado e industrial Antiógenes Chaves – indivíduo com grande influência nas políticas de interesse açucareiro quando Barbosa Lima Sobrinho foi presidente do IAA, entre os anos de 1938 e 1945 – referiu-se ao MININTER e às disposições frente a situação da agroindústria canavieira no Nordeste:

Tenho, ainda nesse setor básico do desenvolvimento da região, a bem fundada impressão de que sob a direção do atual Presidente do IAA, [...] e

utilizando esse válido e possante instrumento de atuação na área, o Geran⁵³, a agroindústria canavieira no Nordeste está em vias de alcançar, pelos caminhos certos, as soluções certas.

E, referindo-se ao recém-empossado ministro, continua:

Sei, igualmente, que um outro homem público de comprovadas qualidades de patriotismo e de administrador, com vivência dos problemas e das agruras da região, o Ministro do Interior, General Afonso de Albuquerque Lima, está motivado para colaborar, atuamente, na solução desses problemas, sendo de destacar que cabe papel proeminente à Sudene na realização das diretrizes do Geran, através de seu Diretor Executivo.⁵⁴

É importante destacar aqui que a análise de todas as fontes consultadas não apontaram para uma ligação à nível individual entre Albuquerque Lima com agentes vinculados aos interesses do setor produtivo ligado à agroindústria canavieira. Isso não significa que esse vínculo não existisse, até pela ligação da família Albuquerque com a produção canavieira, como foi apontado, mas tão somente que o presente trabalho tomará um rumo que dá prioridade à análise institucional.

Em linhas gerais, logo no início do IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1969-1973), Euler Bentes Monteiro, Superintendente da Sudene e, portanto, subordinado a Albuquerque Lima, afirma:

[...] opera-se o fortalecimento do Grupo Especial de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (Geran), a fim de que se dê início imediato à realização da Reforma Agrária na Zona da Mata – componente essencial da estratégia de desenvolvimento da Sudene – e, simultaneamente, se promova a recuperação desse importante setor da atividade econômica nordestina, com importantes reflexos sociais (IV Plano Diretor, p.10).

Embora pareça contraditória a colocação acima, ao vincular a realização da Reforma Agrária na Zona da Mata com a recuperação do setor canavieiro de Pernambuco, visto que a fonte de poder desse setor produtivo, regionalmente falando, estaria exatamente no monopólio da terra, o projeto de reforma pretendido não necessariamente era conflitante com os interesses dos usineiros de Pernambuco.

53 Trata-se do Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (Geran), órgão vinculado à Sudene e que tinha por objetivo a reestruturação agroindústria canavieira frente ao declínio considerável do subsetor, principalmente comparado ao seu correspondente paulista. Nota-se também que a instrumentalização de uma reforma agrária que ia ao encontro dos interesses da elite açucareira de Pernambuco passava pelo alto grau de influência no organismo citado.

54 Jornal Diário de Pernambuco, Terça-feira, 19 de abril de 1967, p.3.

Mais uma vez é preciso mencionar que a região de Pernambuco, em especial a Zona da Mata, era o principal foco dos conflitos envolvendo trabalhadores e grandes proprietários rurais. Nesse sentido, a questão da Reforma extrapolava os critérios puramente produtivos para adentrar na questão social da segurança nacional. Os conflitos em Pernambuco chegavam a tal ponto de ebulição que as próprias relações tradicionais de subordinação do trabalhador do campo, diretamente assegurada pela manutenção da posse da terra em mãos do patronato e defendidas pelos latifundiários, precisavam ser revistas, ao menos em teoria, para assegurar algum grau de manutenção dos seus privilégios. No dito popular, era preferível perder os anéis aos dedos.

Visto que as reformas já eram uma demanda popular, contando com o apelo de grande parte da população – das quais a reforma agrária não fugia a regra – a luta do patronato se transferia da ferrenha oposição à reforma para uma posição de utilizá-la em proveito próprio.

É preciso levar em conta que, em meio a longa crise que a agroindústria canavieira passava devido a diminuição da demanda externa do açúcar, os usineiros pernambucanos foram mais drasticamente afetados. Dessa forma, comparando-se o mesmo setor produtivo de São Paulo, percebe-se que a baixa articulação com outros setores do capital industrial e internacional, assim como a insignificante diversificação de portfólio de capital de giro foram preponderantes para agravar a crise financeira do setor açucareiro de pernambuco (SZMRECSANYI, 1976).

É preciso ter em mente que, desde a década de 1940, era possível perceber um movimento de expansão das relações capitalistas para o campo, muito embora a forma tradicional de exploração baseada, não na dominação percebida a partir de um contrato social que se fundamenta na liberdade e igualdade de possibilidades entre indivíduos, distinguindo-se pelo mérito de cada um, característico do capitalismo, mas a partir dos vínculos garantidos pela posse da terra, ainda ocorresse de maneira bastante significativa nas regiões rurais, em especial no Nordeste. Desde o reconhecimento do direito de sindicalização do trabalhador rural, em 1944, passando pelo conhecido Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, que buscava equiparar os direitos entre trabalhadores do campo e da cidade, o processo de adaptação das relações produtivas e sociais de dominação típicas do capitalismo no campo se intensificava.

Uma observação a ser feita é que, concordando com a análise de Caio Prado Jr., as relações de trabalho no campo, devido às peculiaridades de submissão do trabalhador rural atrelada à importância conferida à posse da terra, não devem ser entendidos como restos de relações feudais, mas como uma contradição própria do capital que submete antigos modelos de exploração a sua estrutura. Não se quer com isso entrar no mérito sobre como essas formas não-convencionais do trabalhador rural, como o cambão, a meação, a parceria e tantas outras se inserem no movimento de valorização do valor, uma vez que não atendem a forma clássica de reprodução do capital em seu modelo assalariado, mas sim entender a inclusão dessa forma específica na estrutura como um todo. Parafraseando Marx (2014, p.134):

À medida que o processo de trabalho são revolucionados e, com isso, o tipo histórico-econômico da sociedade. Os outros tipos de capital, surgidos antes dele em condições sociais de produção pretéritas ou em declínio, não apenas se subordinam a ele e são por eles modificados no mecanismo de suas funções, mas se movem exclusivamente com base nele e, portanto, vivem e morrem, mantêm-se e desaparecem com essa sua base.

Feita essa ressalva, toda vez que referir-se a essas características não convencionais do trabalhador rural na estrutura capitalista e que podem falsamente soar como resquícios servis, ou seja, feudais, optar-se-á pela expressão “traços de submissão não-assalariada do trabalhador”. Com efeito, o objetivo é demonstrar a importância do fator terra nesse processo.

Tradicionalmente nos momentos de crise, o latifúndio canavieiro do Nordeste procurava se sustentar nessas formas tradicionais de exploração do trabalho justamente por não haver um investimento em capital constante⁵⁵ que pudesse compensar a queda da taxa de lucro nesses momentos de crise. Nesse sentido, ao invés desses trabalhadores tornarem-se desempregados nesses momentos, os grandes proprietários de terra permitiam que esses pudessem dedicar-se com mais frequência a sua subsistência, garantindo um grau de dependência não-contratual e caracterizando uma relação de dominação com algum grau de pessoalidade àqueles que detinham a propriedade da terra.⁵⁶

⁵⁵ Entende-se como capital constante, “a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho” e que, portanto, “não altera sua grandeza de valor no processo de produção”. Ao contrário, “a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção” e, por isso, ela é chamada de capital variável (MARX, 2017, p.286).

⁵⁶ Observe-se que essa dominação de cunho pessoal é possibilitada pelos aspectos materiais. Mesmo em uma relação clientelística, o que permite, em primeiro nível, a reprodução desse formato de autoridade são os elementos materiais e, em segundo momento, os fatores jurídicos-políticos e ideológicos que a sustenta. A estrutura pessoal de dominação, portanto, é possibilitada pela condição de proprietário, o que significa dizer que a propriedade é o seu fator exordial. Uma vez percebida a incapacidade desses fatores superestruturais

Para Francisco Oliveira (1977, p.69):

Em outras palavras, enquanto para a ‘região’ industrial de São Paulo, o financiamento do IAA poderia financiar tanto o capital variável quanto o constante, no ‘Nordeste’ açucareiro financiava êle a reposição arcaica das relações de produção e, portanto, dialeticamente tornava nula a possibilidade de financiar ou, em outras palavras, ‘modernizar’ o capital constante das usinas.

Tomando por base o IV Plano Diretor, a principal ameaça à segurança nacional nessas regiões-problema era o caráter arcaico de sua estrutura fundiária. Nesse sentido, o documento aponta para a predominância de um modelo produtivo ainda baseado na *plantation*, onde grandes latifúndios – frequentemente com uma ampla extensão improdutivo – se estabeleciam a partir da monocultura visando, via de regra, a exportação. Com isso, além do problema da profunda concentração da renda e da terra nas mãos de uma ínfima minoria, um outro problema era a baixa capacidade dessas áreas de proporcionar uma oferta adequada de alimentos para os centros urbanos.

Nesse contexto de estrangulamento da oferta de produtos agrícolas, as propostas de reforma agrária sugeridas, portanto, deveriam visar uma reestruturação produtiva, passando por uma reforma fundiária que pudesse atender não somente as questões puramente econômicas, como já havia sido denunciada pela teoria *cepalina* da inelasticidade da oferta de alimentos, mas também seus efeitos sociais, que se traduziam no aumento do custo industrial com a mão de obra devido ao acréscimo do preço dos meios de subsistência e, por consequência, um aumento significativo dos níveis de desemprego e subemprego. Tendo em vista que as questões estruturais e superestruturais andam de mãos dadas, infere-se que, necessariamente, o conjunto das relações produtivas naquele quadro conflitivo afetaria de tal maneira as relações sociais entre capital e trabalho a ponto de colocar em risco a segurança nacional.

Ainda segundo o documento, Pernambuco, à época, respondia por 55% do total produzido pela agroindústria açucareira, mas verificava-se uma acentuada queda produtiva no setor, principalmente pela instabilidade dos mercados externos e pelo crescimento da produção em

em garantir a legitimação do modelo de exploração fundada na propriedade e na apropriação, era preciso propor um novo consenso/consentimento. Entende-se que é nesse contexto que se dá, por exemplo, a inflexão das doutrinas católicas simbolizadas pela teologia da libertação, preconizando a democratização do acesso à terra.

áreas próximas dos grandes centros consumidores do Centro-sul.⁵⁷ A dificuldade na formação de um mercado consumidor próprio que pudesse contribuir para o aumento da procura endógena na região, bem como a desvantagem em relação aos demais centros produtivos, em especial a agroindústria canavieira de São Paulo, pelo baixo investimento de capital constante nos latifúndios pernambucanos, procurando uma compensação através da expansão/expulsão das áreas produtivas para terras anteriormente utilizadas para a subsistência dos foreiros, acabava gerando um ciclo vicioso que se expressava, em última instância, nos constantes conflitos pela consolidação ao direito à terra pelos trabalhadores rurais.

Dado o vulto que a questão agrária ia tomando e a ameaça que isso constituía à segurança nacional pelas demandas mais substanciais por reformas profundas de alguns grupos, como as Ligas Camponesas, a reforma agrária era talvez o principal ponto de discórdia entre os setores reunidos no IPES, como aponta Dreifuss (1981, p.180). À vista disso, muito embora o grupo como um todo reconhecesse a premência de se debater sobre o tema, Dreifuss aponta para uma dissidência entre os *ipesianos* paulistas e fluminenses. Segundo o autor, enquanto os primeiros eram ferrenhos opositores à qualquer política de reestruturação dos moldes agrários nacionais, a não ser aqueles que pudessem garantir o incentivo aos créditos para o aumento produtivo no setor, os tecnoempresários da matriz fluminense admitiam certa margem de reformas.

Grosso modo, o patronato rural dividia-se da seguinte forma: uma oligarquia que, embora vivendo uma crise de hegemonia com o declínio dos moldes clientelísticos de submissão das classes subalternas, ainda mantinha-se extremamente influente no núcleo da sociedade política; uma burguesia rural que, além de ter procurado modernizar a produtividade agrícola a partir da introdução de novas técnicas e aplicação em capital constante, havia também diversificado seu portfólio de capital durante o processo de substituição de importações e estímulo à industrialização promovido durante o Governo Vargas; por fim, um outro representado pelo crescente interesse dos grupos agroindustriais multinacionais e associados (DREIFUSS, 1981).

57 Esse quadro produtivo apontado pelo documento é bastante questionável. Outros autores apontam para um processo de deslocamento do eixo principal de produção da agroindústria canavieira já em meados da década de 1940 e finalmente consolidada após a II Guerra Mundial na safra de 1950/1951, onde São Paulo finalmente superou a quantidade produzida por Pernambuco, tornando-se o principal produtor de açúcar. De qualquer forma, tais estatísticas do documento norteador do MININTER reforçam a importância do setor para a economia nordestina. Ver Tamás Szmrecsanyi (1976).

Essas divergências entre esses grupos no interior do IPES eram, contudo, secundárias pela percepção de que a questão da reforma agrária já havia entrado no debate de grandes segmentos da população, contando com amplo apoio da opinião pública e pela pretensa ameaça simbolizada pelo anteprojeto preparado no Governo João Goulart e promovido pela Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que se tornava seu suporte dentro do Congresso. Nesse sentido, o *ethos* patrimonial falava mais forte e dentro do patronato rural, percebia-se a necessidade de se apropriar da bandeira da reforma agrária, para instrumentalizá-la de acordo com seus interesses e, para isso, o apoio da Ação Democrática Parlamentar (ADP), tornando-se um contraponto à FPN, seria sua principal forma de atingir seus objetivos pelo legislativo.

Uma vez atingido o objetivo de derrubar Goulart, a polêmica em torno da questão agrária estava reestabelecida. Em declarações públicas, o então empossado presidente Castello Branco, apontou para a necessidade de se promover uma reestruturação agrária:

Impossibilitado de ter acesso à propriedade da terra, além da produtividade reduzida, o trabalhador rural não cria para si condições de melhoria do padrão de vida. Não introduz práticas novas, não absorve qualquer técnica tendente a aumentar a produtividade. Sem possuir terra não pode exigir a concessão de facilidades creditícias da assistência técnica, da mecanização, do aperfeiçoamento, do sistema de escoamento dos produtos agrícolas. [...] Não havendo estímulos especiais para o aumento da produtividade [...] a propriedade da terra, ao invés de se ligar à sua exploração agrícola, à sua utilização, converte-se na apropriação com intuito especulativo. [...] A experiência universal mostra que a modificação da estrutura agrária dos países que realizaram reformas agrárias bem-sucedidas, cria condições novas para o trabalho rural e força a modificação dos sistemas creditícios, assistencial e de mecanização. 58

Essa e outras declarações de Castello Branco questionando a estrutura agrária e a extrema concentração de terras, principalmente em regiões como as do Nordeste, agravando os problemas de abastecimento alimentício nos centros urbanos e os conflitos pela posse de terra, ambos gerando instabilidade social, soaram como um golpe aos grupos mais conservadores.

Se o golpe de 1964 trouxe em seu bojo a suposição de que o latifúndio saíra vitorioso, o Estatuto da Terra, promulgado por Castello Branco após o movimento, deixava entrever uma nova “ameaça” à grande propriedade, constituindo-se numa espécie de “balão de ensaio” para a tentativa de impor limites ao latifúndio improdutivo, ligado, sobretudo, ao setor mais retrógrado e conservador da classe dominante agrária (DE MENDONÇA, 2009, p.40).

58 Castello BRANCO *apud* DE SALIS, 2008. Mensagem Presidencial nº 33. In: CONTAG. **Questões Agrárias: Estatuto da Terra e Decretos Regulamentadores**, op. cit. p.08.

Segundo Regina Bruno (1997), o Golpe empresarial militar de 1964, no que diz respeito a questão agrária, não se deveu ao caráter radical da proposta de Jango e da FPN, mas pelos meios utilizados para se atingir esse fim, qual seja, a intensa participação dos trabalhadores rurais onde o sentido da reforma agrária seria feita – ao menos supostamente – de baixo pra cima, ou, dito de outro modo, a partir de uma relativa instrumentalização das instituições do Estado pelas classes subalternas para uma reforma efetiva.

Nesse contexto, junto às medidas repressivas, como a extinção das Ligas Camponesas, a intervenção nos sindicatos rurais e a perseguição às lideranças, fazia-se necessária também para o aparato governamental empresarial-militar recém-montado estabelecer normas e valores socioculturais que pudessem conferir às classes subalternas uma visão de mundo onde a dominação fosse consentida – embora ocultada. O Estatuto da Terra seria, portanto, um instrumento jurídico-político capaz de definir e/ou manter as normas de exclusão, dando um caráter de concessão por parte do novo regime sem que necessariamente isso significasse o pronto antedimento das demandas então reclamadas pelos trabalhadores rurais. Coerção e consenso deveriam ser as duas facetas dessa nova proposta hegemônica.

Logicamente, a proposta do Estatuto desagradou amplos setores do patronato rural. Não sem motivos, foram necessárias doze modificações do texto inicial para sua aprovação. Além disso, visando sua projeção a partir do aliciamento de setores que demonstravam insatisfação com o regime, alguns políticos habilmente se utilizaram de uma retórica que procurava unir a contrariedade do patronato rural ao Estatuto – representados por *udenistas* tradicionais, como Bilac Pinto – com o descontentamento dos *duristas* sobre as decisões de Castello, buscando, dessa forma, aliar seu discurso político com uma parcela expressiva dessa “linha-dura” e dos grandes proprietários rurais que vinham reiteradas vezes dando sinais de insatisfação com o primeiro presidente do regime empresarial-militar.

Dentre esses agitadores políticos, Carlos Lacerda foi possivelmente o mais notório a utilizar essa tática, perdendo uma parte de sua influência entre os *duristas* somente com a ascensão de Costa e Silva, que passou a implementar algumas das reivindicações desses militares descontentes, inclusive nomeando alguns deles para cargos de importância, como foi o caso do próprio Albuquerque Lima.

Entre os pontos criticados pelo patronato, estava o conceito de função social da terra (BRUNO, 1995). Nesse sentido, o seu caráter vago e impreciso daria margem à medidas de

cunho interpretativo. Dentro da perspectiva teórica adotada nesse trabalho, o Estado é considerado, não como a máxima expressão política de uma dada classe hegemônica, mas como a expressão hegemônica de um determinado bloco histórico. Dito de outra forma, o Estado, como agente garante, bem como suas instituições, utilizam-se de sua autonomia relativa, não em favor de uma classe específica, mas para garantirem uma unidade entre contrários e distintos. Assim, além de funcionar como núcleo de coerção física e burocrática, expressa-se também como foco irradiador de educação objetivada das massas, promotora de um consenso social.

A preservação dos moldes estruturais, nesse caso, são elementos constitutivos dessa autonomia relativa do Estado e dessa unidade entre contrários e distintos. A propriedade, ou melhor dizendo, a posse da propriedade, portanto, pilar fundamental, não poderia estar a mercê de conceitos vagos e imprecisos que dão margem a certas contestações pelas classes subalternas, como aquele supostamente apontado às incertezas que a obrigatoriedade do atendimento de sua função social poderia conter. Além disso, a própria referência do texto que definia a propriedade familiar como a base referencial para o módulo rural intensificava a crítica à suposta tentativa do aparelho estatal em tentar contrapor – produtiva e ideologicamente – como campos opostos, propriedade familiar e propriedade privada:

A expressão ‘sistema justo de propriedade’ importa implicitamente na condenação do atual regime da propriedade privada do ponto de vista moral; que o anteprojeto só considera moralmente justa a pequena propriedade, revelando insólita prevenção contra a propriedade de dimensões superiores à propriedade familiar **que tal posição não tem fundamento doutrinário ou científico; que não há argumento de natureza econômica que justifique**, no setor agrário, a intervenção do Governo Federal, visando promover a divisão da propriedade familiar; que até o momento nada se sabe sobre a eficiência produtiva da estrutura agrária nacional, dada a precariedade dos levantamentos até agora realizados, os quais não acusam diferenças de produtividade entre grandes e pequenas explorações rurais; **que por traz do conceito da propriedade familiar acha-se a concepção de que a condição do assalariado é indigna do ser humano**, o que envolve uma condenação implícita do capitalismo; que a noção ‘função social da terra envolve uma concepção semi socialista e reduz o proprietário à mera condição de gerente a serviço da comunidade, o que doutrinariamente é inaceitável. 59

Visando a elaboração de um plano norteador para a formulação do Anteprojeto do Estatuto da Terra, criou-se, em abril de 1964, o Grupo de trabalho sobre o Estatuto da Terra (Gret).

59 Parecer Sobre o Documento do Grupo de Doutrina do IPES/SP sobre Anteprojeto de Reforma Agrária do IPES/RJ. Arquivo Paulo de Assis Ribeiro. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Caixa 51/53 s/d, 1964 f.

Estando diretamente vinculado ao Ministério do Planejamento, sob a coordenação de Roberto Campos, intencionava-se, ao mesmo tempo em que se procurava estabelecer um diálogo com os principais representantes do patronato rural, garantir alguma autonomia decisória para o governo em relação às pressões externas. Com isso, reuniu-se uma vertente reformista do IPES, tendo Paulo de Assis Ribeiro do IPES/RJ como seu principal ideólogo, José Gomes da Silva, como um dos principais remanescentes da Revisão Agrária do Estado de São Paulo, que foi realizada em 1959, no decorrer do governo Carvalho Pinto e então interventor da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), além do Ministro da Agricultura, Oscar Thompson Filho, ligado à Sociedade Rural Brasileira e do próprio Roberto Campos. Além disso, o Gret contava ainda com a participação direta do General Golbery do Couto e Silva – chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do próprio Castello Branco, quando esse acreditava que sua presença fazia-se necessária, o que demonstra a importância do grupo (DE SALIS, 2008).

Em relação a Oscar Thompson Filho, Dreifuss (1981) aponta que, apesar de sua participação na organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, que convocou a população para ir às ruas contra Governo Jango, sua nomeação como ministro atendia um plano de tentar isolar os “interesses agrários tradicionais” representado por ele.⁶⁰ Dessa forma, sua nomeação era uma tentativa de absorver as pressões vindas desse setor, mas que, na prática, encontrava-se em posição decisória inferior ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)⁶¹ nas questões socioeconômicas do meio agrícola, onde esta última instituição estaria a serviço do bloco de poder multinacional e associado.

Regionalmente falando, a SRB, de Thompson, realmente era um organismo com interesses tradicionais agrários, como aponta Dreifuss. Contudo, pensando em um aspecto nacional, ele estava muito mais próxima à burguesia rural modernizante, que o autor aponta, do que propriamente caracterizando-se como o patronato agrário mais retrógrado. Segundo Regina Bruno (1997), a agremiação estaria intimamente ligada ao grande capital internacional e à agroindústria. Nesse sentido, adotar-se-á essa segunda perspectiva no presente trabalho. Além

⁶⁰ Ver página 436, grifo nosso.

⁶¹ Importante observar que o IBRA, segundo o Decreto Nº 55.889, de 31 de Março de 1965, que aprovou seu Regulamento Geral, era um órgão subordinado diretamente ao Presidente da República, não precisando, portanto, submeter suas decisões a nenhum outro ministério, o que lhe confere uma autoridade bastante notável em relação às questões agrária. Isso, em certo grau, corrobora com a tese de Dreifuss de isolamento do Ministério da Agricultura em relação ao IBRA. Mas quando trata-se desse isolamento durante a construção do Estatuto da Terra, como foi visto, essa estratégia deve ser relativizada.

disso, sua nomeação ocorreu em 22 de abril de 1964, enquanto a criação do IBRA só ocorreu em novembro, com a promulgação do Estatuto. Esse lapso temporal foi ignorado por Dreifuss em sua análise, e essa suposta tentativa de isolamento do Ministério da Agricultura sob forte influência do patronato rural, deve ser bastante relativizado.

O que se sabe é que Oscar Thompson Filho, no período em que foi escolhido como ministro, encontrava-se no cargo de 2º secretário da Diretoria-Geral da SRB, função que exerceu até 1965. Essa entidade caracterizava-se como uma alternativa à Sociedade Nacional Agrícola para o patronato rural, principalmente pelo seu caráter regional, isto é, formado por diversas agremiações sediadas no estado de São Paulo e tendo como setor produtivo principal a ser representado, o cafeeiro paulista, além de uma forte conexão com setores financeiros (DE MENDONÇA, 2009). Com isso, é possível perceber que a disputa por hegemonia fazia-se presente desde os contextos mais amplos até os mais setorializadas. Nesse sentido, muito embora tenha havido uma convergência entre SRB e SNA com intuito de se opor a Goulart a partir de um *ethos* em comum que a propriedade conferia, ambas concorriam para lançarem-se como representantes do setor agroindustrial a partir da apropriação de discursos nacionais logo após a tomada do Estado.

Outra observação a ser feita sobre a SNA, é que esta possuía uma relação de proximidade com outra importante entidade representante do patronato rural: a Confederação Rural Brasileira (CRB). A presença do *ipesiano* Edgar Teixeira Leite na vice-presidência da CRB e, concomitantemente, no conselho superior da SNA entre 1959 e 1986 reforça essa afirmativa.

Uma das principais causas defendidas pela SNA era a modernização da agricultura brasileira a partir da integração dos setores primários, secundários e terciários da economia e o estímulo à exportação. Para isso, estimulavam a criação dos Complexos Agroindustriais a partir de uma massiva injeção de créditos e subsídios estatais, projeto esse que veio a se concretizar no início dos anos de 1970, já após a saída de Albuquerque Lima do MININTER.

Diferentemente da SNA, a SRB era contrária à qualquer modelo de reforma agrária que procurasse alterar a estrutura fundiária nacional. Qualquer ameaça à propriedade privada era percebida como ilegalidade, motivo pelo qual o anteprojeto do Estatuto da Terra foi extremamente questionado pela agremiação.

Sônia Regina de Mendonça (2009, p.156) faz uma comparação entre os quadros diretores das duas agremiações. Segundo a autora, embora a diretoria-geral da SNA abrigasse um percentual maior de portadores de diploma superior e de membros pertencentes às instituições federais, isso não significa uma hegemonia política desta em relação ao SRB, mas sim que “as lideranças da SRB encontravam-se diretamente imbricadas ao grande capital – o que tornava secundário o papel do diploma –, sendo elas tão ou mais ‘políticas’ do que as da SNA”. A grande diferença estaria no fato da entidade paulista ter suas lideranças muito mais vinculadas aos governos municipais e estaduais, enquanto sua opositora ocupava mais postos de relevo no plano federal.

Caso pensemos em termos de uma ‘tipologia’ de trajetórias, verifica-se[na SRB] a preponderância daquelas ‘privadas’ ou ‘mistas’, com dominância do privado, distanciando-se do perfil de ‘dirigentes/mandatários públicos’ marcante na Diretoria-geral da SNA. Por certo, isso evidencia a forte identificação dos diretores da SRB com a ‘herança rural paulista’ e seu ‘passado de pioneiros’. [...] podemos analisar a oposição entre ambos os grupos patronais como duas distintas estruturas de capital. Assim, enquanto entre os diretores da SRB predomina o capital econômico, entre as lideranças da SNA o capital escolar é predominante. Tal oposição induziria a dois modos igualmente diversos de reprodução social dos grupos dominantes, preponderando, em um caso, a transmissão, mais ou menos plenamente controlada pela família, de ‘um direito de propriedade hereditário’ e no outro, a transmissão, mais ou menos assegurada pela escola, de um poder ‘vitalício’, fundado sobre o título escolar e não sobre a hereditariedade (BOURDIEU; BOLTANSKI; SAINT MARTIN, 1978, p.17 *apud* DE MENDONÇA, 2009, p.157-158).

Disso segue, embora possuíssem um *ethos* em comum que a condição de proprietário conferia, ao que tudo indica, as duas agremiações possuíam formas de expressar-se politicamente distintas: enquanto a SRB procurava penetrar e se consolidar no centro da sociedade política paulista, adotando uma postura mais preocupada propriamente com as questões produtivas a nível nacional, utilizando-se do seu capital financeiro para promover alianças mais ou menos circunstanciais com uma elite intelectual que pudesse representá-lo federalmente, a SNA, até pela sua base social mais ampla, formava intelectuais orgânicos, na acepção do termo *gramsciano*, como é o caso do já citado Edgard Teixeira Leite, que, como usineiro que era, não seria exagero tratá-lo como um dos tecnoempresários do IPES no qual Dreifuss faz referência.⁶² Nesse sentido, embora ambas tenham participado da campanha

62 Aliás, seu nome aparece diversas vezes no texto de Dreifuss, apontando para sua decisiva participação no Golpe, principalmente na já citada “tomada de consciência negativa” para angariar os heterogêneos setores do patronato rural. Ver Dreifuss (1981, p. 181)

golpista, percebe-se um esforço sensivelmente maior da SNA para estabelecer um diálogo com o novo governo sobre os problemas agrários do qual o Estatuto viria a fazer referência, do que a SRB.

Entende-se que, a nível político federal, grande parte dos interesses da agroindústria açucareira pernambucana encontravam-se representados pelas propostas mais abrangentes da SNA, até pelo seu caráter nacional.

Dessa forma, diferentemente da SRB, que foi a principal crítica do Estatuto da Terra, sentindo-se traída com o “governo revolucionário” após sua tramitação e promulgação, a SNA, de uma forma geral, mantinha uma boa relação com os primeiros governos militares. Esse bom convívio só ficou abalado durante o Governo Geisel (1974-1979), quando os efeitos da crise do “milagre econômico” já se faziam sentir na produção agrária.⁶³ Observe-se que historicamente a SNA sempre manteve um discurso governista, enquanto os paulistas da SRB foram mais críticos. As exceções ficam por conta dos últimos anos do governo Vargas e do período Goulart, quando ambas entidades convergiram na frente oposicionista. Deste modo, a SNA, com a implementação do novo governo em 1964, reconhecia parcialmente os problemas gerados pela estrutura fundiária nacional e da necessidade de uma reforma agrária visada pelo Estatuto da Terra, mas sem que esta representasse nenhum tipo de radicalismo. Defendiam também a diversificação da produção agrícola com vista ao consumo interno.

Diferentemente do que aponta Dreifuss (1981, p.436), afirmando que Oscar Thompson Filho teria se demitido do cargo de Ministro da Agricultura devido “incompatibilidades com as novas diretrizes políticas que estavam sendo implantadas pela administração Castello Branco através do IBRA”, com efeito, o que teria ocorrido, segundo José Gomes da Silva⁶⁴, foi sua demissão por ter vazado sem prévia autorização o anteprojeto do Estatuto da Terra para o Jornal do Brasil.⁶⁵ Da sua substituição do ministério por Hugo de Almeida Leme,

63 Essa insatisfação com o Governo Geisel não foi exclusiva da SNA. A SRB também foi uma ferrenha opositora às políticas setorializadas. A crise do “milagre” também é bastante importante pra entendermos a mudança de postura da agremiação patronal rural paulista em relação a Delfim Netto. Se este mantinha-se influente até o “milagre”, passado os efeitos de crescimento econômico, suas diretrizes passaram a ser questionadas, inclusive pela SRB, como ficou claro na sua tentativa de taxar os preços da carne, o que fez com que sua nomeação para o Ministério da Agricultura em 1979 fosse bastante contestada. As circunstâncias econômicas, portanto, são fundamentais para a análise das correlações de forças e para a compreensão de que as alianças entre frações de classe são, não raras vezes, conjunturais.

64 IN: BRUNO, Regina & CARVALHO, Abdias. Entrevista – José Gomes da Silva. IN: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, Julho de 1996, n.6, p.44.

65 Jornal do Brasil, Quinta-feira, 11 de junho de 1964, p.1.

também indicado pela SRB, é possível chegar-se a duas conclusões: a tática de isolar o Ministério da Agricultura em detrimento do IBRA deve ser bastante relativizada pelo peso político-econômico da SRB e suas formas de pressionar, interna e externamente, o aparelho empresarial militar, como já fora citado; o grau acirrado das disputas por hegemonia na formulação de políticas agrárias no novo governo e a dificuldade de se construir um consenso entre as partes.

Nacionalmente, a SRB encontrava considerável apoio em uma ala da UDN, através de nomes como os Herbert Levy, Ernâni Sátiro e do presidente do partido, Bilac Pinto, todos ferrenhos opositores a qualquer reestruturação agrária que não fosse unicamente para favorecer o patronato rural com políticas de incentivos fiscais e de modernização do setor. Em relação a esse último, é importante observar que um de seus assessores e que passaria a ter bastante notoriedade no Governo Costa e Silva também adotava uma postura bastante próxima quanto aos assuntos agrários: Delfim Netto (GENTIL, 2016).

Sintomaticamente, o anteprojeto do Estatuto da Terra encontrava sua principal oposição, não nos velhos interesses oligárquicos representados por uma ala do PSD, mas justamente dentro de um atuante quadro da UDN na Câmara que estaria vinculado aos interesses mais modernos da agricultura e associado ao capital estrangeiro (MARTINS, 1984). Interessante notar também que, durante o Governo Jango, o anteprojeto da reforma agrária foi apresentado por José Joffily, deputado justamente do PSD da Paraíba, em 1961, sabidamente de posicionamento nacionalista, e que teria seus direitos políticos cassados com a decretação do AI-1 e preso preventivamente pela Lei de Segurança Nacional, em 1965.

Analisando especificamente a oligarquia canavieira do Nordeste, essa relativa abertura ao diálogo sobre o anteprojeto deve-se, em parte, a identificação pela própria patronato rural regional de que as dificuldades socioeconômicas vividas em um contexto de acirramento dos conflitos agrários não mais poderiam ser resolvidas pontualmente, mas que a interferência do poder central far-se-ia necessária nesse grave quadro. Além disso, é de supor que sua influência política na União colocava-os em uma posição relativamente confortável, sabendo que essa tática de aceitar e até incentivar a intervenção do Estado no subsetor e na região, não configuraria maiores ameaças aos seus privilégios, percebendo-se uma favorável margem de manobra dentro da estrutura política que possibilitava a instrumentalização de qualquer proposta de reforma agrária de acordo com seus interesses.

Olhando-se atentamente para agroindústria canavieira de Pernambuco, pode-se observar que essa constitui um importante exemplo de como o fator estrutural anda de mãos dadas com a superestrutura jurídico-política e ideológica. A mencionada instabilidade rural pernambucana era o resultado de um modelo dialético em plena decadência entre as forças produtivas e as relações sociais de produção que passava necessariamente pela manutenção de um particular entendimento sobre a função socioeconômica da propriedade rural.⁶⁶

Dito de outra forma, esse subsetor produtivo, que havia inicialmente se alicerçado a partir da monocultura latifundista, isto é, voltado para a exportação, não possuía até então formas de controlar a produtividade, ficando a mercê das variações dos preços de acordo com as flutuações do mercado internacional. Essa situação só foi se alterando aos poucos com a sua passagem do sentido de realização de seu valor externamente, para sua predominância em realizar-se internamente, e, mais definitivamente, a partir da fundação do IAA, em 1933.

Uma característica peculiar do subsetor canavieiro que já foi citada, mas que merece ser reforçada e contextualizada é que, devido à dependência de fatores produtivos com baixa nível de controle, uma das formas de viabilizar a rentabilidade era garantindo pequenas lavouras de subsistência para os trabalhadores rurais. Nos momentos de entressafra, portanto, havia um compromisso intrínseco entre proprietário e trabalhador que, ao mesmo tempo, minorava os gastos com mão de obra por parte do primeiro, e garantia a sobrevivência do segundo devido ao seu plantio para consumo próprio. Contextualmente falando, isso se manifestava tanto em Pernambuco, como no Centro-sul – as duas principais regiões produtoras –, mas a diferença principal era que, enquanto na primeira região a cana moída pelas usinas provinham majoritariamente da lavoura de fornecedores, na segunda, ela tinha origem nas próprias usinas (SZMRECSANI, 1976).

Nesse sentido, infere-se que as relações de produção nas duas regiões eram bem diferentes, pois, enquanto no Centro-sul já havia uma maior separação entre o produto final do trabalho dos meios de produção do trabalhador, em Pernambuco, os traços de submissão não-assalariada do trabalhador ainda constituíam um modelo observável na produção canavieira, onde a terra, como pilar de um modelo de dominação pessoalizado, constitui o principal fator

66 “A oposição entre o poder da propriedade fundiária, baseado nas relações de servidão e de dominação pessoais, e o poder impessoal do dinheiro é claramente expressa em dois provérbios franceses: ‘*Nulle terre sans seigneur*’ [‘Nenhuma terra sem senhor’] e ‘*L’argent n’a de maître*’ [‘O dinheiro não tem senhor’] (MARX, 2017, p.223).

nessa equação. Assim, a região pernambucana é expressivamente mais caracterizada pela oposição entre latifúndio, representado pelos grandes fornecedores de cana e usineiros, e os minifúndios dos pequenos produtores. Esse fator, aliado à expulsão das antigas lavouras de subsistência devido ao esgotamento das terras disponíveis para plantio e à elevada densidade demográfica, contribuíram para o elevado grau de conflitos pela posse da terra na região.

A interferência do poder público na produção açucareira pernambucana, portanto, era uma exigência que se fazia cada vez mais necessária para sua viabilidade econômica e para suas consequências sociais, condição essa que já era percebida pelo patronato regional desde as dificuldades advindas da transição do seu caráter agroexportador para um formato de realização interna do valor de sua mercadoria, fenômeno que viria a se consumir entre o final do século XIX e início do XX (OLIVEIRA, 1977).

Dessa forma, a institucionalização da relação entre o subsetor produtivo com o Estado, condensada agora através do IAA, estaria não mais restrita as políticas de incentivo ao crédito rural para garantir a sobrevivência da agroindústria canavieira com a perda de sua hegemonia para a produção caribenha, mas principalmente com a implementação de ferramentas de controle produtivo, em especial as chamadas “quotas de fornecimento” e “quotas de produção” em um contexto de acirramento da concorrência pelo consumo interno das duas principais regiões açucareira: Centro-sul e Nordeste.

Quanto as “quotas de fornecimento”, estas foram criadas para obrigar que uma parcela da matéria-prima consumida pelas usinas fossem adquiridas dos chamados fornecedores. Principalmente no Nordeste, estes eram uma parcela importante na complexa equação socioeconômica do subsetor, uma vez que o fenômeno de integração das várias fases do processo de produção açucareira através das usinas, já muito notado em São Paulo, não tinha a mesma expressão em Pernambuco. Nesse contexto, uma parcela relevante dos antigos senhores-de-engenho pernambucanos com alguma representatividade político-econômica à nível regional e que, diferentemente dos usineiros, não acompanharam as novas exigências de aplicação em capital constante, foram reduzidos à condição de simples fornecedores de cana (SZMRECSANI, 1976).

Em relação às “quotas de produção”, as próprias características do subsetor faziam com que a intervenção estatal se fizesse presente em um grau ainda mais elevado do que outros setores produtivos cujo livre jogo das forças de mercado seriam suficiente para garantir um

certo equilíbrio entre oferta e demanda. Como a agroindústria canavieira era marcada por quadros sucessivos de superprodução, mesmo antes do período republicano, fator agravado pela instabilidade da receptividade do açúcar brasileiro no mercado internacional, a política de quotas tinha por objetivo estabelecer um limite a ser produzido de acordo com as regiões. Além disso, a já citada dificuldade com o escoamento da produção pernambucana para os centros consumidores do Centro-sul a partir da II Guerra Mundial, fez com que o IAA interviesse em favor da região nordestina, estipulando que uma parte do açúcar consumido no Sudeste proviesse do Nordeste, mesmo com a capacidade produtiva aumentada de São Paulo em atender toda a sua demanda regional.

A concorrência de São Paulo acentuou-se ainda mais a partir da crise do café em 1930, onde os cafeicultores encontraram na produção açucareira uma alternativa viável capaz de, se não compensar as perdas sofridas, ao menos reduzir os prejuízos causados pela conjuntura desfavorável da produção cafeeira (SZMRECSANYI, 1976). Isso somado a já disponibilidade de mão de obra liberada antes voltada para o café, assim como a proximidade com as principais mercados consumidores internos, representou um duro golpe para setor nordestino. Dessa forma, “São Paulo ameaçava atingir o limite de seu consumo [...] e tornar-se autossuficiente. E seria a ruína final das velhas regiões produtoras, em particular do Nordeste” (PRADO JR, 1965, p, 251). O caso esse só não consolidado pela intervenção estatal que, se não possibilitou a retomada completa do subsetor regional, ao menos possibilitou sua sobrevivência.

De um ou de outro jeito, seja através das “quotas de fornecimento”, pelas “quotas de produção” ou pela já citada política de sobrepreço à produção do Centro-sul, o fator planejamento, notadamente, não se esgotava nas questões voltadas para a racionalização produtiva. Pelo contrário, o que se pretendia era a manutenção da tradicional estrutura agrária nordestina, isto é, da relação entre a sua força produtiva e as relações sociais de produção com sua forma particular de definição das normas de sujeição social e política, condição essa viabilizada em grande medida pela institucionalização da questão a partir do IAA até, pelo menos, 1951, quando o mérito da Resolução nº 619/51 foi apreciada pelo judiciário e a política de sobrepreço foi finalmente revogada, iniciando-se uma nova fase onde agroindústria canavieira nordestina passaria a ter um papel complementar à hegemonia representada pela produção paulista (SZMRECSANYI, 1976).

Nesse contexto, considerando que a estrutura produtiva de Pernambuco encontrava-se alicerçada no abastecimento da cana pelos fornecedores, é possível perceber que foram justamente os mecanismos do IAA voltados para a defesa da agroindústria canavieira do Nordeste que, se por um lado garantiram sua sobrevivência, por outro, contribuíram para sua debilidade. Em outras palavras, embora esse modelo produtivo pudesse garantir uma boa rentabilidade para os produtores de Pernambuco, principalmente pelo baixo dispêndio salarial com o fator força de trabalho devido às possibilidades do trabalhador dedicar-se ao plantio de subsistência e/ou para o pequeno comércio local de seus excedentes, sua fragilidade encontrava-se na capacidade de obter matéria-prima para suas usinas precisamente por manter inalterada essa estrutura de financiamento dos antigos senhores-de-engenho rebaixados à condição de fornecedor e que procuravam garantir sua influência a partir de seus latifúndios, mesmo que muitas vezes fosse esse mesmo elemento o principal fator de estrangulamento para a produção local.

Estudos realizados por diversos especialistas do próprio IAA demonstraram até a saciedade que os diferenciais de produtividade do trabalho na atividade industrial propriamente dita, de produção do açúcar, não eram muito grandes entre as duas “regiões”, o Nordeste e São Paulo, podendo o Nordeste até levar vantagem devido aos salários reais mais baixos. Onde os diferenciais de produtividade do trabalho já eram grandes e começaram a agravar-se, era exatamente no setor produtor agrícola da cana. Conforme já se assinalou, portanto, o que se havia revelado como um eficaz mecanismo para a defesa, para a não desaparecimento da economia açucareira do Nordeste, revelava-se ineficaz como mecanismo para a expansão. O arcaísmo cobrou seus direitos (OLIVEIRA, 1977, p.69).

A manutenção da estrutura fundiária e da renda da terra contribuiu, contraditoriamente, para a não consecução das “quotas de produção” estipulada para a região em alguns momentos, deixando o caminho aberto para que o açúcar paulista pudesse absorver com força total os déficits, não só de Pernambuco, mas da economia açucareira nordestina como um todo. Criava-se, assim, um círculo vicioso onde a queda da produção significava também o declínio do fornecimento que, por sua vez, tentava atenuar suas perdas a partir da ampliação das suas posses de terra e, conseqüentemente, da renda da terra pela escassez cada vez mais notada de glebas para o cultivo. É nesse processo, seja pela expulsão das antigas áreas destinadas para o cultivo de subsistência pelo camponês nesse processo de expansão das terras dos grandes fornecedores, ou pela ampliação do sobretrabalho que tinha sua principal forma

de exploração no chamado “cambão”⁶⁷, que desenvolve-se a marcante instabilidade agrária a partir, principalmente, da metade da década de 1950 (OLIVEIRA, 1977). Não a toa, fatores sociopolíticos e econômicos, superestruturais e estruturais, andam de mãos dadas, sobretudo nos momentos de crise.

QUADRO III-4: Reajuste das quotas de Produção de Açúcar de Usina pela Resolução nº 1284/57 de IAA.

ESTADOS PRODUTORES	LIMITE ANTERIOR		LIMITE DEFERIDO		REAJUSTE CONCEDIDO	
	sacos	%	sacos	%	sacos	%(+)
Para, Maranhão, Piauí e Ceará	119.689	0,2	140.593	0,3	20.904	17,5
Rio Grande do Norte	119.601	0,6	309.070	0,7	116.469	60,5
Paraíba	728.556	2,2	920.271	1,9	191.715	26,3
Pernambuco	9.393.350	28,3	12.717.932	26,6	3.324.582	35,4
Alagoas	3.153.708	9,5	4.147.987	8,7	994.279	31,5
Sergipe	1.682.950	5,1	2.026.341	4,2	343.391	20,4
Bahia	1.599.441	4,8	1.854.510	3,9	255.069	15,9
Espírito Santo	304.560	0,9	327.625	0,7	23.065	7,6
Minas Gerais	1.898.166	5,7	2.480.606	5,2	582.440	30,7
Rio de Janeiro	4.925.151	14,8	6.275.476	13,1	1.350.325	27,4
São Paulo	8.232.914	24,8	15.084.701	31,6	6.851.787	83,2
Paraná	458.880	1,4	852.822	1,8	393.942	85,6
Santa Catarina	210.715	0,6	254.137	0,5	43.422	20,6
Mato Grosso	154.745	0,5	169.673	0,4	14.928	9,6
Goiás	171.780	0,5	187.828	0,4	16.048	9,3
T O T A L	33.227.206	100,0	47.749.372	100,0	14.522.266	43,7

Fonte: Brasil Açucareiro, Abril 1958, pág. 53.

68

Mesmo nos momentos onde a produção de Pernambuco conseguiu atingir sua respectiva quota, o processo de concentração de terra com objetivo de aumentar a produtividade

67 Grosso modo, trata-se de uma espécie de compromisso entre trabalhador e donos de terras, onde o primeiro é obrigado a ceder parte do seu tempo gratuitamente para aplicar sua força de trabalho na produção do patrono, desobrigando esse último a ressarcir-lo de qualquer pagamento em dinheiro. A propriedade da terra nesse modelo de exploração do trabalho alheio, torna-se elemento principal na equação. Não por acaso a contestação do cambão foi decisivo para a criação das Ligas Camponesas. Também não é coincidência que o livro de Francisco Julião, escrito pelo líder camponês em seu exílio no México tenha se chamada “Cambão – a face oculta do Brasil”.

68 Tabela retirada do livro de Tamás Szmrecsanyi (1976, p.227). O quadro ilustra a consolidação da hegemonia paulista no subsetor e, sobretudo, a expressiva ampliação das quotas da produção de São Paulo pela Resolução nº 1284/57, possibilitado, em parte, pelo insucesso das safras anteriores de Pernambuco de proverem por completo as quotas das quais faziam jus pela resolução anterior.

extensiva e/ou elevar a renda da terra se fez presente. Esse foi o caso da possibilidade que se abriu de expansão da produção após a Revolução Cubana, em 1959, com o rompimento das relações com os Estados Unidos e com a abertura de um novo mercado preferencial até então altamente protecionista devido ao controle exercido sobre a produção de açúcar cubano. Nesse sentido, o Provimento nº 1/61, instituído pelo IAA, teve por efeito, garantir a busca pela expansão do subsetor e, ao mesmo tempo, dirimir os problemas da disputa inter-regional pelo mercado consumidor interno através da exportação dos excedentes, estratégia essa que serviria principalmente para suavizar as perdas anteriores da economia açucareira do Nordeste (SZMRECSANYI, 1976).

Esse mesmo afã expansionista foi que deu origem ao Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), criado através do Decreto nº 79, de 1961, já no Governo de João Goulart. Uma de suas atribuições era conceder financiamentos que pudessem facilitar a substituição das antigas áreas produtoras de café, principalmente no Centro-sul, onde notava-se sua intensa erradicação, por outras atividades agroindustriais. Os recursos que garantiriam esses financiamentos deveriam ser fornecidos pelo próprio GERCA, por exemplo, para ampliação do parque açucareiro do Centro-sul, o que acarretaria na liberação dos recursos do IAA para serem utilizados nas demais regiões produtoras, em especial no Nordeste (SZMRECSANYI, 1976). Vale destacar também que, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, a transição da aplicação de capital em café para o investimento em açúcar foi reforçada. Isto pode ser explicado parcialmente pelo fato da produção de açúcar exigir menos mão de obra permanente do que a cafeicultura, o que significa dizer também, menos obrigações trabalhistas para o proprietário.

Nessa correlação de forças entre as duas principais regiões açucareiras, o que se percebe é, sobretudo, o embate dialético entre a tese e sua antítese de concepções contraditórias sobre a apropriação das formas de trabalho e de sujeição do trabalhador, passando diretamente pela questão da posse da propriedade privada e pelas formas de instrumentalização do Estado, fundamentais para a sustentação de um ou de outro modelo proposto. Pelo lado de São Paulo, a liberação de mão de obra nordestina teria um papel fundamental para a formação do exército industrial de reserva a partir de sua migração para o Centro-sul, maximizando a racionalidade do processo de valorização do valor a partir do barateamento da mão de obra. Já para a estrutura canavieira pernambucana, se por um lado admitia-se uma limitada dispersão da força

de trabalho que dava manifestos sinais de saturação e que se expressavam na alta densidade demográfica na região, sobretudo na Zona da Mata, e, por consequência, na contestação da estrutura fundiária local, por outro, seu completo esvaziamento significaria também a implosão das suas bases de poder, seja pela diminuição das possibilidades de sobretrabalho, seja pelo declínio das relações pessoalizadas de poder que se traduziriam, essencialmente, no mando político.

2.3) POSICIONAMENTO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA.

Uma vez colocados os interesses regionais da agroindústria canavieira e, tendo em vista que a concepção de desenvolvimento econômico rural de cada um dos personagens atrai para si o apoio dos respectivos subsetores produtivos locais, qual o posicionamento de cada um deles sobre o tema da reforma agrária?

Como ficou demonstrado em muitos de seus posicionamentos⁶⁹, a postura de Delfim Netto em relação à reforma agrária era abertamente reticente. A seu ver, e também de uma prestigiada ordem de economistas e políticos, o desenvolvimento da produção agrícola prescindia de políticas desenvolvidas pelo setor público visando simplesmente transformações na estrutura agrária e que o Estatuto da Terra, segundo ele, pelo próprio remédio que propunha, isto é, pelo fomento à produção familiar e formação de uma classe média rural, poderia ter o efeito inverso ao agravar o quadro enfermizo da agroindústria, desestimulando o aumento da produção no campo determinado pela expansão da área cultivável por unidade de mão de obra através da mecanização (ACCIOLY, 1984). 70

69 Como exemplo, o artigo na revista Mundo Econômico (nº O, 1967).

70 Trata-se aqui de linguagem microeconômica/contábil presente na chamada “Teoria da Firma”, conceito criado pelo economista Ronald Coase, em 1937. Segundo um subtópico dessa teoria, denominada de “Lei dos rendimentos decrescentes”, no processo produtivo, mantendo-se inalterada uma dada quantidade de fator fixo – no caso, área cultivada –, ao aumentar-se o fator variável – força de trabalho –, a produção marginal desse mesmo fator variável cresce até certo ponto, e a partir daí, há um decréscimo. Aplicando esse conceito para o trabalho, o que Delfim e seus correligionários queriam dizer é que, precisamente para fugir desse rendimento decrescente, necessariamente o aumento produtivo na agricultura deveria contar com periódicas expansões do seu fator fixo, isto é, de sua área cultivada e/ou de seu capital constante expresso pela modernização científica e tecnológica da agricultura. Grosso modo, o que se defendia era a ampliação dos

Segundo Roberto Campos, que o havia indicado, inclusive, como membro do Conselho Nacional de Economia (CNE) durante o governo de Castello Branco:

[Delfim] chacoteava a reforma agrária, como tendente a criar ‘chácaras na Amazônia’ e hiperbolicamente, alegava que os tributos, como concebidos, acabariam convertendo as grandes propriedades agrícolas, implantadas como empresas industriais, em inexpressíveis minifúndios (CAMPOS, 1994 *apud* DE SALIS, 2008).

Ainda como assessor de Bilac Pinto, quando este ainda encontrava-se na presidência nacional da UDN, desde 1963, substituindo Herbert Levy, Delfim reforçou seu papel dentro da intelectualidade orgânica de uma fração de classe dentro do bloco de poder modernizante-conservador ao preparar um parecer⁷¹ sobre a questão agrária que ganharia contornos de manual dos opositores à Reforma Agrária, precisamente pelo seu suposto caráter técnico. Nele, encontrava-se a principal tese de oposição à teoria da inelasticidade da oferta de alimentos formulada pelo pensamento *cepalino*.

Partindo desse parecer de Bilac e de Delfim, infere-se que o principal ponto de estrangulamento da agricultura brasileira não era devido a seu caráter estrutural, mas circunstancial, exponencializado, sobretudo, com a intensificação da evasão da mão de obra do campo para outros setores sem que estes pudessem absorvê-los. Não que o excesso de mão de obra fosse um problema por si só, mas a pura e simples evasão sem a capacidade de absorção pelos demais setores desses trabalhadores, deveria ser combatido, não através de estratégias redistributivistas e/ou de sobrecarga tributária visando desestimular o latifúndio improdutivo e que tinha suas respectivas previsões no anteprojeto do Estatuto da Terra, mas a partir da racionalidade técnica da produção. A aplicação dessa mão de obra deveria vir acompanhada da modernização do setor, isto é, em aplicação de capital constante e do aumento da mais-valia relativa⁷² e não pela liberação visando estimular a produção

métodos intensivos na agricultura, ou, dito de outra forma, da substituição dos métodos extensivos da agricultura e, por consequência, da ampliação do mais-valor relativo.

71 O documento aqui citado é, na verdade, o trabalho de livre docência de Delfim Netto, intitulado “O problema do Café no Brasil, de 1959. Nele, apesar de se deter especificamente no café, o ex-czar da economia aponta para os problemas da agricultura como um todo, em especial para aqueles percebidos na produção que se estabelece a partir da exportação, como do açúcar também. Com isso, o estudo seria um forte contraponto às tendências estruturalistas dos *cepalinos*. Irônica ou estrategicamente, nesse mesmo ano, Celso Furtado lança talvez seu mais famoso estudo: Formação Econômica do Brasil.

72 Entende-se como mais-valor relativo a redução do tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria proporcionado pela introdução de meios de produção que pudessem diminuir o tempo de confecção de uma mercadoria e, com isso, ampliar a capacidade de extrair mais-valor da força de trabalho com uma mesma carga-horária. Difere-se do mais-absoluto justamente por esse se dar a partir do prolongamento da jornada de trabalho, pura e simplesmente (MARX, 2017).

fundamentada na propriedade familiar e, por consequência, de uma classe média do campo. Feita essas alterações, a parcela de força de trabalho que não conseguisse ser utilizada na produção agrícola, deveria compor o exército industrial de reserva, sendo, aí sim, mais fácil sua absorção pelos grandes centros urbanos já industrializados por dois principais motivos: pelo barateamento da sua força de trabalho devido o aumento da oferta – pela lei da concorrência de mercado – e também pela diminuição dos preços dos meios de subsistência ocasionados pelo aumento da produção alimentícia no campo que concorreria, por consequência, para o aumento do poder de compra dos trabalhadores sem que isso significasse a alteração do salário nominal.

Nesse contexto, a crise orgânica que caracteriza a dissidência entre os diferentes setores regionais da agroindústria canavieira não pode ser entendida somente como uma mera questão produtivista. Pelo contrário, deve-se sim ter em conta que a disputa é, sobretudo, econômica, mas somente quando esta é entendida em seu sentido *lato*. Isto é, a disputa em torno da função que a propriedade privada deveria atender envolvia, em conjunto, exatamente essa questão produtiva e os moldes de legitimação superestruturais jurídico-política e ideológico de exploração do trabalho alheio.

A possibilidade de absorção dessa mão de obra liberada não deveria contar exclusivamente com as áreas já industrializadas. Para isso, a classe patronal paulista, liderada pela SRB, defendia que, junto à modernização do campo, um projeto de colonização seria tarefa complementar, pois, ao favorecer o desenvolvimento econômico de áreas despovoadas, principalmente do Norte, além de contribuir – no caso do setor agrário – para pôr fim aos problemas de desabastecimento de alimentos a partir da produção dessas novas áreas de expansão da fronteira agrícola, a mão de obra, até então excedente, encontraria novas oportunidades de emprego. Nesse sentido, segundo José Gomes da Silva, em uma reunião “argumentava-se que não precisaria fazer a reforma porque a colonização resolveria tudo. Isso estava melhor articulado em Minas e em São Paulo. O presidente prometeu que só remeteria o projeto ao Congresso depois de ouvir o grupo de São Paulo”.⁷³

Interessante observar que, nessa reunião citada por Gomes da Silva, além do próprio, Roberto Campos, assessorado por Paulo de Assis Ribeiro, encontravam-se também os

73 IN: BRUNO, Regina & CARVALHO, Abdias. Entrevista – José Gomes da Silva. IN: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, Julho de 1996, n.6, p.45.

representantes dos interesses do patronato rural paulista contrários à reforma, como o “líder do IPES” e então Presidente da SRB, Sálvio de Almeida Prado (DREIFUSS, 1981, p.298) e de Delfim Netto, além de outros que ele não se recorda. Nessa ocasião, “ele [Delfim] quase não falou nada. Essa reunião já estava comprometida porque eles estavam vendo ali a figura da Cepal e um discípulo do prof. Carvalho Pinto”.⁷⁴

Diante do depoimento acima, duas conclusões são possíveis a partir da análise conjuntural dos fatos: Primeiramente, Delfim Netto, além de ter se destacado na área acadêmica e empresarial, tendo seu nome constantemente vinculado ao empresariado de São Paulo, realizando consultorias para organizações como a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e para Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), frequentemente se envolvia nos debates relativos à produção agropecuária, adotando geralmente uma postura de defesa aos interesses do patronato paulista.

Nesse contexto, Delfim se consolidou – academicamente falando – a partir de sua tese de livre-docência intitulada “O problema do café no Brasil”, defendida em 1958 e publicada no ano seguinte⁷⁵. Em termos gerais, Delfim aborda a questão da produção cafeeira chamando a atenção para quase que desmedida importância dada pelo poder público ao café em relação aos demais setores agrícolas, com sua política de desvalorização cambial comprometendo a entrada de divisas e gerando-se uma restrição externa, ou seja, o comprometimento da capacidade de importar. A inflação, dessa forma, seria uma das consequências dessa política de proteção ao café.

Delfim defendia que o café, por se tratar de uma mercadoria intrinsecamente instável, não poderia solucionar por si só os problemas da geração de divisas. Pelo contrário, era justamente nessa política de desvalorização cambial visando favorecer a classe produtora de café que se encontravam as raízes da retração de divisas e da alta inflacionária. Isto porque, ao promover tal desvalorização, o preço externo do café acabava também caindo, e a solução, em vez de se adotar a estratégia de restringir a produção visando a estabilidade do preço, a interferência estatal objetivava satisfazer os interesses da classe em detrimento do restante da economia, fazendo com que a compensação das perdas desse subsetor se efetivasse pelo

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Embora o tema da pesquisa seja voltado para análise no setor canavieiro, essa seção tem por objetivo examinar as perspectivas do autor de maneira ampliada, ou seja, procurando compreender como Delfim entendia a produção agrária nacional e como ela deveria se encaixar na política econômica e como a economia cafeeira afetava os demais subsectores da agricultura.

aumento da produção para se atingir os lucros visados de maneira quantitativa. Além disso, essa política contava com o financiamento estatal, o que significa dizer com isso que, desestimulava-se a realocação de capital para outros setores pelo fato do negócio ainda se manter relativamente rentável e entrava-se em um círculo vicioso de aumento da inflação pelo aumento da emissão de papel-moeda para se manter o suporte ao subsetor cafeeiro (HESPANHOL, 2017).

Uma das formas de resistir às baixas do preço do produto no mercado internacional era devido à capacidade da economia cafeeira de compensar seus ganhos relativos através da compressão do salário nominal do trabalhador agrícola através do regime de colonato. Em certa medida, mesmo após essa diminuição salarial, a evasão de mão de obra no subsetor, a curto prazo, era relativamente pequena:

É evidente que o pagamento em dinheiro se refere a apenas uma parte da remuneração real do colono, pois os contratos de trabalho incluem, em geral, o fornecimento de terra para a plantação de alimentos, para pequenas criações, o fornecimento de lenha e de certa quantidade de café para consumo. Essa possibilidade de diversificar a forma de pagamento da remuneração dá ao fazendeiro uma certa capacidade de determinação da necessidade de capital circulante para movimentar o negócio e dá, também, a possibilidade de contração do salário nominal do colono, sem prejuízo do salário real (DELFIN NETTO, 2009, p.195).

Segundo Delfim, não só na economia cafeeira sob o regime de colonato essa busca do trabalhador visando compensar suas perdas pela venda de sua produção suplementar, ou seja, a venda do que antes seria destinada para sua subsistência, existia. Com efeito, essa era a realidade do trabalhador rural de modo geral. Contudo, quando essa estratégia deixa de ser uma condição circunstancial para se tornar estrutural, tem por consequência o expressivo aumento da oferta de alimentos possibilitado pela expansão do comércio de excedentes da produção subsidiária dos colonos com os mercados mais próximos. Como esse é um mercado cuja expansão da procura é extremamente limitada e o tempo exigido para produção desses excedentes é considerável, as compensações das perdas percebidas até então pela contração do salário nominal sem que isso pudesse interferir no salário real, ou seja, quando a produção subsidiária e comércio de excedentes podiam compensar a contração salarial, desaparecem (MARINELI, 2017).

Nesse sentido, a política de proteção à economia do café, ao mesmo tempo que impedia a liberação de recursos para outros setores, seja do fator mão de obra, uma vez que, pelo fato do

preço do café ainda se manter em padrão interno elevado, exigia-se uma expressiva quantidade de força de trabalho, mesmo com as desvalorizações constantes, seja devido à destinação de grande parte do financiamento público que poderia ser aplicado em outras esferas produtivas, punia, sobretudo, a indústria.

Uma parcela importante da produção industrial do país (principalmente da indústria de tecidos) é absorvida pelos trabalhadores agrícolas que, quando veem diminuída a parte do seu salário monetário, não têm meios de pagamentos para continuar a realizar aquelas compras, a não ser à custa da venda de sua produção suplementar. Acontece que essa produção suplementar exige um “tempo”, dentro do qual o poder de compra dos trabalhadores agrícolas diminui efetivamente, e deve reduzir-se à procura dos produtos industriais (DELFIN NETTO, 2009, p.196).

Portanto, gerava-se uma crise não só produtiva, mas sobretudo social: aqueles trabalhadores agrícolas – em especial de outros subsetores da agricultura, e os demais não incorporados à produção de café – que procurassem inserir-se no setor industrial não conseguiria ser absorvido pela dificuldade que as industriais encontravam para se expandir devido a política de desvalorização cambial que trazia como consequência a elevação dos custos de importação de bens de capitais necessários para a produção (HESPANHOL, 2017, p.17).

Delfim enxergava no desentrosamento entre o setor industrial e o agrário, a causa primária dos problemas de desenvolvimento econômico brasileiro, pois “a indústria teria atraído mão de obra do campo – produtora de alimentos, matérias-primas e produtos de exportação – sem que isso fosse acompanhado por *aumento de produtividade* no campo, o que se configuraria como seu problema essencial” (MARINELI, 2017, p.162, grifo original). A solução estaria, nesse caso, no investimento da capacidade de exportação e de geração de divisas proporcionado, no caso da agricultura, pela expansão da produção com base nos aspectos técnicos, e pela diversificação de culturas. Observe-se que esta proposição que acabaria vitoriosa abriu caminho para o desenvolvimento dos complexos agroindustriais.

A base desse processo de aumento produtivo no campo deveria ser a colonização. A ocupação e expansão das fronteiras agrícolas de áreas até então despovoadas teria de vir acompanhada de um planejamento econômico com o apoio financeiro do setor público e necessitaria seguir uma lógica estritamente objetivada à máxima eficiência no aproveitamento dos recursos aplicados para o favorecimento do setor privado. Em outras palavras, o desenvolvimento rural, segundo a perspectiva de Delfim, deveria se alicerçar por meio da

capitalização do setor agrário com o fomento à empresa rural e transferência de uma parte dessa mão de obra excedente em plena ebulição para esses novos centros produtivos, mas sob um formato de assalariamento.

Pode parecer contraditória essa intervenção pregada por Delfim em favor da diversificação na produção agrícola e da diminuição dos benefícios concedidos pelo Estado à economia cafeeira e suas ligações aos interesses da SRB, pelo fato dessa entidade ser caracterizada, sobretudo, como defensora da classe patronal de São Paulo ligada ao café. Essa contradição se desfaz, no entanto, quando se tem em mente que os setores que seriam atingidos pelas medidas pregadas, não era tanto o grande produtor, mas aqueles que não pudessem se consolidar pelos mecanismos de concorrência do mercado, necessitando do auxílio estatal para sua sobrevivência. Desse modo, não há que se falar aqui em contradições. Muito pelo contrário, as medidas defendidas criaram as condições necessárias ao fortalecimento dos grandes conglomerados monopolísticos na agroindústria.

Portanto, a outra conclusão que se chega em relação ao posicionamento lacônico do então Ministro da Fazenda nas reuniões do Gret, quando Gomes da Silva indica a má vontade dos indivíduos ligados à produção agrária de São Paulo por enxergar naqueles representantes do aparelho estatal resquícios das ideias *cepalinas* para agricultura, é que Delfim Netto surgia como seu grande contraponto, consolidando-se como um notável intelectual orgânico, sobretudo pela sua capacidade de estimular adesões de outras frações de classe dominantes ao bloco de poder multinacional e associado a partir da “tomada de consciência negativa” contra um modelo de desenvolvimento nacional em desacordo com suas propostas – Cepal – e, ao mesmo tempo, propondo um outro modelo econômico vantajoso para a “tomada de consciência positiva” não só pela fração de classe hegemônica, mas possibilitando uma relativa unidade contraditória das classes, em certa medida pela defesa de medidas coercitivas⁷⁶, em outros, pela formulação de um consenso.

Essa dissidência entre as duas concepções de desenvolvimento tinha como ponto central de desacordo a destinação da produção. Para Celso Furtado – principal formulador da teoria

76 Nessa perspectiva, não só sua defesa ao AI-5 ilustra o que foi dito, mas também ao citar o papel fundamental do “governo de força” de Getúlio Vargas para contornar as mazelas em um momento nacional conturbado, principalmente com a Crise de 1929 (DELFIN NETTO, 2009, p.122). Nesse sentido, entende-se que o pensamento de Delfim partia da percepção de que o principal papel do Estado (em sentido *stricto*) era promover a estabilidade sociopolítica, deixando os caminhos livres para que as decisões econômicas fossem tomadas de maneira pretensamente autônoma, valorizando a máxima eficiência produtiva.

cepalina em solo nacional – a superação dos problemas de desenvolvimento deveria ser buscada através da ampliação do mercado interno a partir da restrição externa e, conseqüentemente, vendo a necessidade da distribuição de renda. Já para Delfim, a limitada possibilidade de gerar divisas, que resultava na restrição externa, isto é, a (in)capacidade do país de importar, sobretudo bens de capital, deveria ser solucionado com o aumento da produção voltada para a exportação, principalmente pela expansão/diversificação da produção agrícola, diminuindo-se os custos de produção.

Aqui vemos duas perspectivas de cunho bem distinto: enquanto para Furtado, a redistribuição do produto social seria o meio para se atingir um fim, qual seja, o desenvolvimento econômico, para Delfim, o aumento produtivo seria o meio, enquanto a repartição dos rendimentos futuros seriam sua consequência socioeconômica. Aqui se encontra a famosa “teoria do bolo”: fermentá-lo para dividir.

Nesse contexto, a reforma agrária, reduzida à simples questões de modificação da estrutura agrária, não traria os resultados esperados. Segundo Delfim:

O aumento da produtividade do setor primário poderia dar-se de duas formas: ou pela abertura do comércio exterior a algum produto em que a região revelasse uma vocação particular; ou pela introdução de técnicas agrícolas mais modernas. Em qualquer dos dois casos, entretanto, persistindo o excedente de mão de obra, a atual estrutura da propriedade criaria condições para a concentração dos benefícios nas mãos dos proprietários (DELFIN NETTO, 2009, p.53).

Ou seja, o escoamento do excedente da mão de obra do campo era condição necessária para soluções dos problemas econômicos e deveria andar *pari passu* com os demais fatores produtivos – investimento em capital constante, expansão do mercado consumidor (externo) e reestrutura agrária. Esses fatores, caso utilizados de maneira isolada, não atingiriam os objetivos planejados.

Por outro lado, a introdução de novas técnicas, aliadas à modificação da estrutura fundiária improdutiva, significaria o aumento produtivo a partir da ampliação da concorrência pela presença de novos proprietários propensos a desenvolver mais racionalmente a produção agrícola do que uma parcela dos antigos proprietários que se fariam valer, sobretudo, dos benefícios obtidos pela expansão da propriedade fundiária com fins especulativos e pela renda da terra (MARINELI, 2017). Nesse caso, Delfim se referia aqui, sobretudo, aos grandes latifundiários do Nordeste.

O problema, portanto, não estaria na grande propriedade em si, mas em um modelo específico desta. Nesse contexto, esse padrão produtivo mais arcaico que se alicerçava através das relações de arrendamento e de parceria e que travancavam a utilização racionalizada da máxima eficiência na utilização do fator terra, “transformando o proprietário absentista em simples rentista, que auferia rendimento do simples fato de ter um título de propriedade” (DELFIM NETTO, 2009, p.64), era, de algum modo, considerado como incompatível com o desenvolvimento econômico que avançava para um modelo de diversificação e intensificação na produção.

Na região açucareira da Zona da Mata, essa situação ainda possuía um agravante: pelo fato do subsetor produtivo monopolizar não só as melhores terras, mas também a capacidade de escoamento para os centros urbanos mais próximos, mesmo nos casos onde a produtividade racionalizada da terra fosse um fator levado em conta e não o simples ganho rentista, isto é, nas grandes propriedades rurais voltadas para máxima eficiência produtiva do açúcar, o seu caráter monocultor trazia como consequência a omissão de um planejamento que se comprometesse também com uma produção voltada para autossuficiência dos produtos de subsistência para a região. Por consequência, o nível salarial real, fixado pelos custos dos meios de subsistência do trabalhador, permaneceria baixo, sobretudo pelos elevados custos com a alimentação, não estimulando a diversificação em outros investimentos além economia canavieira, justamente pela incapacidade da massa salarial de seu mercado consumidor em absorver essa virtual diversificação.

Segundo o mesmo José Gomes da Silva (1971,p.227), Albuquerque Lima foi “sem dúvida nenhuma o chefe militar que melhor compreendeu o assunto” da reforma agrária. Dada a amplitude que o conceito pode assumir, exatamente a que reforma agrária ele estaria se referindo?

Como foi dito, todo o projeto de desenvolvimento do general e Ministro do Interior, largamente influenciado pela interpretação *cepalina* das mazelas e, conseqüentemente, das soluções socioeconômicas nacionais, passava necessariamente pelo fomento à formação de um mercado interno, e a reforma agrária seria o instrumento elementar para sua execução, precisamente por ser um fator que englobava, de maneira simultânea, a questão da segurança nacional e do desenvolvimento.

Segundo o IV Plano Diretor, a economia nordestina era caracterizada por duas realidades distintas: Primeiramente, constatava-se “um permanente fluxo de recursos do Nordeste para o Centro-sul, através do setor privado”. Nesse sentido, apontava-se para uma intensa transferência de suas divisas para o Centro-sul, o que garantia a ampliação da capacidade de importação desta última. Esse fator, somado às políticas de concessão de empréstimos a longo prazo e com taxas de juros inferiores às de depreciação da moeda e aos subsídios cambiais, foram os motivos responsáveis pela atração de capitais privados para a industrialização do eixo Sul/Sudeste.

Por outro lado, para se compensar essas transferências, o setor público adotava políticas de caráter assistencial.

É conveniente salientar que essas compensações ‘se avolumavam nos anos secos, assumido, sobretudo, um caráter assistencial’. Existia, portanto, ‘uma diferença fundamental entre os recursos que saíam da Região pelo setor privado e os que entravam pelo setor público. Os primeiros eram capitais em busca de aplicação rentável e que deixavam a Região por falta de oportunidades de investimento reprodutivo. Os últimos eram recursos que se dissolviam em subsídios de consumo ou **eram aplicados em investimentos não reprodutivos** (IV Plano Diretor, 1968, p.24, grifo nosso).

Isso significa que o ministério reconhecia o estrangulamento produtivo que essas políticas assistencialistas geravam em um processo vicioso que se traduzia, em última instância, na aplicação em investimentos não reprodutivos, o que pode ser traduzido na reprodução de estruturas socioeconômica arcaicas, dentre elas, a agroindústria canavieira.

É importante observar a relevância que a “reorganização das indústrias tradicionais” (IV Plano Diretor, 1968, p.25) assume no documento. Nesse contexto, insere-se não só a agroindústria canavieira, mas também outros subsetores agrários, como a economia cacaueteira. Esses subsetores agrícolas, segundo o documento, respondem por uma participação de 42% do produto interno do Nordeste, o que demonstraria o nível de subdesenvolvimento da região, não só pela elevada restrição produtiva, dependente da participação dessa atividade na economia da região, mas expresso, principalmente, pelo “conjunto de elementos que caracterizam os sistemas de uso da terra e os sistemas de organização agrária” (IV Plano Diretor, 1968, p.41).

No caso específico da agroindústria canavieira, uma diferença fundamental entre o entendimento das mazelas envolvendo a produção agrícola entre Albuquerque Lima e Delfim

Netto, estaria nos respectivos graus de solução que cada um dava para a aplicação de tecnologias no setor.

Na concepção do Ministro do Interior, realmente o caráter primitivo e extensivo da produção agrícola era responsável pela baixa produtividade, mas o ponto fulcral estaria na estrutura fundiária que acabava gerando uma configuração incompatível – do ponto de vista da máxima eficiência na produção – entre o latifúndio e o minifúndio. À vista disso, ao mesmo tempo em que se mantinha uma expressiva parcela de terra ociosa no primeiro caso, o seu contraponto era precisamente o cultivo de glebas em tamanho insuficiente para a subsistência familiar, fator esse ainda agravado pelo fato de uma “parcela considerável da receita da grande massa de agricultores seja subtraída para pagamento em bases excessivas, pela utilização da terra através dos sistemas de parceria e arrendamento” (IV Plano Diretor, 1968, p.74).

Ainda segundo o documento:

-a melhoria tecnológica visando apenas à recuperação da capacidade competitiva do açúcar nordestino encontraria os seguintes obstáculos para ser amparada pelos estímulos da Sudene:

1) tratar-se de produto com superoferta nos mercados internos e fortemente gravoso no mercado livre internacional.

2) ser inadmissível aplicação de recursos do poder público em projetos que, **embora apresentassem vantagens econômicas, acarretassem agravamento do problema social através da liberação da mão de obra e aumento das áreas ociosas em regiões cuja problemática deriva, exatamente, da subutilização desses fatores da produção** (IV Plano Diretor, 1968, p.75, grifo nosso).

Por questões formais, será deixada a análise comparativa entre as duas perspectivas dos personagens em relação ao tema para o capítulo posterior, onde examinar-se-á as dissidências a partir de todas as suas nuances. Por ora, cabe destacar que a aplicação tecnológica no setor, assim como a sua conseqüente liberação de mão de obra é o principal ponto de divergência sobre o (re)planejamento do conceito de desenvolvimento a ser adotado na produção agrícola. Em primeiro momento, se analisada de forma desatenta, pode parecer uma diferença preciosista. Contudo, principalmente em relação ao segundo subtópico, ela levanta um ponto fundamental, qual seja, a assimilação dos excedentes de mão de obra a serem aplicados em tal ou qual setor econômico.

No mesmo tópico do documento, segue-se a conclusão de que:

- em consequência, essas regiões e o setor a elas vinculado estão a reclamar programação integrada, na qual deverá ter papel relevante a reestruturação agrária para absorção e aproveitamento dos excedentes de mão de obra e terras a resultarem da racionalização dos processos de produção (IV Plano Diretor, 1968, p.76)

Notadamente, a reestruturação agrícola defendida no documento passava prioritariamente pela absorção e aproveitamento dos excedentes de mão de obra, em primeiro momento possibilitado pela recuperação dos principais setores produtivos tradicionais, como a agroindústria canavieira e, caso esta não conseguisse se enquadrar nesse processo de racionalização, aí então o instrumento da desapropriação deveria ser utilizado para absorção desses trabalhadores que passariam a formar uma nova classe média produtora.

Significa dizer que a completa implosão da tradicional estrutura agroindustrial montada na região não era um dos objetivos do Plano. Não que a liberação de terras na zona canavieira a partir da introdução de novas técnicas e novos agentes formadores de uma classe média do campo, permitindo o aumento da produção e do consumo da região, não estivesse prevista no planejamento. Contudo, é possível inferir que essa medida só se aplicaria quando notada a incapacidade de renovação dos empreendimentos canavieiros da região. Além disso, o MININTER e seus órgãos subordinados procuravam criar alguns mecanismos que incentivassem a inserção dos antigos latifundiários aos moldes de uma empresa rural modernizada, como previa o Estatuto da Terra, onde as vantagens provenientes dessa adesão ao projeto de reestruturação agrária fossem consideradas muito superiores aos possíveis riscos com a cessão de uma parte de suas terras.

Prevê-se largo emprego da mecanização, além de outras práticas características de tecnologia evoluída. Como o aumento de produtividade acarreta uma redução da ordem de 50% da mão de obra e da área cultivada, exige-se que os projetos das unidades produtoras⁷⁷, com finalidade de obter recursos para o objetivo em causa, ponham à disposição do poder público áreas de terras com dimensões suficientes para absorção, através de planos de recolonização, dos contingentes de força de trabalho a serem liberados (IV Plano Diretor, 1968, p.115).

Essa tendência à busca pelo soerguimento da agroindústria canavieira está presente nas próprias diretrizes do Geran, órgão subordinado ao MININTER. Nesse sentido, o processo de racionalização proposto atuaria em sua primeira fase na análise de projetos apresentados pelos usineiros e fornecedores de cana que, em troca dos acessos aos incentivos fiscais/

77 No que se refere à exigência aos “projetos das unidades produtoras”, seria, no caso, as unidades que buscassem se inserir nas políticas creditícias agroindustriais do MININTER, da Sudene e da Geran.

financiamento do setor público para aplicação na melhora da estrutura produtiva, deveriam se submeter ao planejamento do órgão. Caso aprovado, os interessados deveriam dispor de apenas 25% dos recursos próprios, enquanto 25% adviriam do Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (FURAGRO) e o restante dos incentivos fiscais da Sudene ou de estabelecimento de crédito, o que significava uma grande preocupação do poder público em facilitar a inclusão desses agentes produtivos no processo de modernização da agricultura e o enquadramento destas na chamada “Empresa Rural” prevista no Estatuto da Terra e não suscetível às contestações socioeconômicas visando sua desapropriação.

Quanto a liberação de terras na região – objetivo também visado no IV Plano Diretor –, esses mesmos projetos beneficiados pelas políticas de incentivo/financiamento que pusessem à disposição do poder público áreas de terras liberadas para absorção de parte da mão de obra excedente, ver-se-iam ressarcidos. Ou seja, essa liberação de parte das terras dos empreendimentos beneficiados não era uma contrapartida pelos incentivos/financiamentos recebidos. Muito pelo contrário, essa cessão ao poder público, no momento de sua execução, configuraria em desapropriação, segundo o Artigo 24, § 3º do Decreto nº 93.915/68 que trata das diretrizes gerais do Geran e, por isso, fariam jus à prévia e justa indenização em títulos da dívida pública na qual a Emenda Constitucional nº 10 de 1964 fazia menção.

Nesse mesmo Decreto, em seu Artigo 14, item a, estipula-se que os projetos serão implantados “à medida que forem sendo entregues ao poder público para absorção de excedentes de mão de obra”. Subentende-se, portanto, que, logo após a aprovação pelo poder público à inserção do empreendimento nas políticas do Geran, o próximo passo seria a liberação de terras.

Portanto, não há aqui que se falar em confisco da propriedade privada rural. Longe disso, o processo de liberação de terras deve ser entendido como uma das fases no processo de racionalização e retomada da tradicional economia canavieira do Nordeste onde os grandes latifundiários seriam compensados em três aspectos diferentes: pela diminuição das pressões fundiárias dos trabalhadores rurais; pelos benefícios com a reestruturação produtiva proporcionados pelos incentivos/financiamentos; finalmente, pela indenização da parcela de terra liberada, muitas vezes, cotada acima de seu valor real.

Por fim, em relação a colonização, Albuquerque Lima entendia que os problemas de concentração fundiária e de pressão social do Nordeste poderiam ser solucionados mediante o

incentivo público aos processos migratórios das populações não absorvidas pelos mercados de trabalho de suas regiões de origem. Dessa forma, a ocupação dos espaços vazios, isto é, de baixa densidade demográfica, principalmente a Amazônia, por ser área fronteira e de grande relevância para a segurança nacional, deveriam ser estimulados pela criação de polos de desenvolvimento que atraíssem novos colonos, em especial os das regiões de conflito envolvendo a posse da terra, diretriz essa que influenciou profundamente a criação da Zona Franca de Manaus pelo MININTER no período que Albuquerque Lima esteve a frente da instituição, com a intenção de criar-se um polo de desenvolvimento para a região.

* * *

Fica muito evidente que, nessa complexa equação que envolve as incompatibilidades, mais ou menos solucionáveis, entre forças assimétricas em disputa em uma região caracterizada pela intensificação dos conflitos no campo, as forças tradicionais do patronato rural canavieiro não poderiam ser simplesmente ignoradas em favor de um novo modelo socioeconômico de formação de uma classe média rural. O IV Plano Diretor de desenvolvimento de Albuquerque Lima também era, de certa forma, a síntese dessas forças desproporcionais em disputas.

Justamente por estar-se tratando da resultante de forças assimétricas é que o projeto de Albuquerque Lima de formação de uma classe média rural não deve ser considerada como uma proposta que buscava uma reestruturação partindo “de baixo para cima”. Certamente, as reivindicações das camadas populares tiveram seu peso, mas dentro de uma perspectiva que envolvia o binômio desenvolvimento/segurança. Significa dizer que, antes de tudo, buscava-se a manutenção de um dado ordenamento social, mas onde a função da propriedade, enquanto um dos seus fatores legitimantes, passava a ser questionada a partir de duas perspectivas inconciliáveis: a de Albuquerque Lima, com alguma perspectiva social, procurando estender esse direito a uma parte relevante dos descontentes, de modo a convertê-los de contestadores a defensores da estrutura dada; a de Delfim, de caráter quase que exclusivamente econômico, que procurava impor obstáculos ao acesso do trabalhador à propriedade, e, com isso, procurando estabelecer um modelo de crescimento pautado pela exponencialização da apropriação e utilização intensificada da força de trabalho.

Nesse processo de correlação de forças, o projeto do MININTER e seus órgãos adjacentes, cuja figura central era Albuquerque Lima, significava, assim como Delfim Netto propunha em sentido nacional, uma busca pela conciliação de interesses contraditórios, mas sob uma

perspectiva acima de tudo regional. Dessa forma, enquanto para o primeiro a busca pela solução a ser tomada sobre o que fazer com o excedente de mão de obra passava por uma estratégia também regionalizada, isto é, passando pela absorção destes pelas próprias regiões Norte/Nordeste, o ex-czar da economia tinha uma proposta de caráter mais nacional, procurando incentivar a formação do exército industrial de reserva nas principais áreas econômicas – Sul e Sudeste – e a intensificação do processo de mais-valia relativa.

É sob esse prisma envolvendo a aplicação da força de trabalho que se desenvolve o embate entre Albuquerque Lima e Delfim Netto. Não que os embates envolvendo as previsões orçamentárias – motivo alegado por Albuquerque Lima na sua demissão e que será tratado no capítulo seguinte – fosse fator secundário nessa disputa. Pelo contrário, entende-se, precisamente, que o financiamento público aos respectivos projetos de cada um são parte constitutiva dessa polêmica envolvendo as formas de apropriação do trabalho e de sujeição do trabalhador a um novo bloco histórico acompanhado por uma nova ordem hegemônica.

Nesse sentido, a perspectiva de Macarini (2000, p.1-2), aliada a um entendimento do que estava em jogo era também os níveis de exploração baseados na relação entre a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta, será adotada, ao entender que:

O movimento da política econômica [...], mesmo em seu período de consolidação e fortalecimento, de forma alguma circunscreveu-se a um roteiro definido em suas linhas básicas já em 1964. Um retrato mais exato do processo então iniciado deve acentuar as discontinuidades que caracterizaram aquele movimento – o que, entenda-se, não elimina o reconhecimento da existência de elementos de continuidade (dos quais, o tratamento dispensado aos salários certamente é o mais conspícuo).

A proposta de formação de uma classe média rural talvez tenha sido o momento de maior incerteza em todo regime empresarial-militar montado, onde um desse “elementos de continuidade”, isto é, o movimento em que as normas de exclusão e submissão na relação capital/trabalho pautadas pela inserção do trabalhador ao modelo de assalariamento como única forma válida, seriam questionadas dentro do próprio aparelho.

Considerando seu prestígio com setores da sociedade civil pernambucana, desde sua passagem pela Brigada Militar, até seu necessário diálogo enquanto Ministro do Interior e responsável pelas diretrizes da Sudene, a questão que se colocava entre Delfim Netto e Albuquerque Lima e seus respectivos grupos de sustentação era: até que ponto o

desenvolvimento autônomo regional, bem como os interesses do capital local em seu nível individualizado, deveria comprometer o capital social em seu conjunto?

Há uma intercambialidade que os complementa e os transforma em “uns e nós”. Em conjunto eles instituem uma nova realidade onde velhas e novas formas de dominação convivem sem

maiores problemas e se constituem na base de uma nova retórica patronal no campo: Atrás da agroindústria esconde-se o velho latifúndio; atrás do banqueiro organizam-se as associações de defesa da propriedade; atrás das cadeias agroindustriais decidem os clãs familiares; atrás do empresário flagra-se o pistoleiro e... atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o pensamento conservador”.

(REGINA BRUNO, 1997)

CAPÍTULO 3: A DISSIDÊNCIA

3.1) DISSIDÊNCIA ESTRUTURANTE.

O motivo pelo qual o título do subitem ser “a dissidência estruturante” é que, retomando a parte da introdução do trabalho, procura-se abordar o duplo caráter interno à própria infraestrutura, isto é, por mais que esta simbolize o aspecto “menos variável no desenvolvimento histórico” (GRAMSCI, 1999, p.161), é possível perceber, em sua relação com a própria estrutura, traços de continuidade e de descontinuidade. Nesse sentido, nos momentos de crise de legitimação superestrutural que dão sustentação à relação entre capital e trabalho, como a do presente trabalho, torna-se necessário a readaptação da própria interação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção para evitar a completa implosão do modo de produção. Dito de outra forma, nos momentos de Revolução Passiva, a infraestrutura ao mesmo tempo em que se renova a curto/médio prazo, também funciona como um limite de variação a longo prazo a partir da sua capacidade de autopreservação.

Uma vez contida a ameaça maior simbolizada pela pressão das frações de classe subalternas durante o Governo Jango, nessa “revolução de cima pra baixo” levada a cabo pelo aparelho estatal empresarial-militar e percebida pelo choque hegemônico entre dois blocos de poder – oligárquico-industrial e multinacional associado – que se uniram, em primeiro momento, pela “tomada de consciência negativa”, o Estatuto da Terra, simbolizando a pronta resposta do Estado às contingências dos acontecimentos em favor da manutenção da estrutura dada, assim como a disputa de sucessão presidencial são percebidas como estrato temporal de

curta duração. Enquanto isso, a dissidência entre Albuquerque Lima e Delfim Netto representa a média duração, em seu caráter estruturante, quando analisada como período de instrumentalização do Estatuto e da renovação do conceito da função social da propriedade e, ao mesmo tempo, de longa duração, quando tratada como espaço de disputa do projeto de desenvolvimento a ser adotado, assim como a necessidade de reafirmação dessa mesma propriedade para manutenção (ou não) de toda estrutura social. A dissidência estruturante é justamente o momento de renovação de médio prazo da relação entre a infraestrutura dada com a superestrutura jurídico-política e ideológica que lhe dá sustentação. É, portanto, o momento de proposição da chamada “tomada de consciência positiva” e de consolidação de um novo bloco histórico.

Nesse sentido, esse subtópico se deterá mais ao processo que caracterizou essa dissidência, do que propriamente os seus resultados práticos inseridos dentro de uma margem contingencial onde as possíveis resoluções das disputas, uma vez mantida a estrutura dada, encontram-se com graus de possibilidades limitadas.

Em seu pronunciamento de demissão, Albuquerque Lima alega que, com a promulgação do Decreto nº 64.010/69 e do Decreto-lei nº 401/68, que respectivamente, reduzia a previsão orçamentária para o ministério e concedia uma série de reduções dos impostos recolhidos das empresas, ambas afetando drasticamente a capacidade de financiamento do MININTER, tornou-se tarefa inexecutável a consolidação do seu projeto de governo.

O Decreto nº 64.010, aprovado em 21 de janeiro de 1969, dias antes da demissão oficial de Albuquerque Lima, estabelece para o orçamento de 1969, um montante máximo de despesa de caixa de 14.229 milhões de cruzeiros, o que significou uma redução orçamentária em uma série de ministérios, mas principalmente no MININTER. Segundo o ex-ministro, “para melhor apreciação basta assinalar que a contenção imposta ao Ministério do Interior é da ordem de 33%, contra 6% do Ministério das Minas e Energias, e 3% do Ministério dos Transportes”⁷⁸.

Fora a questão econômica, esse corte pode ter também um sentido político. Nessa perspectiva, se a política econômica heterodoxa de Delfim no biênio 1967/1968 com relativo aumento dos gastos públicos passou a dar lugar à volta das medidas de cunho ortodoxo,

78 Jornal O Estado de S. Paulo, Sábado, 1 de fevereiro de 1969, p.4.

característico do Governo *castellista* – drástica redução do déficit orçamentário, disciplina monetária e creditícia, além da consolidada manutenção da política salarial restritiva – o que pode parecer, em primeiro momento, que a redução orçamentária teve um caráter mais geral, quando analisada politicamente, não seria precipitado dizer que a distância entre os cortes ministeriais foi objetivada com alguma lógica de preterição política em relação aos representantes de cada pasta.

Enquanto Albuquerque Lima começava a despertar certa animosidade no aparelho empresarial-militar pelas suas propostas nacionalistas amplamente influenciadas pelo pensamento *cepalino*, tanto Mário Andreazza – Ministro dos Transportes –, como José Costa Cavalcanti – Ministro de Minas e Energia – adotavam uma postura confluyente com as propostas governamentais. Interessante notar que, ambos os personagens foram posteriormente Ministros do Interior, o primeiro no Governo Figueiredo, chegando a disputar com Paulo Maluf a indicação do Partido Democrático Social (PDS) para a última eleição indireta para presidente da República, em 1985, e o segundo assumiu logo após o pedido de demissão de Albuquerque Lima. Some-se a isso, tanto a proposta de colonização privada de Andreazza⁷⁹, quanto os sucessivos pronunciamentos contrários à reforma agrária de Costa Cavalcanti⁸⁰, representam exatamente o oposto do que foi defendido por Albuquerque Lima, e, ao mesmo tempo, alinhavam-se com os projetos desenvolvidos durante o Governo Médici e à proposta de modernização-conservadora no campo.

Outra hipótese não menos plausível e complementar a perspectiva acima adotada é a de que o maior impacto do corte nas finanças do MININTER pode ter significado uma tática de uma parcela do aparelho empresarial militar para limitar a projeção política de Albuquerque Lima aos pleitos futuros relativos à Presidência da República a partir do asfixiamento financeiro de sua pasta, de maneira a refrear sua popularidade, sobretudo no Nordeste, onde seus projetos de desenvolvimento eram vistos com grande euforia, projetando-o como o “Ministro do ano”⁸¹ e como o favorito do Nordeste ao cargo de presidente caso as eleições ocorressem de maneira direta. Nesse sentido, essa parcela enxergava nos projetos de

79 Quanto à colonização privada, basta lembrar sua exaltação ao Projeto Jari, do norte-americano Daniel Ludwig que contou com amplo financiamento estatal e uma vasta concentração de terras amazônicas, sendo alvos, inclusive, de denúncias de grilagem (DICIONÁRIO CPDOC VERBETE MARIO DAVI ANDREAZZA, Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-davi-andreazza>>. Acesso em: 30 jun 2022.)

80 Ver aqui Martins (1984, p.41-46).

81 Jornal O Diário de Pernambuco, Quarta-feira, 22 de janeiro de 1969, p.5.

Albuquerque Lima uma ameaça ao modelo político-econômico pretendido, sobretudo em um momento de alinhamento a uma perspectiva majoritária no aparelho estatal voltada para o estímulo ao modelo de crescimento de caráter multinacional e associado, onde a perspectiva de desenvolvimento regionalizada encontrava-se em segundo plano.

Nesse contexto de incertezas políticas em relação aos rumos da próxima eleição, onde havia uma expectativa por parte dos setores civis, em especial entre os políticos, de que o pleito presidencial poderia ocorrer de maneira direta, entende-se que o desgaste de Albuquerque Lima foi um processo orquestrado, tanto entre as frações civis, como entre o alto-comando militar.

Em relação a esse último setor, é possível perceber que a trajetória profissional de Albuquerque Lima não seguiu o caminho tradicional que leva ao generalato e às grandes funções de comando dentro do Exército. Nessa perspectiva, a própria arma de engenharia, especialidade do ex-ministro, possui uma capacidade menor de projeção entre os militares, se comparada a outras armas, como infantaria e artilharia, pelo fato dessas últimas possibilitarem aos seus oficiais ocuparem com mais facilidade cargos de comando de tropa. Historicamente, dentro do quadro de engenharia, reserva-se algum destaque somente aos primeiros colocados das turmas, o que, na geração de Albuquerque Lima, veio ocorrer com a figura de Aurélio de Lira Tavares, Ministro da Guerra de Costa e Silva.

O que se percebe-se em comum entre os oficiais superiores que tiveram maior projeção durante o regime é a passagem em funções de instrução de tropa nas escolas de formação como a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), EEM (Escola de Estado-Maior), AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) e até durante o funcionamento da Escola de Realengo, em funções de comando de tropa, ou em funções de Estado-Maior.⁸² Albuquerque Lima não assumiu nenhuma dessas funções, exceção feita quando foi efetivado no quadro permanente da ESG, instituição essa que projetou política e profissionalmente uma série de oficiais. Quanto a isso, nota-se que um dos principais propósitos da ESG, assim como sua escola de diplomados, ADESG, era estabelecer um diálogo entre os intelectuais militares com o setor civil sobre os assuntos nacionais. Esse fato reforça um indicativo de que a ascensão de Albuquerque Lima, se deveu mais aos fatores externos à corporação do que propriamente pela sua destacada trajetória enquanto militar. Assim, infere-se que sua força em determinados

82 Ver Svartman (2006, p. 217).

setores da sociedade civil, em especial do Nordeste e de Pernambuco, foi fundamental para sua ascensão dentro das Forças Armadas, inclusive na disputa presidencial de sucessão de Costa e Silva.

Embora seja de uma família com membros importantes dentro do Exército e tenha sido um tido um destacado papel na FEB, essa limitada projeção de Albuquerque Lima pelos rumos institucionais do Exército procurou ser solucionado durante a campanha presidencial através do seu contato direto com oficiais subalternos, principalmente entre tenentes e capitães. Pedrosa (2015, p.204), enquanto cursava a EEM, durante o episódio da sucessão de Costa e Silva, cita os artigos, revista e panfletos que circulavam entre os oficiais que ali cursavam, onde o nome do ex-ministro do Interior tornava-se, aos poucos, o representante dos militares insatisfeitos com os rumos daquilo que eles consideravam como a “Revolução de 1964”. Essa aproximação com os inferiores hierárquicos, somada ao reduzido prestígio de sua carreira enquanto militar, se comparado aos outros nomes em disputa, foi decisivo para o desgaste final de Albuquerque Lima, não só dentro do aparelho estatal empresarial-militar, mas dentro da instituição castrense, tendo sido preterido, inclusive, no processo de escolha para a promoção a general de exército.

Em seu discurso de demissão, Albuquerque Lima aponta para os prejuízos que o Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968, teve para a economia do Nordeste. Nesse contexto, o instrumento legal reduzia para metade a transferência de recursos advindos da captação do Imposto de Renda e do Impostos sobre Produtos Industrializados para os estados e municípios através do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPEM), fundo esse que já havia sido criado justamente para compensar uma redução orçamentária provocada pela Reforma Tributária de 1966.

Outra medida restritiva reclamada por Albuquerque Lima é o Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968. Nela, concedia-se uma redução do imposto de renda retido na fonte que incidiam sobre bonificações e dividendos de ações ao portador de 40% para 15% nas sociedades anônimas de capital aberto e para 25% no caso das demais sociedades anônimas. Além disso, estabeleceu-se a isenção de imposto de renda para as empresas que optassem pela incorporação das reservas ao seu capital produtivo e a possibilidade de abatimento da importância correspondente à manutenção do capital de giro no cálculo do imposto de renda devido (MACARINI, 2000).

Embora essa redução prevista pelo Decreto nº 401 tenha sido diminuída logo em seguida pelo Decreto-lei nº 433, de 22 de janeiro de 1969, duas conclusões são possíveis quanto aos rumos que iam sendo tomados pelo aparelho empresarial-militar: em primeiro lugar, essa previsão afetava pesadamente a captação do volume de recursos que seriam utilizados no Nordeste na chamada Política Nacional de Desenvolvimento e era denunciado por Albuquerque Lima como “uma indisfarçável reversão na política de apoio ao crescimento harmônico das diferentes regiões brasileiras”⁸³. Ao MININTER e à Sudene restava-lhe, basicamente, os mecanismos de incentivos fiscais 34/18, o que, na prática, eram incentivos profundamente concentracionistas, privilegiando as empresas maiores e subsidiando o processo de transferência de capitais do Centro-sul para o Nordeste. Nesse sentido, aponta Francisco Oliveira⁸⁴:

Esse mecanismo que formalmente era de administração da Sudene, podendo, portanto, viabilizar o planejamento regional, de fato transformou a autarquia numa mera aprovadora dos projetos dos grandes grupos. O subsídio ao capital — aproximadamente 37% — levou para a região empreendimentos industriais de tecnologia avançada e *capital-intensives*, ao invés dos projetos *labour-intensives* que a superintendência pretendia patrocinar justamente para absorver o chamado excesso de mão-de-obra do Nordeste. O planejamento da expansão industrial escapou inteiramente da Sudene: foram as características da expansão industrial à escala nacional que, de fato, determinaram os rumos da industrialização do Nordeste sob a égide dos incentivos fiscais.

Muito importante aqui essa distinção entre os projetos *labour-intensives*, da Cepal levado a cabo pela Sudene e o de *capital-intensives* preconizado pelo pensamento de Delfim. Mais uma vez, a análise circunscreve-se aos diferentes níveis de mais-valia relativa dos respectivos projetos.

Em segundo lugar, observa-se que a preocupação com a contenção do déficit público e da inflação veio acompanhada por uma série de incentivos e concessões ao setor privado em uma política econômica expressamente voltada para ampliação da capacidade produtiva. Segue-se que esse incentivo às empresas anônimas de capital aberto previsto pelo Decreto nº 401 pode ser compreendida a partir de uma lógica inserida dentro do movimento de integração de capitais sob a égide do capital financeiro que vai desde a financeirização dos títulos de

83 Jornal O Estado de S. Paulo, Sábado, 1 de Fevereiro de 1969, p.4.

84 DICIONÁRIO CPDOC VERBETE Sudene. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-Sudene>>. Acesso em: 06 jul 2022.

propriedade, passando pelo incentivo à entrada do capital multinacional, até a centralização do capital bancário, processo esse que será melhor analisado no próximo subtópico e nas conclusões.

É importante observar que a insatisfação de Albuquerque Lima não expressa apenas um descontentamento a nível individual ou ministerial. Ele representa uma insatisfação sobretudo de frações de classe regionais. Em um momento em que os velhos representantes da sociedade política do Nordeste viam sua participação política restrita pelo domínio dos militares nos principais cargos diretivos, a escolha de um representante endógeno à corporação castrense configurava uma tarefa vital na defesa de seus interesses. Quanto a isso, embora o FPEM não influenciasse diretamente na previsão orçamentária do MININTER, a citação ao descontentamento dos governadores do Nordeste afetados pelas medidas restritivas feita por Albuquerque Lima em seu discurso de demissão insere-se, não apenas em uma ótica estritamente econômica, mas também dentro de uma perspectiva política.

Nesse sentido, o Jornal O Estado de S. Paulo cita que “quando os governadores se mobilizaram para tentar arrancar do governo a revisão do Ato Complementar nº 40, o general Albuquerque Lima aceitou a liderança do movimento e foi o intermediário das reivindicações junto ao presidente da república”.⁸⁵

Por esses motivos, em 27 de janeiro de 1969, Albuquerque Lima, embora já tivesse se manifestado anteriormente sobre sua demissão⁸⁶, deixa oficialmente o cargo de Ministro do Interior, alertando para “uma verdadeira escalada dos grupos econômicos poderosos, em detrimento mesmo de empresas nacionais, sobre as áreas de influência e de decisão na formulação da política econômico-financeira do País”⁸⁷.

Veicula-se nos jornais da época⁸⁸ que sua demissão, na verdade, atendeu a um propósito político pessoal em duas direções que, na prática, convergiam. Nesse sentido, o episódio que marcou sua demissão foi apenas um adiantamento de uma decisão que já estava consolidada para março, uma vez que a permanência em cargos civis por militares deveriam ocorrer em um prazo máximo de dois anos – o que no caso de Albuquerque Lima aconteceria em março. Após essa data limite, necessariamente, ocorreria sua transferência para a reserva. Esse

85 Jornal O Estado de S. Paulo, Quinta-feira, 23 de janeiro de 1969, p.3.

86 Ver Jornal Diário da Noite, Sexta-feira, 24 de Janeiro de 1969.

87 Jornal O Estado de S. Paulo, Sábado, 1 de Fevereiro de 1969, p.4.

88 Ver, por exemplo, Jornal O Estado de S. Paulo, Quinta-feira, 23 de Janeiro de 1969, p.3.

movimento de retorno à tropa tinha um objetivo duplo de dar prosseguimento a sua carreira militar e, ao mesmo tempo, articular sua campanha política no interior das Forças Armadas para o pleito presidencial previsto para 1970.

Saliente-se que, até aquele momento, por mais que já houvesse uma tendência de uma expressiva parcela de militares em não aceitar um civil na sucessão presidencial, ainda não se tinha conhecimento público da doença de Costa e Silva, o que significa dizer que o assunto era habilmente escamoteado e protelado pelos militares, fazendo com que houvesse uma expectativa do próximo pleito ocorrer de maneira direta, conforme previsão legal. Isso reforça a importância de angariar apoio não só entre os militares, mas com a sociedade civil e o amplo apoio que contava Albuquerque Lima no Nordeste tornava-o um nome de peso, mesmo se a eleição fosse direta.

Nesse contexto, entende-se que Albuquerque Lima possuía ambições políticas e que seu retorno à tropa, de fato, favoreceria sua articulação à nível interno. Contudo, ao mesmo tempo, infere-se que a tese de que a antecipação de sua demissão possivelmente atendeu a uma estratégia política é superestimada. Em primeiro lugar, não necessariamente para se consolidar como principal nome à sucessão presidencial fazia-se necessário deixar o governo de maneira conflituosa, vindo a denegrir publicamente a imagem desta. Pelo contrário, a afinidade de propósito com o aparelho empresarial-militar seriam extremamente importante para Albuquerque Lima lançar sua candidatura de maneira consistente, utilizando toda a estrutura estatal para beneficiá-lo, a menos que já houvesse uma propensão por parte do governo em repudiar o seu nome – o que parece ser o caso.

Em segundo lugar, se sua demissão tivesse como objetivo atender tão somente suas ambições pessoais a nível político, esse ato não teria sido acompanhado de uma debandada em massa das lideranças das instituições subordinadas ao MININTER, cujo caso mais emblemático é a demissão de Euler Bentes Monteiro⁸⁹ da Sudene, por se solidarizar com o diagnóstico de Albuquerque Lima de que as sérias restrições orçamentárias obstaculizariam o processo de desenvolvimento das regiões mais carentes, mesmo havendo pequenas discordâncias entre o chefe da Sudene e o ex-ministro.

⁸⁹ Recorde-se que Monteiro foi candidato do MDB contra Figueiredo em 1978. Evidentemente era uma candidatura para constar, já que a maioria do congresso era da Arena, que indicara Figueiredo.

Nesse sentido, não que sua demissão não tivesse um cunho pessoal, mas pretende-se relativizá-lo em detrimento dos aspectos mais amplos que compunham esse processo de dissidência entre os projetos de desenvolvimento de Albuquerque Lima e os do aparelho empresarial-militar com forte articulação de Delfim Netto.

Mesmo após nota pública no episódio que marcou sua demissão, a rusga do ex-ministro com o aparelho empresarial militar ainda não havia se consolidado completamente. Existia ainda uma certa condescendência de ambas as partes que se traduzia, no caso de Albuquerque Lima, nas suas declarações de continuar acreditando nos rumos do que ele considerava como uma revolução instaurada em 1964. Da parte do governo, essa condescendência se fazia de maneira mais velada, explicitada apenas pela decisão de não comentar as declarações do ex-ministro.

Mas essa condescendência era mais uma estratégia recíproca do que propriamente algum alinhamento entre as partes dissonantes. A pronta nomeação de Costa Cavalcanti para a pasta do Interior já pode ser considerado como uma resposta do governo aos ataques de Albuquerque Lima, pois, ao mesmo tempo em que este era substituído por outra figura apontada como uma liderança dentro da “linha-dura”, o novo Ministro do Interior também era um nome com expressiva aprovação da sociedade civil nordestina, em especial em Pernambuco. Nesse sentido, a estratégia era acalmar os ânimos dentro de uma parcela das Forças Armadas composta pelos *duristas* e alinhada a Albuquerque Lima com a manutenção de ao menos um de seus representantes no aparelho empresarial-militar, neutralizar o temor dos setores civis nordestinos em relação às denúncias feitas pelo ex-ministro sobre a mudança na política econômico-financeira que afetaria a região e, por fim, substituí-lo por alguém com mais afinidade com os projetos governamentais, sobretudo quando o assunto é a reforma agrária e o projeto de colonização a ser implementado.

Em abril de 1969, Albuquerque Lima assume a chefia da Diretoria Geral de Material Bélico. Apesar de ser considerado um setor de certa importância dentro do quadro institucional do Exército, a escolha do ex-ministro para a função tem nitidamente uma conotação política que extrapola a área profissional, uma vez que tratava-se de um departamento sem tropa, o que significaria o cerceamento da capacidade de articular sua campanha no interior das fileiras militares.

Vale ressaltar também que o aceno à reforma agrária, bandeira esta levantada desde o Golpe de 1964 como uma das metas a serem alcançadas pelo governo em prol do binômio segurança/desenvolvimento, encontrava expressivo eco nas declarações públicas de Albuquerque Lima. As denúncias feitas no episódio que marcou sua demissão deveriam ser amenizadas para a sociedade civil também nesse âmbito. Nesse sentido, poucos meses após sua demissão, a edição do Ato Institucional nº 9, em 25 de abril de 1969, que configurou, segundo Silva (1971, p.145), em uma “radicalização” do projeto de Reforma Agrária, por suprimir a palavra “prévia” do texto da Constituição de 1967, além de dar à Justiça o prazo de 48 horas para se posicionar quanto à petição expropriatória e mais 24 horas para alterar a situação de posse da propriedade em questão, também pode ser interpretado como uma resposta por parte do Governo Costa e Silva às declarações do ex-ministro do Interior.

Nessa mesma lógica pode inserir-se a criação do chamado Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), criado pelo Decreto-lei nº 582, de 15 de maio de 1969, isto é, já tendo Costa Cavalcanti a frente do MININTER, que tinha por função “analisar os obstáculos que estavam se apresentando à concretização da reforma e de acelerar o planejamento e execução de medidas de reformulação da estrutura fundiária” (MARTINS, 1984, p.42). Além disso, a criação do GERA era também uma reação ao escândalo envolvendo o inquérito que apontava irregularidades cometidas por diretores do IBRA em processos de compras de aviões e de desapropriação no estado do Paraná. Dessa forma, a atuação em conjunto do IBRA e do GERA, deveria servir como uma réplica a qualquer acusação de desvio dos pretensos ideais basilares de 1964.

Possivelmente, fora a aversão ao pensamento *cepalino*, o principal motivo para Albuquerque Lima contar com essa forte oposição dentre uma parcela expressiva do alto oficialato se deva à sua postura nacionalista e redistributivista. Nessa perspectiva, embora em relação ao primeiro ponto sua concepção de nacionalismo era um tanto quanto distinta daquela defendida por Newton Estilac Leal durante as polêmicas que envolveram as questões do Clube Militar durante a década de 1950, o temor era de que Albuquerque Lima, caso empossado no cargo de presidente, adotaria a mesma linha de pensamento do recém-nomeado chefe da junta militar que assumiu o governo peruano, General Juan Velasco Alvarado, e que em poucos meses a frente da administração pública se notabilizou pelo confisco da *International Petroleum Company* – subsidiária da *Standart Oil* – em 700 milhões de dólares e pela implementação de uma reforma agrária. Esse fator era visto com bastante temor de que

se afastasse o apoio da comunidade financeira internacional e de seus associados em solo nacional.

Albuquerque sai por não concordar

De Secural do Rio

Dizendo que havia sido feita uma opção, com a qual não podia pactuar, no tocante à política econômico-financeira, o general Albuquerque Lima transmitiu, ontem, o cargo de ministro do Interior. Seu discurso foi o seguinte:

"Asi meus dignas e honradas audiências. No momento em que apresentamos nossas despesas a todos os que nos acompanharam, com especial devoção, no longo dia jurado que era o encargo por termos sido convocados, a pedido, de cargo que vinhamos encorrendo, não poderíamos, como uma homenagem aos integrantes de nossa equipe e por imperativos da própria consciência, deixar de revelar os motivos da atitude que, não fossem os fatos acima relacionados, haveríamos de tomar em breve processo, quando voltaríamos ao Exército, com maior satisfação e mais tranquilidade.

Não caberia aqui, certamente, a elaboração de relatório da nossa atuação, à frente do Ministério do Interior. Apenas consideramos, neste instante, a necessidade de referirmos os principais das atribuições cometidas à nova Secretaria de Estado — o Desenvolvimento Regional — em torno da qual se aglutinam as diferentes linhas de ação adotadas para todos os setores da administração que procuramos instituir e pelas impulsionadas, e esse resumo, em todos os dias que ensanaram do Governo Federal

scidade dinâmica e objetiva, os trabalhos do mais alto nível técnico, na implantação de sistemas de irrigação, conjugados à política de desenvolvimento integrado. A SUDCO, igualmente estruturando-se para, pela primeira vez, atuar a nível Centro-Oeste de modo gil

PRIMEIRO ESTUDO
"o primeiro estudo, realizado em caráter prioritário, neste Ministério, com vistas à criação da Superintendência do Vale do Paraíba, — que, para efetuar o estudo de mullon, levou cerca de um ano e meio, no Ministério de Planejamento, para estudar e dar parecer.

Facenda e do Planejamento, por interesse comum dos ministérios mencionados a ser estudados em conjunto, para posterior apresentação ao excoletivo — o maior presidente da República, a cujo critério ficaria, obviamente, a decisão final. Anteriormente a tal procedimento não somente a preservação do espírito de equidade, mas, sobretudo, o objetivo de estabelecer um compromisso, entre homens responsáveis pela sorte da República, em termos objetivos, numa hora de excepcional gravidade para o Brasil, de modo a evitar-se o aparecimento de divergências na esfera ministerial.

SURPREENDIDOS
"surpreendidos, após o dia 31 de 1966, fomos, brutalmente, surpreendidos com a edição do AC, que altera o percentual dos Recursos de Participação dos Estados e Municípios no Orçamento da União e, a seguir, com a expedição do Decreto-Lei n.º 481, que modificava a sistemática de distribuição de Rendimentos e Custos das Empresas. Ambos esses documentos vinham, através de modo profundo e incompreensível a Política Nacional de Desenvolvimento, e feria, frontalmente, a nova filosofia da política econômica, até então adotada pelo próprio Governo em compromissos assumidos, sob o aspecto, de inequívoca e repetidos pronunciamentos, através de todos os meios de divulgação.

Discordância
"Estamos convencidos de que foi feita uma opção com a qual não podemos concordar e da qual jamais poderíamos pactuar, pois que deturpamos dentro do próprio governo, e em seu nome, por vezes sérias, outras princípios, outras ideias que, verdadeiramente, nos tornam os mesmos ideias, coerentes e perfeitamente ajustados à humanização política, graças a e reafirmada pelo senhor presidente Costa e Silva.

Ainda não mencionamos outro recente decreto, elaborado e imposto sumariamente, sem análise, de natureza simplista, sem entendimento previsto com qualquer ministério e levado ao senhor governador pelo Ministério do Planejamento, que vem agravar os distúrbios e impedir a execução de obras consideradas prioritárias e de grande interesse para várias regiões do Brasil. Para melhor apreciação basta analisar que a constituição imposta ao Ministério do Interior é da ordem de 35%, contra 45% do Ministério das Minas e Energia, e 3% do Ministério dos Transportes.

Tudo isso aconteceu e, mais ainda, diante da atitude corrupta e honesta, obtida na E.M. n.º 10 de 1964, o próprio ministro da Fazenda sabia nova decisão n.º 42, em que procura corrigir o erro apontado, reduzindo a 20% o limite previsto em diploma anterior e deixando inicialmente o seguinte: "A imprevisibilidade de desempenho de arrecadação durante



90

Outro fator era sua aproximação com os oficiais subalternos. A possibilidade de vitória de Albuquerque Lima poderia também significar a destruição da lógica hierárquica das Forças Armadas, tanto pelo fato deste ainda encontrar-se no posto de general de divisão, ou seja, subordinado aos generais de exército e marechais, como por uma possível implementação de políticas de promoção que tivessem como resultado a consolidação de nomes que não contavam com a aprovação do núcleo duro empresarial-militar golpista de 1964 do bloco de poder multinacional e associado nos principais cargos de influência do aparelho estatal. Esse último fator, portanto, envolvia não apenas a questão estritamente militar, mas suas consequências sobre os interesses dos setores empresariais que, necessariamente, viam-se obrigados a escolherem seus representantes políticos também dentro das Forças Armadas.

Em relação a essa jovem oficialidade, Albuquerque Lima soube fazer-se de representante de uma tendência que envolvia a crescente insatisfação desses militares em relação ao regime. Em grande parte, essa insatisfação se deveu ao grau de influência da sociedade civil nas decisões envolvendo o aparelho estatal. A edição do AI-5, por exemplo, considerado uma

90 Charge do Jornal O Estado de S. Paulo, Sábado, 1 de Fevereiro de 1969, p.4. Interessante notar que essa charge divulgada em conjunto com a nota pública de demissão de Albuquerque Lima fazia justamente referência à sua ligação com os países latino-americano em seus projetos amplamente influenciados pela Cepal. Dentre estes, destaca-se o selo de viagem do Peru, de Alvarado.

vitória da “linha-dura” e enaltecido por Albuquerque Lima – um dos seus signatários – em seu pronunciamento de demissão, justamente por possibilitar dissolver o que ele chama de “zona de atrito nas áreas ministeriais”⁹¹, teria, para a ala militar, o potencial extralegal de centralizar as questões nacionais dentro do seu círculo de atuação e, conseqüentemente, cercear a capacidade de articulação civil. Assim, no episódio da divergência com Delfim em relação às políticas de incentivo fiscal, uma vez não alcançado o entendimento entre os ministérios, deduz-se que Albuquerque Lima acreditava que Costa e Silva, pelo espírito de corpo militar, acabaria alinhando-se com a sua perspectiva, o que não ocorreu e que viria a servir como combustível pra inflamar ainda mais os ânimos dessa parcela castrense desacreditada com o governo.

Se o aparelho empresarial-militar soube habilmente protelar as discussões envolvendo o processo decisório para o cargo de presidente, a trombose cerebral sofrida por Costa e Silva fez com que se intensificasse a discussão de tal maneira que a intenção dos militares em se manterem na Presidência não pudesse mais ser ocultada. A previsão legal de que assumisse o vice-presidente civil Pedro Aleixo era repudiada por amplos setores militares. É nesse contexto que se insere a edição do Ato Institucional nº12, tornando pública a doença e o afastamento de Costa e Silva. Interessante notar que, segundo o documento, tal afastamento se daria de maneira temporária e que, durante esse prazo, caberia à junta constituída pelos três ministros militares – general Aurélio de Lira Tavares (Exército), brigadeiro Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica) e almirante Augusto Rademaker (Marinha) – assumir a mais alta esfera decisória dos assuntos nacionais, alegando estes que o momento de instabilidade no qual o país vinha passando, exigia medidas que somente às Forças Armadas caberia executar para garantia da segurança nacional. Com efeito, o principal objetivo do AI-12 era ganhar tempo, uma vez que dificilmente o quadro de saúde de Costa e Silva se reverteria.

Uma vez afastada temporariamente a ameaça de um civil assumir a Presidência, o Alto-Comando do Exército decide formar uma comissão com o intuito de debater o processo sucessório presidencial, posto que a junta militar que assumira deveria ter um caráter apenas interino. Em 15 de setembro de 1969, em uma reunião que ficaria conhecida como a “Comissão dos 3M”, por ter sido liderada pelos generais Muricy, Médici e Mamede, decide-se que, a partir de uma consulta prévia com os oficiais-generais das três armas, seria eleito o

91 Jornal O Estado de S.Paulo, Sábado, 1 de Fevereiro de 1969, p.4.

general de exército mais votado. O que ocorreu, no entanto, foi que, no Exército, segundo o critério de cada chefe de Exército – nome dado ao Comando das Zonas Militares –, também foram consultadas nessas prévias, além dos oficiais-generais, os oficiais subalternos e superiores, isto é, de tenentes a coronéis.

Nesse segundo modelo de votação, Albuquerque Lima viu seu nome aparecer com destaque no I e IV Exército, ou seja, nas regiões do Rio de Janeiro/Minas Gerais/Espírito Santo e no Nordeste, algo que não ocorreu quando o pleito ficou restrito somente aos oficiais-generais, onde os nomes indicados seriam os de Médici, Orlando Geisel e de Muricy – dois dentre os três membros da “Comissão dos 3M”. Portanto, os métodos adotados durante essa comissão, foram amplamente questionados, não só pelo ex-ministro do Interior, mas por uma parcela expressiva de oficiais, mas que, no fim, acabou prevalecendo o fator hierárquico, sendo empossado oficialmente, em 30 de outubro, o general Médici na Presidência, após seu nome ser referendado pelo colégio eleitoral.

Durante a questão sucessória de Costa e Silva, a imprensa da época definiu como uma das principais causas do insucesso de Albuquerque Lima a divulgação antecipada dos nomes que comporiam seu governo, caso empossado. Dentre eles, estaria José Vicente Faria Lima, ex-prefeito de São Paulo, para a vice-presidência, mas que logo depois foi substituído pelo almirante Ernesto de Melo Batista, pela sua morte, Carlos Lacerda no Ministério do Planejamento, o general Siseno Sarmiento no cargo de Ministro do Exército, e, dentre outros, Francisco Boaventura Cavalcanti, um dos principais nomes da ala considerada mais radical do Exército, sendo, inclusive, transferido para a reserva por atos de insubordinação e de deslealdade para com a “revolução”^{92 93}.

Entende-se que esse virtual erro cometido na escolha e divulgação dos nomes que comporiam seu governo explicitava-se, no campo militar, pelo radicalismo personificado pelo

92 Ver Jornal O Estado de S.Paulo, Terça-feira, 27 de Janeiro de 1970, p.4. Trata-se de uma série de artigos do Jornalista Carlos Chagas intitulados “113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente”, tratando sobre a doença e a questão sucessória de Costa e Silva e publicadas entre os dias 07 de janeiro e 06 de fevereiro de 1970. À época secretário de imprensa da presidência, Carlos Chagas aparece como espectador privilegiado pela posição que ocupava no regime quando do acontecimento dos fatos. No entanto, assim como a perspectiva adotada no livro de Gomes da Silva, o documento será analisado também levando-se em conta a parcialidade que envolve a união entre memória e história nos aspectos que compõe uma narrativa.

93 DICIONÁRIO CPDOC VERBETE ALBUQUERQUE LIMA. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-de-albuquerque-lima>>. Acesso em: 21 fev 2022.

coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, irmão do sucessor de Albuquerque Lima no MININTER, Costa Cavalcanti. É importante ressaltar que este foi o único militar atingido pelo AI-5, sendo imediatamente reformado pelo Ato, devido seu posicionamento contrário à medida e pelos motivos que levaram até a sua edição, isto é, o caso envolvendo o deputado federal Márcio Moreira Alves e sua oposição ao regime desde o AI-1, que culminou na incitação pelo parlamentar a um boicote às comemorações do Dia da Independência do Brasil pelos rumos que o país ia tomando com os militares a frente do aparelho estatal (GUERRA, 2008).

Observa-se que, no caso de sua reforma, Boaventura foi chamado ao Serviço Nacional de Inteligência para depor sobre a intensificação de seus contatos com parlamentares considerados opositores ao governo durante os episódios que envolveram a crise política de 1968, o que foi prontamente confirmado pelo mesmo (GUERRA, 2008). Nesse caso, é provável que sua virtual nomeação por Albuquerque Lima, caso este ganhasse o pleito presidencial de 1969, se devesse, sobretudo, pela afinidade ideológica entre as partes. Ambos eram reconhecidamente como militares *duristas*, mas – e isto talvez seja o diferencial destes dois do posicionamento de Costa Cavalcanti, irmão de Boaventura – pareciam formar um subgrupo dentro da “linha-dura” que se afinava pela intensificação das medidas de cunho centralizadoras, aumento das campanhas contra os pretensos comunistas e insurgentes, e, economicamente falando, defensores de um projeto de desenvolvimento marcadamente nacionalista.

Com isso, embora ao longo desse trabalho venha-se reforçando a dificuldade em estabelecer grupos inertes dentro das Forças Armadas, justamente por reconhecer que as alianças, em grande número dos casos, tenha se dado por motivos circunstanciais, esse alinhamento mencionado de forma alguma significa a completa convergência entre as partes, mas uma aproximação em uma amostragem relativamente abrangente quanto aos assuntos nacionais e militares.

Essa afinidade de Boaventura ao projeto e ao grupo de apoio de Albuquerque Lima pode ser ilustrado em dois principais episódios: Durante a crise do Clube Militar dos anos de 1950, juntamente ao futuro Superintendente da Sudene, Euler Bentes Monteiro, nome de confiança de Albuquerque Lima, Francisco Boaventura Cavalcanti pediu sua demissão do Conselho Deliberativo do Clube Militar, devido as discordâncias de matérias publicadas pela revista

homônima em agosto de 1950, sob o mandato de Estillac Leal, onde defendia-se a neutralidade nacional durante a intervenção norte-americana na Guerra da Coreia. Em segundo lugar, na reunião realizada em junho de 1967, onde Boaventura, e outros coronéis confrontaram o Ministro Delfim Netto em relação às políticas econômicas que estariam sendo implementadas pelo aparelho empresarial-militar. Nesse último episódio, que contou com a repercussão da imprensa, os envolvidos no episódio foram punidos com transferência de seus postos (MOTTA, 2021).

Em memorando da Embaixada dos EUA descrevendo uma conversa entre Frank Charles Carlucci – jovem agente da CIA (*Central Intelligence Agency*) e que posteriormente veio a atingir o cargo de Secretário de Defesa no Governo Ronald Reagan – e Francisco Boaventura, este último é apontado como um dos responsáveis por uma mudança nos rumos dessa parcela da “linha-dura”, onde não mais a preocupação principal estaria na perseguição da esquerda, mas em cobrar medidas efetivas pelo governo, principalmente à nível econômico, cobrança essa que, precisamente, teria levado ao confronto com Delfim. Importante notar que todos esses posicionamentos de Boaventura foram reportados ao governo norte-americano sob um forte temor que a influência que esse grupo poderia ter para as decisões futuras afetariam diretamente os interesses vindos de Washington e que, por consequência, representaria uma ameaça ao Bloco de poder multinacional e associado do qual Delfim constituía-se como intelectual orgânico (MOTTA, 2021).

Essa hipótese da divulgação antecipada da formação ministerial de Albuquerque Lima trazida por Carlos Chagas complexifica as análises possíveis que envolvem as interpretações, não somente a questão sucessória após a doença de Costa e Silva, mas o jogo de poder entre grupos e subgrupos de oficiais castrenses. No caso da suposta nomeação de Carlos Lacerda, *persona non grata* do regime, ao Ministério do Planejamento, uma vez confirmada, todo um projeto de unidade militar que até então seria responsável por minimizar os atritos entre interesses divergentes dentro da esfera das Forças Armadas, com o objetivo de dar um aspecto de coesão ao aparelho governamental para torná-lo mais resistente às críticas dos opositores, seria colocado por terra.

Nesse momento sensível para os militares, onde a pressão para que o vice-presidente Pedro Aleixo assumisse, segundo determinava a constituição, qualquer demonstração de fragilidade expresso pela falta de coesão entre oficiais no aparelho governamental deveria ser evitada a

qualquer custo. Nesse contexto, o alinhamento com Carlos Lacerda, principal articulador da Frente Ampla e talvez o mais ferrenho crítico aos rumos tomados pelos militares após o Golpe de 1964, defendendo a volta do poder para a sociedade civil e intensificando suas críticas principalmente a partir de 1968, seria um duro golpe à unidade pretendida. Soma-se a isso, o fato de que Carlos Lacerda havia sido enquadrado pela Lei de Segurança Nacional e preso em dezembro de 1968 após a edição do AI-5, perdendo seus direitos políticos, agravava uma possível escolha de seu nome para funções de Estado. Portanto, o retorno à vida política do ex-governador da Guanabara deveria ser precedido pela revisão da sua condição de cassado pelo regime.

Por fim, essa versão dos acontecimentos exposta pelo jornalista Carlos Chagas, é até factível, pois, uma possível nomeação de Carlos Lacerda para composição ministerial reforçaria uma longa jornada de apoio do general Albuquerque Lima ao *lacerdismo* aliado ao *antigetulismo* das partes. Contudo, se esse alinhamento entre a ala *durista* das Forças Armadas e Lacerda, contrários aos rumos do Governo Castelo Branco, encontrava-se fortalecido pelo entendimento em comum – e muito bem explorado pelo segundo – de que fazia-se necessária a intensificação do regime, assim como o impedimento da posse de seu opositor *pessedista* Negrão de Lima como governador da Guanabara, eleito em 1965, seu crescente posicionamento como opositor à liderança militar foi fator preponderante para o afastamento entre os militares da “linha-dura” ao ex-governador da Guanabara.

Se até antes da criação da Frente Ampla, em outubro de 1966, que contava com uma aliança circunstancial de Lacerda com os ex-presidentes Juscelino e Goulart com a finalidade de reestabelecer a democracia nacional, o ex-governador da Guanabara contava com algum apoio da ala *durista*, a sua aproximação com personagens tidos como inimigos do “governo revolucionário de 1964”, bem como a ascensão de Costa e Silva à Presidência, que significou uma vitória da “linha-dura” e a esperança desse grupo de ver implementadas suas convicções pelo novo presidente, tiveram por consequência o recuo ao antigo apoio dado a Lacerda.

Nesse contexto, a versão de Carlos Chagas e a suposta nomeação de Carlos Lacerda para o Ministério do Planejamento caso Albuquerque Lima fosse nomeado presidente, é bastante contestável, muito embora saiba-se da aproximação, não só dele, mas dos militares considerados “linha-dura” com o *lacerdismo*.

Até quando se considera que poderia haver alguma aproximação de Albuquerque Lima com Lacerda após o ex-ministro romper definitivamente com o regime no episódio que marcou sua preterição à presidência, uma vez que Costa e Silva habilmente soube trazer para si a “linha-dura”, cujo Albuquerque Lima era uma das principais figuras, até mesmo para isolar a influência do ex-governador da Guanabara nesse setor militar e que esse rompimento poderia aproximar novamente Albuquerque Lima e Carlos Lacerda, esta hipótese só faria sentido se a divulgação ministerial tivesse vindo após o episódio da sucessão presidencial. Contudo, a publicização ocorreu antes mesmo dessa ruptura de caráter mais definitivo.

Mesmo assim, a análise das narrativas que tratam sobre os momentos de alternância, ora buscando-se a aproximação, ora o afastamento de Carlos Lacerda torna-se relevante para o objetivo da pesquisa pelo fato de que, além da utilização do descontentamento da “linha-dura” com a moderação de Castello Branco, Lacerda também buscou se aproximar exatamente de uma ala do setor agrário descontente com o Estatuto da Terra e de qualquer diretriz governamental que pusesse em questionamento a estrutura fundiária e a propriedade privada da terra.

Albuquerque Lima, por exemplo, na ocasião onde teve seu nome cotada pela Frente Ampla como possível indicado a representar a chapa nas eleições presidenciais, veio a público condenar as estratégias da Frente, por considerá-las como um instrumento de instabilidade ao aparelho governamental montado, justamente pela aproximação com figuras *non gratas* ao regime. Mesmo assim, o nome de Lacerda é cogitado, segundo os periódicos coetâneos, para compor o quadro ministerial.

Com isso, analisando o episódio da sucessão presidencial, assim como a virtual formação ministerial que Albuquerque Lima poderia adotar, caso eleito, demonstra a crise conjuntural que se instalava em torno do aparato estatal montado. Dessa forma, a ampla articulação do ex-ministro do Interior com setores influentes da sociedade civil, bem como uma parcela da sociedade política, não só composta por militares, mas por políticos já consagrados, proporciona o concreto dimensionamento das forças em disputa e dos seus respectivos pesos nesse processo definido como estruturante.

Em um momento de “tomada de consciência positiva” e de renovação da infraestrutura e da superestrutura que lhe dá sustentação, a aproximação de Albuquerque Lima com Francisco

Boaventura Cavalcanti, até por entendimentos econômicos próximos, parece não só mais factível, como expressa com mais nitidez esse movimento estruturante.

Entende-se que a proposta de desenvolvimento de Albuquerque Lima constituía uma das alternativas possíveis de renovação da relação entre infraestrutura e superestrutura. Nesse sentido, para ele, uma das causas da crise orgânica devia-se também a incapacidade do antigo modelo clientelístico de dominação pautada pelos traços de submissão não-assalariada do trabalhador do campo aos grandes proprietários rurais de manter o consentimento do campesinato à estrutura social. A partir da reforma agrária e da democratização do acesso à terra, a inserção do trabalhador rural verificar-se-ia pela passagem à condição de proprietários, formando uma classe média rural. Dessa forma, de contestadores da ordem, tornar-se-iam defensores da estrutura dada a partir de um de seus principais pilares: a propriedade.

Interessante notar que essa incapacidade de legitimação do modelo clientelístico de submissão das massas também era notada por Delfim. O que divergia, contudo, eram as soluções propostas pelos agentes, onde, para o então Ministro da Fazenda, o crescimento econômico não deveria ser planejado a partir de uma perspectiva regionalizada, mas a partir de uma concepção onde as regiões deveriam estar integradas, bem como os setores produtivos. Dessa forma, a liberação do excedente de mão do trabalhador rural deveria ser incentivado a partir da formação do exército industrial de reserva, principalmente para o Sul/Sudeste, principais regiões industrializadas do país, e não pela formação de uma classe média de proprietários do campo.

A defesa de um projeto de desenvolvimento para as regiões Norte e Nordeste por Albuquerque Lima foi uma constante desde seus tempos no DNOCS, fator este que pesou para a sua escolha como Ministro do Interior. Contudo, partindo-se do princípio que a dissidência ilustrava também os embates entre um bloco oligárquico-industrial e um bloco multinacional e associado em ascensão, e, em algum grau, das frações de classe dominantes regionalizadas que encontravam maior ou menor representatividade em algum dos dois blocos em disputa, a partir do momento que este desenvolvimento proposto pelos órgãos sob liderança do general passava pela realocação de importantes recursos públicos visados por grupos regionalizados em consolidação de sua hegemonia política, inicia-se seu processo de desgaste no interior do aparelho estatal empresarial-militar montado.

Se esse subitem procurou analisar, sobretudo no nível político, a dissidência sob um ângulo de disputa entre frações de classes reunidas em dois blocos de poder em choque de hegemonia, a partir de agora serão analisados os aspectos estruturais da crise e o que isso significou em um nível mais definitivo.

3.2) A DISSIDÊNCIA ESTRUTURAL

Essa distinção entre a parte estruturante e a parte estrutural da análise que envolve a dissidência entre Albuquerque Lima e Delfim Netto e seus respectivos grupos de apoio deve ser compreendida a partir de uma perspectiva interpretativa onde esse conflito é o desdobramento de uma crise estruturante, essencialmente e simultaneamente, sectária, isto é, entre frações de classe, e estrutural, envolvendo o embate entre interesses individuais e classistas com toda uma estrutura de repetição social já consolidada e garantida, sobretudo em suas expressões ideológicas de legitimação de um dado ordenamento. Doravante, tratar-se-á desse segundo aspecto da crise.

Nesses momentos de crise que se baseiam, fundamentalmente, na decadência de um dado modelo de relação entre capital/trabalho, isto é, entre o modo de produção e as relações sociais de produção, a sua superação passa – e esse é o papel fundamental do Estado e de suas instituições – ou pela completa implosão dessa mesma estrutura, ou pela adaptação/renovação dos padrões de repetição da infraestrutura com as normas de exclusão e/ou subordinação das classes não-hegemônicas para continuidade de um modelo social que tem no movimento de valorização do valor seu pilar estrutural. Nesse contexto, e fugindo das análises *marxianas* que abordam as crises do capital por um viés estritamente economicista, a crise, embora passe pelo fator econômico, só se consolida efetivamente, quando acompanhada pelo colapso de um consenso político promovido pela hegemonia de uma determinada fração de classe. Portanto, enquanto a análise estruturante se propõe a analisar o embate de forças entre frações de classe em disputa na sua média duração, a parte estrutural se verifica no exame da relação da resultante dessas forças assimétricas em movimento com a estrutura de reprodução, ou seja, em sua longa duração.

O que se quer dizer é que a presente análise parte de uma concepção onde o “elemento menos variável no desenvolvimento histórico” (GRAMSCI, 1999, p.161), isto é, a repetição da infraestrutura econômica, em seu sentido amplo, atua, sim, como um limite de variação dentro do processo histórico. Porém, essa repetição precisa constantemente se ressignificar. Segundo Koselleck (2014, p.12, grifo nosso).

Aquilo que Fernand Braudel chamou de *longue durée*, a longa duração que subjaz ou precede estruturalmente toda história individual, precisa ser diferenciado a partir de aspectos temporais. Ou são condições que podem ser delimitadas geográfica ou biologicamente e cuja duração escapa à intervenção humana **ou são estruturas de repetição adotadas conscientemente pelo ser humano, que as ritualiza, as enriquece culturalmente e as assimila, tendo em vista ajudar a estabilizar as sociedades.**

E continua... advertindo, dessa vez:

A abordagem metodológica de Fernand Braudel será desconectada do circuito paralelo das durações longas, curtas e situacionais para ser reconduzida a um padrão antropológico comum, básico, que comporta distintos estratos de tempo. Sem esse tipo de diferenciação, nenhuma história pode ser reconhecida ou representada (KOSELLECK, 2014, p.13).

Dessa forma, entende-se que até mesmo o elemento menos variável, passa, simultaneamente, por repetições e ressignificações, o que, no caso da presente análise, quer dizer que, a crise estrutural, por mais que esteja fundada por fatores econômicos, precisa constantemente refundir seus padrões legitimantes através de sua superestrutura político-jurídica e, principalmente, ideológica, para sua própria sobrevivência.⁹⁴ As soluções propostas para a crise estrutural, seja da perspectiva de Delfim ou da de Albuquerque Lima, são duas dessas possibilidades legitimantes. Nesse sentido, longa, média e curta duração não são consideradas como instâncias do tempo em seu sentido estanque. Pelo contrário, elas dialogam entre si durante o processo histórico em sua coexistente sincronia e diacronia; singularidades e regularidades, mudanças e permanências; tese e antítese.

Mais uma vez, entende-se que é possível estabelecer um diálogo teórico entre a história dos conceitos e da análise dos estratos do tempo de Koselleck com a proposta *gramsciana*.

94 “Aqui surge um fenômeno que torna tão interessante a história: não só acontecimentos súbitos e singulares produzem mudanças; as estruturas de maior duração – que possibilitam as mudanças – parecem estáticas, mas também mudam” (KOSELLECK, 2014, p.22).

Nesse sentido, embora o primeiro expresse uma certa hesitação àquilo que ele considera como conceitos vagos como povo ou classe⁹⁵, também defende que :

[...] a gama de possibilidades passadas ou futuras nunca pode ser definida a partir de um único portador de ação ou de uma única unidade de ação. Antes, essa escala remete imediatamente à escala dos rivais, fazendo com que apenas as diferenças, refrações ou tensões temporais consigam expressar a tendência em direção a uma nova estrutura da realidade (KOSELLECK, 2014, p.185-186).

Pretende-se demonstrar que o conflito de frações de classe, portanto, como aquele representado pela disputa entre o general e o czar econômico, pode escapar da “monocausalidade subalterna” que Koselleck acusa os teóricos da história *marxiana*, onde estes se veem obrigados a terem que adotar uma posição interpretativa sobre o processo histórico onde a superestrutura é necessariamente dependente da infraestrutura e todos os acontecimentos se desenvolvem subordinados a esse fator⁹⁶. Na presente análise, pelo contrário, entende-se que essas “tensões temporais entre rivais” se estendem por todas as esferas de uma determinada sociedade em um dado contexto histórico, não de forma hierarquizada, mas sobretudo em uma relação dialética entre infraestrutura/superestrutura e entre tese/antítese, extrapolando meramente as contradições econômicas a ponto de se poder compreendê-las a partir de um assimétrico embate entre distintas formas de visão de mundo e que podem, sim, ser classificadas a partir dos interesses/antagonismos de classes, por mais que se procure ocultá-los através da formação de um consenso.

Além disso, a própria concepção dialética entre infraestrutura e superestrutura *gramsciana*, supera em um grau bastante razoável outras concepções *marxianas* que tratam o segundo fator como simples manifestação (subordinada) do primeiro. Como visto, pode-se perceber um estágio muito maior de influência mútua entre ambas – por mais que a primeira funcione como um limite de variação – do que propriamente um simples processo de submissão. Dessa forma, trabalhar os diferentes estratos de tempo presentes de modo a entendê-los como coexistentes e interativos entre si em um acontecimento histórico enriquece também a diacronia e sincronia da própria relação entre infraestrutura e superestrutura. A concepção de que o processo histórico envolve, em sua essência, as lutas de classe, não parece comprometida, nesse sentido, se compararmos a própria concepção do papel dos conflitos para Koselleck, como foi apontado na introdução, por mais que a ordem de análise seja

95 Ver Koselleck (2014, p.285).

96 Ver Koselleck (2014, p.290).

diferentes, isto é, a primeira se estabeleça *a priori* por uma perspectiva revolucionária que visa a alteração do quadro político através de uma narrativa história que parte das lutas de classe, enquanto a segunda, pretensamente se estabeleceria *a posteriori*.

A intenção do trabalho não é fazer uma distinção teórica entre Koselleck e Gramsci. Pelo contrário, a opção teórica adotada é justamente trabalhar em cima daquilo que os aproxima, por entender que, em alguns pontos, há inclusive alguma complementaridade. O que é importante observar, contudo, é que, se Koselleck contesta a corrente *marxiana* pelo fato desse pensamento implicar necessariamente em uma interpretação histórica onde a função política já se estabelece *a priori*, em vez de provocar uma implicação política *a posteriori*, parece bastante questionável a concepção de que é possível produzir conhecimento histórico sem trazer consigo algum grau de compreensão da utilidade política para a História já no momento da construção da narrativa.

Embora reconhecendo a não-neutralidade que envolvem os recursos de uma narrativa histórica na concepção teórico-metodológica adotada, entende-se que o fator não compromete absolutamente sua função epistemológica. A passagem da pura abstração conceitual que envolve a disputa entre frações de classe para uma análise concreta, em seus variados (e dialéticos) estratos de tempo, como a apresentada neste trabalho, tem, como seu próprio advogado, a capacidade (ou não) de se fazer concebível enquanto acontecimento em sua relação com uma determinada estrutura.

Feita essa ressalva, a intenção de estabelecer um diálogo entre as duas vertentes teóricas tem por objetivo promover uma reflexão sobre os estratos temporais que permeavam o contexto histórico em sua dinâmica com a estrutura. Nesse caso, se a infraestrutura é o elemento menos variável no desenvolvimento histórico, considerar-se-á, portanto, este como o elemento de longa duração que estabelece algum contato com os demais estratos.

A dissidência estruturante, que foi tratado no subtópico anterior, é tratado como o processo de média duração por se tratar de uma abordagem onde os elementos de conflito, apesar de estarem dialeticamente inseridos em um quadro estrutural de longo prazo, se estabelecem em um nível prioritariamente mais isolado, isto é, sectarizado. Logo, a disputa de poder, nessa perspectiva temporal de médio prazo, circunscreve-se a dois grupos distintos que se afinizavam e influíam nas respectivas propostas de desenvolvimento de Albuquerque Lima e

Delfim Netto para a consecução de seus interesses à nível particularistas, isto é, enquanto “ação do capital privado” (COUTINHO, 1989, p.124).

Contudo, visto por outro prisma, essa mesma dissidência possui também um caráter de médio prazo em seu processo de influir na estrutura. Esse papel do aparelho estatal empresarial-militar de submeter os interesses dos “múltiplos capitais ao capital em seu conjunto”, como apontou Coutinho (1989, p.124), traz a percepção de que a dissensão envolvendo as partes extrapola a questão do conflito enquanto simples disputa ministerial ou pela sucessão presidencial. Nesse sentido, ela também significou, ao mesmo tempo, a disputa de projetos distintos que envolviam o reassentamento dos interesses divergentes em um novo consenso entre frações de classes tradicionais que, apesar de não mais possuírem uma hegemonia no seu sentido econômico, ainda possuíam um importante peso político-social, e um bloco de poder multinacional e associado que visava manter e até mesmo expandir a lógica do lucro privado, passando pela renovação das normas de exclusão e submissão das classes subalternas. Dessa forma, trata-se também, por tudo que foi dito, de um conflito que só tem possibilidades de se resolver – ou procurar se resolver – em uma perspectiva de longo prazo, por se tratar de soluções – cada uma a seu modo – que visam manter uma dada estrutura, mas a partir de uma reforma conservadora.

Tornando à parte empírica, o que se conclui é que o que estava em jogo, portanto, na dissidência analisada era o assentamento de uma parcela importante dos trabalhadores, quais sejam, os camponeses, sob uma nova lógica que levava em conta a transformação de um país ainda expressivamente rural e com amplos quadros de submissão não-assalariada do trabalhador aos grandes proprietários rurais.

Nesse momento de crise orgânica da estrutura esse aspecto de médio prazo, representado pelo fim do bloco histórico populista, o conflito envolvendo Delfim e Albuquerque Lima retrata duas possibilidades/singularidades estruturantes no processo de consolidação hegemônica dentro de um novo aparelho estatal, bem como a construção de um correspondente consenso entre as partes envolvidas – classe patronal em divergência e trabalhadores do campo – como resposta não só à crise da relação capital/trabalho no campo (e que tinha consequências para o trabalhador urbano na definição de seu salário real a partir da variação dos preços dos meios de subsistência vindos do campo), mas também à divisão do trabalho em suas nuances regionais.

Com relação a esses setores descontentes com as propostas de Albuquerque Lima, poder-se-ia adotar no presente trabalho a opção metodológica de dividir seu posicionamento a partir de três esferas de influência: pelo seu posicionamento dentro da caserna, pelas suas concepções político-sociais e pelas suas concepções econômicas. Contudo, como o próprio subtítulo aponta, a adoção de uma perspectiva voltada para uma análise da estrutura faz com que a opção metodológica de interpretar esses três elementos de maneira conjunta tenha como objetivo estabelecer uma perspectiva mais ampla. Com isso, reconhece-se que em alguns momentos esses elementos que compunham a dissidência merecem ser interpretados de forma isolada (dissidência estruturante), para não incorrer na adoção de uma percepção conspiratória globalizante que abarque todas as esferas sociais em um processo uníssono de correlação de forças, como procurou-se apontar no subtópico passado, onde, principalmente, a disputa foi analisada em seu campo político. Nesses casos específicos de dissidência estruturante, o que ocorre é, com efeito, uma multiplicidade de causalidades estanques que convergem de modo mais ou menos circunstancial. Apesar disso, via de regra, a interpretação conjugada desses elementos será a matriz analítica da dissidência estrutural, que será melhor examinada nesse subtópico.

Anteriormente, o conflito foi tratado sobretudo pelo seu aspecto das mudanças das políticas fiscais e seus desdobramentos nos respectivos projetos de desenvolvimento econômico de Delfim Netto e Albuquerque Lima e de seus grupos de apoio, passando necessariamente pela divergência sobre o papel que a reforma agrária deveria ter nesse projeto. Por consequência, uma vez impossibilitado de promover-se politicamente através do MININTER perante uma parcela da sociedade civil devido a uma drástica redução orçamentária de sua Pasta e tendo sido preterido no processo de sucessão presidencial no meio militar, o conflito passa a pender definitivamente para o lado do czar.

Contudo, se analisado por um espectro mais amplo do que uma disputa de curto prazo que acontecia entre frações de classe dominantes reunidas em blocos litigantes no processo de “tomada de consciência positiva”, procurando instrumentalizar as políticas de Estado de acordo com seus interesses e apropriando-se do capital estatal representado pelos incentivos fiscais e creditícios, percebe-se a complexidade do episódio.

Em última instância, a complexidade da dissidência extrapola o simples caráter de disputa ocorrida em âmbito político, circunscrevendo-se a uma lógica de sobrevivência da própria

infraestrutura. Nesse sentido, em um momento de correlação de forças entre dois blocos de poder em choque de hegemonia, encontrava-se em jogo a capacidade de cada um dos grupos em estabelecer um consenso entre litigantes no momento de “tomada de consciência positiva”, de modo a evitar que o conflito se hipertrofiasse ao ponto de ultrapassar seu caráter circunstancial, tornando-se uma disputa estrutural. Enquanto o projeto de Albuquerque Lima representava, de certa forma, o conflito entre capitais regionalizados, Delfim Netto, além de propor uma diretriz capaz de agregar, mesmo que de forma assimétrica, esses interesses em até então dissonantes, também possuía em seu projeto, um modelo de desenvolvimento mais confluyente com o sentido de incorporação do trabalhador ao modelo de assalariamento e de centralização/integração entre capitais percebido na lógica estrutural do capital.

Entende-se que o projeto de reforma agrária de Albuquerque Lima tinha um duplo objetivo de estimular a formação de uma classe média no campo e incentivar a retomada do crescimento do subsetor canavieiro nordestino, em especial de Pernambuco, devido ao seu quadro de instabilidade no campo. Para isso, os incentivos fiscais seriam de vital importância, tanto para a aplicação tecnológica no subsetor, como para o investimento em infraestrutura das áreas de fronteira agrícola e regiões – diga-se Norte/Nordeste e Centro-Oeste – ainda pouco povoadas em um projeto maior de colonização que passava pelo aporte do Estado para incentivar uma migração coordenada que pudesse, ao mesmo tempo, diminuir a pressão por terra nas regiões de conflito agrário, como também para a formação de uma classe média campestre, seja promovendo o acesso à terra em condições de estabelecer-se como pequeno produtor, contando com o apoio das instituições estatais, seja para formação de uma mão de obra assalariada para ser aplicada nos novos empreendimentos que viriam a surgir nessas regiões de colonização.

A mudança ministerial de Albuquerque Lima por Costa Cavalcanti significou o apaziguamento dos ânimos dos setores nordestino que apoiavam Albuquerque Lima, por enxergarem no seu sucessor também um representante de suas demandas. Mas não só isso: o que estava em jogo era a manutenção do poderio do tradicional latifúndio nordestino, dentre estes, o subsetor agroindustrial canavieiro. A bandeira da reforma agrária trazida por Albuquerque Lima, que preconizava uma relativa reformulação fundiária a partir das três superintendências de desenvolvimento regionais subordinadas ao MININTER, isto é, a Sudene, a Sudam e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco),

desfez-se com a ascensão de Costa Cavalcanti e a sua visão de não mexer na estrutura fundiária.

Essa mudança de postura só pode ser entendida quando se considera que reforma agrária e colonização andam de mãos dadas. O principal fator para o subsetor açucareiro de Pernambuco manter o apoio a Albuquerque Lima era que seu projeto de colonização poderia pôr fim aos conflitos por terra na região ao mesmo tempo em que se garantia os incentivos para o subsetor para torná-lo capaz de competir em igualdade com as regiões do Sudeste, em especial São Paulo, que já contavam com um aparato moderno para produção.

Esse projeto de colonização pública, no entanto, esbarrava com os interesses de setores interessados na promoção de uma colonização privada. Nesse sentido, além de ser reconhecidamente um crítico de qualquer reforma agrária que propusesse uma efetiva transformação fundiária,⁹⁷ Costa Cavalcanti ficaria conhecido pelo seu apoio à criação de grandes empresas na Amazônia a partir da colonização privada, inclusive se mostrando sensível aos interesses do setor privado que criticava o tamanho das reservas indígenas e reclamavam para si o aporte do Estado em termos de investimento em infraestrutura para a viabilização de seus negócios nessas áreas de colonização. Foi justamente por conta dessas reivindicações a Costa Cavalcanti que o empresariado conseguiu que a rodovia BR-080 cortasse ao meio o Parque Indígena do Xingu, provocando a remoção dos índios txucarra-mãe (MARTINS, 1984), contrariando todas as diretrizes de seu antecessor que defendia a manutenção das terras indígenas, sendo um dos responsáveis pela edição da Lei nº 5.371/67 que criava a Fundação Nacional dos Índios (FUNAI) em substituição ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), no período em que esteve a frente do MININTER.⁹⁸

Outro fato que merece destaque é que a extinção do SPI se deveu a uma investigação feita a pedido de Albuquerque Lima sobre uma possível conivência desse órgão em não coibir e até mesmo participar dos abusos cometidos contra os povos indígenas por agentes civis interessados na exploração das regiões de proteção aos índios. O resultado dessa apuração foi o parecer que ficou conhecido como “Relatório Figueiredo”, dando origem a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Câmara dos Deputados, em 1968, onde o

97 Ver Martins (1984, p.42).

98 Observação interessante a ser feita é que, a própria formação da família Albuquerque em nível nacional passou também pela integração com os povos autóctones da região, como foi visto no capítulo 1. Com isso, é possível que essa preocupação do então Ministro do Interior com a manutenção das terras indígenas pode ter alguma influência do processo de formação familiar.

Ministro do Interior, mandatário desse processo investigativo, recomendava a demissão de 33 servidores e a suspensão de mais 17.99

Dentre os acusados, destacava-se o nome do então gestor do SPI, o major-aviador Luis Vinhas Neves, nomeado ao cargo por Castello Branco. Tendo em vista que o período caracterizava-se pela intensificação das críticas ao regime, a ligação de um militar com relevância institucional em um caso de escândalo fartamente noticiado pela imprensa e causando grande comoção nacional representaria uma arma para os adversários políticos dos militares e, portanto, deveria ser abafada de todas as formas possíveis, o que se manifestou com a decretação do AI-5, onde o relatório ficou restrito à apreciação interna castrense, sem que os meios de comunicação pudessem dar publicidade ao caso.¹⁰⁰

O contexto que envolve os abusos permitidos e perpetrados pelos servidores do SPI é representativo de uma questão mais ampla, anterior a dissidência analisada, sobre a assimilação de agentes públicos por setores privados, especificamente no que diz respeito aos projetos de exploração das áreas de colonização. Nesse sentido, entende-se que o projeto de desenvolvimento pretendido por Albuquerque Lima nas regiões consideradas despovoadas passava pelo incentivo ao crescimento produtivo, mas sem que isso significasse a completa aculturação ou o extermínio dos povos autóctones. Pelo contrário, um dos desafios do MININTER e de seus órgãos subordinados, em especial a Sudam, era a integração dessas áreas com o planejamento nacional, mas respeitando-se a diversidade das tradições e dos valores regionais, procurando dar assistência aos índios.¹⁰¹

O MININTER, nessa perspectiva de colonização, cria o chamado “Projeto Rondon”, em dezembro de 1967, sob o *slogan* “Integrar para não entregar”. Nesse Plano, procurava-se, em parceria com os governos estaduais e instituições de ensino superior, estimular a presença de jovens universitários nessas regiões consideradas menos assistidas, de forma a trazer serviços básicos para essas localidades, principalmente em termos de assistência médica e nutricional.

Nessa concepção de integração, o “Projeto Rondon” procurava estimular o crescimento econômico nessas regiões com o intuito de inseri-las às exigências do mundo capitalista.

99 Disponível em: < <https://sisejufe.org.br/noticias/relatorio-de-1968-que-mostra-extermínio-de-aldeias-e-encontrado>>. Acesso em: 03 Fev 2023.

100 Esse relatório, que ficou 45 anos desaparecido em um suposto incêndio no arquivo em que era guardado, foi reencontrado no Museu do Índio, em 2012, pelo pesquisador Marcelo Zelic.

101 Ver Albuquerque Lima (1971, p.15)

Contudo, essa inserção visava o fortalecimento de um sentimento de pertencimento nacional – dentro dos parâmetros de segurança e desenvolvimento – sem que isso compromettesse a diversidade cultural em um país de dimensões continentais. Dessa forma, a vinda de estudantes e professores universitários tinha um duplo objetivo de proporcionar um melhor padrão de vida para essas populações até então desassistidas e fazer com que o jovem acadêmico tivesse contato com aquilo que os militares chamavam de “Brasil real”. Quanto a esse último ponto, uma importante observação a ser feita é que os centros universitários fossem, talvez, os principais focos de oposição ao regime, inclusive em relação a formação de participantes para o movimento guerrilheiro. Nesse sentido, essa tentativa de aproximação também pode ser entendido como uma tática dos militares de trazer para si o apoio de setores sob influência de ideologias a serem evitadas.

O que se entende a partir do “Projeto Rondon”, nessa perspectiva envolvendo o plano de colonização visado, é que o desenvolvimento nessas regiões e o entendimento sobre a função social da propriedade alicerçava-se também em um sentido social, onde o respeito às terras comunais indígenas deveria ser atendido, assim como suas peculiaridades culturais. Com o ingresso de Costa Cavalcanti no MININTER, a questão econômica eclipsava os fatores sociais.

Tendo em vista que a dissidência analisada passa também pela apropriação do conceito de desenvolvimento a ser adotado pelo Estado, entende-se que os projetos de Albuquerque Lima esbarravam com os interesses daqueles que visavam inserir as regiões ainda pouco povoadas na lógica da racionalização econômica e da máxima exploração de sua capacidade rentável, simbolizada pelos lucros advindos com a extração de matéria-prima. O crescimento econômico, nesse sentido, estaria associada também a um processo de aculturação dos povos originários, sob um argumento que visava garantir um sentido de unidade a partir do progresso nacional, nos moldes do que havia ocorrido nos Estados Unidos. Qualquer projeto que defendesse as terras e os direitos dos povos autóctones, seria considerado um entrave.

O que se percebe é que, junto com a perda de espaço do projeto de desenvolvimento de Albuquerque Lima em sua tentativa de utilizar-se das possibilidades que o Estatuto da Terra permitia, a questão social presente na reforma agrária ia perdendo cada vez mais espaço para os aspectos puramente economicistas, processo esse que se inicia já com Costa e Silva, e se exponencializa no governo Médici (MARTINS, 1984). Mesmo quando se leva em conta que a

edição do AI-9 deu-se durante o governo Médici, onde suprimia-se a palavra “prévia” nos casos de indenização por desapropriação por interesse social, entende-se que esse ato também foi uma pronta resposta às críticas públicas de Albuquerque Lima durante seu pedido de demissão. Em contrapartida, ministérios fundamentais para as políticas de desenvolvimento, onde a questão agrária encontrava-se anexa, iam sendo passados para as mãos daqueles cujos os interesses estavam estritamente ligados às frações de classe que visavam utilizar as possibilidades jurídicas representadas pelo Estatuto da Terra para seus próprios projetos, quais sejam, a reprodução ampliada do capital a partir das chamadas Empresas Rurais, previstas no Estatuto, e do processo de mercantilização de terras.

O projeto de reforma agrária de Albuquerque Lima significava uma alternativa de desenvolvimento – também dentro de uma perspectiva capitalista – de estímulo ao lucro garantido pelo movimento de reprodução ampliada do capital, mas que tinha como pilar estrutural a promoção ao acesso à propriedade privada com vista à formação de uma classe média produtora rural, estimulando o mercado consumidor interno, sem que isso significasse a aniquilação por completo da estrutura fundiária. Pelo contrário, o instrumento de desapropriação só deveria ser utilizado em último caso, somente onde a colonização pública não resolvesse e nos casos onde os latifundiários não aproveitassem os incentivos criados pelo Estado para incorporação de suas grandes propriedades, até então economicamente inviáveis, a lógica da Empresa Rural.

Percebe-se, portanto, uma estratégia de Albuquerque Lima que procurava solucionar as questões de instabilidade sócio-regionais, a partir de uma perspectiva de “cima para baixo”, isto é, buscando evitar uma percepção por parte das frações de classe dominantes de que a questão da diminuição das tensões sociais fossem levadas a um grau onde o fator produtivo fosse colocado como elemento acessório da questão social envolvendo o excedente de mão de obra na região e a exclusão das possibilidades de acesso à terra, gerando descontentamento do empresariado. Para isso, a colonização das áreas ainda despovoadas ocuparia um papel decisivo para pôr fim aos conflitos nas regiões-problema, bem como a utilização da política de incentivo ao crédito para dar sustentação ao projeto.

O oposto desse projeto visava, na sua essência, a subsunção do trabalhador à lógica do assalariamento. Nesse caso, evidencia-se a impraticabilidade da manutenção e do reforço dos laços que ligam o trabalhador do campo à propriedade da terra, dado um sentido que buscava

justamente a separação deste do produto final de seu trabalho. Portanto, o que se defendia era o fortalecimento do grande capital, isto é, da fração de classe mais vascularizada economicamente, o bloco de poder multinacional e associado que consolidava sua hegemonia econômica, a partir da ampliação do processo de apropriação, seja da terra, seja da força de trabalho representada pela liberação dos trabalhadores rurais para a formação do exército industrial de reserva.

Por consequência, entende-se que esse segundo projeto, legitimado sob a lógica da racionalidade e da concorrência, caracteriza um sentido instintivo do movimento de valorização do valor: o processo de integração e centralização de capital. Nesse contexto, a ampliação das margens de lucro vão na direção da máxima eficiência produtiva, o que significa uma alta capacidade de investimento em capital constante auxiliado por uma política de crédito estatal e prejudicando os capitais de menor vulto pela dificuldade de se manterem em um patamar competitivo com o grande capital. Como aponta Marx (2017, p.702):

A luta concorrencial é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores. Recordemos, ademais, que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o volume mínimo de capital individual requerido para conduzir um negócio sob condições normais. Os capitais menores buscam, por isso, as esferas da produção das quais a grande indústria se apoderou apenas esporádica ou incompletamente. A concorrência aflora ali na proporção direta da quantidade e na proporção inversa do tamanho dos capitais rivais. Ela termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte passam às mãos do vencedor, em parte se perdem. Abstraindo desse fato, podemos dizer que, com a produção capitalista, constitui-se uma potência inteiramente nova: o sistema de crédito, que em seus primórdios insinua-se sorratamente como modesto auxílio da acumulação e, por meio de fios invisíveis, conduz às mãos de capitalistas individuais e associados recursos monetários que se encontram dispersos pela superfície da sociedade em massas maiores ou menores, mas logo se converte numa nova arma e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais.

As divergências em relação às políticas de crédito que levaram à demissão de Albuquerque Lima não devem ser entendidas, conseqüentemente, apenas em seu aspecto de apropriação por capitais individuais, mas como um processo de estruturação do capital social.

Tendo em vista que o período posterior ao litígio é visto também como um desenvolvimento de um consenso entre o bloco de poder oligárquico-industrial, cujo subsector

agroindustrial canavieiro de Pernambuco é um importante fração no qual Albuquerque Lima levava expressivamente em conta no momento de formulação de seu projeto de desenvolvimento, e o bloco de poder multinacional e associado, cujo o subsetor canavieiro paulista encontrava-se representado e onde Delfim Netto figurava como intelectual orgânico, com a derrota do ex-ministro do Interior, o questionamento que surge é: como esse segundo bloco foi capaz de superar a “barreira corporativa, de grupo meramente econômico” (DE FELICE, 1978, p.204) para um papel dirigente de conciliação com outros grupos dominantes não-hegemônicos e de consentimento circunstancial entre subalternos?

No que ficou caracterizado posteriormente – com muita propriedade – de projeto de “modernização conservadora”, como o próprio nome já diz, envolveu um processo de conciliação que passava tanto por inovações na estrutura, como por repetições.

A partir de 1970, surgem os chamados Complexos Agroindustriais que visavam a consolidação da Empresa Rural sob a lógica da máxima eficiência produtiva, preconizando a rápida modernização agrária em termos de investimento em capital constante e a integração produtiva a jusante e a montante na agricultura a partir do aparato econômico possibilitado pelo aporte financeiro do Estado. Ou seja, passava-se também a levar em conta, não somente a produção em si, mas toda a cadeia produtiva antes do plantio, como a indústria de defensivos agrícolas e de fertilizantes, e também após o cultivo, como o ramo de maquinaria agrícola e as cadeias de refinamento do açúcar, por exemplo.

É importante observar que esse processo de modernização e integração não ocorreu de maneira homogênea pelas diferentes regiões produtoras. O golpe final que atingiu a agroindústria canavieira de Pernambuco, onde esta deixa a sua posição de principal região produtora de açúcar para cada vez mais figurar como mera coadjuvante no subsetor, deve ser entendido nesse contexto de diferenciação e até mesmo de exclusão de grupos sociais e de regiões econômicas em um movimento característico de integração e intensificação da formação de monopólios, onde, marcadamente, esses projetos modernizantes se concentravam nos estados localizados no Centro-sul, e mesmo assim, abrangendo um percentual relativamente baixo de cerca de 10 a 20% de estabelecimentos rurais contemplados nessas localidades (DELGADO, 2005). Em outras palavras, o caráter concentracionista da produção canavieira vai se ampliando de tal forma que, a partir de 1970, não é nenhum exagero afirmar que esta assume um grau monopolístico.

A capacidade do bloco multinacional e associado de tornar-se dirigente, propondo um projeto de conciliação para o patronato rural, está nessa subordinação das classes tradicionais, sem que isso represente a perda da sua base de sustentação – a grande propriedade rural – que ainda permite identificá-la como fração de classe favorecida pelo agente garante que é o Estado, ainda que de maneira não-hegemônica. É, nesse sentido, a partir da eficiência de seu intelectual orgânico, personificado pela figura de Delfim, que se produz uma “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2007, p.26), não no sentido estrito de uma aliança de classes, mas como uma relação social e historicamente definida pela interação entre essas forças assimétricas em movimento, com uma dada estrutura. Ou seja, esse processo de correlação de forças – analisado dentro de uma perspectiva de formação de um novo bloco histórico – envolve tanto a lógica infraestrutural, que no caso compõe a máxima eficiência das forças materiais, como também os aspectos político-sociais que compõe a estruturação de uma ideologia abrangente de conciliação e consentimento.

A manutenção da grande propriedade rural como base de sustentação, não só econômica, mas também social, nessa interpretação de que o período tratado é vital para a formação de um novo bloco histórico, foi o elemento estrutural para promover essa “unidade de contrários” apontada, justamente por indicar “a espessura ‘objetiva’ das forças materiais existentes na sociedade e a prática de uma política livre e criativa desencadeada por grupos socialmente organizados” (SEMERARO, 2006, p.53). Acima das disputas de classe, portanto, encontram-se a estrutura e seus pilares que precisam ser repetidos e renovados em uma nova unidade consensual para promover a manutenção de um dado ordenamento social.

O lado conservador da modernização agrícola da década de 1970 envolve não somente a manutenção de uma regulação por parte do Estado objetivada para sustentação de produtos agroindustriais voltados para a exportação com uma série de condições vantajosas, principalmente creditícias e fiscais que viabilizam sua conservação, mas sobretudo pela manutenção do poder oligárquico baseado no fator terra.

Destaca-se que a terra, além de garantir esse domínio em seu sentido social, como já fora apontado, garante a seu possuidor a possibilidade de auferir vantagens financeiras através da renda da terra, principalmente quando em condições monopolísticas. Contudo, essa renda, quando analisada a partir da realidade de algumas outras economias ocidentais tidas como

avançadas e com um grau de produção urbana muito mais acentuada que a agrícola, pode parecer, em primeiro momento, uma contradição com a própria estrutura de valorização do valor, primeiramente por imobilizar uma grande parcela do capital que poderia ser utilizado na obtenção de mais-valia, e não somente transferindo uma parte de seu valor ao produto final durante o ciclo produtivo. Dessa forma, a função social da propriedade privada torna-se objeto de disputa, tanto pelo seu peso econômico, como pelo seu peso político-social enquanto título de propriedade, pilar de todo um arcabouço ideológico de liberdade e igualdade entre indivíduos.

Em segundo lugar, mesmo que se esteja tratando de um país com dimensões continentais, a concentração das melhores terras para a produção agrícola nas mãos de uma parcela ínfima da população configura uma forma especial, chamada renda diferencial da terra, justamente pelo seu maior grau de fertilidade, comparativamente, e/ou da renda da terra absoluta, resultado da própria condição monopolística, que garante a seu possuidor condições extremamente vantajosas no momento de negociação com o arrendatário. Assim, mais uma vez, uma grande parcela do dinheiro não consegue se reproduzir como capital por estar destinado a fatias cada vez maiores ao arrendador.

O que se observa, contudo, é que na agricultura, principalmente em contexto de economias periféricas, isto é, com alto grau de subordinação às principais economias na divisão internacional de trabalho, onde a agricultura e demais formas de produção de matéria-prima ocupam um lugar central, assim como as relações de trabalho camponesas não devem ser entendidas como resquícios de submissão não-assalariada do trabalhador, uma interessante perspectiva que se abre é analisar a questão da renda da terra como uma contradição inerente da própria estrutura do capital que envolve a relação de polos opostos, mas de modo nenhum inconciliáveis em uma lógica determinada pela valorização do valor.

Diferentemente da produção industrial de bens de consumo e bens de capital, essa contradição se desfaz em dois momentos: na transformação e sujeição da renda da terra em rendimento capitalizado (OLIVEIRA, 2007 p.40) e na financeirização da terra como ativo. O que varia é a forma como esse processo é instrumentalizado pelo Estado.

Em relação ao primeiro fator, entende-se que no modo de produção capitalista na agricultura, marcado pela concorrência produtiva, os estados de diferenciação que garantem níveis maiores ou menores de dispêndio com a produção, influem na possibilidade de

ampliação dos ganhos auferidos com a renda da terra. Isso pode ocorrer com as já citadas rendas diferenciais da terra. Nesse sentido, um dos fatores que afeta essa diferenciação é a localização, isto é, a maior proximidade da terra dos centros de distribuição e dos mercados consumidores, possibilitando a diminuição dos custos de produção e fazendo com que haja aumentos das margens médias de lucro e, conseqüentemente, aumento da procura de arrendatários para esse território e da renda auferida pelo proprietário. Além disso, a própria fertilidade do solo também influi decisivamente nessa maior ou menor procura por determinada propriedade para instalação de um empreendimento produtivo. Por fim, a condição de alta concentração de terras nas mãos de uma ínfima parcela de indivíduos, garante a estes uma condição de monopólio (OLIVEIRA, 2007).

O que é válido ressaltar é que esse processo de diferenciação das rendas da terra é intensificado – em seu sentido de capitalização – quando se passa da condição de aceitação pura e simples das condições naturais de localização e fertilidade, para se atingir um estágio de investimento, isto é, valor que se valoriza, nesses dois fatores. Com isso, tanto a aplicação de capital no setor logístico com vistas a diminuição do tempo de circulação, como o investimento no aumento da fertilidade, passam a traduzir uma perspectiva onde a própria renda da terra é subsumida na lógica da reprodução ampliada do capital.

O singular nesse processo é o papel do Estado na capitalização da renda da terra, especialmente nos setores exportadores e geradores de divisas dentro de uma economia de base periférica. O grande vulto de investimento se dá primordialmente pelo setor público, diretamente através do financiamento aos projetos, ou indiretamente pelas políticas creditícias a determinados setores já pré-definidos pelo seu peso político-econômico no jogo de relação de forças entre frações de classe produtivas.

Ao contrário disso, o que se viu muito nitidamente com as políticas de favorecimento do IAA através de créditos e controle dos preços, em especial aos grandes latifundiários fornecedores de cana em Pernambuco, até a década de 1950, foram muito mais medidas visando a conservação de uma base social e produtiva considerada arcaica, do que propriamente um processo de capitalização da renda da terra. A característica situação monopolística das terras de cultivo da cana-de-açúcar na região, somadas ao favorecimento das instituições estatais, como o IAA, não incentivava a lógica da eficiência e da concorrência produtiva para garantia da maximização do movimento de valorização do valor. E é nesse

contexto que o processo de financeirização da terra, transformando-a em ativo, atua como ferramenta de conciliação que atende, tanto aos interesses desse patronato rural marcado pela manutenção de estratégias produtivas e de dominação ainda muito fundamentadas nos traços de sujeição não-assalariada e que compunha o bloco de poder oligárquico-industrial, como também pode ser considerado como o próprio desdobramento da renda capitalizada da terra, e que foi habilmente explorada pelo bloco multinacional e associado defendido por Delfim Netto, na figura de seu intelectual orgânico.

Ao fim e a cabo, apesar da drástica redução orçamentária do MININTER e da mudança das diretrizes envolvendo a concessão de créditos que viriam a ser denunciadas por Albuquerque Lima em seu pedido de demissão, pode-se notar uma continuidade em relação ao investimento público em infraestrutura de áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento pelo seu sucessor, Costa Cavalcanti. Nesse sentido, já na sua posse, este considerou que a redução creditícia e fiscal reclamada não afetaria o programa de desenvolvimento e integração econômica do Nordeste. Pelo contrário, a plena execução do programa de obras prioritárias seria para ele uma amostra da não interferência da capacidade da instituição de cumprir com as obrigações que lhe cabia em todas as regiões.

Esse programa de obras prioritárias contemplavam medidas como a extensão das linhas de eletrificação rural a preços subsidiados, irrigações públicas que seriam utilizadas pela iniciativa em benefícios de determinadas empresas e a construção de estradas vicinas à essas áreas prioritárias executadas pelo DNOCS e pelos Departamento Estaduais de Estradas de Rodagem (DELGADO, 2005).

Interessante notar que essas medidas que deveriam supostamente atender um sentido voltado para política de desenvolvimento rural em seu fomento à criação das chamadas “Empresas Rurais”, reforçavam, na prática, o movimento de valorização da propriedade da terra, estimulando os interesses pela manutenção e até ampliação de uma estrutura fundiária expressivamente concentracionista com baixo grau de produtividade, em especial nas regiões de caráter latifundista, como as da produção açucareira pernambucana, marcada pela renda diferenciada e, ao mesmo tempo, pelas novas possibilidades que se abriam para reprodução ampliada na fronteira agrícola no Norte e Centro-Oeste, sobretudo para o grande capital do Sudeste aliado aos grandes grupos multinacionais (DELGADO, 2005).

Esse fenômeno de investimento público para valorização da propriedade em benefício da conciliação entre frações de classe só pode ser entendido como novidade quando se compreende a inserção do grande capital urbano multinacional e associado em seu papel hegemônico.

Em primeiro lugar, a alta perspectiva de ganhos com a renda capitalizada da terra em um contexto de monopólio e de renda diferenciada, é tentador para o investidor no momento da tomada de decisão de alocação de capital entre um investimento produtivo ou para investimento no mercado financeiro. Nesse sentido, as variáveis presentes no que se convencionou chamar de “custo de oportunidade”, isto é, esse momento de decisão financeira racionalizada por aquele que detém um capital acumulado com vistas a maximizar a reprodução ampliada de seu capital, ganham um novo elemento em razão das expectativas de ganho que o título de propriedade possibilita.

A ótica financeira de valorização torna a formação do preço da terra assemelhável à avaliação capitalista dos títulos financeiros de riqueza em geral (ações, obrigações, títulos governamentais etc.), de tal forma que a renda fundiária capitalizada, que define o preço da terra, passa a espelhar a expectativa de valorização financeira do capital dinheiro empatado na compra de terras. Isto implica que maior ou menor demanda por terras está confrontada com a aplicação do dinheiro em ativos que rendam taxa de juros alternativa do mercado financeiro. A taxa de juros do mercado financeiro passa a ser um elemento de convergência na definição da renda e do preço da terra (DELGADO, 2005, p.106).

É nesse contexto que a contradição presente na imobilização de capital na compra de terras para a reprodução ampliada de valor se desfaz, e o que se nota é a intensificação da mobilização de capitais industriais, comerciais e bancários para o mercado de terra. É também nesse sentido que a propriedade privada da terra pode ser entendida como “estrutura de repetição que não se esgota nas singularidades”(KOSELLECK, 2014, p.21) em seu processo, ao mesmo tempo, de transformação histórica e de repetição enquanto pilar estrutural. Dito de outra forma, analisar suas modificações permite compreendê-la tanto como elemento menos variável no devir histórico, isto é, enquanto estrutura de longa duração, como fator de média duração, atuando como elemento de conciliação para um novo bloco histórico, bem como componente mutável de curta duração a partir dos acontecimentos envolvendo a formulação do Estatuto da Terra. A reformulação sobre o entendimento de sua função para a sociedade, com claras tendências a inseri-la em um processo de centralização e integração de capital, priorizando os fatores economicistas em detrimento da questão social em si, portanto, é esse

acontecimento que desenvolve a “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2007, p.26), antes incompatíveis.

O mercado de terras passa a configurar como um ramo especial do sistema financeiro, ao surgir como reserva de valor de ativos do grande capital industrial e bancário. Nesse sentido, a inserção e integração desses grandes conglomerados financistas predominantemente urbanos ao campo tinha por objetivo não só a participação das taxas de lucro do setor agrário produtivo em si, mas também nas possibilidades de ganhos advindas do título de propriedade enquanto renda capitalizada da terra assemelhável à avaliação de qualquer outro ativo financeiro, diferenciando-se somente pelo seu grau de liquidez. Consequentemente, no momento de tomada de decisão dos custos de oportunidade, essa forma de renda compensaria qualquer probabilidade de perdas provocadas pela diminuição das taxas de juros do mercado financeiro – o que seria particularmente desastroso para o capital bancário caso analisado como setor isolado dos demais – prejuízo esse remediado com esse processo de integração de capitais.

Por fim, com o título de propriedade, garante-se ao seu grande possuidor que, pelo simples parâmetro da extensão, isto é, devido a posse de grandes parcelas de terras, a oportunidade de enquadrá-la – hipoteticamente ou não – aos moldes de uma “Empresa Rural”, tipificado pela Estatuto da Terra. Com isso, o grande proprietário passa a fazer jus a uma série de garantias por parte do Estado, com o intuito de estimular a transformação dessa grande propriedade em “Empresa Rural”, como concessões de créditos e abonos fiscais, além da intocabilidade de suas propriedades que esse *status* empresarial lhe conferia. Esse foi, muito provavelmente, o principal motivo para a corrida dos interesses do grande capital privado em relação a instrumentalização dos projetos de colonização a seu modo.

O processo no qual o Estado aparece como grande mercador de terras, principalmente em áreas de colonização e/ou expansão da fronteira agrícola, pode ser considerado, portanto, o ponto nodal de dissidência entre os interesses representados por Albuquerque Lima, em seu projeto de colonização de trabalhadores do campo para formação de uma classe média, e por Delfim Netto, colocando-o a cargo de interesses privados na maximização das taxas de produção e lucro, e, como fator que subsume todos os outros, de inserção do trabalhador do campo na lógica do assalariamento.

É importante notar que, a partir de 1970, o projeto de colonização privada, apesar da política ambígua do governo Médici, onde este, ao menos publicamente, afirmava a intenção de permanecer com as diretrizes de migração do campesinato em áreas de conflito para as “novas” regiões, ia ganhando cada vez mais força e canalizando massas cada vez maiores de investimentos públicos em infraestrutura para a consolidação dos CAIs. Para isso, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teve um papel fundamental para as mudanças de rumo, principalmente para os interesses do capital multinacional e associado nessas “novas” regiões.

A criação do INCRA, em 1970, ilustra a mudança dos rumos envolvendo o projeto de desenvolvimento até então pretendido por Albuquerque Lima. Se o IBRA era, durante os governos de Castello Branco e Costa e Silva, um órgão subordinado diretamente ao presidente, contando com um *status* de ministério, a nova instituição responsável pelos rumos da reforma agrária passou a condição de subordinada ao Ministério da Agricultura. A consequência disso foi que o caráter social da reforma e, conseqüentemente, da sua grande ferramenta representada pela colonização, foi perdendo cada vez mais espaço para uma lógica majoritariamente economicista e, com isso, se antes a questão da reforma agrária era tratada como um assunto a parte, apesar de conversar com uma gama muito variada de aspectos sociais, passou-se a considerá-la uma questão menor, onde o aumento produtivo já seria, por si só, uma solução que beneficiaria todas as camadas da sociedade, trazendo segurança e bem-estar.

É nesse contexto que a renúncia do então Ministro da Agricultura, Cirne Lima, pode ser entendida, analisando-a em conjunto com a própria demissão de Albuquerque Lima. Além de já haver dado declarações favoráveis a uma reforma agrária a sua maneira, tratando-a como “desejo incontido de todos os homens sensíveis à realidade brasileira, na medida em que incorpore o homem às forças de consumo”, para Cirne Lima, ela deveria vir “em termos de colonização e divisão de terras” (CIRNE LIMA *apud* CAMERMAN, CRISTIANO, 1977, p.87). Em certo sentido, em relação ao projeto de colonização pretendido, existe uma relativa afinidade entre o seu discurso com o do ex-ministro do Interior, guardadas as diferenças temporais entre os pedidos de demissão, logicamente.

A renúncia de Cirne Lima foi bastante criticada no Jornal O Estado de São Paulo¹⁰², justamente pela discordância alegada pelo ex-ministro da Agricultura de que o governo Médici estava dando claros sinais de submissão ao capital multinacional, ao minimizar ferramentas de controle para a regulação de sua entrada.

Nessa mesma publicação, noticiava-se a intenção de se criar um Ministério da Economia, espécie de Superministério visando promover a coordenação de todos os ministérios vinculados aos projetos de economia e desenvolvimento: Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Exterior e Interior. O motivo para a criação desse Superministério seria a integração desses ministérios no sentido de haver uma confluência de perspectivas de desenvolvimento e, com isso, minimizar o impacto provocado pelas demissões que terminaram por arranhar a imagem do Governo, justamente por expor um bloco governamental com sérias divergências internas, principalmente as apresentadas por Albuquerque Lima, Cirne Lima e pelo ex-ministro da Indústria e Comércio, Fábio Riodi Yassuda, já durante a administração de Médici. Embora o projeto não tenha sido levado à frente, o conteúdo da notícia é bem sugestivo quando se refere:

É evidente que será difícil (...) encontrar, permanentemente, uma equipe perfeitamente integrada dentro de uma mesma filosofia e disposta como um todo a adotar os mesmos métodos e instrumentos na execução de uma política econômica. E, mesmo quando se ajustarem as filosofias e métodos, não é previsível que se ajustem sempre os interesses. **Daí prevalecer sempre, na ausência de uma instituição que debate e pesa as conveniências políticas, a figura de um ministro, que coincidirá com a ênfase que o governo emprestar a determinado setor.**

Em pleno “milagre econômico” e vendo Delfim Netto se consolidar como grande intelectual orgânico e “czar econômico do Brasil”, não seria de se espantar que esse personagem ministerial que se prevaleceria nos momentos de divergência cujo periódico faz referência, seria o próprio Ministro da Fazenda.

E o editorial prossegue:

Se, como na primeira fase revolucionária, prevalecer a planificação, predominará o ministro do Planejamento, e, na medida em que se colocar como meta prioritária o alcance de objetivos e índices insuperáveis no plano do Produto Interno Bruto, é evidente que recairá sobre o Ministro da Fazenda uma supremacia sobre os demais setores, menos preocupados em

¹⁰² Jornal O Estado de S.Paulo, Sexta-feira, 11 de maio de 1973, grifo nosso. Importante notar que a matéria foi censurada à época, justamente com o intuito de não expor as fragilidades do aparelho estatal em um momento de intensificação de crítica ao governo, principalmente por setores civil que se sentiam preteridos.

atender aos números dos que aos aspectos sociais decorrentes do desenvolvimento.

Partindo do princípio de que a dissidência no interior do aparelho estatal empresarial-militar representada por Albuquerque Lima e Delfim Netto como representantes de interesses conflitivos dizia respeito a modelos de desenvolvimento que tinham como um dos principais pontos dissonantes o método de instrumentalização da reforma agrária a partir das previsões do Estatuto da Terra e, por consequência, sobre os respectivos entendimento da função social da terra, a passagem é bastante sugestiva, no sentido de corroborar com o pressuposto de que a derrota do primeiro enquadra-se em um direcionamento institucional – até então em processo de acomodação – e estrutural, visando a priorização dos fatores economicistas de estímulo a centralização e integração de capitais em detrimento dos “aspectos sociais decorrentes do desenvolvimento”, sugerido no periódico.

Mais que isso: a demissão de Albuquerque Lima e Cirne Lima, e a suas substituições, respectivamente, por Costa Cavalcanti e por Moura Cavalcante, juntamente ao Ministro do Planejamento, Reis Veloso, significou a inserção em ministérios-chaves de um tripé de sustentação do aparelho governamental em relação à tentativa de ampliar a convergência no alto escalão decisório, sob a liderança de Delfim Netto, em relação à filosofia de desenvolvimento a ser adotada. Nesse sentido, o apoio pela criação de grandes empresas na Amazônia era ponto pacífico entre eles.

Para que fossem aprovados pelo INCRA, os projetos de colonização privada deveriam reservar ao menos 20% de sua área para fins de loteamento e o restante como reserva de exploração ou valorização enquanto propriedade privada. Nesse sentido, a absorção do fluxo migratório de trabalhadores vindo de antigas regiões de conflito no campo seguiu uma lógica que também possibilita a venda de pequenos loteamentos por entes privados. Com isso, diferentemente do que era pregado pelo MININTER à época de Albuquerque Lima, onde incentivava-se o acesso à terra garantido por parte do Estado aos pequenos produtores para a formação de uma classe média no campo, o que se percebe é a intensificação do enquadramento da função social da terra a uma perspectiva de mercado.

* * *

Segundo Gramsci, a crise se caracterizaria nos momentos onde “os agrupamentos sociais retrógrados e conservadores se reduzem cada vez mais à sua fase inicial econômico

corporativa, enquanto os agrupamentos progressistas e inovadores se encontram ainda na fase inicial exatamente econômico corporativa”. Embora acreditando que, quando Gramsci se refere aos agrupamentos progressistas, esteja se referindo à classe operária em um sentido revolucionário, metodologicamente, essa percepção histórica também pode servir para outros grupos dominantes enquanto frações de classe em dissidência (GRAMSCI, 2017, p.690).

Adotando-se essa perspectiva *gramsciana*, percebe-se que o colapso de um bloco histórico estava justamente, no afastamento de sua estrutura prática da sua estrutura teórica. O bloco histórico populista, dirigido pelo bloco de poder oligárquico-industrial, dava sinais desse afastamento, e o Golpe de 1964 representava essa fase econômico corporativa de contestação ao modelo estrutural populista, onde os interesses de frações de classe encontravam-se inconciliáveis e a convergência das forças ainda encontravam-se reunidas primordialmente pela contestação daquilo que se pretendia evitar.

Ao mesmo tempo, essa renovação da propriedade privada, tornava-a mais resistente às contestações das frações subalternas do campo que procuravam apontar suas debilidades, sobretudo do latifúndio improdutivo. Com isso, esse processo de modernização da propriedade privada simbolizado pelo incentivo à consolidação das “Empresas Rurais”, tinha também como objetivo a conquista da opinião pública, fortalecendo no ideário popular o setor agropecuário como orgulho nacional e como grande fonte de riquezas e divisas do que viria a ser conhecido como *agrobusiness*, sem que, essa modernização removesse de fato, o caráter arcaico que a condição de proprietário possibilitava. Dessa forma, percebe-se a importância da propriedade privada como fator que se estabelece como pilar tanto infraestrutural, em seu caráter material, como elemento superestrutural enquanto elemento de legitimação jurídico-político e, sobretudo, ideológica.

Entendendo que a mudança das políticas de incentivo fiscais denunciadas por Albuquerque Lima poderiam afetar o interesse desse patronato em decadência, o papel que teve a integração da propriedade privada em suas possibilidades de obtenção de renda ao processo de reprodução ampliada do capital foi de suma importância, não só para a proposição de um consenso entre partes até então litigantes, mas também para a formação de um novo bloco histórico ao promover uma unidade entre os elementos materiais de produção e uma ideologia formadora da “tomada de consciência positiva”.

Nesse contexto, é possível compreender a dissidência em uma perspectiva mais ampliada do que somente quando analisada como uma disputa entre representações de frações de classe. Com efeito, se o Golpe de 1964 foi a expressão sensível da “tomada de consciência negativa” no sentido de arregimentação de uma multiplicidade de forças para contestação daquilo que Goulart representava – supostamente ou não –, isto é, o momento onde a crise é notada, a disputa envolvendo Albuquerque Lima e Delfim Netto simboliza, antes de tudo, o processo onde se busca solucionar – cada qual a seu modo – o colapso do modelo social envolvendo as relações entre capital/trabalho e seus fatores legitimantes, ou seja, a crise em sua estrutura orgânica.

CONCLUSÃO

Tendo em vista que o presente trabalho tem por objetivo analisar as dissidências que ocorriam no aparelho governamental empresarial-militar a partir do posicionamento de dois personagens que surgiam como representantes de projetos de desenvolvimento divergentes que envolviam interesses de frações de classe também conflitantes, é preciso reconhecer, pelo caminho teórico-metodológico adotado, a limitada abrangência em relação aos diferentes aspectos analíticos que compunham aquele contexto. Dessa forma, deixou-se de apreciar com detalhes, por exemplo, o papel da Igreja e das transformações ocorridas nas orientações desta quanto ao seu posicionamento de temas como a reforma agrária, implementados a partir do Concílio Vaticano II no início da década de 1960, e da percepção de que o grave quadro de desigualdade social deveria ser motivo de inflexão dos antigos dogmas religiosos que a naturalizavam.

Não significa dizer que estes fatores fossem irrelevantes para a pesquisa, ou mesmo que pudessem vir a ter um papel secundário em relação aos demais. Pelo contrário, é fora de dúvida que tais fatores possuem sua significância e que proporcionariam um estudo mais inclusivo sobre o tema, principalmente em relação ao papel da sociedade civil e da superestrutura nesse processo estudado. A opção aqui adotada deveu-se, pura e simplesmente, pela questão das limitações que envolvem as situações práticas de uma dissertação.

Ainda nessa questão das limitações presentes na pesquisa, dado o caráter mais genérico em relação ao conceito de classes e frações de classe aqui desenvolvidos, compreende-se os riscos às possíveis críticas que essa opção analítica pode vir a experimentar por um entendimento de que essa concepção teórico-metodológica alicerçada pela análise das relações entre classes/frações de classe não dá conta da complexidade e transitoriedade dos agentes e grupos envolvidos no processo histórico. Nesse sentido, a condensação de diversas esferas sociais – religiosa, política, cultural, etc – que dão identidade a determinados grupos, não poderiam estar reduzidas a questões determinadas puramente pelos fatores econômicos que definiriam a composição dos agrupamentos enquanto classes.(ver aqui NORBERT ELIAS e outsider e aprofundar).

Nessa perspectiva, por exemplo, sugerindo uma revisão historiográfica sobre o contexto histórico que envolve o Golpe empresarial-militar de 1964, Pedrosa (1998, p. 28), critica as análises que procuram interpretar a conspiração que resultou na derrubada de João Goulart a partir do viés de classes. Segundo ele:

Os militares repelem indignados a ideia de que as Forças Armadas defendem os interesses desta ou daquela classe social. Julgam insultuosa a ideia de sua instrumentalização pelo “opressor”, porque sua função social seria subalterna, e todo sacrifício de nossos antepassados, pela ordem interna e pela defesa externa, teria como escopo o interesse de um imperialismo qualquer ou de uma classe dominante e não a defesa da pátria e da ordem. Neste caso, estariam esvaziados os sentimentos patrióticos e o sentido do dever inerentes a qualquer instituição militar e a qualquer soldado, em qualquer parte do mundo, desacreditando-se a estratégia, a geopolítica e a formulação de apreciações de segurança que cotidianamente se fazem nos estados-maiores. Tudo ficaria reduzido à defesa de um grupo de endinheirados...

Definindo os militares como uma espécie de classe à parte, o que o autor ignora é que essa “instrumentalização” só é possível a partir da conciliação de interesses dispersos, isto é, de um consenso. Não se trata, portanto, de uma dominação econômica, pura e simples, de um

grupo por aquele outro que detém os meios de produção, mas de uma dinâmica que envolve, tanto o conflito, como a conciliação de interesses de forças assimétricas. Nesse sentido, entende-se que, a partir de uma estrutura já dada *a priori*, grupos diversos participam do processo histórico, ou visando manter/renovar/ampliar sua condição de privilégio e de autoridade, ou buscando alterá-la e, com base na adesão em uma ou outra dessas perspectivas, é que as frações de classe vão convergindo para uma consciência mais ampla e para a formação de classes, propriamente. Dito de outra forma, a percepção de classe se dá no processo de tomada de consciência das frações de classe na adesão a um bloco hegemônico ou à contra-hegemonia.

Nessa lógica, entende-se que a fração de classe simbolizada pelo oficialato castrense adere a uma perspectiva hegemônica de conservação de sua posição de mando no contexto imediato ao Golpe de 1964, em grande parte pelo potencial de unificação de frações de classe da já citada “tomada de consciência negativa” que o ideário de uma ameaça comunista tinha, tanto para sobrevivência das prerrogativas de monopólio da força institucionalizada que as Forças Armadas detinham, como pela manutenção dos mecanismos individualizados de reprodução interna de autoridade e, conseqüentemente, de uma elite militar com ascendência sobre outra fração de classe subalterna representada pelas praças e que, no contexto da década de 1960, dava sinais de insatisfação que os colocava num movimento de contra-hegemonia ao lado de outras frações de classe subalternas, como os camponeses, ameaçando os pilares do ordenamento social.

Em segundo lugar, Pedrosa entende o fator econômico simplesmente em seu sentido *stricto*. Desconsidera, portanto, a profunda relação entre forças produtivas com as relações sociais que se desenvolvem em conjunto com a produção. Disso segue que a concepção de poder e, conseqüentemente, de dominação, só pode ser entendido a partir do diálogo que a estrutura material e, portanto, já dada *a priori* estabelece com a superestrutura. A adesão de frações de classe ao Golpe de 1964, nesse sentido, extrapolava a mera “defesa de um grupo de endinheirados”, mas passava também, necessariamente, pela consolidação de fatores superestruturais em comum – especificamente o fator ideológico –, além dessa própria questão estrutural, isto é, objetiva, que é aqui entendido como uma margem contingencial do acontecimento.

Nesse contexto envolvendo a dinâmica profissional militar, a análise do processo histórico e do movimento de correlação de forças, também podem ser interpretados de acordo com essa perspectiva de identificação das frações de classe militares subsumidas enquanto classe que se quer conservar ou modificar a estrutura dada. A apropriação do trabalho alheio também pode ser percebido no meio castrense por esse movimento que separa aqueles que se encontram em posição de autoridade, de seus subordinados. Dessa forma, muito embora não se tratar de um movimento clássico de apropriação da força de trabalho da classe trabalhadora, como acontece com o operariado, por exemplo, a própria definição nos quadros hierárquicos das Forças Militares também se dividem, grosso modo, entre submetidos e aqueles cuja função é a garantir a submissão do trabalho alheio devido às possibilidades que seu grau de ascendência lhes confere.¹⁰³ Em comum, portanto, está a propriedade privada enquanto relação social de exploração e a divisão social do trabalho na cisão vigente entre dirigentes e dirigidos.

Dessa forma, embora entendendo a complexidade que envolve a formação de identidades coletivas que vão muito além do fator econômico, e que as vezes acarreta inclusive uma inversão das assimetrias que compõe o processo de correlação de forças, pendendo, não raras vezes, para uma liderança política de uma fração de classe economicamente não-hegemônica, como é caso inclusive das Forças Armadas nesse “Momento Brumário” de 1964, a médio/longo prazo, a própria estrutura – em caso de conservação de uma determinada ordem socioeconômica – atua no sentido de atualizar-se e garantir sua reprodução perante os demais fatores. Assim, mesmo que se mudem os agentes hegemônicos, a lógica estrutural se conserva ao mesmo tempo em que se renova, isto é, embora se altere os níveis de influência do capital individualizado no processo de correlação de força, preserva-se a dinâmica do capital social enquanto estrutura.

É aí que a formação de um novo bloco histórico, proposto por Gramsci, aparece para superar essa concepção limitada de embate entre classes – proletariado e burguesia – consolidadas a partir dos fatores econômicos, para sugerir a formação de um consenso que passa necessariamente pela capacidade da superestrutura ideológica, científica, cultural, jurídica e política agregar essa complexidade de identidades coletivas dando-lhes consciência de pertencimento a uma classe, propriamente, seja a partir de um sentimento de inclusão a

¹⁰³ Dentro dos quadros hierárquicos militares, por exemplo, soldados e cabos compõe os elementos de execução, enquanto os sargento são os elementos de ligação entre o oficialato e as praças.

uma ordem preestabelecida que se pretende conservar¹⁰⁴, seja pela percepção dos fatores em comum de submissão e exclusão na inserção ao movimento de contra-hegemonia.

Durante esse processo de conciliação, a propriedade assume um papel fundamental para tomada de consciência de classe. Nessa perspectiva, compreende-se que a conspiração que resultou na deposição de Goulart foi, de certa forma, uma reação das frações de classe que se inseriam no movimento de conservação da estrutura dada contra a suposta ameaça comunista. Ao mesmo tempo, dado o declínio do bloco histórico populista, cuja liderança hegemônica cabia ao bloco de poder oligárquico-industrial, e afastado o projeto nacional-reformista janguista, passava-se da fase da negação, para a uma nova etapa de proposição e instrumentalização das diretrizes do Estado.

A crise do modelo populista, se analisado segundo a matriz interpretativa *gramsciana*, é exatamente a descompatibilização entre a estrutura material e superestrutura teórica que lhe dá suporte. Aquele modelo de conciliação entre frações de classe dominantes e de legitimação da exploração/exclusão das frações subalternas, demonstrava sua incapacidade de manter a estabilidade em meio às transformações pelas quais passavam a sociedade, tanto pela ascensão de um novo bloco econômico hegemônico de caráter multinacional e associado com pretensões de estender essa hegemonia para o campo político, antes dominado pelo bloco oligárquico-industrial, como pela decadência dos padrões de conformação da relação capital/trabalho, patente pela pressão imposta por reformas amplas pelas frações de classe subordinadas durante todo a década de 1960. Assim:

A crise reside exatamente no fato notado por Gramsci de que o velho morre e o novo não pode nascer. E, veja-se, o velho morre porque a estrutura prática se afasta da estrutura teórica, porque o mundo dos seus interesses colide com o mundo da cultura e da universalidade definitivamente proclamada (CERRONI, 1977, p.175).

Considera-se, portanto, que o contexto que envolve a dissidência entre Albuquerque Lima e Delfim Netto caracteriza a passagem da fase econômico-corporativa – ou de tomada de consciência negativa – para a fase dirigente do bloco de poder multinacional e associado – ou tomada de consciência positiva –, onde passa-se da ação visando a incorporação do maior contingente possível de frações de classe contra a ameaça que supostamente surgia no

¹⁰⁴ Ressalte-se que essa inclusão pode ser estabelecida não só pelos fatores propositivos, mas pela reação, como exemplificada pela “tomada de consciência negativa”. Nesse sentido, um caminho possível é verificar uma adesão ou à tese ou à antítese no processo histórico.

horizonte, para uma ação de proposição e de conciliação, propriamente. Tanto em uma, como na outra fase, a defesa da propriedade surge como elemento – à nível teórico e prático – aglutinador entre aqueles que passaram a inserir-se em uma perspectiva reformista-conservadora da estrutura.

O presente trabalho parte do princípio de que a dissidência estudada permite refletir sobre as diferentes fases da crise orgânica representada pelo fim do populismo, onde a disputa que envolve os dois personagens também é, em algum grau, uma disputa entre frações de classe dominantes em choque de hegemonia. A adoção de um dos dois projetos de desenvolvimento por parte do Estado significa a instrumentalização das políticas públicas de acordo com seus interesses e, em última instância, a consolidação de sua hegemonia política durante essa fase de tomada de consciência positiva. Para isso, a definição da função social que a propriedade privada deveria ter torna-se tarefa essencial para a fração de classe dirigente nesse momento de proposição e, conseqüentemente, das diretrizes envolvendo a relação capital/trabalho, inerentemente dependente da concepção de propriedade privada adotada.

Outro ponto relevante a ser observado é que, tanto o projeto de desenvolvimento de Albuquerque Lima, como o de Delfim Netto, tem como ponto de apoio a defesa da propriedade privada. A grande diferença é que, enquanto o primeiro entendia que a ampliação do acesso à terra para os trabalhadores rurais seria uma importante ferramenta para converter essa parte expressiva da população descontente em apoiadores da estrutura social, o então Ministro da Fazenda defendia a concentração da posse e uso da terra por uma fração pequena de proprietários, e a pressão por terra dos trabalhadores seria atenuado pela modernização da produção agrícola e, conseqüentemente, diminuiria a demanda deste setor produtivo por mão de obra, obrigando-os a migrar para as áreas urbanas, expandindo o exército industrial de reserva e, como resultado, diminuindo o poder de barganha dos trabalhadores, tanto rural como urbano, pela diminuição da procura no primeiro caso, e pelo aumento da oferta, no segundo. Por fim, a diminuição da pressão desses trabalhadores viria acompanhada do aumento do crescimento econômico e pela possibilidade de aumento da renda da população a partir do *slogan* de que primeiro dever-se-ia fermentar o bolo para depois reparti-lo.

Portanto, considera-se que ambos os personagens partiam de projetos reformistas conservadores, com a diferença principal de que o projeto nacional-reformista pretendido por Albuquerque Lima visando a diminuição da pressão dos camponeses por terra nas principais

regiões de conflito no campo a partir da ampliação do acesso à terra de áreas a serem colonizadas, esbarrava com os interesses desse bloco de poder multinacional e associado e com o sentido que a estrutura do capital ia tomando, com amplos interesses nas regiões de fronteira agrícola pelo seu potencial de possibilitar a integração de capitais entre a renda da terra, o capital produtivo e o capital financeiro.

Mas afinal de contas, por que o projeto de Albuquerque Lima foi derrotado e o de Delfim tornou-se vitorioso?

Entende-se que essa pergunta ficou, de certa forma, ainda em aberta, devido ao alto grau de complexidade desta análise que envolve as relações de poder dos variados grupos que compõe o patronato rural entre si e com as frações de classe subalternas. Contudo, um fator decisivo para vitória de Delfim foi, com efeito, devido à capacidade de liderança desse bloco hegemônico de caráter multinacional e associado – no qual este figurava como intelectual orgânico – de influenciar decisivamente para reformulação dos aspectos superestruturais que permitiram, de maneira renovada, redefinir os fatores que garantiam a legitimação das normas de exclusão social no campo, sem que isso comprometesse os padrões de dominação do patronato rural considerado mais atrasado e ligado ao antigo bloco hegemônico oligárquico-industrial.

Nesse sentido, é preciso fazer constantemente uma associação entre os acontecimentos internos com a conjuntura geopolítica internacional. Em um contexto marcado pela bipolarização entre EUA e URSS, e por maneiras distintas de obter algum grau de influência nos países considerados subdesenvolvidos, o movimento de apropriação, inerente a dinâmica envolvendo as relações de poder, também passa pela definição do conceito de desenvolvimento a ser adotado e, portanto, por uma legitimidade econômica pretensamente científica visando o bem-estar comum.

O Estado, portanto, como agente garante, racional e presumivelmente neutro e, por isso, com capacidade de respaldar sua função decisória sobre os fatores econômicos a partir de juízos – também pretensamente – científicos, visando o bem-estar e a prosperidade coletiva, uma vez superado esse momento inicial de crise orgânica, onde seu poder hipertrofiava-se e lhe conferia uma autonomia relativa frente aos demais agentes, transita dessa sua função inicial visando conservar a estrutura, atuando como elemento que está acima das estratificações sociais, para, em um segundo momento, refletir o resultado das relações de

força que ocorrem na dinâmica do Estado Ampliado, ocultando a influência privada das frações de classe hegemônica na subsunção da definição do conceito de desenvolvimento aplicado aos seus interesses e sua influência político-econômica e, conseqüentemente, na instrumentalização do Estado em sentido *stricto*.

Em plena execução da Aliança Para o Progresso, entender a apropriação do conceito de desenvolvimento como um discurso de poder historicamente construído, permite compreender a dinâmica que envolve as relações de forças entre coletividades em constante processo de socialização. Como propõe Sônia Regina de Mendonça (2014, p.137, *grifo da autora*):

Das teorias de desenvolvimento econômico dos anos 50, àquelas centradas nas ‘necessidades humanas’ da década de 1970 – que enfatizam não só o crescimento econômico, mas a distribuição de seus benefícios –, a principal preocupação de pensadores, políticos e técnicos residiu nos *tipos* de desenvolvimento a serem implementados para solucionar os problemas dos chamados países ‘subdesenvolvidos’. Assim, a realidade histórica do pós-guerra foi ‘colonizada’ pelo discurso do desenvolvimento como uma representação que não só moldou os caminhos pelos quais a realidade era imaginada como também atuou fortemente junto a ela.

Investigar o *desenvolvimento* como um discurso historicamente produzido implica em examinar o porquê de tantos países terem começado a se perceber como *subdesenvolvidos* justamente neste momento, quando o ‘como desenvolver-se’ tornou-se tarefa fundamental.

O “como desenvolver-se” foi habilmente apropriado pelo novo bloco hegemônico, inclusive em sua capacidade de propor uma redefinição nas políticas de coordenação ao desenvolvimento norte-americanas e levadas a cabo pela Aliança Para o Progresso. Basta lembrar, por exemplo, que a proposta desta última para o campo consistia na formação de uma classe média produtora agrícola e, com isso, no fortalecimento do mercado interno, como “vacina antirrevolucionária”, bastante similar à proposta visada pela Cepal e por Albuquerque Lima, enquanto Ministro de Estado. O que se quer dizer com isso é que, nessa formação do bloco hegemônico multinacional e associado, as frações de classe dominantes nacionais, não podem ser consideradas como simples instrumento de manipulação dos interesses estrangeiros, visto que a concepção de desenvolvimento no campo fugiu, em alguns aspectos, daquilo que era proposto pela Aliança. Pelo contrário, sua expressão de poder se explicita justamente nessa sua capacidade de propor em seu projeto de desenvolvimento, simultaneamente, a renovação e a conservação.

Pelo lado da conservação, encontrava-se a manutenção da estrutura fundiária e de tudo que ela envolve. Ao mesmo tempo, a modernização conservadora na agricultura atuava como fator de renovação, tanto para êxito do processo de concentração e integração de capitais, como para atenuar as críticas daqueles que reivindicavam o acesso à terra e que recorriam ao caráter arcaico representado pelo latifúndio para fundamentar seu discurso. Em outras palavras, a capacidade de instituir um novo consenso entre as frações de classe dominantes, fortalecendo-se enquanto classe e, conseqüentemente, prevalecendo sobre os subalternos no processo de correlação de forças, em partes pela coerção, em partes pela conquista da opinião pública que passava do reconhecimento da necessidade de reformulação da estrutura fundiária, considerando justas as reivindicações dos trabalhadores rurais sem acesso à terra, à defesa inflexível do agronegócio como principal matriz geradora de riquezas e divisas nacionais, foi determinante para a formação de um novo consenso entre dominantes, e de um consentimento circunstancial – e por isso frágil – entre subalternos.

Dentro do binômio segurança e desenvolvimento, o projeto de Albuquerque Lima, amplamente influenciado pela Cepal, passava pela superação do quadro de subdesenvolvimento nacional a partir do estímulo à formação de uma classe média consumidora da produção interna, cuja ampliação do acesso à terra para os trabalhadores do campo cumpriria um papel fundamental. Além disso, essas diretrizes possibilitariam a diminuição da pressão pela terra nas principais áreas de conflito no campo, o que favoreceria o soerguimento de subsetores agroindústrias tradicionais cuja influência político-econômica era possibilitada em grande parte pela posse de grandes latifúndios, em especial o subsetor agroindustrial canavieiro do Nordeste, que via sua participação produtiva ser amplamente superada pelas regiões do Centro-sul, notadamente São Paulo.

Como foi dito, entende-se que a dissidência estudada exemplifica o choque de hegemonia entre frações de classe dominantes nessa fase de proposição inerente à tomada de consciência positiva. Compreende-se também que uma parte expressiva que compunha o subsetor produtivo canavieiro do Nordeste encontrava-se ainda subsumido ao antigo bloco de poder hegemônico oligárquico-industrial. Tendo em vista que o profundo declínio pelo qual passava a agroindústria açucareira nordestina, cuja sobrevivência dependia em grande parte pelo incentivo de órgãos estatais como o IAA e, posteriormente, a Geran, o embate envolvendo perspectivas distintas sobre a definição de desenvolvimento a ser adotado entre Delfim e

Albuquerque Lima pode ser compreendido também como disputa entre grandes proprietários rurais do Nordeste e do Centro-sul, mais especificamente de Pernambuco e de São Paulo, com padrões distintos de sustentação da apropriação da força regionalizadas de trabalho, em momento de dissenso logo após a tomada do Estado.

Em uma perspectiva ampliada, muito embora tenha-se em mente que, em muitos casos, os choques envolvendo frações de classes dominantes não chegam ao ponto de se radicalizarem, entende-se que esse embate específico entre Pernambuco e São Paulo tomou grandes proporções por passar pela apropriação da limitada capacidade econômico do Estado em investir em setores produtivos chaves e pelas intenções monopolísticas do subsetor canavieiro paulista. A derrota de Albuquerque Lima também é, em algum grau, a derrota do açúcar nordestino nesse processo de monopolização e integração de capital levado a cabo por Delfim.

Alguns fatos dão consistência para essa conclusão: pouco antes da posse de Albuquerque Lima no MININTER, publicou-se no Jornal Diário de Pernambuco,¹⁰⁵ a pretensa intenção de reduzir o IAA em “mero departamento do Ministério da Indústria e Comércio”, cujo titular era Paulo Egydio Martins, empresário com forte grau de filiação ao IPES de São Paulo, que havia sido Ministro do Trabalho de Castello Branco, em 1966, e foi posteriormente governador do estado de São Paulo durante a presidência de Geisel, entre 1975 e 1979. Desnecessário dizer que a redução da autonomia do IAA redundaria na perda de influência do subsetor canavieiro nordestino, em especial de Pernambuco; Em segundo lugar, a extinção do Geran, em 1 de novembro de 1971, foi o golpe de misericórdia em um subsetor já combalido e que ficaria estagnado – senão regredindo produtivamente – durante décadas.

Voltando ao tema da apropriação da concepção de desenvolvimento a ser adotada, a capacidade de conciliação e de liderança do subsetor canavieiro paulista, no qual entende-se como subsumido ao bloco hegemônico multinacional e associado, uma vez extraído do subsetor nordestino canavieiro mais arcaico, sustentado pela monocultura latifundista, sua principal fonte de sustentação, isto é, as políticas de incentivo público, como as políticas de quotas de fornecimento e os benefícios fiscais concedidos por órgãos como o IAA, utilizou habilmente um elemento em comum que garantisse a hegemonia dos seus interesses, e, ao

¹⁰⁵ Jornal O Diário de Pernambuco, Terça-Feira, 24 de Janeiro de 1967, p.3.

mesmo tempo, pudesse garantir uma aliança, mesmo que circunstancial, com esse grupo influente, embora não-hegemônico: a propriedade privada.

Em uma sociedade onde as relações de poder e a estrutura de exploração estão ocultadas pelos pressupostos de liberdade e igualdade entre indivíduos e pelo seu mérito individual em ascender socialmente – fatores subjetivos estes que legitimam as assimetrias nessa relação – e onde o Estado cumpre uma função essencial de agente garante neutro e, portanto, capacitado para o desempenho de sua atribuição enquanto árbitro dos empasses, a propriedade privada surge inicialmente como pilar objetivo que sedimenta a influência recíproca entre infraestrutura e superestrutura.

Nessa perspectiva, a concepção de propriedade privada utilizada no presente trabalho se inicia como um vínculo material e, portanto, objetivo, de caráter jurídico-contratual que garante aos indivíduos o reconhecimento do direito à posse e uso de bens. Contudo, se em primeiro momento ela assume esse caráter objetivo, ao mesmo tempo, permite e mascara uma estrutura subjetiva de dominação ao possibilitar aos proprietários, a extração de vantagens a partir da exploração da força de trabalho dos não-proprietários.

Observação importante a ser feita é que, a primeira condição, isto é, o direito à posse e uso dos bens, legitima a segunda condição de exploração. Nesse sentido, a inserção de uma parte relevante da sociedade – leia-se classe média – nessa primeira condição material de proprietários de bens, torna válida também a segunda condição de exploração, que é subjetiva. Dessa forma, o fomento à defesa da propriedade privada no processo de conquista da opinião pública, como fases de tomadas de consciência, torna-se essencial para essa “unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2007, p.26) e para sedimentação entre infraestrutura e superestrutura.

Ser proprietário, nesse sentido, é partilhar de valores e interesses em comum – sobretudo quando se tem a impressão que este direito está ameaçado – conferindo aos titulares uma identificação e um *ethos* em torno da propriedade.

Particularmente quando a propriedade relaciona-se ao seu aspecto sutil, qual seja, como elemento possibilitador da exploração da força de trabalho alheio, esse *ethos* atinge todo seu potencial enquanto elemento conciliador entre frações de classe dominantes e, no contexto

estudado, é possível perceber todo um apelo a essa condição de proprietário como solução para pôr fim ao choque hegemônico entre as elites açucareiras de Pernambuco e de São Paulo.

O latifúndio, foco das críticas ao modelo de produção agrário brasileiro por representar o atraso de uma concepção que tinha na monocultura extensiva seu ponto de sustentação sem a preocupação em investimento de capital constante, graças à dubiedade que o Estatuto da Terra promove, consegue agora se enquadrar enquanto Empresa Rural, muitas vezes sem verdadeiramente alterar sua estrutura produtiva. Com isso, nesse período de disputa entre os personagens, que também é uma disputa pela instrumentalização do Estatuto, a apropriação do discurso sobre o modelo de desenvolvimento mais racional e, por isso, eficiente, passa pela modernização do campo, sem incluir em seu dicionário os vocábulos (re)distribuição e desapropriação. A função social da terra é, antes de tudo, uma função econômica e pretensamente científica.

A condição de empresário rural, vai indicando a formação de um *ethos* dentro do *ethos*, permitindo, por exemplo, que o processo de monopolização da produção canavieira pelos paulistas, fosse compensada pelo processo de integração de capital pelo lado pernambucano. Com isso, estimula-se, em um grau estrutural e não mais como decisão à nível individual, a indiferenciação entre o industrial e o grande proprietário de terras; entre o banqueiro e produtor agrícola – a jusante e a montante, tendo o Estado e suas instituições uma participação fundamental nesse processo.

Por fim, entende-se que todo a dissidência entre os personagens é parte constitutiva de um embate maior envolvendo a concorrência de duas regiões pelo grau de influência dentro do aparelho estatal e onde a construção narrativa de ambas as partes esteve vinculado a dois polos opostos: um atrasado e um moderno.

Albuquerque Lima foi um defensor das regiões consideradas atrasadas economicamente, em especial do Norte e do Nordeste. Para o Nordeste, entende-se que seu projeto de desenvolvimento, embora entendesse o quadro obsoleto da estrutura produtiva, não visava a completa implosão de setores tradicionais da economia nordestina que encontravam-se em dificuldades, como se o tempo de vida útil destes estivesse sendo prolongado além de uma lógica econômica racional. Pelo contrário, sua intenção era promover o soerguimento de setores como a agroindústria canavieira de Pernambuco a partir de um investimento público maciço que garantisse a sua modernização, colocando-a em condições de concorrência com as

demais regiões produtoras já em um patamar de avanço tecnológico bem a frente, e, ao mesmo tempo, promovendo uma colonização pública para áreas ainda com baixa densidade demográfica e o desenvolvimento econômico do excedente de trabalhadores rurais que antes pressionavam por acesso à terra, trazendo instabilidade para a produção açucareira pernambucana. Nesse sentido, percebe-se o alto grau de influência dos fatores envolvendo a questão da segurança nacional para elaboração dos planos econômicos do então Ministro do Interior.

A questão é que, esse confronto objetivo envolvendo elites econômicas locais, mascara um elemento mais sutil que é a diferenciação de modelos regionais específicos de reprodução ampliada do capital. O movimento de valorização do valor é desigual por definição no processo de divisão do trabalho, seja à nível internacional, seja à nível de estado-nação. Valendo-me de uma perspectiva de Francisco Oliveira (1977, p.27), entende-se que:

privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral.

A definição da região em si, passa também, em algum grau, pela sua diferenciação enquanto modelo específico de reprodução ampliada de capital e, conseqüentemente, na hierarquização da divisão regional do trabalho fundamentalmente sustentada a partir de uma dicotomia entre o moderno e o atrasado. E o que pode parecer ser uma incompatibilidade, isto é, o arcaico e desenvolvido, é, com efeito, a condição principal de compatibilização entre elites que vão se sucedendo enquanto hegemônicas no devir histórico brasileiro, incorporando o velho ao novo, ao mesmo tempo em que o novo introduz em si o velho.

A mesma grande propriedade latifundista, vista como símbolo de atraso até então, renova-se no médio prazo, legitimando-se para opinião pública e para o consenso nacional, agora como grande Empresa Rural, mesmo sem alteração em sua estrutura fundiária cuja instrumentalização do Estatuto da Terra e de seus conceitos lhe permite incorporar o novo sem abrir mão do velho. O poder da propriedade pesa no processo de assentamento do modelo de concentração e integração de capitais brasileiro e funciona como elemento que possibilita a cimentação do lucro com a renda.

Ao mesmo tempo, embora tenha se adaptado aos aspectos de curta/média duração, no estrato de longa duração, a propriedade mantém-se como o primeiro mandamento do cânone da dominação, como pilar estrutural e estruturante da sociedade, entrelaçando antigas e novas formas de autoridade.

Nesse contexto, procura-se elucidar que, embora seja quase unanimidade na historiografia que o processo de fritura política de Albuquerque Lima foi motivado por questões que envolviam uma dinâmica de poder no interior das Forças Armadas, entende-se que, em última instância, ela se deveu às incompatibilidades de seu projeto de desenvolvimento, com os interesses do bloco multinacional e associado em harmonia com o sentido de integração/centralização da estrutura do capital e que buscava, através de sua capacidade de estabelecer o consenso e o consentimento, consolidar sua hegemonia e liderança. Portanto, esse desgaste do titular da Pasta do Interior ocorreu também na esfera da sociedade civil.

Especificamente no campo, essa condição hegemônica, da qual Delfim Netto era arauto e intelectual orgânico, passava pelo processo de integração e centralização de capital, tendo a propriedade como traço em comum entre o patronato rural, até então em atrito, e a colonização privada como meio de se chegar aos objetivos pretendidos.

Esse duplo caráter em torno da definição de conceitos, como aponta Koselleck, isto é, em seu movimento simultâneo de renovação e reafirmação, como foi visto em relação à propriedade privada, foi decisivo também na (re)significação de tantos outros: liberalismo, nacionalismo, intervencionismo etc. Durante esse processo de ressignificação, o fomento a um sentimento anticomunista se renova e se reafirma, surgindo como um instrumento adaptável de apoio político-econômico contra qualquer pensamento que pudesse ir de encontro aos interesses do bloco hegemônico.

Durante as décadas de 1950 e, principalmente, 1960, até o Golpe de 1964, os militares que não se alinhavam com as propostas de Lacerda em detrimento da política de Vargas e de seus sucessores políticos, eram tachados de comunistas. Posteriormente ao Golpe, essa pecha de comunista foi habilmente utilizada para depreciar qualquer defensor de um programa econômico não-alinhado com um planejamento liberal voltado para abertura ao capital estrangeiro de acordo com as leis de mercado, ou seja, com ínfima interferência estatal.

Em documento confidencial do SNI106, datado de 19 de novembro de 1975, isto é, quando já excluído do jogo político e institucional, relata-se o comparecimento de Albuquerque Lima e de seu filho, Fernando Luiz de Albuquerque Lima a um coquetel ofertado pelo Escritório Comercial da URSS. Ainda nessa linha de afastamento do ex-MININTER com o aparelho estatal, encontra-se o depoimento de André Médici de Carvalho afirmando que Carlos Marighella, principal nome da guerrilha contra a ditadura e do qual ele era seu motorista pessoal durante as movimentações clandestinas, havia lhe contado de supostos encontros secretos com o ex-ministro, onde estes procuravam em comum a desestabilização do regime. Importante destacar que esse depoimento, mesmo sem garantir a veracidade dos fatos, é encontrado também no livro de Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, de 1987, que relata a luta armada pelo lado de quem a vivenciou.

O que se quer dizer com esses dois casos é que, mesmo diante desses fatos e depoimentos, por toda sua carreira e sua história de combate ao comunismo, desde sua passagem pela Brigada Militar de Pernambuco, liderando as forças contrarrevolucionárias em uma região onde o confronto foi mais intenso durante a “Intentona”, até o Golpe de 1964, esse suposto encontro, assim como uma radical mudança ideológico do general, é bastante questionável.¹⁰⁷

Assim como Albuquerque Lima, Euler Bentes Monteiro, Superintendente da Sudene indicado pelo ex-ministro do Interior e que se demitiu em consideração ao seu ex-chefe, também teve seu nome associado ao comunismo. O que se nota nesses dois casos é a citada estratégia de garantir a depreciação de projetos e pessoas *non gratas* aos interesses do aparelho empresarial-militar montado a partir do enquadramento destes como porta-vozes de uma possível ameaça comunista.

A derrota de Albuquerque Lima significou também a derrota de um projeto que também não visava implodir o modelo capitalista, mas que se diferia da proposta de Delfim por adotar em suas diretrizes bases nacionalistas de crescimento econômico voltado para o estímulo à

106 BRASIL. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO INFORME SNI N.º 251/032/75 , 7 /ARJ SNI. Agência Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1975

107 Essa versão dos fatos também foi comentada por Elio Gaspari e, Fernando Luiz de Albuquerque Lima, filho do general, refuta veementemente essa hipótese. Para ele, se a intenção de Albuquerque Lima era a estimular a instabilidade do regime, o mais plausível era ter se juntado a uma ala dos paraquedistas que visavam um “golpe dentro do golpe”, onde estes viam a figura de Albuquerque Lima como o mais capacitado para assumir a Presidência. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc17059808.htm>>. Acesso em: 22 jan 2023.

produção interna e à formação de uma classe média nacional, assim como era preconizado pelo pensamento *cepalino*.

Significa dizer que, mesmo no momento mais autoritário de uma ditadura, onde garantias às liberdades individuais e coletivas encontram-se constrangidas, a coerção material é um elemento secundário em relação à coerção superestrutural. Ou seja, nesse processo de produção de uma conscientização de que os interesses de um bloco hegemônico confundiam-se com os interesses e o bem-estar do Estado, que caracteriza a proposição de um consenso e a fase de “tomada de consciência positiva”, a estratégia de manter constantemente no ideário popular uma ameaça fetichizada que poderia retornar a qualquer momento foi bastante eficaz.

Para Foucault (2010 *apud* MILANEZ 2009), o conceito de monstro foi constantemente recriado durante as diferentes circunstâncias históricas para se referir a uma transgressão às leis naturais ou jurídicas e, com isso, definir aquilo que se era aceitável ou não. Nesse sentido, projetou-se na ameaça comunista esse monstro, não só no contexto da dissidência analisada, mas durante repetidos episódios que marcaram a história brasileira, e, por isso, todos os meios são justificáveis para combatê-lo, inclusive extralegais.

Nessas indas e vindas do devir histórico e das relações de poder que lhe são características, Albuquerque Lima passa, subitamente, de “linha-dura” convicto a um aliado dos comunistas. Essa mudança drástica é bastante conveniente se considerarmos que, possivelmente, qualquer projeto que associasse o desenvolvimento econômico a um modelo nacionalista seria fatalmente considerado comunista. Se esse mesmo poder é, por essência, assimétrico, nesse processo de correlação de forças saiu-se melhor os defensores de crescimento associado ao capital multinacional em plena fase de centralização e integração de capitais e de consolidação de sua hegemonia.

Analisar a dissidência entre Albuquerque Lima e Delfim Netto e seus respectivos grupos de apoio é também refletir sobre o entrelaçamento do novo com o velho, do moderno com o arcaico, da diversificação de capital com a monocultura, do Sudeste com o Nordeste. Nessa complexa equação, em um país ainda marcado pelos extremos e, em muitos aspectos, pelo atraso, a capacidade de nossas elites de compatibilizar aquilo que supostamente deveria ser incompatível, seja na relação com os subalternos, seja entre seus pares dominantes não-hegemônicos, é, astuciosamente, aquilo que se tem de mais sofisticado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE LIMA, A.A. de. *et. al.* A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. In.: **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. pp. 11-64.

ACCIOLY, Pompeu Borges. A propriedade territorial no Brasil e os caminhos para a reforma agrária. In: ACCIOLY, Pompeu Borges. **Os Donos da Terra e a luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro. CODECRI. 1984.

BADALONI, Nicola. Liberdade individual e homem coletivo em Gramsci. FERRI, Franco (Coord) **Política e história em Gramsci**. INSTITUTO GRAMSCI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BARBOSA, Lucas Alves. **O Poder em Marx: Radicalização da política**. 2017. 92f. Dissertação (mestrado em filosofia). Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2017.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.

BIANCHI, Alvaro. Introdução: Um sardo no mundo grande e terrível. BIANCHI, Alvaro; MUSSI, Daniela; ARECO, Sabrina (ORG.) In: **Antonio Gramsci: Filologia e Política**. Porto Alegre. ZOUK. 2019.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. [S.l.]: **Estudos sociedade e Agricultura**, 1995.
_____. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997

BRUNO, Regina; DE CARVALHO, Abdias Vilar. Entrevista: José Gomes da Silva. **Estudos Sociedade e Agricultura**, São Paulo, p.36-48, 1996.

CAMERMAN, Cristiano (coord.). **Pastoral da Terra – Posses e conflitos**. Estudos CNBB, Edição Paulinas, São Paulo, 1977.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O Empresariado, Delfim Netto e a ditadura civil-militar brasileira. **Revista Continentes (UFRRJ)**, nº16, Rio de Janeiro, 2020.

CAMPOS, R. **A Lanterna na Popa: Memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CERRONI, Umberto. UNIVERSALIDADE + POLÍTICA. In: **Política e história em Gramsci**. INSTITUTO GRAMSCI. FERRI, Franco (Coord). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, p.124, 1989

DE CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Todavia, 2019.

DE FELICE. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: FERRI, Franco. *Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 1978, p. 189-257.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, [S.l.]: p. 51-90, 2005.

DELFIM NETTO, Antônio. **O Problema do Café no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2009
 _____. **Problemas Econômicos da Agricultura Brasileira**. São Paulo: FCEA-USP, [1965?].
 _____. **Planejamento para o desenvolvimento econômico**. Livraria Pioneira Editôra, 1966.

DE MENDONÇA, Sonia Regina. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro. 2009.

_____. Ruralistas e Burocratas: modernização e antirreforma agrária na América Latina. In: GARCIA, Graciela Bonassa; RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk (Org.), in: *Vozes da terra: proprietários rurais, camponeses e burocratas na América Latina*. Rio de Janeiro: **Multifoco**; 2014, p.133-148.

DE NARDIN BUDO, Marília. Ideologia, hegemonia e opinião pública: As contribuições de Gramsci à criminologia crítica. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES**, v. 3, n. 1, p. 179-202, 2015.

DE SALIS, Carmem Lúcia Gomes. **Estatuto da terra: origem e (des) caminhos da proposta de reforma agrária nos governos militares**. 2008. 230f. Tese (doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2008.

DE SENA, Davis Ribeiro. Serviço Militar Obrigatório e Exército Profissional. **A Defesa Nacional**, p.23-37 v. 71, n. 715, 1984.

DICIONÁRIO CPDOC VERBETE ALBUQUERQUE LIMA. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-de-albuquerque-lima>>. Acesso em: 21 fev 2022.

DICIONÁRIO CPDOC VERBETE JURANDIR DE BIZARRIA MAMEDE. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jurandir-de-bizarria-mamede>>. Acesso em: 21 fev 2022.

DICIONÁRIO CPDOC VERBETE MARIO DAVI ANDREAZZA, Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-davi-andreazza>>. Acesso em: 30 jun 2022.

DICIONÁRIO CPDOC VERBETE SUDENE. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>>. Acesso em: 21 fev 2022.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Vozes. Petrópolis, 1981.

FIORAVANTI, L. M. A questão agrária e o “poder do atraso”: uma discussão a partir da obra de José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Geografia em Questão (Online)**, [S.l.]: v. 9, p. 09-25, 2016.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. Roberto Machado(Org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra. 2019. p.407-431.

_____. Os anormais. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRANCISCO DE ANDRADE PORFIRIO, Pablo. **Pernambuco em perigo:** pobreza, revolução e comunismo (1959-1964). 2008. 154f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco. 2008

GABARDO, Emerson; NEVES, Ozias Paese. O estado de exceção e as normas aprovadas por decurso de prazo: uma história da exacerbação do poder executivo na ditadura de 1964. **Cadernos da Escola de Direito**, v. 3, n. 26, p. 66-80, 2016

GALASTRI, Leandro de Oliveira. Gramsci leitor de Georges Sorel: um diálogo sobre história e revolução. **Temáticas**, [S.l.]:v. 15, n. 29, 2007.

GENTIL, Leandro Gomes. **O quartel e a fazenda:** entidades de proprietários rurais frente aos regimes militares no Brasil e Argentina (1964-1983). 2016. 150f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. 2ª. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. 3ª. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol.6. 1ª ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Literatura. Folclore. Gramática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

GOODMAN, David Edwin; DE ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste. Rio de Janeiro: **Ipea/Inpes**, 1974.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira:** das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** 1982.

GUERRA, Tiago Cavalcante. **A práxis e as representações ideológicas do General Jayme Portella: a “linha-dura” no cenário político brasileiro (1964-1969).** 2008. 294f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2008.

HESPANHOL, Gian Carlo Maciel Guimarães. As diferentes perspectivas de Furtado e Delfim Netto para o desenvolvimento econômico brasileiro. In: XII Congresso Brasileiro de História econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, **Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica**, Niterói, 2017

IORIO, Gustavo Soares. **Segurança nacional, desenvolvimento e geopolítica: a institucionalização do ministério do interior no Brasil(1964-1969).** 2015. 199f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2015.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo: estudos sobre história.** Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014.

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução.** Editora Hucitec, 1978.

LESSA, Sérgio. Ética, Política e Serviço Social. In: **Revista Katalysis**, UFSC: Florianópolis, 2005. V. 8, n. 2. 2005, p. 256-266

VIANNA FILHO, Luiz. **O Governo castello Branco.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69.** Campinas: IE/UNICAMP, 2000.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. **A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército Brasileiro (1904-1929).** 2012.226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012.

MARINELI, Felipe. **O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-73).** 2017. 297f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder: o problema da terra na crise política.** Petrópolis: Vozes, 1984

MARX, Karl. **O Capital I: Crítica da economia política. O processo de produção do capital.** São Paulo. Boitempo Editorial, 2017.

_____. **O Capital II: Crítica da economia política. O processo de circulação do capital.** São Paulo. Boitempo Editorial, 2014.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política.** São Paulo. Boitempo Editorial, 2013.

- MILANEZ, Nilton. A possessão da subjetividade Sujeito, Corpo e Imagem. In: SANTOS, João Bosco Cabral dos. (Org.). **Sujeito e Subjetividade: discursividades contemporâneas**. 1ª ed. Uberlândia: UFU, 2009, v. 1, p. 251-259.
- MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- MOTA, Maurício; TORRES, Marcos; BELLO, Enzo. **Transformações do direito de propriedade privada**. Rio de Janeiro, Elsevier Brasil, 2009
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Diplomacia norte-americana e a direita radical no Brasil do pós-golpe (1964-1968). **Revista de História**. São Paulo, 2021.
- MORERA, Esteve. Gramsci's critical modernity. In : **Rethinking Gramsci**. GREEN, Marcus E. Nova Iorque: Routledge, 2011, p.238-266.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de Produção. Agricultura e Reforma Agrária, SP: **FFLCH/LABUR EDIÇÕES**. v.2, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re (li) gão, Sudene, nordeste: planejamento e conflitos de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos avançados**, [S.l.]: v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.
- PEDROSA, J. F. De Maya. **A grande Barreira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 1998.
- _____. **No Tempo da Guerra Fria**. Memórias e reflexões. 1ª edição. Maceió: SWA Instituto Educacional LTDA, 2015.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. Gramsci y el análisis de coyuntura (algunas notas). In: _____. **Los usos de Gramsci**. México: Folios, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. Editora brasiliense, São Paulo, 9ª Edição, 1979.
- _____. **História Econômica do Brasil**. Editora brasiliense, São Paulo, 26ª edição, 1965.
- PRESTES, Luís Carlos. Manifesto de Prestes à nação: ao povo brasileiro! A todos os patriotas e democratas! Concidadãos! Trabalhadores. Rio de Janeiro.1950. Disponível em:<<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm>>. Acesso em: 17 DEZ 2022.
- RACY, Sônia. **Delfim Netto: “Querem cortar o combustível do Posto Ipiranga”**. 2020. Disponível em:<<https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/querem-cortar-combustivel-do-posto-ipiranga-afirma-delfim-neto>>. Acesso em: 27 AGO 2021

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Fazendas e quartéis: a questão agrária sob ótica militar no Brasil e no Peru (1961-1988). **Passagens**, Rio de Janeiro. v.2, n.4, p.94-129, 2010.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Os Tanques de Guerra vão à fazenda: reforma agrária e movimentos camponeses no Peru (1969-1993). In: GARCIA, Graciela Bonassa; RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk (Org.). *Vozes da terra: proprietários rurais, camponeses e burocratas na América Latina*. Rio de Janeiro: **Multifoco**; 2014, , p.149-176.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira**: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946. 2008. 256 f. Tese (Doutorado em História Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROESLER, Rafael. **A missão indígena e sua atuação na Escola Militar de Realengo**. 2015. 170f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2015

SALLES, Ricardo. Gramsci para historiadores. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto. v. 5, n. 10, p. 211-228, 2012.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis. Vozes, 1999.

_____. **Gramsci nos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Zohar, 1971.

SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a castello*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

SOLA, L. **Idéias Econômicas, Decisões Políticas**: desenvolvimento, estabilidade e populismo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. 466 p. ISBN: 85-314-0461-4, 1988.

SOUZA, Marcelo Bastos de. **Guerra Irregular no contexto da Estratégia da Resistência**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

STEPAN, Alfred. **Os militares**: da abertura à Nova República. Tradução de Adriana Lopez; Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação**: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. 2006. 339f. Tese (Doutorado em Ciências políticas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

SZMRECSANYI, Tamás. **Contribuição a análise do planejamento da agroindústria canavieira do Brasil**. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1976.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração

n
u
m
a

á
r
e
a

d
a

T
r
a
n
s
a
m
a
z
ô
n
i
c
a
.

R
i
o

d
e

J
a
n
e
i
r
o
:

Z
a
h
a
r
,